



Lucas Monteiro de Araújo

**REPRESENTAÇÕES MARAJOARAS EM RELATOS DE VIAJANTES:
Natureza, Etnicidade e Modos de Vida no Século XIX**

Dissertação de Mestrado

Belém, Pará
2017



Lucas Monteiro de Araújo

**REPRESENTAÇÕES MARAJOARAS EM RELATOS DE VIAJANTES:
Natureza, Etnicidade e Modos de Vida no Século XIX**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco.

Belém, Pará
2017



Lucas Monteiro de Araújo

**REPRESENTAÇÕES MARAJOARAS EM RELATOS DE VIAJANTES:
Natureza, Etnicidade e Modos de Vida no Século XIX**

Dissertação de Mestrado

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Airton Chaves da Rocha (PPGA/UFPA) – Examinador Suplente

Prof^o Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque (PPGL/UFAC) – Examinador Externo

Prof^o Dr. Fabiano de Souza Gontijo (PPGA/UFPA) – Examinador Interno

Prof^a Dr^a. Denise Pahl Schaan (PPGA/UFPA) – Examinadora Interna

Prof^o. Dr. Agenor Sarraf Pacheco (PPGA/UFPA) – Orientador

**Belém, 25 de Maio
2017**

Dívidas Eternas

Sempre considerei os agradecimentos a parte mais difícil de qualquer trabalho. Não é por não ser agradecido a quem me ajudou em minha trajetória até aqui, mas por receio de não conseguir traduzir em breves palavras o quão sou grato a estas pessoas.

Meu primeiro e maior agradecimento é a Deus. Durante todo o processo de pesquisa e escrita desta dissertação roguei a Ele para que me iluminasse com a luz da sabedoria para que eu pudesse desenvolver o trabalho e superar desafios e dificuldades que eventualmente aparecessem. A Ele minha gratidão também por ter dado saúde, disposição, paciência e proteção a mim e a meus estimados, sem as quais jamais poderia ter finalizado o presente trabalho.

À Lúcia Araújo, José Luiz Nóbrega e Luísa Araújo, mãe, pai e irmã, meu círculo familiar mais interno, pilares de minha existência, fonte de amor, base sólida que molda quem sou. Agradeço a paciência e incentivo incondicional dado nas escolhas acadêmicas que fiz.

Ao amigo/orientador/professor Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Alguém que acreditou e investiu em mim, que vem me dedicando seu tempo, orientando, guiando e ensinando desde a Iniciação Científica, passando pela Graduação em Museologia e agora no Mestrado em Antropologia. Obrigado por sua amizade, por suas brilhantes orientações, por sempre sanar minhas dúvidas, por mostrar-me que a humildade e a simplicidade são valores que devemos prezar. Não teria conseguido chegar até aqui sem o senhor.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com quem convivi nestes dois anos e que ensinaram com grande competência e amizade. São pessoas pelas quais tenho profunda admiração e respeito. Entre os quais, com alegria cito: Denise Schaan, Fabiano Gontijo, Diogo Costa, Agenor Sarraf, Edna Alencar, Márcia Bezerra e Rosa Acevedo.

Agradeço aos amigos das turmas de Belém e Breves, por partilharem suas experiências e me ajudarem em momentos de dúvidas e dificuldades.

À Capes, pela concessão da bolsa de estudos, que me permitiram, entre outras coisas, realizar viagens de pesquisa, participar e publicar trabalhos em congressos, assim como adquirir livros importantíssimos sobre a literatura de viagem.

A todas as Instituições que me auxiliaram nas pesquisas, bibliotecas, museus, galerias, universidades, repositórios, quando responderam meus contatos e ajudaram na feitura deste trabalho dissertativo.

A toda minha família e amigos, com destaque para o Grupo de Estudos Culturais na Amazônia (GECA), que torcem por mim, me dão apoio e fornecem as bases para trilhar meus caminhos diários.

Estas não são apenas contra-histórias ou histórias diferentes; são histórias esquecidas que trazem para o primeiro plano, ao mesmo tempo, uma nova dimensão epistemológica: uma epistemologia da, e a partir da margem do sistema mundial colonial/moderno [...].

(Mignolo 2003:83).

RESUMO

Durante o século XIX, o arquipélago de Marajó foi constantemente visitado por diversos viajantes brasileiros e, especialmente, estrangeiros que narraram suas aventuras em livros, diários, revistas e periódicos de circulação nacional e internacional. Vários aspectos da vida física, humana e cultural da região foram relatados nessa produção literária. Neste trabalho, analisamos representações forjadas pelos viajantes sobre rios, flora, fauna, vilas, moradias, habitantes e modos de vida locais, com destaque para as experiências de trabalho vivenciadas por indígenas, negros e mestiços. Nesse percurso antropológico e histórico, questionamos: que representações os viajantes do século XIX produziram sobre as populações marajoaras? Como o contato com a natureza e os habitantes foram descritos e, em que medida, essas relações afetaram estes encontros? Ainda, de que maneira os modos de vida foram vistos e registrados por homens e mulheres das letras? Quais aspectos são revelados e silenciados sobre a relação natureza e cultura na pena desses excursionistas? À luz dos questionamentos, delimitamos dois grandes objetivos: a) analisar como foram representadas por homens e mulheres das letras as áreas de campos, florestas e vilas, bem como os habitantes locais, seus modos de vida e trabalho e b) desvelar aspectos centrais das narrativas que demonstrem os mecanismos utilizados na representação da realidade vivenciada pelos viajantes. Para alcançarmos tais intentos, buscamos suporte em autores que trabalham com literatura de viagem e o uso dos arquivos como fonte para a Antropologia. A fundamentação teórica tomou norte em premissas da Antropologia Pós-Moderna em diálogo com os campos dos Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. Como resultado, constatamos nestas narrativas uma diversidade de formas de ver e narrar a região marajoara. Os relatos revelaram-se multifacetados em expressões de encantamentos, conflitos e ambivalências. Com isso, intercalaram a exaltação das belezas naturais da região em descrições romantizadas ou em narrativas científicas pautada na razão ocidental, característica comum às incursões oitocentistas, com a exposição das mazelas sociais fruto de choques de concepções sobre vida e trabalho. Por fim, mergulhar nas narrativas dos excursionistas possibilitou apreender diferentes concepções de mundo que se chocaram, estranharam-se e, em boa medida, contaminaram-se na região marajoara. O resultado foram relatos atravessados pela lógica capitalista, racional, romântica, iluminista e eurocêntrica dos viajantes e pelas narrativas moldadas à luz das relações estabelecidas nas zonas de encontro com indígenas, africanos e mestiços. Entre estranhamentos, assimetrias e trocas culturais compartilhados por viajantes e marajoaras, a literatura de viagem como produção coletiva revela-se campo etnográfico de muitas incursões, aqui tentamos construir e socializar uma delas.

Palavras-Chave: Literatura de Viagem. Representação. Arquipélago de Marajó.

ABSTRACT

During the XIXth century, the archipelago of Marajó was constantly visited by several Brazilian and especially foreigner travelers who narrated their adventures in books, journals, magazines and periodicals of national and international circulation. Various aspects of the physical, human, and cultural life of the region were related in this literary production. In this work, we analyze representations created by travelers about the rivers, flora, fauna, villages, houses, inhabitants and local ways of life, with emphasis to the work experiences of Indians, Blacks and mestizos. In this anthropological and historical route, we asked: what representations did the nineteenth-century travelers produce about the Marajoara populations? How were described the contact with the nature and the inhabitants and in which size these relationships affect the encounters? Yet, in which ways the lifestyles were seen and recorded by men and women of letters? What aspects are revealed and silenced about the relation between nature and culture in the pen of these voyagers? Under the light of the questions, we define two main objectives: a) to analyze how were represented the areas of meadows, forests and villages as well as the local inhabitants, their ways of life and work by the men and women of the letters b) to reveal central aspects of the narratives that demonstrate the mechanisms used in the representation of the reality experienced by travelers. To reach such attempts, we seek support on authors that work with travel literature and the use of archives as a field for Anthropology. The theoretical foundation took on the premisses of Postmodern Anthropology in dialogue with the fields of Postcolonial and Decolonial Studies. As result, we find in these narratives a diversity ways of seeing and narrating the Marajoara region. The relates are multifaceted in expressions of incantations, conflicts and ambivalences. So, they intercalated the exaltation of the natural beauties of the region's in romanticized descriptions or in scientific narratives based on western reason, common characteristic of the eighteenth-century incursions, with the exposure of social illness resulting from shocks of conceptions about ways of life and work. Finally, to dive into the narratives of the travelers allowed us to apprehend different conceptions of world that collided, strangled themselves and contaminated each other in the Marajoara region. The result was relates crossed by the capitalist, rational, romantic, illuminist and eurocentric logic of the travelers and by the narratives shaped under the light of established relations in the encounter zones with Indians, Africans and mestizos. Between strangeness, asymmetric and cultural exchanges shared by travelers and Marajoaras, the travel literature as collective production reveals itself as an ethnographic field of many incursions, here we try to build and socialize one of them.

Keywords: Travel Literature. Representation. Archipelago of Marajó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Excerto do livro “Bibliographia Brasiliana” sobre Henry Bates.....	36
Figura 2.	Recorte da Região Marajoara no Mapa de Spix e Martius. Produzido no Início do século XIX.....	57
Figura 3.	Parte da Região Marajoara no Mapa de Frank Vincent. Produzido no Final do Século XIX.....	58
Figura 4.	Embarcação de Marcoy durante tempestado nos Furos de Breves.....	66
Figura 5.	Gravura de Coqueiro na contracapa do livro do casal Agassiz.....	79
Figura 6.	Palmeira Miriti no livro do casal Agassiz.....	81
Figura 7.	Litografia de Spix e Martius sobre a região amazônica.....	88
Figura 8.	Peixe Aracari (<i>Loricaria duodecimalis</i>).....	95
Figura 9.	Bates caçando tucanos.....	100
Figura 10.	Matança de jacarés.....	103
Figura 11.	Comerciante de cobras.....	108
Figura 12.	Recorte da vila de Breves.....	125
Figura 13.	Visão das vilas de Soure e Salvaterra.....	126
Figura 14.	Cabana na margem do rio.....	131
Figura 15.	Desenho da Fazenda na ilha Mexiana.....	135
Figura 16.	Anotação no verso da gravura de Wallace.....	136

Figura 17.	Preparando a borracha.....	171
Figura 18.	Tiras colocadas no meio das “bolas” de borracha Para aumentar o peso.....	172
Figura 19.	Spix e Martius.....	187
Figura 20.	Príncipe Adalberto da Prússia.....	188
Figura 21.	Louiz e Elizabeth Agassiz.....	189
Figura 22.	William Edwards.....	191
Figura 23.	Philip Van Ness Myers.....	192
Figura 24.	Herbert Smith.....	193
Figura 25.	Pierre Emile Levasseur.....	194
Figura 26.	Oscar Leal.....	196
Figura 27.	Barão de Marajó.....	197
Figura 28.	Ferdinand Denis.....	198
Figura 29.	Henry Bates.....	200
Figura 30.	François-Auguste Biard.....	201
Figura 31.	Henri Coudreau.....	203
Figura 32.	Michelena Y Rojas.....	204

Figura 33. Domingos Soares Ferreira Penna.....	205
Figura 34. Hercule Florence.....	208
Figura 35. James Orton.....	210
Figura 36. Orville Derby.....	212
Figura 37. Barão de Santa' Anna Nery.....	215
Figura 38. Alfred Russel Wallace.....	217
Figura 39. John Warren.....	219
Figura 40. C. F. Hartt.....	220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Livros de Viagem com Descrições Sobre a Região Marajoara.....	39
---	----

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	1
Contextualizando o Objeto de Estudos.....	6
Pesquisas em Literatura de Viagem.....	13
Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa.....	25
A Experiência de Pesquisa em Arquivos.....	35
<u>Parte I</u>	
A Natureza nos Relatos de Viajantes.....	46
Capítulo 1	
1.1. Pela “Nação das Águas”: cartografia e ciência.....	50
Capítulo 2	
2.1. A Flora Marajoara nos Relatos.....	72
Capítulo 3	
3.1. “Animação e Vida” em Narrativas sobre a Fauna.....	92
<u>Parte II</u>	
Modos de Morar, Ser e Trabalhar.....	111
Capítulo 4	
4.1. Representações sobre Vilas e Habitações.....	114
Capítulo 5	
5.1. A Alegoria do “Outro”: índios, negros e mestiços.....	139
Capítulo 6	
6.1. Práticas de Trabalho.....	158
Palavras Finais.....	180
Apêndice.....	186
Fontes.....	221
Referências.....	224

Considerações Iniciais

Viajante, naturalista, cronista, etnógrafo, etnólogo, antropólogo, botânico, cientista, zoólogo, geógrafo, dentre tantas outros, são ofícios que buscam indicar aquele profissional que, pela realidade de um país em movimento, transita e registra suas impressões, sejam elas científicas e/ou pessoais, em livros, diários, revistas, jornais, entre outros modos de narrar experiências vividas.

É fato ordinário saber que desde o período da chegada dos europeus na América, o território nacional de norte a sul, leste a oeste, foi alvo de incontáveis incursões que nos deixaram rico material documental, descrevendo passagens e aventuras vividas por variados homens e duas mulheres das letras, estrangeiros e brasileiros, em diferentes partes da nação em formação.

Conhecida como “Literatura de viagem”, estas fontes são atualmente foco de devotados estudos que buscam compreender os mais variados aspectos de uma realidade em observação e interação. Neste trabalho, propomos fazer uma etnografia por entre esta tipologia textual, atentando para as formas de representação do arquipélago de Marajó¹ nelas contidas.

Precisamos antes de tudo explicar o porquê da escolha de viajarmos para este *locus* documental. Assim, procuraremos elucidar abaixo os motivos da escolha da temática a partir de nossa experiência de formação acadêmica.

A viagem por entre a tipologia textual a qual aqui nos propomos analisar começou ainda durante a graduação em Museologia, mais precisamente em 2013. Na grade curricular do curso estava inclusa a disciplina História Moderna e Contemporânea, naquele momento ministrada pelo Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Foi durante esta matéria que recebi o convite para ingressar no mundo da pesquisa documental, através de uma bolsa PIBIC/CNPq com o projeto “Vozes da Memória, Paisagens da História: Patrimônio, Identidades e Práticas Culturais na Amazônia Marajoara”, sob orientação do referido professor.

A proposta inicial era analisar discursos e práticas sociais sobre o patrimônio urbano oficial e afetivo na região marajoara, investigando por meio de documentos municipais,

¹ Em diálogo com Sarraf-Pacheco (2009; 2015) e suas orientações, utilizaremos nesta dissertação o termo arquipélago de Marajó no lugar de “Ilha de Marajó”, presente nas escritas de alguns viajantes do século XIX em estudo, pois outros já implodem com esse conceito e adotam o termo arquipélago. Em nosso ponto de vista, as narrativas desses escritos em viagem, centrados em sua grande maioria no chamado Marajó das Florestas, alargam visões não apenas geográficas da região marajoara, mas também pluralizam modos de vida, produção da cultural material como a cerâmica de Breves e zonas de interconexão com o Cabo Norte, a Guiana Francesa e antiga Guiana Inglesa ou com o Rio de Janeiro, os Estados Unidos e países europeus.

narrativas jornalísticas e depoimentos orais de moradores, expressões de patrimônios compartilhados pela população nos últimos 50 anos (1960-2010). Mas, por desafio do orientador, modificamos temporalmente nosso foco de pesquisa, voltando-nos ao período da *Belle Époque*, nos finais do século XIX e primeira década do século XX. Formulamos um novo plano de trabalho em que objetivávamos analisar representações elaboradas pelo poder público e pelos populares acerca do patrimônio edificado e praticado na Amazônia Marajoara² no período de 1870 a 1912. O desafio foi sondar o que representou para a região e seus moradores esses tempos de transformações nas paisagens urbanas da Amazônia.

Assim, dos dois anos de pesquisas gestaram as publicações: “Nas Margens da Belle Époque Amazônica: Patrimônio e Relações de Poder nos Marajós” (2013) e “Patrimônio, Imprensa e Poder no Marajó das Florestas (1820-1870)” (2014). Em ambos os trabalhos as pesquisas foram realizadas em jornais, ganhando destaque o jornal “O Liberal do Pará”³, além de livros de viajantes que circularam pela região marajoara nos períodos compreendidos pelas duas pesquisas.

Mostramos, nestes trabalhos, que as vilas marajoaras vivenciaram um processo diferente daquele narrado pela literatura especializada sobre a Belle Époque amazônica, que aponta grandes melhorias estruturais para cidades como Belém e Manaus, revelando que municípios do arquipélago, apesar de desempenharem papel central na exploração da borracha, ficaram a margem dos processos de mudanças na infraestrutura e modernização das urbes.

Este foi nosso primeiro contato com as narrativas de viajantes, bem como com pesquisas centradas no Marajó dos Campos e das Florestas. De fato, desde antes de entrar na graduação estivemos envolvidos com questões sociais e investigações históricas, mas todas voltadas para o município aonde resido, Ananindeua. A escolha por Museologia foi, em

² Para Sarraf-Pacheco e Silva (2015) o termo “ilha de Marajó” se mostra limitado para pensar e estudar a complexidade da história e das relações socioeconômicas e geoculturais do maior arquipélago fluvio-marinho do mundo. Tal termo, afasta de seu seio municípios como Melgaço, Bagre, Portel e Gurupá que mesmo tendo sido anexados à região marajoara na década de 1980 com a criação da Associação dos Municípios do Arquipélago de Marajó e desde a colonização da Amazônia no século XVII, como Gurupá, Melgaço e Portel, estiveram em conexão com a região, mas acabaram não sendo incluídos na concepção de “ilha” por terem seus territórios desmembrados daquela porção de terra principal ou anexados ao continente como é o caso de Portel. Além disso, os autores defendem que o termo “Ilha” invisibiliza municípios que se identificam como marajoaras não somente pelo aspecto geográfico, mas especialmente histórico e cultural. Assim, os pesquisadores preferem utilizar termos como “Arquipélago de Marajó”, “Amazônia Marajoara”, “Marajós”, “Marajós dos Campos” e “Marajó das Florestas”, buscando desvelar paisagens, tradições, saberes, fazeres e movimentos históricos urdidos em relações e diferenças *por dentro e pelas margens* da região.

³ Jornal diário, político, comercial e noticioso. Órgão do Partido Liberal do Pará. Propriedade de Manoel Antônio Monteiro. Suspendeu publicação em período não identificado, reiniciando-a em setembro de 1869, sob a redação de José Antônio Ernesto Paragassu. Substituiu o periódico o "Jornal do Amasonas". Saiu de circulação após a proclamação da república em 1889. Em 1890 reapareceu com o título "O Democrata"

grande parte, direcionada por este interesse de pesquisar a história e o cotidiano da cidade. Contudo, a partir da bolsa de iniciação científica, fomos seduzidos e arrebatados pela região marajoara, assim como o ribeirinho lança sua linha ou rede e o peixe nela é preso, ocorreu conosco, fomos fisgados e lançamo-nos inteiramente no seio da região tão fartamente propalada nos registros de viajantes por suas belezas e singularidades. Talvez o fato possa ser ratificado não somente pelas pesquisas a que hoje nos dedicamos, mas também pelas constantes incursões feitas pelo Marajó especialmente em seu lado ocidental nos últimos três anos, ao que antes se resumia a uma ou duas ocasiões em 20 anos.

O laço se estreitou ainda mais em 2014 com a produção do trabalho de conclusão de curso da graduação em Museologia intitulado “Os Marajós em Relatos: Narrativas Museais de Viajantes no século XIX” (2014), no qual trabalhamos unicamente com as narrativas das passagens de viajantes produzidas no século XIX a respeito do Marajó, em suas duas grandes, diferentes e relacionais porções: Marajó dos Campos e Marajó das Florestas. Neste trabalho, lançamos um olhar museológico na investigação dos textos, buscando compreendê-los enquanto um grande museu conceitual.

A partir destas pesquisas tivemos a oportunidade de conhecer livros de viagens oitocentistas que trazem em seu conteúdo a temática marajoara, bem como trabalhos científicos que se dedicam aos estudos da literatura de viagem.

Nas leituras, percebemos estar diante de possibilidades e perspectivas múltiplas de análise sobre a temática, sendo a antropológica uma delas. Então, lançamo-nos o desafio em realizar o mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Pará.

É importante dizer que a escolha da Antropologia Social não se deu por mero acaso. Desde 2013 fui convidado pelo Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco a participar das reuniões do Grupo de Estudos Culturais na Amazônia (GECA), sob sua coordenação ao lado de Jerônimo da Silva e Silva, este último doutor em Antropologia Social pelo referido programa. No decorrer dos dois anos que antecederam a candidatura ao mestrado, as relações estabelecidas por intermédio do GECA e do Prof. Dr. Agenor Sarraf com o campo antropológico foram várias, fato que nos permitiu conhecer um pouco mais a Antropologia e seu interesse pelos viajantes, direcionando nosso olhar investigativo.

O pré-projeto com o qual fomos aprovados para o mestrado intitula-se “Marajós Entre Relatos: Representações Marajoaras em Narrativas Museais de Cronistas e Viajantes”, contudo, no decorrer das pesquisas, por indicação da banca avaliadora e do orientador rumamos para outros caminhos, guiados por novos achados aqui em descrição, narração e interpretação.

* * *

O objetivo central do estudo é analisar as representações construídas sobre o arquipélago de Marajó por naturalistas, botânicos, geólogos e viajantes em geral que transitaram pela região durante o século XIX e registraram suas aventuras, impressões e estudos sobre o contato com marajoaras, vilas, florestas, campos, terras firmes, várzeas e rios da região em livros, cartas e periódicos nacionais e internacionais.

A escolha da delimitação temporal se deu à luz da constatação de que neste período houve um exponencial aumento no número de viajantes que transitaram pelos Marajós. Tal acréscimo se dá, em nosso entendimento, por diversos fatores, tendo como principais: a abertura dos portos brasileiros às nações amigas com a chegada da Família Real Portuguesa na colônia do Brasil, ainda no início do século (1808) e a abertura dos portos amazônicos à navegação estrangeira (1866), além da facilitação de locomoção possibilitada pela inserção de novas tecnologias, como o navio a vapor, nas vias fluviais amazônicas. Por estes fatos, julgamos que o maior número de livros e publicações sobre a região podem contribuir para o estudo sobre as representações forjadas pelos viajantes.

Nesta dissertação singram águas marajoaras com os viajantes Louis Agassiz (1807 - 1873), Elizabeth Agassiz (1822 - 1907), Antonio Baena (1782 - 1850), V. L. Baril, Barão de Santa'Anna Nery (1848 - 1901), Henry Bates (1825 - 1892), Alexandre de Belmar, François Biard (1799 - 1882), Charles Baerigton Brown (1839 - 1917), Henri Coudreau (1859 - 1899), Ferdinand Denis (1798 - 1890), Orville Derby (1851 - 1915), William Edwards (1822 - 1909), rev. James Fletcher (1823 - 1901), rev. Daniel Kidder (1815 - 1891), Hércules Florence (1804 - 1879), Charles Philippes de Kerhallet (1809 - 1863), Thomas Knox (1835 - 1896), Paul Marcoy (1815 - 1888), Oscar Leal, Pierre Émile Levasseur (1828 - 1911), Henry Lister Maw (1801 - 1874), P. V. N. Myers (1846 - 1937), James Orton (1830-1877), Ferreira Penna (1818 - 1888), Príncipe Adalberto da Prússia (1811 - 1873), Francisco Michelena y Rojas (1801 - 1872), William Scully (182? - 1885), Herbert Smith (1851 - 1919), J. B. von Spix (1781 - 1826), C. F. P. von Martius (1794 - 1868), Frank Vincent (1848 - 1916), Alfred Russel Wallace (1823 - 1913), John Warren (1827 - 1896) e Robert Avé-Lallemant (1812 - 1884). Mais a frente no texto, teremos oportunidade de esclarecer achados e modos como procuramos interagir com essa literatura de viagem do século XIX. Por hora é preciso dizer que fomos instigados a trabalhar a partir dos questionamentos: Como são narradas as experiências vividas por viajantes durante o século XIX em terras marajoaras nos seus livros e diários? Quais aspectos são revelados ao descrever as regiões marajoaras e quais são

silenciados? Como os contatos estabelecidos com habitantes locais foram descritos por estes homens e uma mulher das letras, e ainda, como eles próprios foram construídos? E as práticas, modos de vida e saberes locais?

Assim, objetivamos primeiramente analisar estas formas de representação da Amazônia Marajoara em narrativas de viajantes do século XIX, atentando para os mecanismos utilizados pelos viajantes para a construção e descrição da realidade vivenciada. Em caminhos paralelos, buscamos ainda contribuir para a discussão sobre o lugar da pesquisa em arquivos dentro da Antropologia, campo que desde a formalização de seu método por Boas e Malinowski no início do século XX, prima por uma pesquisa participante, de “corpo presente”.

Argumentamos que a Antropologia mais recentemente tem se (re)aproximado da História, passando a explorar objetos antes tidos como majoritariamente históricos. Este é o caso dos arquivos, que entraram novamente no *rol* de objetos de estudos antropológicos, sobretudo a partir de uma releitura destas fontes, deslocando o foco do produto final, ou seja, o livro de viagem, para os critérios que levaram a eleição, produção e circulação daquela representação (Zurbaran 1999). Cunha (2004:293) argumenta que os antropólogos têm buscado ultrapassar a fronteira da simples análise das interpretações produzidas pelos sujeitos ou coletivos que estudam, passando a dar atenção também para o contexto social e simbólico de produção desta interpretação.

Para alcançarmos tal intento, dialogaremos com autores de diversos campos, como a Antropologia, a História, a Museologia, a Arqueologia, as Ciências Sociais em geral. Ganham destaque nomes como Mirian Moreira Leite (1984; 1997), Ilka Boaventura Leite (1996), Maria Angélica Zurbaran (1999), Karen Lisboa (1995; 1997), Lorelay Kury (2001), José Carlos Barreiro (2002), Márcia Naxara (2004), Olívia da Cunha (2004), Vagner da Silva (2006); Lilia Schwarcz (1993, 2013), Ana Pizarro (2012), Ana Luisa Sallas (2013), Carla Lima (2014), Agenor Sarraf Pacheco (2006; 2009; 2011; 2015), Denise P. Schaan (2006, 2010, 2012), para citar os principais.

A literatura dedicada aos estudos sobre os livros de viagem cresceu nos últimos tempos, inúmeros periódicos, revistas e boletins tem dedicado números entre suas publicações para estudos sobre a temática, oportunidade em que despontam novos trabalhos e perspectivas de análise referentes à literatura de viagem e que servem como corpo auxiliar para o desenvolvimento desta dissertação.

Contextualizando o Objeto de Estudos

O século XIX inscreve-se na história mundial com grande proeminência. Caracterizado algumas vezes como o século das revoluções, inovações, descobertas e avanços tecnológicos, este século também é conhecido como momento de uniformização e padronização de diferenças. O oitocentos traz consigo uma série de questionamentos traduzidos em visões dicotômicas, muitos dos quais já tinham sido debatidos anteriormente, mas que ainda neste momento são exaustivamente discutidos, dentre estes está aquele que se tornará a pergunta fundamental da Antropologia: Por que somos tão diferentes? (Boivin et al. 2004). A formulação do questionamento brotou de (re)encontros entre culturas distintas e por séculos se tornou a base para a formulação da teoria antropológica.

No século XIX, uma das mais emblemáticas teorias que procurou responder tal questionamento foi o Evolucionismo. Encontrando um ponto de inflexão com a obra de Charles Darwin *A Origem das Espécies* (1859), esta corrente domina grande parte da produção teórica da época. Na apresentação feita por Celso Castro a seu respeito, o autor a caracteriza da seguinte forma:

[...] essa linha buscava descobrir leis uniformes da evolução, partindo do pressuposto fundamental de uma igualdade geral da natureza humana. Em função disso, todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios [...] (Boas 2010:15).

A teoria evolutiva se formaliza a partir da aplicação do método comparativo, ou seja, a comparação entre características semelhantes em grupos distintos. Assim, poderiam os cientistas definir em qual estágio ou grau da evolução determinada cultura se encontrava em relação a uma outra cultura, comumente dominante: a do próprio cientista.

Paralelamente a esta linha, havia também os difusionista, estes, ao contrario dos evolucionistas, buscavam explicar as ocorrências similares a partir da ideia de difusão, ou seja, os elementos teriam chegado a partir de um contato histórico entre os grupos, seja por guerra, viagem, comércio, ou qualquer outro encontro. Uma vertente ainda mais “radical” é a dos hiperdifusionistas, que partiam do pressuposto de um único ponto de difusão geral a partir do Egito (Schwarcz 1993; Boas 2010).

Também guiados pelos ideais propostos por Darwin em seu livro, outra corrente ideológica que ganha espaço neste momento é o Darwinismo Social. Esta vertente defendia a aplicação do pressuposto da teoria da evolução das espécies à sociedade, ou seja, a aplicação da ideia de que raças, ou neste caso, nações mais fortes ou aptas sobreviveriam, dominariam aquelas mais fracas.

Corolário desta vertente foi também aquela idealizada pelo primo de Charles Darwin, Francis Galton. Conhecida por Eugenia e também tomando os pressupostos fundamentais das teorias de Darwin, Galton defendeu uma ciência da hereditariedade humana, na qual, assim como se faziam com os animais, seriam identificadas as melhores qualidades do homem para promover sua reprodução, assim como a identificação daquelas características degenerativas, de forma a serem evitadas (Schwarcz 1993; Del Cont 2008).

No oitocentos ainda despontavam, vale dizer, aqueles que defendiam a visão teológica do criacionismo e do desenvolvimento das espécies, em outras palavras, viajantes naturalistas, como é o caso do casal Louis e Elizabeth Agassiz (1865 – 1866), que, pelo menos em um momento inicial, tinham seus olhos voltados para identificar em seus registros e impressões comprovações das teses bíblicas.

Todas estas teorias dominaram as produções e mentalidades científicas do século XIX e serviram como pretexto para a dominação europeia, vistos enquanto os mais fortes e adaptado ou com melhores qualidades, sobre outros mundos.

Apesar destas teorias se localizarem temporalmente no oitocentos, suas concepções, em grande parte, vinham sendo gestadas desde o século XVIII. A respeito do evolucionismo, por exemplo, Bruce C. Trigger lembra do paradigma da Ilustração, movimento iniciado na França que contava com nomes proeminentes da época como Montesquieu e Voltaire, e em sua vertente britânica John Locke e Adam Ferguson, dentre outros. Esta corrente “[...] combinava um entendimento naturalístico dos processos sociais com uma crença firme no progresso, de modo a produzir um conjunto de conceitos que pretendiam explicar a mudança social” (Trigger 2004:56). Assim, estes filósofos se tornaram a base para um pensamento evolucionista desde já defendendo teses como a da unidade psíquica, a do processo cultural como característica dominante da história humana, o progresso como característica de todos os aspectos da vida humana e agente aperfeiçoador de sua natureza, além do pensamento racional como exercício do progresso.

O século XVIII também é marcado pela gênese de tradições dualistas, de cunho não mais fantástico, sobre o homem, tendo no aferro edenização *versus* detração um claro exemplo. Neste momento encontramos os trabalhos de Lineu⁴, que, ao classificar o homem

⁴ Botânico, Zoólogo e médico sueco, sendo um dos fundadores da Academia Real de Ciências da Suécia, criou a classificação científica pela qual ganha o título de pai da taxonomia moderna

dentro das ciências naturais enquanto mamífero, o transforma em objeto observável empiricamente tendo como foco a diferença, a diversidade e a variação⁵.

Tais visões vão influenciar teóricos da época como Buffon e Pauw que terão seus estudos em defesa da detração do homem “selvagem”. O primeiro, um naturalista francês, que traduzia as características das terras americanas como debilidade e imaturidade; e o segundo, um jurista que introduz o conceito de *degeneração*, pensando os americanos como patologicamente desviados do tipo original (Scwarcz 1993).

Por outro lado, a herança de movimentos como a Revolução Francesa e o Iluminismo estabeleceram bases filosóficas para uma tradição mais humanista, ou seja, o pensar a humanidade enquanto totalidade. Ganha importância neste momento os trabalhos de filósofos como os de Jean-Jacques Rousseau, suíço que, na contramão de Buffon e Pauw, tinha seus estudos voltados mais para uma edenização das populações americanas. É ele quem irá introduzir o conceito de “bom selvagem”, tornando o americano modelo lógico, pois este se encontrava em estado “natural” (Scwarcz 1993).

No século XIX as obstinações chegam fundamentadas na oposição sobre a origem monogênica ou poligênica do homem, ou seja, o debate sobre uma origem Una, conforme escrituras bíblicas, ou a possibilidade de existência de vários centros de criação, o que explicaria, na visão dos defensores desta corrente, a diversidade humana observada. Esta tradição continua ainda mantendo a posição dual que ocupava o homem: biologicamente igual, mas culturalmente diferente. É com os trabalhos de Darwin que o embate monogenista *versus* poligenista se ameniza, além de fornecer os embasamentos para a teoria evolucionista, já mencionada no início desta seção.

Assim, se no século XIX já se tinha a apreensão da totalidade dos humanos enquanto Humanos, ou seja, todos pertencendo a uma mesma categoria, por outro lado ainda neste momento reinava o questionamento sobre a diversidade. Coube à Antropologia Física estudar as semelhanças, enquanto a Etnografia pensar as diversidades.

De fato, o evolucionismo foi a corrente que no século XIX mais dominou as interpretações dos viajantes que circularam pela Amazônia. Aspectos culturais e raciais, por

⁵ É Lineu também quem busca classificar o homem de acordo com seus “tipos”: a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo. b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes. c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por Leis. d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido, cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões. e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos, pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; Governado pelo capricho (Pratt 1999:68).

exemplo, foram vistos com a marca da corrente e levou a proposições de níveis diferenciados em escala de evolução.

Ainda no século XIX não foram poupadas críticas quanto ao uso do evolucionismo enquanto teoria interpretativa para explicar a diferença. Como exemplo temos os trabalhos do antropólogo alemão Franz Boas, que em diversos momentos criticou em textos como “Os Museus de Etnologia e sua classificação” (1887) e “As limitações do método comparativo da Antropologia” - este último lido à *America Association for the Advancement of Science* em 1896 - a metodologia aplicada pelos evolucionistas.

Nestes trabalhos, o antropólogo defende que ocorrências de eventos semelhantes em realidades distintas não necessariamente provinham de causas iguais, deveria se questionar, antes de tudo, se tais episódios não haviam se desenvolvido independentemente ou se houve transmissão dos mesmos a partir de outros grupos.

Boas também criticou a ideia de superioridade – racial e cultural - europeia frente aos povos “primitivos”, ideia esta que em grande parte foi usada como pretexto para a dominação das terras americanas. Diz ele:

Não só cremos em uma estreita associação entre raça e cultura, mas estamos também dispostos a sustentar a superioridade de nossa raça sobre todas as demais. As causas desta atitude vêm de nossas experiências diárias. A forma corporal tem um valor estético. A cor escura, o nariz largo e chato, os lábios grossos e a boca proeminente do negro e os olhos puxados e pômulos salientes do asiático oriental, não correspondem aos ideais de beleza humana a que nós, de tradição europeia ocidental, estamos acostumados. O isolamento racial da Europa e a segregação social das raças na América favorecem o desenvolvimento da assim chamada aversão “instintiva” aos tipos estrangeiros, aversão que se baseia em grande parte no sentimento de uma fundamental diferença da forma corporal de nossa própria raça (Boas 2010b:9).

Malinowski posteriormente também irá criticar a corrente evolucionista. No seu célebre livro de 1922 “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, ele defende que ocorria uma arbitrariedade na formação das categorias utilizadas na análise pelos evolucionistas. “A comparação entre sociedades diversas é feita através de um desmembramento inicial da realidade em itens culturais tomados como elementos autônomos; [...] os autores procedem a um rearranjo arbitrário agrupando-os de acordo com categorias tomadas de sua própria cultura [...]” (Malinowski 1978:10).

Outras críticas de autores diversos também se seguirão durante o século XX. Para este trabalho importa sabermos que as interpretações dos mundos que não aquele europeu pelos viajantes tinha como base teorias como o darwinismo social e, principalmente, o

evolucionismo, mesmo tendo sofrido duras críticas ainda no século XIX, estas correntes de fato ainda dominaram grande parte da literatura produzida sobre a Amazônia.

* * *

A Literatura de Viagem sobre o Brasil oitocentista em estudo neste trabalho, revela-se de cunho científico, não mais baseada no fantástico. Ela ganhou exponencial importância com a chegada da Família Real Portuguesa à colônia e a consequente abertura de seus portos às nações amigas, em especial à Inglaterra. Esta abertura, mais do que apenas permitir transações econômicas bilaterais, também significou uma abertura ou facilitação para a circulação de pessoas, dentre as quais estavam um grande número de profissionais que viriam durante todo o século XIX escrever livros e artigos sobre suas viagens ao território nacional.

De fato, já existiam viajantes visitando o território brasileiro de norte a sul, estudando e produzindo relatos antes deste marco. Entretanto, a entrada de estrangeiros nas terras nacionais com objetivo exploratório ou mesmo científico antes da chegada da família real possuía controle mais rígido e necessitava de autorização do próprio rei de Portugal.

O famoso geógrafo, naturalista, botânico alemão Alexander von Humboldt (1769 – 1859), que desenvolveu importantes trabalhos sobre a região amazônica, sendo inclusive tomado como referência para diversos outros viajantes durante todo o século XIX, é o exemplo das barreiras impostas pela coroa portuguesa para a entrada de estrangeiros no Brasil. Sandra Marcondes, no seu livro “Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI” (2005), comenta que Humboldt não colocou os pés no território nacional pois acreditava-se que ele estava viajando a serviço do governo espanhol, sendo prejudicial, desta maneira, aos interesses de Portugal.

Assim, no ano de 1800 foi emitido e enviado aos governos do Grão-Pará e Ceará um documento oficial com a proibição da entrada do viajante no Brasil, sendo inclusive oferecida recompensa de 200\$000 pelo governo cearense para quem prendesse o naturalista em território nacional (Marcondes 2005).

O fato é que, por um lado, grandes e bem planejadas excursões vieram ocorrendo por todo o território brasileiro desde os primeiros momentos da chegada dos europeus, como exemplo destes primeiros homens podemos citar Hans Staden (1525 – 1576), Claude d’Abbeville (15? – 1632) e Jean Léry (1536 – 1613). Muitas destas excursões tinham como principal objetivo o “conhecimento do desconhecido”, mapear o território nacional, seus recursos, fauna e flora, sendo, para tanto, amparadas por governos, como o português, inglês e

alemão, ou instituições interessadas em formar grandes coleções para museus europeus e norte americanos.

Com a vinda da Família Real para o Brasil e a consequente abertura dos portos, estas excursões ganharam exponencial aumento, sendo incentivadas pelos membros da coroa que queriam agora conhecer o território e seus recursos na busca de uma formatação de ideia de nação (Naxara 2004). Assim como neste primeiro momento, outros dois fatores ainda merecem nossa especial atenção: a abertura dos portos amazônicos à navegação estrangeira e a introdução do navio a vapor.

Apesar de oficialmente o Brasil estar aberto às nações amigas, isso não significou a abertura dos portos amazônicos à navegação. Ou seja, ainda permanecia, na região, o bloqueio aos navios estrangeiros, fato que levaria a acalorados debates entre os defensores da permissão para a navegação internacional e os que se posicionavam contra a decisão. Estas discussões foram seguidas de diversas tentativas de inserção do capital internacional, tanto parcialmente quanto totalmente, na concessão para navegação. Neste entremeio, tivemos o ensaio americano através da *Amazon Steam Navigation Company*, já em 1826, e a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas, em 1852 (Furtado 2015).

É importante demarcar que neste período para que viajantes tivessem acesso à região norte seria necessário desembarcar em portos como o do Rio de Janeiro primeiro e a partir dali acessar as terras amazônicas pelo litoral ou interior no Brasil.

É somente no ano 1866, cerca de 40 anos após a abertura dos portos brasileiros, com o decreto nº. 3.749 de 7 de dezembro daquele ano que foi homologada a permissão para a navegação estrangeira nos rios amazônicos. A decisão foi regulamentada pelo decreto nº. 3.920 de 31 de julho de 1867, sendo em 7 de setembro do mesmo ano realizada a solenidade de abertura dos rios amazônicos à navegação internacional. A abertura impulsionou as produções etnográficas na região, facilitando acesso e ampliando a área de abrangência das narrativas.

Vale ressaltar, neste sentido, a importância das vias fluviais para o processo de ampliação das fronteiras territoriais brasileiras, pois

Com os registros dos primeiros naturalistas, se buscou um conhecimento mais sistemático do território, através do reconhecimento das vias naturais de acesso ao interior do país, ou seja, os rios [...] ganham importância estratégica: o rio São Francisco como via de penetração para o Nordeste; o Amazonas para a região Norte e os da Prata e Paraná para o Sul e países vizinhos (Andrade 2005:6).

Assim, é impossível ainda não reconhecermos papel do navio a vapor, pelo menos no caso amazônico, nos desbravares da região. Vitor Gregório (2009) destaca este como um dos

vetores do desenvolvimento e de conexão entre o centro e o interior da região. Outrossim, vale destacar que o Brasil exerceu forte atração de viajantes desde os primeiros momentos da chegada dos europeus. Tal fato se dá, nas palavras de Isadora Eckardt (2009), pois o país, além de ser rico em recursos naturais, também incitava a curiosidade de muitos por ainda ser bastante desconhecido.

Esta incitação do mesmo modo explica-se ao considerarmos o senso de deslocamento para a produção da escrita. O que queremos dizer é a busca por uma alteridade radical embasada na distância geográfica e ideológica (Peirano 1999). Em outras palavras, era o aventurar-se em terras distantes possuidoras de cultura e paisagens totalmente diferentes das suas. Carla Lima (2014) chama atenção de tal fato lembrando que as expectativas de muitos viajantes do século XIX “foram alimentadas pelo desejo de encontrar uma paisagem oposta ao mundo temperado europeu” (Lima 2014:18).

É válido dizer que, de acordo com Constantino (2012), o Brasil enquanto polo atrativo de viajantes só não o foi maior que o México, mas mesmo assim conseguiu direcionar os olhares de diversas nações e instituições para seu território. Neste quadro, a região amazônica ganha destaque enquanto possuidora de um rico patrimônio natural que além de aguçar o imaginário de cronistas e viajantes desde os primeiros registros produzidos sobre a região, em grande parte, mantidos por uma série de lendas como a do *El Dorado* ou das guerreiras Amazonas, ou ainda, por relatos de seus diversos grupos indígenas, seus modos de vida, práticas e saberes ambiguamente exotizados pelos viajantes.

Mais ainda, a região se torna foco de atenções, pois os espécimes e objetos coletados na Amazônia enriqueciam coleções de museus, bem como de particulares que estavam dispostos a pagar grandes quantias pelas peças coletadas. Carla Lima (2014) comenta que a capital inglesa possuía um intenso movimento de negócios ligados à venda de espécimes: leilões, agentes de vendas, lojas especializadas etc. Entre os viajantes que contribuíram para este mercado, estão Henry Bates e Alfred Russel Wallace, que passaram pela região marajoara no século XIX. Desta forma, a Amazônia em geral também era vista com olhos econômicos, como catalizadora do enriquecimento, viajantes vinham não somente com objetivo científico, mas também com o propósito de enriquecer às custas das vendas dos espécimes coletados e ganhar fama como desbravador.

Por fim, é importante também mencionar que os livros sobre a Amazônia ganharam ampla repercussão durante o século XIX, atraindo um público europeu e norte americano devotado que via neste tipo de literatura uma maneira de conhecer o “exótico” e “curioso” mundo amazônico.

As representações forjadas pelos viajantes sobre Brasil tiveram repercussões na formação de uma identidade nacional, principalmente através de uma imagem de natureza virgem e grupos indígenas relatados pelos naturalistas. Na mesma medida, as narrativas auxiliaram na formatação do território ao ajudarem a ampliar a cartografia oficial do país através de mapas feitos pelos expedicionários. Esta literatura de viagem também teve repercussão na literatura nacional, àquela época ainda em formação, através de nomes como Ferdinand Denis (1798 – 1890), que se destacou como um dos nomes do nacionalismo romântico brasileiro (Boaventura-Leite 1997; Andrade 2005; Batista 2009).

Pesquisas em Literatura de Viagem

O uso da Literatura de Viagem como fonte de campos como o da Antropologia, História, Museologia, Sociologia, Comunicação, Letras, para citar os principais, vem acompanhando uma constante retomada do crescimento. De fato, tal emprego não é recente, basta lembrarmos dos escritos de Rousseau que já no século XVIII comentava em suas obras as viagens empreendidas em séculos anteriores (Constantino 2012). Entretanto, apesar desta secular utilização, somente nos últimos trinta anos seus usos foram revalidados.

Talvez a melhor exemplificação do que dizemos seja a verificação das inúmeras revistas e periódicos especializados que dedicam números de suas edições à temática da literatura de viagem. Apenas para citar alguns exemplos temos a revista *Amazônica*, *Projeto História*, *Estudos Históricos*, *Perspectivas Sociais*, *Revista de Ciências Sociais*, dentre tantas outras, onde conseguimos encontrar variados artigos que trabalham de forma tanto específica, focalizando trajetórias de viajantes específicos, quanto macro, analisando narrativas variadas e locais variados.

Frente a esta grande produção, pretendemos agora avaliar o estágio atual das pesquisas, expondo alguns trabalhos do campo da literatura de viagem. Não é nosso objetivo aqui fazer um extenso levantamento, muito menos um estudo focado na crescente produção das obras voltadas para a literatura de viagem, apenas buscaremos apresentar algumas produções que trabalham eixos temáticos relevantes em nossas pesquisas. Daremos ênfase para aqueles artigos ou livros que trabalham com viajantes que estiveram na região amazônica no período do século XIX.

“Imaginário e Viajantes no Brasil do Século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência” (2002), de José Carlos Barreiro, objetiva fazer um registro das impressões dos

viajantes e das classes subalternas para traçar um panorama das práticas e formas de resistência no Brasil oitocentista.

O autor faz suas observações a partir de duas questões centrais: a propriedade e o trabalho. Sua análise é dividida em dois momentos. No primeiro, ele discute as representações para viajantes e classes sociais das duas categorias antes mencionadas, e posteriormente caracteriza os confrontos entre elas a partir das práticas sociais. É importante destacar que o próprio autor chama atenção à fluidez da fronteira entre representações e práticas sociais, tendo se utilizado da divisão apenas como suporte didático.

Nesse estudo Barreiro conclui a partir das análises de menções recorrentes a furtos, prática que já se caracterizada como uma “verdadeira endemia social” (Barreiro 2002:21), que

[...] a prática do furto entre os elementos integrantes das classes subalternas parecia ser simultaneamente a negação do trabalho disciplinado e do conceito capitalista de propriedade privada. Por essa razão, as classes dominantes mobilizaram com veemência todos os seus mecanismos de coerção, para que tal prática pudesse ser contida (Barreiro 2002:22).

Em outras palavras, prevaleciam concepções múltiplas e conflitantes a respeito da noção de furto: se para as classes dominantes o trabalho disciplinado e a propriedade privada eram os fatores que direcionavam o progresso, por outro lado, para as classes subalternas que, além de ter suas necessidades ligadas à caça, à pesca, à coleta de materiais, entre outras, ligadas às sazonalidades da natureza, atividades que não careciam das regularidades da noção capitalista, ainda valiam-se de uma concepção do furto que ignorava conceitos socialmente estabelecidos, como o de honestidade, se transformando em uma forma de resistência aos preceitos das classes dominantes. A perspectiva das classes subalternas faz lembrar Thompson quando assinala:

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos (Thompson 1998:301).

O trabalho de Miriam Lifchitz Moreira Leite “Livros de Viagem 1803/1900” (1997) é uma obra bastante visitada por diversos estudiosos que se dedicam as narrativas de viagem. A autora é uma das referências nacionais e internacionais quando o assunto é a literatura de viagem. Neste trabalho são lançados dois olhares sobre os escritos: o primeiro buscando identificar narrativas sobre mulheres habitantes do Rio de Janeiro do século XIX, e o segundo partindo para uma busca por caracterizar quem foram os viajantes que pelo Brasil oitocentista se aventuraram.

Miriam Moreira Leite no livro parte do pressuposto de que o viajante, por sua posição de estrangeiro, tinha vantagem na observação e descrição do grupo ao qual visitava, pois não pertencendo culturalmente aquele coletivo “tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber” (Leite 1997:9-10).

Este livro ganha singular notoriedade, pois no momento de sua tessitura poucos eram os trabalhos que se voltavam a análises das contribuições femininas para a literatura de viagem. Ao tomar como objeto de estudo as narrativas de autoras como Rose Freycinet, Maria Graham, Langlet Dufersnoy, Baronesa Langsdorff e Ida Pfeiffer, a autora as traz para o centro da discussão e se torna uma das poucas a discutir a temática.

Em “Amazônia: as vozes do rio” (2012), Ana Pizarro, por sua vez, busca analisar as diversas imagens que foram sendo construídas ao longo de séculos sobre a região amazônica. As análises iniciam-se com a viagem de Francisco Orellana, aventureiro que inicia as viagens pela Amazônia e, através da crônica do Frei Gaspar de Carvajal, responsável pelo registro que se tem hoje da incursão, “abre os olhos” do Ocidente para as riquezas que a região guarda. O ponto final da análise histórica de Ana Pizarro são expedições empreendidas por missionários, antropólogos e aventureiros já no século XX.

Todas estas viagens são seguidas de formações imagéticas ligadas a referenciais adotados naqueles períodos. Deste modo, a autora explora as imagens formadas nos primeiros séculos de colonização, presentes na literatura fantástica. A região, nesse contexto, passa a ser dominada por seres mitológicos, cidades de ouro como *El dourado* e aldeias de mulheres guerreiras como as Amazonas. Já no passar dos séculos XVIII e XIX, com as viagens científicas e as redescobertas do território nacional, as representações imagéticas sobre a Amazônia como vazio demográfico, terra sem história, de natureza selvagem, de nativos primitivos, sem política ou cultura, se estabelece e domina a produção bibliográfica. Tal visão, para a autora, se formaliza a partir dos horrores de como a extração do látex se apresentava aos olhares estrangeiros. Por fim, a autora avança ainda com a criação da imagem que se tem nos dias atuais, formulada a partir dos anos 1960 e 1970 com governos militares e seus planos de modernização da região⁶.

Outro trabalho que ganha bastante importância para quem estuda os viajantes é o livro de Ana Luisa Fayet Sallas “Ciência do Homem e Sentimento da Natureza: Viajantes Alemães no Brasil do Século XIX” (2013). A autora trabalha através das imagens e

⁶ É vasta a literatura sobre a Amazônia na ótica dos cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Entre esses é preciso citar: Porro (1993); Ugarte (2003); Neide (2007).

iconografias produzidas por viajantes alemães sobre o Novo Mundo para analisar os sentidos de cultura e civilização dos povos indígenas expresso por seus feitores, assim como a própria auto representação do viajante no mundo tropical. Ganham destaque na obra viajantes e artistas como Wied Neudwied, Karl F. von Martius e Rugendas.

Desde seu título esta obra é convidativa, a ciência como uma produção humana e os sentimentos como naturais retomam as críticas às perspectivas dicotômicas, cartesianas que opõem ciência e natureza, cultura e sociedade, objetividade e subjetividade dentre tantos outros.

A autora utiliza-se de conceitos variados como o de *theatrum mundi*, entendendo o mundo como teatro, onde se reencenavam, nas narrativas e imagens, momentos chave como a descoberta, a conquista, o deslumbre, o estranhamento. O conceito de *schemata*, partindo do princípio de que as imagens capturadas são traduzidas para um código reconhecível do autor e do público. Além ainda da apropriação do conceito de *afinidade eletiva* que “refere-se a um tipo particular de relação dialética entre duas configurações sociais ou culturais” (Sallas 2013:20-21).

Ainda trabalhando com as obras de viajantes alemães, é que Karen Macknow Lisboa escreve o livro “A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820)” (1997). O livro toma os estudos de dois viajantes alemães, Spix e Martius, através da obra “Viagem pelo Brasil (1817-1820)”. O objetivo geral é analisar nas narrativas as representações feitas pelos viajantes das categorias “natureza” e “civilização” no Brasil.

A escolha das duas categorias parte da premissa central de que, para Karen Lisboa, a natureza é fonte de encanto e de emoções, tornando-se inclusive tema central no Romantismo, além de ser um dos meios pelo qual é criada uma imagem do território nacional. Da mesma forma, a escolha por civilização é justificada pela constatação de que todos os viajantes herdeiros da Ilustração e que pelo Brasil oitocentista transitaram e buscavam fazer uma investigação do estado geral de civilização dos habitantes. No mais, as duas temáticas são constantes em praticamente todos os textos sobre o Brasil do século XIX.

A autora mostra no estudo o legado deixado por estes dois viajantes, sendo seus escritos tomados por outros naturalistas que posteriormente viajariam para o Brasil como molde a ser seguido. Spix e Martius foram de suma importância para desmitificar e negar imagens antes concebidas das terras nacionais, como, por exemplo, a degeneração de Buffon e De Pauw, dando uma visão hora romantizada, hora científica, enciclopédica e classificatória.

Livro que merece também destaque quando o assunto é literatura de viagem é o de Günther Augustin “Literatura de Viagem na Época de Dom João VI” (2009). O autor propõe com este trabalho fazer uma releitura crítica dos textos dos viajantes com o objetivo de analisar o que eles têm de constitutivo, ou seja, de que forma construíram o mito fundador do Brasil.

O trabalho se utiliza de conceitos como discurso e discursividade para defender a premissa básica de que viajantes naturalistas ao textualizarem seus olhares, ou seja, transformarem o que viam em textos, representavam uma visão, uma perspectiva de análise ligado a um ponto de vista particular. Além, o livro busca analisar como foram construídos os conhecimentos sobre o Brasil e as formas de se auto representar, o espelhamento do próprio viajante, de seus pressupostos, suas categorias e preconceitos nas narrativas.

O aporte teórico tomado por Günther Augustin parte de Friedrich Nietzsche e sua crítica ao pensamento ocidental. Para ele a formação do conhecimento é uma questão de relacionamento: “Relacionamos algo novo a conceitos, categorias e esquemas ou visões previamente formadas [...]” (Austin 2009:12). Desta forma, não existem verdades absolutas, o olhar seletivo resulta em um falar, escrever, narrar seletivo.

De singular importância para se pensar na literatura de viagem as categorias “viajante”, “naturalista” e a própria dicotomia trabalho de campo *versus* antropologia de gabinete, é o artigo de Lorelai Kury “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem” (2001). A autora postula duas concepções coexistentes sobre o modo de se fazer ciência no século XIX: a do naturalista viajante e a do naturalista sedentário.

Os primeiros são aqueles que se aventuram para além das fronteiras de seus países de origem, percorrendo lugares diversos, especializando-se em registrar textualmente, ou ainda através de desenhos ou imagens, os locais visitados, suas sensações e seus fenômenos. Os segundos, por outro lado, são aqueles profissionais que produziam a partir de gabinetes, tomando na maioria das vezes o relato dos primeiros como fonte de estudo.

O artigo ainda comenta que os primeiros eram vistos como essenciais para a transformação da natureza em ciência, produzindo-a a partir do campo, o viajante naturalista não tinha pressa, analisava, estudava, media, enfim, documentava todos os aspectos possíveis de seu objeto de estudo. Por outro lado, estes não tinham o apoio da consulta de livros no local ou possibilidade de comparação de exemplares encontrados em gabinetes e bibliotecas, fato que leva a autora a argumentar que “Muitas vezes, o coletor e o sistematizador não são a mesma pessoa” (Kury 2001:865).

Em um caminho similar é que “Travels and Science in Brazil” (2001) de David Marcus Knight trabalha. O seu texto volta-se para análises dos viajantes, seus interesses, objetivos e a influência de suas obras. O autor parte de uma dupla categorização de dos viajantes: o explorador universalmente curioso, ou seja, aqueles dos primeiros momentos da colonização portuguesa que pouco conheciam das terras nacionais e ainda possuíam um olhar de curiosidade frente ao desconhecido, e o, pelo autor denominado, cientista possuidor de uma teoria a ser testada, temporalmente localizados no século XIX e que promoviam excursões pelo Brasil com pretextos científicos e exploratórios.

Então, objetivando enquadrar os textos em uma ou outra categoria, o autor propõe a análise de três perguntas fundamentais que guiam as discussões e a estrutura do seu texto, são elas: Por que vieram? O que viram? e Quais foram as consequências de seu trabalho?

Vale mencionar que no texto ainda é abordada a questão da desconfiança da corte portuguesa frente a determinados cientistas que se propunham, por um lado, realizar expedições científicas, mas que por outro, usavam produtos encontrados nas florestas em seu próprio proveito, a exemplo David Marcus Knight cita o caso da borracha que chamou atenção de botânicos que atentaram para possibilidade de cultivá-la em outros lugares do globo.

Um estudo mais abrangente temporalmente é aquele desenvolvido por Maristela Oliveira de Andrade. O artigo intitulado “O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a história cultural brasileira” (2005) é resultado de uma série de leituras feitas pela autora no âmbito de disciplinas como Cultura Brasileira e Antropologia do Brasil. O texto propõe-se a analisar as diversas imagens formuladas sobre o Brasil e sua população desde o século XVI até meados do XX, para tanto, a autora parte do seguinte pressuposto:

Entre as múltiplas facetas da literatura de viagem, deve-se salientar particularmente seu caráter de texto etnográfico, apesar de reconhecer igualmente sua dimensão de texto literário, bem como de documento histórico, mas é, sobretudo, o seu sentido etnográfico que se busca captar. Enfim, é necessário destacar a importância das visões e impressões registradas nos relatos dos viajantes e sua penetração entre os intelectuais nativos e as camadas populares no quadro da sociedade brasileira, como um elemento crucial para o estudo da história das idéias ou de uma história intelectual no contexto brasileiro. Idéias formuladas pelos viajantes de forma espontânea ou sem uma reflexão mais sistemática, baseando-se em impressões e experiências pessoais, acabaram sendo assimiladas ao repertório de idéias sobre o Brasil de que todos lançam mão ao seu modo, sejam intelectuais ou segmentos populares, transformando-se em idéias do senso comum (Andrade 2005:2).

Assim, são analisados quatro momentos que marcam profundamente as imagens lançadas sobre o Brasil: o período inicial de colonização e a difusão do mito de paraíso

terreno e de Jardim do Éden; em um momento seguinte, parte-se para análise de uma reorientação da visão de paraíso, passando, por exemplo, a visão da nudez indígena tida como relativa à nudez de Adão para uma imagem de canibal e selvagem; em terceiro lugar a autora faz uma análise da obra “A peregrinação” de Fernão Mendes Pinto, que ganha singularidade por dar ao oriental uma visão de superioridade frente ao europeu; e por último são analisados os aspectos relativos à literatura de viagem sobre o Brasil e obras fundamentais referentes à temática como a de von Martius e Gilberto Freyre.

Ainda sobre a diferenciação das primeiras formas de registro feitas pelos cronistas e aquela de cunho mais científico, produzida já no século XIX, é que Isadora Eckardt escreve o artigo “A perspectiva científica da literatura de viagem do século XIX: Auguste Saint-Hilaire” (2009). A autora toma o livro “Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” (1830) do naturalista Auguste Saint-Hilaire como estudo de caso para defender a ideia de que existiam duas correntes principais sobre a forma de se produzir um relato: uma corrente mais objetiva, de conteúdo e objetivos mais científicos, e outra de cunho subjetivo, contendo relatos de impressões pessoais dos autores.

O olhar diferenciado, ou “olhar armado” – termo que Eckardt empresta de Flora Süssekind - dos viajantes naturalistas do século XIX leva a autora a concluir que havia uma maneira peculiar de lidar com os dados, a informação só fazia sentido, só era importante quando podia contribuir para a organização do conhecimento existente. Desta forma, as longas narrativas descritivas, a apreensão e classificação de espécimes pelos viajantes se justificavam, pois estavam conectando-se a esquemas de sistemas já institucionalizados.

Sobre a centralidade da narrativa, o ponto de vista de quem narra e o eurocentrismo contido nos relatos, a obra “O Eurocentrismo do Testemunho: Relatos de Viagem no Rio Grande do Sul do Século XIX” (1999) de Maria Angélica Zubaram merece destaque. A premissa base da autora para a produção do texto é baseada nas ideias de Ana Maria Belluzzo, que defende que o ato de ver e registrar não é meramente passivo, ou seja, não pode ser tomado como uma “simples operação retiniana”. Ressaltar os projetos, intenções e relações entre os relatos e os povos nativos da América do Sul do século XIX é, então, tarefa básica.

A autora parte ainda do pressuposto teórico de que a “[...] literatura de viagem teve enorme importância na formação de uma estrutura de atitudes e de referências para europeus e não europeus, e, neste sentido, contribuiu para a construção de identidades” (Zubaram 1999:17). Apesar de especialmente o artigo tomar as narrativas sobre o Rio Grande do Sul do século XIX, mas a obra é de suma importância e tem frequentemente tomada suas propostas como método para análises dos olhares europeus lançados sobre as terras amazônicas.

“Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver” (2010), Leandro Belinaso Guimarães e Maria Lucia Castagna Wortmann, discorre sobre os modos como a floresta amazônica e os sujeitos que estão nela foram produzidos nos escritos de Euclides da Cunha no início do século XX. Apesar de localizar-se temporalmente no início do século XX, mas o texto traz importantes discussões sobre a literatura produzida no século anterior.

Uma das intenções centrais do texto é marcar a descontinuidade existente entre a literatura do século XIX e aquela produzida por Euclides da Cunha. Os autores conduzem uma análise sobre a produção literária de viagem do oitocentos para posteriormente contrapor com as concepções *euclidianas*. Destarte, é defendida a ideia de que é necessário passar a limpo a literatura de viagem que postula a floresta como lugar encantado e idílico.

É singularmente destacada pelos autores a concepção de literatura de viagem do século XIX, para eles esta é oposta aquela desenvolvida nos primeiros séculos após o descobrimento. Desse modo, “[...] se nos séculos XVI e XVII o encantado da viagem remetia à descrição do encantado e do maravilhoso, o encantamento da viagem dos séculos XVIII e XIX estava na possibilidade de fortalecer uma ciência natural em consolidação” (Guimarães e Wortmann 2010:309).

A leitura do texto de Magda Sarat “Literatura de viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros” (2011), por sua vez, é um escrito introdutório, mas de grande importância para os estudos da literatura de viagem. O objetivo mais geral do artigo é logo evidente: refletir sobre aspectos da educação, civilidade, comportamentos, cotidiano e costumes da vida brasileira no século XIX.

Para alcançar tal intento, a autora se lança inicialmente em uma análise histórica sobre as viagens, demarcando o século XV como ponto de partida. Neste período o *Orbis christianus*, ou visão teológica, já falava de um novo mundo, mas este estava ligado ao paraíso terreno, o Jardim do Éden. Apesar do domínio desta vertente, a autora defende que um provável ceticismo pelos lusitanos frente a tal visão é a que devia, em grande parte, o sucesso nos empreendimentos ultramarinos, conquistando diversas terras além mar.

Ainda em sua análise histórica, a autora destaca que divulgação dos documentos de viagem passou por diversos momentos, merecendo destaque na obra três momentos: a popularização da imprensa, encabeçada pela chamada “Revolução de Gutenberg” no século XV, a indicação da viagem por Montaigne no século XVI como princípio educativo e parte da afirmação do burguês e o entendimento da viagem como método pedagógico sugerido por Rousseau no século XVIII.

No documento, Sarat (2011) conclui os estudos deixando ver que as diversas imagens formadas sobre o Brasil do século XIX foram fundadas em mitos e estereótipos, mas são de suma importância tomá-las enquanto objeto de análise, pois parte de observações diretas do próprio cotidiano, além de revelarem uma formação do próprio viajante, devendo, dessa forma, ser interpretada em contexto de produção.

Além de seu já referido trabalho, Karen Macknow Lisboa ainda produz o artigo “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Natureza e Esboços de uma Civilização” (1995). Neste artigo, a autora analisa a forma como os preceitos da *Historia Natural* desenvolvida pelos dois viajantes bávaros se conjugavam com uma estética romântica, ou seja, em determinados momentos o mundo natural é matizado por descrições poéticas e romantizadas, por outro o território nacional é palco para projeções civilizatórias.

A centralização do mundo natural do estudo de Spix e Martius não excluiu o homem da narrativa, “[...] a natureza é incompreensível sem o homem” (Lisboa 1995:85), aliás, para os viajantes, adverte a autora, era justamente o grau de dominação da natureza que ressaltava o estado civilizatório em que se encontrava. Herdeiros de uma filosofia da Ilustração, os viajantes lançavam então seus preceitos para uma nação civilizada: a já referida dominação da natureza e a miscigenação de raças. Defensores de uma “perfectibilidade”, dotavam a raça caucásica de uma ordem de dominação e superioridade em relação as raças americanas e etiópica.

O viajante Wallace e suas impressões sobre o Brasil são o objeto de estudo de José Jerônimo de Alencar Alves em seu texto “A natureza e a cultura no compasso de um naturalista do século XIX: Wallace e a Amazônia” (2011). A ideia central da qual parte o autor é a de que as teorias desenvolvidas no âmbito da ciência são sempre circunscritas por uma “visão de mundo” associadas a valores, preceitos, intenções e sentimentos estéticos, em outras palavras, as atividades científicas encontram-se associadas a interesses, valores e fins de quem as produz.

Dito isto, o autor desenvolve um trabalho cujo objetivo central é contribuir para a compreensão da relação entre as atividades científicas e os valores que as motivaram na viagem do naturalista Alfred Russel Wallace pela Amazônia, onde interagiu com a natureza e cultura da região. O viajante foi guiado à Amazônia, dentre outros motivos, por influência de relatos como o de William Edwards *A Voyage up the river Amazons* (1847), o qual valeu para a formação de imagens prévias sobre as terras a serem visitadas. Entretanto, mostra José Jerônimo de Alencar Alves, que ao experienciar uma vivência nos entremeios da região, muitas destas imagens se transformaram, fazendo o naturalista descrever a região com certo

otimismo em oposição a visões detratoras que concomitantemente se presenciavam. “Enfim, o desencanto de sua primeira impressão foi gradativamente recoberto por nova imagem cuja beleza se ampliou, tanto nas aves e nos insetos como nos diversos recantos da paisagem” (Alves 2011:781).

Os habitantes da região por sua vez, são narrados sobre uma áurea de encanto, entusiasmo e sensibilidade, aliados a juízos de valor. O corpo para o naturalista era superior a qualquer estátua, a mais perfeita que fosse esculpida pelo homem europeu. Da mesma forma, os rituais e as danças que presenciou são descritos por Wallace através de um sentimento de júbilo por poder ver um espetáculo exótico, pitoresco e belo.

Sobre os viajantes Louis e Elizabeth Agassiz é Lorelay B. Kury quem escreve o artigo “A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na *Viagem ao Brasil*” (2001), que analisa os textos do casal a partir dos aspectos da fauna, das raças e mestiçagens de habitantes locais. Defende a autora que o relato transita entre um caráter pitoresco e outro científico, a respeito desta característica é que a metáfora empregada em uma correspondência pessoal de um amigo do casal comparou seus escritos com uma sereia dos antigos poetas, sendo difícil saber onde termina a mulher e começa o peixe.

Os viajantes partiam da premissa do criacionismo, ou seja, uma origem divina para o surgimento da vida na terra, o que faz com que os naturalistas iniciem a expedição objetivando estudar os peixes da região amazônica para, dentre outras coisas, buscar provas desta teoria por eles defendida. Concomitante a esta, os Agassiz ainda entendiam que cada espécie era designada a uma pátria, Deus as criou e as limitou a suas províncias.

A respeito da mestiçagem, antes da viagem pelas regiões amazônicas, Agassiz defendia uma unidade humana, ou seja, todos, apesar da existência de hierarquias, pertenciam a uma mesma raça. Por outro lado, no transcorrer de sua viagem ao Brasil, chega a conclusão que é pouco provável delimitar uma origem única. Em outras palavras, ele passa a defender uma origem poligênica do homem.

Outro viajante que se torna objeto de estudo é o naturalista Henry Bates na obra “Henry Walter Bates: um viajante naturalista na Amazônia e o processo de transferência da informação” (2004) de Rubens da Silva Ferreira. O artigo tem o objetivo de analisar o processo de transferência de informações produzida por Bates durante sua estadia na Amazônia.

O processo de transferência de informação para o autor, pelo lado da dimensão mais simples do cotidiano, necessita da mesma “[...] mecaniciade com a qual come e/ou respira, sem que necessariamente ele tenha consciência dessa prática” (Ferreira 2004:68). Por outro

lado, quando o campo é a ciência, a conduta envolve uma dimensão mais metódica, orientada na direção da produção de novos conhecimentos sobre a realidade investigada.

A divulgação dos dados coletados em campo nas escritas de Bates só tiveram seu princípio três anos após o retorno do naturalista à Inglaterra através de um artigo sobre os insetos do vale amazônico que ganhou notoriedade no meio científico e deu-lhe certa fama, sendo somente em 1963 que o viajante publica seu famoso livro *The naturalist on the river Amazon*. No trabalho, Rubens da Silva Ferreira ainda destaca o importante papel dos diários de campo e das correspondências pessoais, que ajudam a entender o pano de fundo das investigações e a revelar dados não contemplados nos livros.

Como dito no início desta seção, a literatura sobre as viagens é extensa e continua em gradual expansão. Os trabalhos buscam compreender os mais diversos aspectos dos relatos ou de suas representações, principalmente aquelas formuladas no século XIX. No rápido levantamento aqui feito, buscamos mostrar um pouco das diversas pesquisas que trabalham a literatura de viagem, com destaque para aqueles que focalizam a região amazônica.

O arquipélago de Marajó em muitas narrativas dos viajantes é descrito por suas belezas naturais, seus rios e matas, também suas vilas e habitantes locais. Apesar deste quadro, constatamos uma escassez de trabalhos acadêmicos que problematizem as representações forjadas por estes viajantes durante o oitocentos.

Em alguns trabalhos anteriores por nós desenvolvidos (Araújo e Sarraf-Pacheco, 2013; 2014; 2015), demos um passo neste sentido, tomando as narrativas sobre a região marajoara como nosso objeto de estudo. Da mesma forma, trabalhos desenvolvidos por Josiane Martins Melo e Agenor Sarraf Pacheco (2013; 2014), também caminham em direção similar. Todavia, estes trabalhos foram desenvolvidos no âmbito de uma graduação em Museologia, fazendo com que os olhos que investigaram os escritos estivessem ligados a referenciais deste campo.

Dentro da Arqueologia/Antropologia e da História, a temática marajoara é abordada em diversos aspectos, ganhando destaque os trabalhos de Denise Schaan (2006; 2010; 2012; dentre outros) e mais recentemente Ana Maria Linhares (2015; 2017). Nestas obras o uso dos relatos de viagem como fonte de pesquisa é apreendido por sua importância arqueológica, ou seja, enquanto registros de trabalhos realizados por viajantes em sítios da região marajoara no século XIX, especialmente em porções da região que Sarraf-Pacheco (2006) apreende como Marajó dos Campos.

Neste sentido, o texto “Entre a tradição e a pós-modernidade: a cerâmica marajoara como símbolo da identidade ‘paraense’” (Schaan 2012), exemplifica o que estamos

apresentando. A autora se utiliza de diversos relatos de viagem, como os de Karl Phillip von Martius (1820), Charles F. Hartt (1936), Orville Derby (1879), Ferreira Penna (1973), B. Steere (1927) e Ladislau Neto (1885), como recursos para reconstruir a história das pesquisas arqueológicas no Marajó.

Nosso texto dissertativo sobre os relatos dos viajantes oitocentistas busca ampliar olhares em torno da região marajoara em suas zonas de campos e florestas, com destaque para vilas e povoados de Breves, Gurupá, Melgaço, Anajás, Soure, Salvaterra, Chaves e suas ilhas Mexiana e Caviana. Sabe-se que o uso da literatura de viagem como fonte de estudos sobre a região amazônica não é uma novidade, contudo, os poucos trabalhos que em suas análises contemplam passagens sobre o arquipélago de Marajó são pontuais, fato que se dá, talvez, por não ser este o foco principal dos estudos. Alguns trabalhos como as teses de Fares (2003) e Sarraf-Pacheco (2009) utilizaram-se das crônicas de viagem, tanto dos séculos XVII e XVIII, quanto do século XIX, sem, necessariamente, ser o objeto de estudo das investigações.

No mapeamento das escritas acadêmicas sobre os viajantes que singraram águas marajoaras nos oitocentos, a tese de doutorado de Carla Lima, que se dedicou a estudar “o trabalho de campo do coletor e naturalista britânico Alfred Russel Wallace na Amazônia, efetuado no período de 1848 a 1852” (Lima 2014:13), focalizando os modos como “a natureza tropical foi interpretada ou imaginada” pelo excursionista, dá especial atenção à estada do viajante em solo marajoara. Lima dedica-se ainda a “examinar a experiência material desse coletor de espécies com a realidade amazônica; e, com isso, recuperar, ao mesmo tempo, o cotidiano de suas viagens e as formas pelas quais interagiu com o ambiente e as culturas dos lugares que visitou” (Lima 2014:13). A pesquisa considerou a experiência de campo importante para “treinamento técnico e formação intelectual” permitindo ao naturalista “adquirir habilidades e amadurecer reflexões” que o tornaram um estudioso da natureza (Lima 2014:13).

Do mesmo modo, o trabalho de José Carlos Barreiro, “Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência” (2002), cita, ainda que parcialmente, o relato dos viajantes Louis e Elizabeth Agassiz sobre a região marajoara como suporte para defender seus argumentos.

Assim, acreditamos que este trabalho ganha importância por se debruçar em relatos oitocentistas como fontes de estudos, centrando-se em representações elaboradas por uma diversidade de viajantes, especialmente estrangeiros, muitos deles ainda não explorados em pesquisas realizadas sobre rios, fauna, flora, vilas, habitantes etnicamente revelados e seus modos de vida no arquipélago de Marajó.

Questões Teóricas e Metodológicas da Pesquisa

A antropologia estabeleceu sua identidade como ciência por meio de uma abordagem metodológica na qual a observação participante tornou-se elemento central. Enfatizando, entre outras coisas, a coleta *in loco* dos dados, alguns pesquisadores, a quase um século, procuraram distinguir a natureza “profissional” do trabalho feito sob estas condições das opiniões “leigas” dos missionários, viajantes, agentes coloniais ou mesmo de alguns especialistas que, embora tivessem escrito longamente sob certos grupos, jamais haviam estado pessoalmente entre eles (Silva 2006:13)

O excerto de Vagner Gonçalves da Silva exemplifica um dos primeiros e grandes desafios de se trabalhar com arquivos em antropologia: a prevalência do campo. Nesta secção nosso objetivo é expor os caminhos teóricos e metodológicos que guiaram nossas pesquisas por meio dos arquivos. Se, como observamos acima, na antropologia o trabalho de campo é marcador indelével, de onde provém esta tradição? Qual o lugar do arquivo nesse fazer científico? Como trabalhar tendo o arquivo como campo? São estas algumas questões que pretendemos responder.

Os estudos e a produção de teorias sobre o homem e sua diversidade só foram possíveis no século XIX, em grande parte, a partir de observações e registros em campo. Tais registros foram majoritariamente mantidos, como já destacado anteriormente, por uma série de cronistas ou viajantes que circulavam por entre o território de um país, registrando suas aventuras em diários, livros, cartas, periódicos, entre outras evidências da experiência socialmente vividas e produzidas.

Estes profissionais não eram das cientistas sociais, mas ganham ampla importância nas pesquisas sobre o território nacional, pois na falta de profissionais das ciências sócias, foram eles quem observaram, narraram e registraram experiências com populações brasileiras (Melatti 1984).

Os tomos produzidos por estes viajantes eram muitas vezes adotados por estudiosos que, a partir dos relatos e materiais coletados, produziam suas proposições acerca do “outro” sem necessariamente ter estado ou vivenciado a realidade a qual dedicara seus estudos. Esta prática, formalizada no século XIX, é conhecida como “antropologia de gabinete”. (Daniel e Cravo 2005; Pompa 2006; Silva 2006; Lima 2014)

Assim perpetrados, temos a construção do conhecimento bipartido: de um lado o viajante, entendido como um coletor de dados, espécimes e cultura material, relatando os fatos e categorizando-os; e de outro os cientistas e estudiosos, que tomavam tais narrativas e objetos como fontes para seus trabalhos, e que, alicerçados em outras coleções mantidas em museus, bibliotecas e coleções particulares, desenvolviam suas teses.

É nestes termos que Heloisa Bertol (2009) nos fala da operacionalização de “duas ciências”: a Etnografia e a Antropologia. Para a autora, “Diferentemente da etnografia, a antropologia foi uma ciência de médicos, realizada em laboratório, e, embora trabalhasse com material coletado em expedições naturalistas, definia-se por métodos específicos [...]” (Bertol 2009:172).

Apesar da separação existente entre o registro prático e os seus estudos, é importante marcar que ambos eram vistos enquanto momentos fundamentais para a produção do conhecimento, pois um subsidiava o outro nos seus fazeres. Devemos ter ainda em mente que, apesar da constatação de tal segregação, esta não era uma regra geral, pois podemos notar em nossas pesquisas que alguns homens que coletavam às vezes também, ao retornarem a seu país de origem, produziam estudos, comparavam e teorizavam.

Neste sentido, Leandro Guimarães e Maria Lucia Wortmann (2010) ressaltam que para um texto ser enquadrado dentro da categoria de “Literatura de Viagem”, ele precisaria operar com duas razões básicas: o estar lá e a coleta de materiais (espécimes, informações etc.).

Por sua vez, Lorelai Kury, no texto “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem” (2001), argumenta que para o viajante Alexander von Humboldt (1769-1859) a experiência de viagem faz parte da própria atividade científica, ou seja, descrever a partir de recortes de uma realidade não substitui uma experimentação pessoal na medida em que não possibilita estudos de fatores contextuais dos espécimes ou objetos coletados. Em resumo, o senso da escrita a partir de uma experiência empírica se fazia presente já neste momento. Entretanto, de fato, esta prática de construção de um saber bipartido tem ainda grande dominância.

Crítico desta maneira de se fazer ciência, o antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos Franz Boas, em sua viagem junto aos *inuit* ainda no século XIX, destacou a importância da ida a campo como parte singular no processo de produção do conhecimento antropológico, defendendo a busca de um entendimento do grupo estudado em seus próprios termos.

Malinowski, já no século XX, em seu famoso livro “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, publicado originalmente em 1922, dá um passo seguinte e formaliza um método para o trabalho de campo no qual defende a pesquisa participante e destaca sua centralidade na produção etnográfica, assim, colocando também em cheque a prática anterior de segregação do fazer científico bipartido.

Se antes de nomes como Malinowski e Franz Boas, a produção de conhecimentos sobre o homem era majoritariamente mantida por viajantes e antropólogos de gabinete, por outro lado, o que a metodologia defendida pelos dois antropólogos propiciou foi então a inversão do polo, ou seja, ganha força na antropologia a tradição da pesquisa de campo como fator preponderante, marginalizando ou censurando métodos de pesquisa anteriormente vigorantes.

James Clifford (2008) argumenta que no final do século XIX nada garantia ao etnógrafo o status de melhor interprete da vida nativa em oposição aos viajantes, que tendo estado em campo por mais tempo, possuíam melhores contatos e habilidades na língua nativa. Para o autor, o que antropólogos da primeira metade do século XX, como Malinowski e mais a frente Radcliffe-Brown, irão promover uma legitimação do pesquisador de campo. Em suas palavras: “O que emergiu durante a primeira metade do século XX com o sucesso do pesquisador de campo profissional foi uma nova fusão de teoria geral com pesquisa empírica, de análise cultural com descrição etnográfica” (Clifford 2008:22).

Retomamos, então, aqui o ponto onde começamos. Funda-se na disciplina uma base metodológica primando pela observação participante, “coleta” - se é que assim ainda podemos chamar - de dados *in loco* pelo pesquisador, legado de uma tradição funcionalista. Deste modo, frente à nova maneira de se fazer etnografia, a utilização de fontes como arquivos são relegados a uma posição periférica ou fronteira. Cunha (2004) fundamentada em Stocking Jr (1986) e Clifford (1994) assinala:

Descrever e interpretar a partir de informações contidas em documentos caracterizaria uma atividade periférica, complementar e distinta da pesquisa de campo e suas modalidades narrativas. Assim, a presença do arquivo na prática antropológica ou está afastada temporalmente daquilo que os antropólogos de fato fazem — caracterizando a prática dos chamados antropólogos de gabinete — ou constitui marcadores fronteira da antropologia com outras disciplinas — uma vez vinculados à prática dos historiadores, museólogos e arquivistas (Cunha 2004:293).

Neste quadro, João Pacheco de Oliveira Filho em “Elementos para uma Sociologia dos Viajantes” (1986), reconhece uma descontinuidade entre os relatos de viagem e a pesquisa antropológica atual. Para o autor, os dados fornecidos pelos viajantes são limitados, as informações são escassas e assistemáticas, não chegando nem mesmo a construir um conjunto homogêneo, pois relatam um amplo panorama, mas com poucas informações sobre a realidade visitada. Mais ainda, esta literatura possui graus diferentes de confiabilidade frente às formas variadas de coleta de informações, observação direta, informações de terceiros, tradução etc. Assim, as narrativas dos viajantes não trazem dados suficientes para uma análise com os padrões atuais que demanda uma etnografia.

No quadro atual da pesquisa em Antropologia, é sabido que ao se propor a fazer uma pesquisa participante, o pesquisador dedica-se a alguns momentos, antes da ida a campo, a realização de investigações em bibliotecas, arquivos e museus em busca de livros, documentos, cartas, enfim, informações prévias sobre seu campo. Esta é, entretanto, uma etapa que precede a ida a campo, não tornando de fato o arquivo o seu campo. Como argumenta João Pacheco de Oliveira, a utilização destes arquivos “[...] tem sempre uma finalidade subsidiária, sendo usualmente remetidos às partes introdutórias das monografias ou tentativas gerais de contextualização” (1986:86). Assim, frente ao que aqui foi exposto, resta, então, questionarmo-nos se existe e qual é o lugar dos arquivos na pesquisa antropológica?

Mariza Peirano (2014:379) diz que não há um momento certo para iniciar e acabar a pesquisa de campo, na realidade, para esta autora os momentos são arbitrários por definição e dependem da potencialidade de estranhamento. Nossa proposta foi, então, estranhar o arquivo e pensá-lo enquanto nosso campo de pesquisa.

Nos últimos anos, cada vez mais profissionais da antropologia, história, museologia, arquivologia, das ciências sociais em geral, estão se voltando para a pesquisa em arquivos. A retomada do foco para estas fontes provém de um repensar das informações contidas neles, bem como de metodologias específicas para investigação nestes documentos.

Mary Anne Junqueira, em “Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador” (2009), argumenta que a partir das mudanças registradas nos fins do século XX, os relatos de viagens vêm sendo cada vez mais questionados enquanto fonte de pesquisa. Zurbaran (1999) já havia pontuado esta mudança, atentando para o fato de que os estudos passaram das análises dos livros enquanto produto final e passaram a se forçar no processo de construção do “outro” nestes relatos.

Reside neste ponto uma questão nevrálgica para responder o questionamento sobre a possibilidade de entendimento da literatura de viagem enquanto campo de estudo da antropologia. Olivia Cunha comenta que a possibilidade do entendimento dos arquivos como campo etnográfico se torna possível a partir da tomada das condições de produção das narrativas enquanto objeto de análise, “isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições” (2004:293).

Em outras palavras, interessa agora compreender o universo cultural no qual os viajantes estavam inseridos (Junqueira 2009), os filtros pelos quais foram construídas as narrativas. “Arquivos *etnográficos*, tradicionalmente reconhecidos como repositórios de informação sobre “outros”, passam a ser reconhecidos como lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido” (Cunha 2004:294). Neste cenário, o

arquivo não é visto somente como *locus* da informação, mas como *locus* de produção, sentido e partilha das experiências vividas em espaços historicamente determinados.

Em “Terra de Revolta” (2014), Ana Renata R. Lima Pantoja também argumenta sobre a possibilidade de entender o arquivo como campo. A autora reconhece a ruptura com a noção de pesquisa participante e, conseqüentemente, com a prática corrente da antropologia, mas defende, por outro lado a necessidade da *imersão total* em ambiente onde agentes sociais articulam experiências do passado à luz das necessidades do presente. Em suas palavras, “Lidar, manusear e interpretar documentos escritos também requer, simbolicamente, que o pesquisador esteja de corpo presente (totalmente). Mentalmente, ele se reporta de corpo inteiro, para o lugar onde as narrativas foram escritas, para a situação que elas descrevem” (Pantoja 2014:53).

A autora lembra ainda que, como na observação participante, o pesquisador de arquivos não se desprende de seus valores e ícones de sua cultura e de seu grupo na interação com os informantes. “Aquele que imerge nos relatos de outrora, de um tempo e espaço distante e diferente do seu, não ‘mergulha e nem entra despido’” (Pantoja 2014:53).

Assim, buscamos neste trabalho centrar nosso olhar para representações forjadas sobre o arquipélago de Marajó nas narrativas de viajantes, atentando exatamente para estas formas de invenção desta narrativa, assim como adentrando no campo mental e corporal em uma tentativa de “imersão total” nas histórias ali contidas.

Para analisar as narrativas dos viajantes é necessário adotarmos alguns procedimentos. Antes disso, vale lembrar que os modos de interpretação do conteúdo presente nos escritos são variados. Dito isto, partimos então agora para um exame dos diversos autores que nos dão pistas metodológicas para estudar aspectos da realidade marajoara do século XIX por meio da literatura de viagem. Buscaremos expor algumas propostas metodológicas as quais nos guiaram em nossas pesquisas.

Mary Anne Junqueira, em seu já mencionado trabalho, lembra do caráter plural e diversificado da literatura de viagem. A busca por elementos comuns nas diferentes narrativas dos viajantes tanto em seu conteúdo, quanto nas maneiras de investigação torna-se tarefa arduosa. Entretanto, a autora postula alguns cuidados que o pesquisador deve ater-se ao aproximar-se deste tipo de fonte:

[...] conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto (durante ou após a jornada); a forma como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário etc.); e quando se publicou o texto, se for o caso. Mas, antes de qualquer coisa, devemos nos perguntar quem é o escritor do relato ou “quem ele quer ser” (Junqueira 2009:47).

No que se refere ao segundo e terceiro aspecto - a saber: a forma como foi elaborado o relato e quando se publicou o texto – estão estes ligados a outras duas concepções as quais também chama atenção a autora. A primeira diz respeito ao fato de que todo relato pressupõe um leitor, neste caso, pode ser tanto o próprio viajante - este é o caso do diário, escrito como suporte de lembranças que serão recuperadas em momentos futuros – ou um público mais específico – é o caso de livros e publicações especializadas em determinados assuntos que tinham características próprias voltadas para estes leitores – ou mesmo um público mais amplo cada vez mais crescente no século XIX – a exemplo dos romances e textos de jornais baseados nos relatos de viagem.

Neste mesmo sentido, o momento em que foi publicado o texto pode dar pistas sobre sua construção na medida em que sua escrita pode ter tido lugar ainda durante a expedição ou imediatamente após a viagem ou meses, até mesmo anos após a expedição, sendo que, neste caso, o autor se prende a memória para relatar os acontecimentos, produzindo o que a autora chama de “memória de viagem”. Além do mais, caso o texto tenha sido publicado, ainda há possibilidade de revisão do trabalho final, tanto pelo próprio viajante, quando por terceiros, para adequar o conteúdo ao público ao qual se voltara.

Núncia Santoro de Constantino, na introdução do livro de sua organização “Relatos de viagem como fontes à história” (2012), propõe a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), onde a partir da incidência de determinadas categorias pré-estabelecidas ou formuladas a partir do *corpus documental* é possível perceber a incidência de certas temáticas dentro da narrativa.

Carla Lima (2014) em análise, anteriormente mencionada, sobre escritos de Wallace na região amazônica, menciona as correspondências trocadas desse viajante com Richard Spruce e Henry Bates. Um dos aspectos que ainda interessa observar foi a utilização de instrumentos conceituais da História Cultural, que, segundo a autora, preocupa-se não somente com o acontecimento, mas com os modos de narrar, produzir a narrativa e os sentidos que ela ganha em contexto.

Em nossas pesquisas prezamos, na medida do possível, por contextualizar socioculturalmente os escritos, analisando o lugar de enunciação, o momento temporal de sua produção, a natureza tipológica do texto, bem como aspectos internos dos escritos inerentes às realidades as quais fazem parte.

Os condicionantes ao qual estavam sujeitos estes relatos vão deste um âmbito cultural, produzindo um conteúdo com visões carregadas de aspectos da cultura do viajante, a um de cunho prático, o qual diz respeito a características da produção da obra final. Por estes

fatores, questiona-se Stella Maris Scatena Franco, em artigo de sua autoria intitulado “Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental” (2009), se é cabível perguntar:

Os relatos, pela experiência do viajante, prestam-se a mostrar mais eficazmente o cotidiano e suas práticas, a iluminar uma dimensão mais material e concreta da vida no passado? Ou por serem essencialmente carregados de subjetividade, proporcionam maiores vantagens ao estudo das visões de mundo daquele que empreende a viagem? (Franco 2009:76).

A História Cultural e os Estudos Pós-Coloniais como um campo teórico fundamentado no diálogo da História com a Antropologia, especialmente em sua vertente interpretativa, dialógica e polifônica, revelou-se como possibilidade para o exercício analítico adotado.

Outrossim, é válido mencionar o uso da categoria *representação* para interpretar a produção literária dos viajantes do século XIX. Nesse sentido recorreremos à História Cultural, que “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier 1990:16-17).

De acordo com o mesmo autor, é importante atentarmos para as formas de construção de uma determinada realidade, pois

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (Chartier 1990:17).

Assim, não esperamos extrair verdades absolutas e irrefutáveis da documentação, pois ao nos propor investigar as memórias dos viajantes, temos ciência que se está lidando com “(...) complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos contraditórios” (Velho 2006:245).

De importância singular, vale ainda dizer, é a noção de que os encontros entre culturas distintas no século XIX fez da região marajoara uma “zona de contatos”, onde índios, africanos escravizados e europeus intercambiavam saberes, fazeres e modos de vida.

Mary Louise Pratt, no livro “Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação” (1999), entende como “zonas de contato” “[...] espaços sociais onde culturas dispares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (Pratt 1999:27).

Estas trocas podem ser inseridas dentro da perspectiva defendida por García Canclini em sua obra “Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade” (2009), para

o qual a interculturalidade “remete à confrontação e ao entrelaçamento, aquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas [...]; interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (García Canclini 2009:17).

Os intercâmbios, longe de serem experiências de particulares ou de períodos específicos da história dos contatos na região amazônica, foram na realidade praticados desde os primeiros momentos do encontro entre índios e europeus, já no século XVI, tendo ainda mais tarde um ponto de inflexão com a introdução da mão de obra africana escravizada. Em suma, estas trocas foram e ainda vem sendo realizadas no arquipélago, fazendo da região uma zona de contatos históricos (Pereira 1952; Salles 1971; Gomes 2005; Sarraf-Pacheco 2010).

É neste sentido que Paula Montero, na obra “Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural” (2006), comenta que “os sistemas sociais em relação se constroem por sobreposições”, assim sendo, termos como “encontros” ou mesmo “zonas de contato” servem para designar situações permanentes de interculturalidade ou o que a autora chama de “campo das relações interculturais” (Montero 2006:24).

Perpetrados desta maneira, percebemos que as imagens forjadas por viajantes oitocentistas sobre as regiões marajoaras são mediadas a luz de diversas outras representações tecidas historicamente por outros encontros. As redes de relações materializadas em reuniões, viagens ou mesmo publicações, ajudam, neste sentido, na troca de informações.

Sobre este aspecto, Carla Lima explora o caso dos viajantes Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates que, em grande parte, tiveram sua curiosidade sobre a região amazônica “aguçada” através dos escritos do americano William Edwards, que na primeira metade do século XIX viajou pelo rio Amazonas e apresentou sua aventura no livro *A Voyage up the Amazon. Including a residence at Pará* (1847). O relato de Edwards é frequentemente citado nas narrativas de Bates e Wallace que “ao mesmo tempo em que aguçava a curiosidade sobre o Novo Mundo, também dava indicações a outros naturalistas amadores sobre as vantagens de percorrer a região” (Lima 2014:21).

Para além, também fica clara a influência deste viajante na expedição de Wallace e Bates no encontro entre eles e o autor de *A voyage up the Amazon*, momento em que ocorrem trocas de informações e Edwards entrega cartas de recomendação aos dois viajantes cartas que facilitaram sua introdução e recepção no Brasil.

Em um aspecto mais amplo, é visível as influências de ideias de viajantes setecentistas e oitocentistas sobre seus pares que futuramente viriam a excursionar pelo Brasil

e região amazônica em geral. Um dos exemplos mais claros é o do já referido viajante alemão Alexander von Humboldt, que mesmo sem ter estado no Brasil, influenciou diversos outros exploradores posteriores a ele através de suas narrativas sobre a Amazônia.

É importante mencionar ainda que nos textos de Mary Louise Pratt (1999), Paula Montero (2006) e García Canclini (2009) são destacadas as desigualdades ou assimetrias nas relações interculturais construídas entre os diferentes agentes sociais em contato.

Como argumenta Paula Montero, é fato conhecido que, para além das opressões físicas, os conhecimentos etnográficos, geográficos e demográficos produzidos pelos diversos atores coloniais ao longo da história, foram “poderosos instrumentos de ordenação do mundo nativo para incorporá-lo progressivamente na órbita do Estado” (Montero 2006:25). Assim constatadas, as trocas relacionais se apresentam de formas assimétricas, tradicionalmente estudadas em um jogo de dominação e subordinação, mas que, em muitas vezes, acabam negligenciando ações de resistência por parte dos grupos dominados.

Os estudos dos encontros interculturais e suas relações assimétricas, ao longo da história da antropologia, percorreu diversas perspectivas analíticas. A “aculturação”, ou seja, a sobreposição dos valores culturais por um grupo dominante sobre um dominado foi, até a década de 1950, a vertente mais usual no caso brasileiro e norte americano. Entretanto, esta perspectiva de análise tinha seu foco de estudos somente em uma direção, ou seja, naquela do colonizador para o colonizado, evidenciando modos de imposição cultural de europeus. Assim, “as antropologias do contato foram, pois, marcadas, a partir da década de 1950, pela denúncia do sistema colonial” (Montero 2006:35).

A negação desta unidirecionalidade nos estudos veio a partir da década de 1970 com as análises das resistências, há assim um deslocamento do foco de estudos da ação do colonizador para os mecanismos empregados por locais como forma de resistência. Segundo Ann Laura Stoler (1995), esta negação também se dava na forma de compreender a cultura ou tradições locais, vistas até então apenas enquanto instrumento funcional ou, em outros casos, como obstáculo ao colonialismo. É válido mencionar que, ainda segundo Stoler, a dicotomia colonizador *versus* colonizado foi tomada enquanto fato neste momento, persistindo a negação, assim, de relações de trocas estabelecidas entre locais e europeus.

As problematizações formuladas pelos Estudos Pós-Coloniais sobre a dimensão binária da vida, os essencialismos étnicos, procurando visibilizar circuitos transculturais de saberes e fazeres em continuas relações de poder, resistência, trocas e reelaborações, permitiram pensar que

nenhum local, seja “lá” ou “aqui”, em sua autonomia fantasiada ou in-diferença, poderia se desenvolver sem levar em consideração seus ‘outros’ significativos e/ou abjetos. (...) O “Outro” deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma ‘exterioridade constitutiva’ simbolicamente marcada, uma posição marcada de forma diferencial dentro da cadeia discursiva (Hall 2003: 116).

Em vários momentos estamos trabalhando com o conceito de “transculturação”, por isso é importante também atentarmos para o entendimento que temos dele. Para tal fim, recorreremos novamente a Mary Louise Pratt que, na sua já mencionada obra, argumenta que o termo foi cunhado na década de 1940 pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz como proposta de substituição dos conceitos batidos de aculturação e desculturação, em sua visão reducionistas. Assim, Pratt articula que o termo tem sido usado recentemente por etnógrafos para descrever a forma “como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (Pratt 1999:30).

Todos estes conceitos nos ajudam a compreender, no arquipélago de Marajó, os jogos de poder, as relações transversais e as novas articulações estabelecidas nas relações entre os grupos ali presentes. Como argumenta Stuart Hall, há uma constante inversão de papéis entre os agentes, em outras palavras, se por um lado, viajantes, naturalistas, etnógrafos, geólogos, botânicos e entusiastas de viagem formam uma narrativa que transparece uma posição externa ao mundo visitado, diferenciando o “eu” europeu, branco e letrado, e o “outro” amazônico, mestiço e “iletrado”, por outro lado, a construção desta realidade e do próprio viajante, é conformada a partir das relações interculturais, onde múltiplas vozes se interpelam em trocas de saberes e fazeres. Ou seja, centro e periferia se rearticular e modelam um ao outro. Neste sentido, comenta Mary Louise Pratt que,

Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia [...], ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole – começando, talvez, por sua obsessiva necessidade de continuamente apresentar e re-apresentar para si mesma suas periferias e ou outros (Pratt 1999:31).

Já Michel de Certeau, em seu trabalho “A Invenção do Cotidiano: artes de fazer” (1998), também estuda o campo relacional, com destaque para as formas de recepção das imposições de dominadores. O autor se utiliza do conceito de *usos* para defender a tese de que, na imposição de um sistema, os grupos subordinados reempregam estas ordens criando novas maneiras de utilizá-las. Assim, frente as *estratégias* empregadas pelos colonizadores, são criadas na mesma medida, *táticas*, por parte dos colonizados, que “traçam “trajetórias

indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam” (De Certeau 1998:97).

Neste contexto, Hall é esclarecedor para pensarmos a dimensão indeterminada e contínua das assimetrias, contaminações e contestações nas relações entre viajantes e marajoaras, pois “a luta cultural surge mais intensamente naquele ponto onde tradições distintas e antagônicas se encontram ou se cruzam” (Hall 2003:260).

Buscamos até aqui expor brevemente os rumos de nossa investigação. Em um segundo momento, adentramos no mundo dos arquivos, especialmente digitais, mostrando as problemáticas que envolvem tal prática, principalmente no campo antropológico e histórico, e buscamos apresentar alguns caminhos trilhados por autores que se dedicam aos estudos da pesquisa em arquivos e que nos serviram como base para o desenvolvimento deste trabalho.

A partir de agora relatamos nossa experiência de investigação, as formas de obtenção das fontes, os modos como procedemos para investigá-las e o tratamento a elas dado na composição do texto dissertativo.

A Experiência de Pesquisa em Arquivos

O livro de Rubens Borba de Moraes “Bibliographia Brasiliana” (2010) é um guia para os pesquisadores que se dedicam a estudar os relatos de viagem sobre o Brasil. Considerada uma das mais completas obras sobre o tema, o livro lista os escritos publicados entre 1504 e 1900 que versam sobre o Brasil. Talvez o próprio subtítulo da obra possa melhor expor um pouco de seu conteúdo: “Livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial”.

Organizado em ordem alfabética, o trabalho completo é dividido em dois tomos: Tomo I, englobando os textos de A a L, e o Tomo II, de M a Z. O exemplar de 2010 é o único publicado em português, sua primeira edição data de 1958 e era originalmente em inglês, mesmo sua segunda edição, revisada e aumentada pelo próprio autor, ainda era na mesma língua. Somente em 2010 é que o livro é traduzido e publicado pela editora da Universidade de São Paulo.

A obra aqui em destaque foi guia em nossa expedição pela literatura de viagem do século XIX. Os livros e textos discriminados são organizados alfabeticamente, seguindo o modelo de identificação: Sobrenome, Nome. Título da publicação. Cidade, editora, ano (figura 1).

Bates, Henry Walter. *The naturalist on the river Amazons; a record of adventure, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel by Henry Bates, London, John Murray, 1863.*

2 vols. 20 × 13; Vol. I: vii, 1 fl. s. num. com índice das ils., 351 pp., 1 mapa desdobr., 18 ils.; Vol. II: vi, 423 pp., 24 ils.

Figura 1 - Excerto do livro “Bibliographia Brasiliana” sobre Henry Bates
(Fonte: Moraes 2010:124)

Delimitamos nosso campo a partir de três aspectos principais para investigação no livro de Rubens Borba de Moraes: o recorte temporal, obras com narrativas sobre a região marajoara e os livros escritos nos idiomas que dominamos, a saber, português, inglês, francês, espanhol e, em alguns raros casos, alemão. Somente em uma das situações recorreremos a uma narrativa em italiano devido sua singular importância, para a qual contamos com auxílio da tradução.

Por nossos esforços nas pesquisas centrarem-se temporalmente no século XIX, este foi nosso primeiro marco para a seleção. Investigamos nas 636 páginas que compõem cada tomo com o olhar voltado inicialmente para obras publicadas durante o oitocentos.

Da mesma maneira, ao encontrarmos uma referencia buscávamos identificar menções às terras marajoaras, suas vilas, campos ou florestas. Fomos auxiliados nesta procura, em grande parte, pelo próprio título dos livros. O nome da obra pode dizer muito sobre seu conteúdo, em livros de viagem do século XIX ordinalmente existe uma menção a seu recorte temporal ou geográfico.

Um exemplo do que estamos expondo são os livros do médico alemão Robert Avé-Lallemant. *Reise durch Süd-Brasilien im jahre 1858* (1859)⁷, que narra a viagem do autor pelas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, por outro lado, *Reise durch Nord-Brasilien im jahre 1859* (1860)⁸, descreve as aventuras de Avé-Lallemant pelas

⁷ Em tradução livre: Viagem através do sul do Brasil no ano de 1858. Esta obra foi traduzida para o português e dividida em diversos volumes.

⁸ Em tradução livre: Viagem através do norte do Brasil no ano de 1859. Esta obra também possui versão traduzida para o português, contudo, apenas seu segundo volume intitulado *No Rio Amazonas, 1859* (1980), de publicação da Editora da Universidade de São Paulo.

províncias do norte do Brasil. Assim, é possível compreender a partir do que é designado nos títulos determinados aspectos do que será veiculado.

De fato, não podemos negar dois fatores que também atentamos na interação com a *Bibliographia Brasiliana*. O primeiro é a possibilidade de uma publicação ter sido produzida em uma época e publicada posteriormente. O segundo é o fato de poder existir títulos de livros nos quais não estão contempladas as temáticas de nosso interesse, mas que em seu conteúdo a trazem. Portanto, apenas naqueles casos nos quais o nome da obra possibilitava excluí-la como fonte possível, ou seja, não se tratando de livros de viagem com temática amazônica, com é o caso do livro de Avé-Lallemant sobre o sul do Brasil, é que não os investigamos individualmente. Da mesma forma, todos os livros com os quais interagimos buscamos confirmar a data da viagem a qual o relato se dedica com intuito de certificarmos da validade de sua utilização.

Contamos ainda com um segundo aliado para fazermos a seleção dos textos que comporiam nossas fontes: o próprio Rubens Borba de Moraes. Na segunda edição de seu livro, são acrescentados comentários sobre as obras, sua temática geral, dados sobre os autores, a época em que foi empreendida a expedição, locais por onde transitaram, entre outros aspectos. Deste modo, as pesquisas foram em parte facilitadas.

Como exemplo, podemos citar uma pequena parte dos comentários que faz sobre Príncipe Adalberto da Prússia:

O príncipe Adalberto e sua comitiva chegaram ao Rio de Janeiro em 1842 e fizeram várias viagens pelos arredores (Nova Friburgo, Macaé, Campos). Do Rio embarcaram para o Pará, e dali subiram o Amazonas até o Xingu, percorrendo o rio por trechos até então desconhecidos do homem branco. [...] (Moraes 2010: 39).

Desta forma, encontra-se uma possível referência, considerando que, como comenta Rubens Borba de Moraes, Príncipe Adalberto da Prússia subiu o rio Amazonas, trajeto que obrigatoriamente leva-os a passar pela região marajoara.

Alguns livros, como é o caso do de Mirian Moreira Leite “Livros de viagem 1803 / 1900” (1997), disponibilizam em seus conteúdos listas de viajantes. No caso do livro supracitado, por ter uma abrangência das viagens a nível nacional, mas um recorte temporal delimitado (século XIX) é disponibilizada uma listagem de viajantes que passaram por alguma região do Brasil no referido período. Na publicação ainda são informados dados como a naturalidade do viajante, o ano de seu nascimento e falecimento, o período em que esteve em território nacional, a idade com que o naturalista chegou ao Brasil, sua profissão, o livro que foi consultado para a obtenção dos dados e a instituição que financiou a expedição.

Por sua vez, João Meirelles Filho em seu livro “Grandes expedições à Amazônia brasileira 1500-1930” (2009), tem um enfoque mais regional, mas com um recorte temporal mais amplo. O autor constrói uma relação de viajantes organizada cronologicamente, destacando o nome do viajante, a duração de sua expedição, data de nascimento e falecimento do expedicionário, bem como algum comentário. Um exemplo: “1848-1859 | Bates, Henry (1825-1892). Inglês. Entomologista e coletor. Viajará extensamente pelo vale amazônico” (Meirelles Filho 2009:217).

Encontrada uma ocorrência válida, o desafio tornou-se a aquisição de um exemplar da obra. De fato, a internet nos foi de grande ajuda. O repositório de documentos online *Internet Archive*, de acordo com seus fundadores, é uma entidade fundada em 1996 sem fins lucrativos, sediada em São Francisco, nos Estados Unidos, e tem o objetivo de construir uma biblioteca na internet que possibilite acesso a pesquisadores, historiadores, alunos, o público em geral a coleções históricas existentes em formato digital. Seu acervo é composto por livros, documentos, imagens, áudios e páginas de internet. Todos os arquivos estão disponíveis tanto para visualização online, quanto para download. Grande parte das obras de viajantes que hoje dispomos foram adquiridas através deste canal.

Da mesma forma, o repositório digital *Gallica*, foi um dos meios com o qual buscamos as obras. O site é versão online da Biblioteca Nacional da França e de seus parceiros. Seu acervo igualmente é composto por imagens, livros e documentos, disponíveis de forma gratuita para visualização online ou download.

A Livraria do Senado Federal Brasileiro foi outro suporte por nós consultado. Através da coleção “O Brasil Visto por Estrangeiros”, em sua série “Viajantes”, a editora publicou, em português, diversos livros de aventureiros que pelo Brasil transitaram desde a chegada dos europeus nas Américas. Grande parte das obras está em suporte digital e disponível gratuitamente no site da livraria, outras, por sua vez, apenas em formato impresso e que por nós foram adquiridas.

Ganha destaque ainda as pesquisas feitas na biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Esta instituição guarda uma seção de obras raras na qual estão contidos alguns livros de relatos de viagem. Da mesma forma, desde os fins do século XIX a instituição mantém a publicação de seus Boletins, nos quais muitos viajantes contribuíram com suas narrativas. Como exemplo, podemos citar a narrativa de C. F. Hartt, na qual descreve parte de sua aventura, incluindo sua passagem pela região marajoara, na publicação de 1898 do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Ethnographia.

Tabela 1 - Livros de Viagem com Descrições sobre a Região Marajoara⁹

AUTOR	OBRA	ANO DA PUBLICAÇÃO
Agassiz, Jean Louis Rodolph	A Journey in Brazil	1868
	Viagem ao Brasil 1865-1866	2000
Avé-Lallemant, Robert	No Rio Amazonas	1980 (original: 1860)
Baena, Antonio	Ensaio Coreográfico sobre a Província do Pará	2004
Barão de Marajó	As Regiões Amazonicas Estudos Chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas	1992 (original: 1895)
Baril, V. L. (Comte de la Hure)	L'empire du Brésil	1862
Bates, Hery Walter	The Naturalist on the River Amazons: A record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel	1863
	Um naturalista no rio amazonas	1979
Belmar, A.	Voyage aux Provinces Brésiliennes du Pará et Amazonas, Monographie Complète de L'empire Sud-Américain	1862
Biard, Auguste François.	Deux Aneèe au Brésil	1862
	Dois Anos no Brasil	2004

⁹ Para mais informações sobre os viajantes vide apêndice.

Brown, C. Barrington e Lidstone, W.	Fifteen Thousand Miles on the Amazon and its Tributaries	1878
Coudreau, Henri A.	La France Équinoxiale, voyage a travers les Guyanes et L'Amazonie	1887
	Voyage entre Tocantins et Xingu 3 Avril 1898 - 3 Novembre 1898	1899
Denis, Ferdinand	Brésil	1839
	Brasil	1980
Derby, Orville A.	A ilha de Marajó – Boletim do Museu Paraense de Hist. Nat. E Etnog.	1898
Edwards, William H.	A voyage up the river amazon including a residence at Pará	1861 (original 1847)
Florence, Hércules	Esboço da Viagem feita pelo Sr. Langsdorff no Interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até Março de 1829 – Revista do Inst. Hist. Geog. e Etnog. do Brasil	1876
	Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829	2007
Harrt, C. F.	A região de Breves - Boletim do Museu Paraense de Hist. Nat. E Etnog.	1898
Kerhallet, C. M. P. de	Instruction pour Remonter la Cote du Brésil, depuis San-Luiz de Maranhão Jusqu'au Para, pour Descendre la Rivière de ce Nom et pour en Débouquer	1841

Knox, Thomas W.	The Boy Travellers in South America, adventures of two youths in a journey through Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil, Paraguay, Argentine Republic, and Chili with descriptions of Patagonia and Tierra del Fuego, and voyages upon the Amazon and la Plata rivers	1886
Marcoy, Paul	Voyage a Travers L'Amérique du Sud L'Océan Pacifique a L'Océan Atlantique	1869
	Viagem pelo rio Amazonas	2006
Nery, Barão de Santa-Anna	Le pays des Amazones, Le El Dorado Les Terres a Caoutchouc.	1899 (Original 1885)
	O país das Amazonas	1979
Leal, Oscar	Viagem a um país de selvagens	2012 (original: 1895)
Levasseur, E.	Le Brésil	1889
	O Brasil	2000
Maw, Henry Lister	Journal of a Passage from the Pacific to the Atlantic, Crossing the Andes in the Northern Provinces of Peru, and Descending the River Marañon, or Amazon	1829
	Narrativa da passagem do Pacifico ao Atlântico, a travez dos Andes nas Províncias do norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas, até ao Para.	1831
Myers, Henri Morris e Myers, Philip Van Ness	Life and Nature under the tropics, or sketches of travels amog the Andes, and on the Orinoco, Rio Negro, and Amazons	1871
Orton, James	The andes and the Amazon, or across the continent of South America	1870

Ferreira Penna, Domingos Soares	Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna – 2 vol	1973
Prússia, Príncipe Adalberto da.	Brasil: Amazônia-Xingu	2002 (original: 1842)
Rójas, F. Michelena y	Exploracion Oficial por la Primera vez desde el Norte de la America do Sul	1867
Scully, William	Brazil; Its Provinces and Chief Cities; the manners & customs of the people; agricultural, commercial, and other statistics, taken from the latest official documents; with variety of useful and entertainig knowledge, both for the merchant and the emigrant	1866
Smith, Herbert H.	Brazil, the Amazons and the Coasts	1879
	The Mediterranean of America - Scribner's Monthly, an illustrated magazine for the people	1879
Spix, J. B. von; Martius, C. F. P. von	Viagem pelo Brasil 1817-1820	1981 (original em 3 vol: 1823, 1828 e 1831)
Vincent, Frank	Around and About South America – Twenty Months of Quest and Query	1897 (original 1895)
Wallace, Alfred Russel	A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro, with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the amazon valley.	1889
	Viagens pelo Amazonas e Rio Negro	2004
Warren, John Esaias.	Pará or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon	1851

Todo este trabalho de pesquisa e obtenção de livros tomou mais de um ano de investigações com dedicação diária. Durante este processo, estivemos cursando algumas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA), oportunidade em que entramos em contato com diversos trabalhos clássicos do campo antropológico.

Na famosa narrativa de 1922, Malinowski diz: “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista” (1978:19). Em se tratando da pesquisa de campo, é recorrente a identificação entre os profissionais da Antropologia com o autor de *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Por outro lado, quando o campo é o arquivo, às vezes, é criada uma imagem de pesquisa feita com melhores condições de investigação, sem as dificuldades que uma pesquisa em uma aldeia, por exemplo, impõe. A pesquisa em arquivos pode ser feita em uma biblioteca, silenciosa, com ar refrigerado, contando com auxílio de diversos profissionais que trabalham no local. Ou ainda, pode ser feita na sua própria casa, sentado em seu escritório “fuçando” na internet suas fontes em catálogos de repositórios digitais ou de museus e bibliotecas.

Em um primeiro momento a afirmativa pode até parecer verídica. De fato, não nos aventuramos em terras distantes - distância essa que se faz presente mesmo quando o campo é sua própria cidade ou bairro - não visitamos grupos distintos e vivenciamos seu dia a dia, não sofremos com as mazelas e desafios de uma pesquisa participante.

A vivência de alguns anos dedicados aos arquivos nos fez refletir mais sobre o assunto e repensar a dicotomia pesquisa de campo *versus* pesquisa em arquivos. Malinowski expôs as dificuldades e desafios que sua pesquisa junto aos ilhéus da Nova Guiné impôs, fato que leva a uma grade identificação de outros antropólogos com suas pesquisas. Assim como na pesquisa participante, a pesquisa em arquivos também impõe desafios, provoca o pesquisador, instiga e intriga.

Ao submergir no oceano de documentos que bibliotecas, arquivos públicos, museus e repositórios disponibilizam, o pesquisador se vê perdido em meio a uma imensidão de artigos, mapas, pinturas, livros, entre outros rastros escritos ou visuais do passado. Ao abrir pela primeira vez um catálogo de livros de viagem, podemos compreender verdadeiramente o desafio que se impunha, apesar de algumas vezes poder contar com auxílio de bibliotecárias ou algum outro profissional ou ainda de algum tipo de ferramenta de busca online.

Imagine-se o leitor sozinho em uma mesa, de frente para seu computador ou rodeado apenas de livros. É parafraseando Malinowski que atentamos para as também existentes dificuldades de se pesquisar em arquivos. O trabalho com arquivos se torna duplamente

desafiador, pois requer não somente um entendimento do grupo o qual se pretende analisar, mas também um estudo sobre formação da narrativa, a partir de qual ponto de vista esta sendo produzido o registro. Há também os impasses linguísticos, considerando que muitos textos estão disponíveis apenas em seu idioma original, inglês, francês, espanhol, alemão, italiano e, até mesmo, latim. Atentar para motivações, roteiros, objetivos, interesses pessoais, são só algumas das características que temos que rotineiramente descobrir e considerar contiguamente à produção do relato.

É ainda neste sentido que devemos levar em conta os graus de confiabilidade dos relatos e suas limitações enquanto fonte. João Pacheco de Oliveira Filho comenta que

[...] existe uma descontinuidade radical entre as descrições dos viajantes e as exigências atuais da pesquisa antropológica. Os viajantes não fornecem dados suficientes para se promover uma análise segundo os padrões requeridos atualmente por uma etnografia. De um lado faltam informações sobre inúmeros fatores (da maior relevância) totalmente descuidados pelo viajante, enquanto as informações muitas vezes incidem justamente sobre aspectos de escassa significação sociológica. De outro lado, mesmo as informações relevantes são fornecidas de maneira esparsa e bastante assistemática; incidem sobre diferentes áreas da vida social, raramente chegando a formar um conjunto homogêneo de dados; os dados são coletados das mais diferentes formas (observação direta, discurso do nativo ou ainda do tradutor, informações de terceiros, etc.), possuindo em consequência graus de confiabilidade bastante diferentes e nem sempre facilmente detectáveis pelo analista atual (Oliveira Filho 1986:85).

As informações que podemos extrair de um relato não se limitam à página final ou inicial de um livro, todas as facetas que envolvem a produção do relato vão mais além, extrapolam as folhas dos tomos. Então cabe a nós irmos mais a fundo, mergulhando no mundo da produção daquele autor, objetivando encontrar o máximo de dados e informações possíveis que possam auxiliar em nossos entendimentos sobre aquela narrativa.

As pesquisas em arquivos podem, até certo ponto, dar-nos um conforto, mas por outro lado isso não significa que nesta zona permanecemos, pois deslocamo-nos minimamente em duas esferas: espacial e temporalmente, não fazemos uma pesquisa do alto, olhando externamente o fato narrado, nós adentramos nos arquivos, como já defendeu Ana Renata R. Lima (2014), e adentramos vestidos com nossos marcadores culturais, os quais se chocam com os do “outro” narrado e do narrador.

Treinar o olhar para interpretar dizeres, entaves linguísticos e localizar conflitos requer que nós mesmos reconheçamos nossa condição estrangeira nesse exercício de interpretações de estudos. Isso permite dizer que as dificuldades encontradas foram muitas, mas certamente as descobertas, possibilidades e perspectivas que as Literaturas de Viagens se

desvelaram aos nossos olhos também foram, na mesma medida, diversas, fascinantes e carregadas de aventuras.

PARTE I:

A Natureza nos Relatos de Viajantes

Se um antropólogo como Lévi-Strauss (1967) pode não acreditar na oposição natureza e cultura em nome de um "naturalismo superior" (Sahlins 1976), também se pode recusá-la em nome de um novo culturalismo, baseado no princípio do "relativismo natural" (Latour 1994). (...) Em outras palavras, é preciso antes de tudo romper a grande divisória natureza/cultura.

(Lima 1999:44)

Ao nos propomos analisar os relatos de viagem sobre o grande arquipélago marajoara do século XIX é necessário também estudar os autores destes relatos, suas expedições e objetivos propostos para a viagem, alinhando nosso trabalho às posturas dos autores que nos dão pistas metodológicas para estudar esta literatura.

Estudamos em separado estas biografias para um melhor desenvolvimento metodológico deste trabalho, mas é importante ter em mente que as biografias dos autores, seus objetivos de viagem, suas visões e posicionamentos, estão intrinsicamente ligados aos relatos produzidos. Não são mundos separados, mas componentes de uma mesma ação de escrita que é atravessada simultaneamente por todas estas esferas.

A leitura dos textos dos viajantes, em especial aquelas páginas dedicadas aos registros de narrativas sobre a região marajoara, trouxeram à tona uma pluralidade de maneiras de ver e escrever sobre o arquipélago. Brotam das folhas dos livros descrições sobre densas florestas que recobrem o território marajoara, menções à riqueza e abundância da fauna e da flora, além de emergir relatos de pequenas vilas, com destaque para Breves e Gurupá, no caso do Marajó das Florestas, e Soure, Salvaterra e Chaves no caso do Marajó dos Campos, além de pequenas povoações ou sítios como Juncal e Cajueiro. São revelados pelos homens e uma mulher das letras aspectos estruturais destas localidades, comércio, plantações de borracha e vida material, assim como parágrafos dedicados aos habitantes locais, seus modos de vida, costumes e práticas cotidianas.

Estas narrativas vão ao encontro de uma característica básica da literatura de viagem, a saber a longa profusão de temas (Lisboa 1997:23). Apesar deste amplo leque de temáticas abordadas por estes viajantes, existem algumas características da Amazônia que são mais ressaltadas. A partir da constatação destas categorias centrais, buscamos delimitar os capítulos que se seguem.

Seguindo a ordem da viagem, ao adentrarem no arquipélago de Marajó, as primeiras descrições que emergem dos livros são aquelas referentes as características naturais da região, rios, ilhas, lagos, flora e a fauna. De fato, desde os primeiros momentos da chegada dos europeus ao território nacional, fundou-se uma imagem popularmente disseminada de Brasil como aquela descrita pelos reverendos norte-americanos Daniel Kidder e James C. Fletcher:

The popular notion of Brazil is, to a certain extent, delineated in the accompanying side-illustrations. Mighty rivers and virgin forests, palm-trees and jaguars, anacondas and alligators, howling monkeys and screaming parrots, diamond-mining, revolutions, and earthquakes, are the component parts of the picture formed in the mind's eye. It is probably hazarding nothing to say that a very large majority of general readers are better acquainted with China and India than with Brazil. How few seem to be aware that in the distant Southern Hemisphere is a stable

constitutional monarchy, and a growing nation, occupying a territory of greater area than that of the United States [...]. (Fletcher e Kidder 1879:3)

A noção popular do Brasil é, em certa medida, delineada nas ilustrações que acompanham ao lado. Poderosos rios e florestas virgens, palmeiras e onças, sucuris e jacarés, macacos uivantes e papagaios barulhentos, exploração de diamantes, revoluções, e terremotos, são as peças que compõem a imagem formada no olho da mente. É provavelmente estar arriscando nada a dizer que uma grande maioria de leitores em geral estão mais familiarizados com a China e Índia do que com o Brasil. Quão poucos parecem estar cientes de que no remoto hemisfério sul é, uma monarquia estável constitucional, e uma nação em crescimento, ocupando um território de maior área do que a dos Estados Unidos.¹⁰

Este excerto extraído do prefácio da obra *Brazil and the Brazilians* mostra uma terra rica em fauna e flora, com florestas virgens que, ao mesmo tempo em que era edenizada por sua beleza, também era demonizada por “bestas” que a habitavam (anacondas, jacarés, morcegos sanguinários).

A atração de grande parte dos viajantes para as terras brasileiras também foi balizada por estas imagens, pelo desejo de aventura que elas ensejavam aliada a busca pela já mencionada classificação e organização do mundo natural.

Esta centralidade das narrativas sobre natureza não é algo relativo somente à literatura de viagem oitocentista. Como argumenta Pratt, na realidade fauna e flora “[...] haviam sido componentes convencionais dos livros de viagem pelo menos desde o século XVI” (Pratt 1999:59). Entretanto, se firma neste momento o projeto de classificação global, ensejado ainda no século XVIII, principalmente com a obra de Carl Linéé *Systema Naturae*, que almejava a formatação de um sistema para a classificação universal e que no século XIX ganha força com as obras dos viajantes naturalistas.

A história natural suscitou, então, uma visão na qual o viajante era o ordenador de um mundo caótico, desorganizado, não classificado e, por conseguinte, desconhecido.

Os sistemas classificatórios do século XVIII suscitaram a tarefa de localizar todas as espécies do planeta, extraindo-as de seu nicho arbitrário, particular (o caos) e colocando-as em seu posto apropriado no interior do sistema (a ordem – livro, coleção ou jardim), junto a seu recém criado nome secular europeu (Pratt 1999:66).

Assim, o aparecimento de densas e grandes narrativas científicas em um primeiro momento enquadrava-se neste afã classificatório, de (re)descoberta do mundo natural. Por outro lado, são comuns também as narrativas romantizadas sobre a natureza, onde o viajante

¹⁰ Utilizamos na maior parte os textos em sua língua original, seguido de suas respectivas traduções em português, destacadas em itálico. Todas as traduções foram feitas por nós, com exceção daquelas, cujos livros têm versões já publicadas em português. No entanto, quando foi necessário, fizemos adequações para deixar a informação mais completa.

mais parecia querer pintar os trópicos com palavras (Dewulf 2005) do que realmente descrever cientificamente o que via.

De fato, os relatos de viagem, desde o século XVIII, ganharam fortes inclinações românticas. Nomes como os de Goethe, Schiller e mais tarde Hulbodt, que, apesar da pretensa científicidade e rigor nos métodos empregados em suas viagens, não excluiu dos relatos percepções e sensações próprias.

Se de um lado temos aqueles homens e uma mulher das letras interessados em coletar espécimes, classificar e ordenar o mundo, por outro a abundância “luxuriante” das florestas, os rios-mares e a fauna “exótica” encantavam os viajantes, comumente descrevendo o que viam com olhos românticos.

Partimos aqui do entendimento de natureza enquanto fenômeno total, indivisível, ininterrupto, contínuo, completo enquanto uma unidade (Simmel 2009). Porém, para uma melhor apresentação do desenvolvimento deste trabalho, buscamos inicialmente analisar as representações da natureza em narrativas sobre rios, florestas e animais. Estes três aspectos fazem parte da mesma natureza unitária dos relatos, apenas buscamos toma-los separadamente como critério metodológico e didático na confecção da exposição.

CAPÍTULO 1

1.1. Pela “Nação das Águas”: cartografia e ciência

Os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes, são discursos produzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, ou aqueles em que a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso, quanto no caso dos exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram em uma infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo. São os discursos de uma nação de águas (Pizarro 2012:18).

A realidade mostrada em grande parte da literatura de viagem sobre a região marajoara traz em seu bojo relatos sobre os rios, lagos, canais, furos e estreitos, bem como de uma infinidade de ilhas, de vários tamanhos e formas. Os viajantes narram e se encantam com grandes e numerosos rios que nascem no arquipélago e se unem com outros cursos, formando uma grande “nação das águas”.

Não é estranha a forte presença hidrográfica nos relatos sobre os Marajós, local onde o regime das águas baliza os modos de vida e ocupações dos habitantes locais; lugar onde as terras são anfíbias, parte do ano alagadas e parte secas, em alguns relatos chegando a ter aspectos desérticos. Diz Orville Derby “o declive é tão brando e o escoamento das águas, por consequência, tão defeituoso que no inverno toda a ilha torna-se, como diz um antigo escriptor, um vastíssimo vaso d’água” (Derby 1898:164). Esta geografia movente do arquipélago, balizada por ciclos naturais de enchentes, vazantes, cheias, secas, estações chuvosas e de estiagem, o encher e o secar do vaso, fazem do rio personagem central na vida e narrativas destes agentes das letras.

Os relatos produzidos pelos viajantes em suas percepções e descrições sobre as hidrografias da região marajoara ampliam-se com considerações sobre as cartografias espaciais e culturais, o rio em muitas passagens dos escritos aparece como marcador geográfico dos caminhos tomados por estes expedicionários, que nas primeiras menções despontam em olhares surpreendidos dos viajantes do século XIX frente às dimensões oceânicas que as vias fluviais possuíam.

Dentre os primeiros a relatarem esta grandiosidade, figuram os nomes de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, ainda em 1819. Em “Viagem pelo Brasil” as primeiras impressões emergem próximos da atual cidade de Curralinho, na parte sul do arquipélago:

Raramente chegamos a ver o continente ou a Ilha de Marajó, diante da qual estavam ilhas dos mais diversos tamanhos e formas, e só a tarde de 2 de setembro foi que nos apareceu, de quando em quando, toda a largura das águas, numa extensão de quatro a cinco léguas [...]. O gigantesco rio não forma aqui um canal estreito, mas um vasto braço de mar, e leva as suas águas por este caminho realmente para a capital (Spix e Martius 1981:75).

O vasto braço de mar leva os viajantes a destacar as vias fluviais primeiramente com este olhar surpreso. As primeiras narrativas produzidas por espanhóis no século XVI já carregavam consigo este espanto no ver, ao se encontrarem com os rios amazônicos foram impressionados com a “nação das águas” que corria diante deles, mesmo que trezentos anos antes cronistas já tenham alertado e notificado. Os rios foram os grandes personagens na atração de viajantes para a região amazônica, não somente por um deles ser o maior do mundo, mas também porque trazia consigo o caráter do desconhecido frente às poucas explorações feitas até o momento diante das barreiras protecionistas impostas pela coroa portuguesa. Os rios ensejavam a curiosidade do (re)descobrir (agora cientificamente) em detrimento das imagens historicamente forjadas que tiveram como base o ideário fantástico, reforçado com o paralelismo do nome do maior rio do mundo ser o mesmo das guerreiras: Amazonas.

“O estuário do Amazonas, visto em seu original fenômeno aquático pelos olhos surpresos dos espanhóis, como que marcou, através dos tempos, uma predisposição para a fantasia” (Tocantins 1973:16).

A admiração no olhar também está presente em “Viagem ao Brasil 1865-1866”, de Louis e Elizabeth Agassiz. Logo no início de sua narrativa os rios da região ganham destaque e ensejam contemplação:

Hoje, porém, é impossível fazer outra coisa que não seja olhar e admirar. Agassiz se mostra surpreso: “Este rio não parece um rio; a corrente geral, neste mar de água doce, é dificilmente perceptível à vista e mais se parece com as vagas dum oceano do que com o movimento dum curso d’água mediterrâneo”. Entretanto, é verdade que estamos constantemente entre duas margens; mas essas margens não são as do grande rio, mas sim os bordos das ilhas inumeráveis que se acham espalhadas sobre a superfície de sua imensa extensão (Agassiz e Agassiz 2000:164).

As grandes proporções do rio Pará põem de lado o cientificismo da descrição em detrimento do olhar contemplativo e surpreso lançado pelos viajantes. Os marcadores culturais de oceano e rio com os quais operam desestabilizam-se frente a extensão e volume dos rios do Pará, aqui a natureza enseja admiração acima de qualquer mensuração. Ambos, Louis e Elizabeth se mostram maravilhados na narrativa: ela ao relatar o olhar e admirar como as únicas atividades possíveis de serem feitas e ele ao fazer a comparação do rio com um mar.

Comum nas descrições dos grandes rios amazônicos são as comparações que os viajantes fazem com mares e oceanos e também os títulos dados aos estados do norte por suas extensas redes hidrográficas.

Louis Agassiz trouxe o paralelismo “mar de água doce”. Com William Edwards, por conta dos inúmeros rios que possui, o próprio Gram Pará ganha o status de “Rei das Águas”: “[...] through numerous channels a wide body of water from the Amazon sweeps round Marajo, and the Gram Para is a fair claimant to all the honours of the King of Waters.” (Edwards 1861:86). “[...] através de vários canais uma grande massa de água do Amazonas alcança os arredores do Marajó, e o Gram Pará é um requerente justo com todas as honras do Rei das Águas”.

Henry Morris Myers e Philip van Ness Myers em “Life and Nature Under the Tropics” (1871), por sua vez, lembram a significação do próprio nome Pará: “A short run brings us upon the great estuary of Pará, or “Father of Waters,” as the word signifies in the Indian language.” (Myers e Myers 1871:317) “*Uma pequena caminhada nos trouxe sobre o grande estuário do Pará, ou “Pai das Águas”, como significa a palavra na língua dos Índios*”. Na “língua dos índios” o Pará se torna “Pai das águas”, o gerador de todos os rios.

Assim como o Gram Pará se torna o Rei ou Pai das águas, o rio Amazonas também ganha seus méritos. William Edwards chama o Amazonas de “Rei dos rios”, transformando-o em agente da cultura com quem interage para se despedir melancolicamente, como que deixando um amigo, pois estava em seu retorno a Belém:

It was three o'clock the next afternoon when we stood upon the cabin-top for a last look at the main Amazon; and as a turn of the Tajipurú, into which we had now entered, shut it suddenly from our view, we could not but feel a sadness as when one parts from a loved friend whom he may never see more. The months that we had passed upon its waters were bright spots in our lives. Familiarity with the vastness of its size, the majesty and the beauty of its borders, the loveliness of its islands, had not weakened our first impressions. He was always the king of rivers, - stretching his dominions over remotest territories, and receiving tribute from countless streams; moving onward with solemn and awful slowness, and going forth to battle with the sea in a manner befitting the loftiness of his designation and the dignity of his claims. (Edwards 1861:176).

Eram três horas da próxima tarde quando nós ficamos no topo da cabine para uma última vista do Amazonas principal, e assim como um braço do Tajipurú, no qual nós tínhamos entrado agora, tirado repentinamente da nossa visão, nós não poderíamos sentir nada mais do que tristeza como quando alguém parte de um amigo amado que ele pode nunca mais ver. Os meses que nós passamos sobre estas águas foram pontos luminosos em nossas vidas. Familiaridade com a vastidão do seu tamanho, majestade e a beleza de suas bordas, o encanto de suas ilhas, tinham agora enfraquecido nossas primeiras impressões. Ele sempre foi o rei dos rios, estendendo seus domínios por sobre territórios remotos, e recebendo tributários de incontáveis riachos, avançando a diante com solene e terrível lentidão, e saindo para a batalha com o mar de uma maneira condizente com a altura da sua designação e da dignidade de suas reivindicações.

É importante aqui notar a singularidade da região marajoara para os estudos sobre as primeiras e das últimas percepções que tecem os viajantes sobre o rio Amazonas, pois é nela que estes homens e uma mulher das letras deixam o rio Pará tomando o canal do Tajapurú e os estreitos de Breves, entram no rio Amazonas e narram suas primeiras impressões, bem como ao fazerem o trajeto inverso, de retorno a Belém, fazem suas últimas considerações.

A descrição do sentimento de tristeza que dominava o jovem Edwards ao deixar para trás o rio Amazonas é comparada aquela de deixar um amigo venerável que nunca mais irá vê-lo. A viagem pelo rio Amazonas, foi a introdução deste autor no mundo das ciências, estes “pontos de luz”, como ele chama aqueles momentos, o direcionariam para o mundo da história natural.

A análise do excerto permite ver que ele carrega consigo a marca do pessoal, do sentimental, do subjetivo de um jovem viajante recém-introduzido no mundo das ciências. Este quadro geral de relato de si, do íntimo, do particular vai contra uma ideia de objetividade dominante nas ciências do século XIX. Marine Lila Corde (2013) lembra que falar de uma sociedade representava ordenação de dados, então, a busca por uma objetividade no relato alinhava-se com a garantia de um rigor científico e credibilidade. Contudo, ao excursionarem pela região marajoara os viajantes foram afetados, a experiência da viagem captada pelos sentidos desses homens transformava sua sensibilidade. Sallas argumenta que “[...] as descrições da natureza impressionam tanto mais vividamente quanto mais se acham em harmonia com as necessidades da sensibilidade do homem” (Sallas 2013:104). O aflorar da sensibilidade encontrava motivação nas características hidrográficas singulares da região, como a vastidão dos rios e os numerosos canais, furos, lagos, igarapés e ilhas. Em seus escritos os viajantes deixavam algumas brechas que nos permitem perceber estes contrafeitos nas descrições fisicamente culturalizadas sobre a região.

Os sentimentos revelados pela natureza e relatados nos livros de viagem se alinham também com as influências românticas auferidas desde o século XVIII. Aqui vale lembrar o que diz Oliveira e Castro a respeito da validação das descrições sentimentais em obras objetivamente científicas:

O romantismo como movimento e gênero literário caracterizou-se como um momento no qual escritores, pintores e outros profissionais ligados às artes se desprenderam do estilo clássico cientificista, incluindo as sensações e percepções como formas válidas de representação e pesquisa (Oliveira e Castro 2016: 162).

Dito desta forma, percebemos uma narrativa permeada de romantizações, ensejados principalmente pelas características naturais da região. O discurso produzido transita entre a

modalidade científica e literária ao mesmo tempo (Pizarro 2012). O fato é que os rios, e em especial o Amazonas, permeavam o imaginário dos viajantes. Suas simbologias e mitologias instigavam a curiosidade. Mas também esta fronteira ainda pouco explorada precisava ser dominada em descrições objetivadas.

A viagem exploratória carregava consigo a marca da aventura, o viajante tinha clareza que seu nome seria registrado no rol dos desbravadores, aquele seletivo grupo de homens visionários que em tempos de raras migrações se aventuraram além-mar para uma aventura romanesca. “A imagem do viajante em terras desconhecidas evoca a figura do herói intrépido, que faz parte do imaginário romântico” (Sallas 213:30). Assim ratifica o viajante Rójas:

Por mas acostumbrado que se encuentre el viajero en el curso de su vida activa, de locomoción, á experimentar sensaciones tan variadas, placenteras como profundas, la vista sin embargo de un río caudaloso ocupa siempre el primer lugar en el gran libro de su memoria; y si este es el caso con todos los grandes ríos que encuentra, cualquiera que sea la naturaleza de los países que recorra, con cuanta mayor razón no lo será cuando se trata de la vista de uno, el primero y mas noble del mundo, que atraviesa con majestad en toda la inmensa extensión del centro de la América del Sur, por en medio de florestas gigantescas que realzan el interés del paisaje y embalsaman el aire con la fragancia de sus flores. Tal río, pues, es el Amazonas (Rójas 1867:503).

A imagem de um rio caudaloso marca a memória mesmo do mais ativo viajante, mas aqui não é qualquer rio, precisa ser o Amazonas, o maior, o “Rei dos rios”, seu caudaloso não é qualquer, é aquele produzido por uma onda gigante, que engole barcos e destrói tudo o que está na frente, a Pororoca.

O que fica evidente é o tecer de uma narrativa que logo nos seus primeiros contatos com os rios se mostra surpreendida, impressionada por razão da vastidão, que motiva admiração ajuizada em um relato romântico profuso de sentimentos.

Por outro lado, estes homens das ciências também não deixaram sua tarefa de medir, estudar, ordenar, registrar de lado e mostram-se cientes daquela obrigação, mesmo quando em relatos romantizados. “[...] o viajante é esclarecido, pois sua viagem está ligada a uma missão organizada e comandada por um príncipe, uma companhia comercial ou uma instituição científica, de acordo com objetivos bem delimitados” (Sallas 2013:30). As preocupações com o registro dos nomes dos rios, suas direções, às vezes sua profundidade, largura, cor da água, rotas seguidas, posição geográfica etc. são assim recorrentes dentro das narrativas.

Henry Bates, na década de 1840, produz um relato no qual busca dar conta de um amplo aspecto de características dos rios visitados. Em viagem de subida para o rio Amazonas, ele escreve:

No dia seguinte (25), navegamos na direção do oeste, seguindo um trecho do estuário do Pará que se estende até 100 quilômetros acima da foz do Tocantins. Esse trecho tem uma largura que varia entre quatro e sete quilômetros, aproximadamente, mas se torna mais largo repentinamente, quando se aproxima do seu final, passando então a medir de 12 a 14 quilômetros de largura. A margem setentrional é formada pela Ilha de Marajó, [...]. Tivemos um vento favorável durante quase todo o dia, e por volta das sete da noite entramos no estreito Rio de Breves, onde começa de repente o vasto labirinto de canais que liga o Pará ao Amazonas (Bates 1979:95).

A informação que é válida no relato de Bates é aquela da mensuração, da localização geográfica, da rota seguida. A informação só tem valor quando pode ser útil a campos como o da navegação, da geologia, da geografia, esta última em destaque considerando que foram os rios as vias usadas nas viagens.

Vale frisar que grande parte das viagens realizadas durante o século XIX contavam com uma cartografia ainda incipiente. Principalmente para aqueles primeiros navegadores do oitocentos os mapas eram falhos, pois neste período apenas o litoral figurava nas cartas geográficas, o interior permanecia ainda como um grande espaço em branco (Lima 2014).

São vários os viajantes a comentar que muitos dos rios pelos quais estavam passando em suas viagens não estavam presentes nos mapas oficiais, sendo somente reconhecidos pelos habitantes locais. Nestes

Antonio Baena no *Ensaio Corográfico*¹¹ *Sobre a Província do Pará* (2004) faz um dos primeiros levantamentos dos principais rios da região amazônica. Em nomeação dos que nascem no Arquipélago do Marajó, figuram:

Os rios, cujas gargantas jazem no âmbito da ilha começando da parte superior do sítio de Marauaru na baía dos Bocas são os seguintes: Gurupá, Mutuaçá, Piriá, Canaticu, Pacujatá, Paracuúba, Muaná com o seu confluente Anabiju, Camotins, Atua com o seu confluente Anajás, Tauá, Tucumanduba, Marajó-assú, Jaburuacá, Gurupatuba, Arari, Caracará, Camará, Paracauari, Araruna, Cambu, Juraú, Gaiapuaua, Ganhoão, Arapixi, Jururaparaná, Jurupucu, Cururu, Cajuna, Pururé, Hiapixá, Mapuá, Pixipixi, Macacos, Parauaú. (Baena 2004:272-273).

Secretário da Comissão que organizaria os dados estatísticos da Província do Pará, Baena buscou realizar na década de 1830 este primeiro levantamento do maior número de rios da região marajoara ao constatar em pesquisas anteriores a falta de tal identificação. Muitos cursos citados ainda não constavam na cartografia embrionária que só no correr do século XIX viria a especializar-se mais. Vale ajuizar que Barros (2006) lembra: grande parte do trabalho de mapeamento e contagem estatística no mundo ainda dependiam de militares, como é o caso de Antonio Baena. Assim, ao produzir este extenso levantamento, o autor

¹¹ Estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2008).

buscava quantificar e tornar oficial os dados ali contidos, de forma a servir como registro imediato.

Outro estudo corográfico foi o de José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, já no final do século XIX “As Regiões Amazônicas: Estudos Chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas”. Barão de Marajó toma como referência o trabalho de Antonio Baena no que tange aos rios para também produzir um levantamento extensivo dessas correntes líquidas na região amazônica. Os poucos citados que se situam na região marajoara quase em sua totalidade não constavam nos mapas da época, ficando claro o pouco avanço feito nos registros geográficos sobre a região marajoara durante o século XIX. Um exemplo desta ausência de informações é o rio Macacos, diz o Barão de Marajó (1992:281-282) na seção em que tratar dele e de outros rios próximos:

Consultando mappas e auctores diversos, vejo que o mappa geral do Império de que acima fallo, de 1883, nem d’elles cogita, o mesmo acontece com o mappa alemão de Petermann [...]; no mappa de Martius entre o Toheré e o Jary não encontro designado rio algum affluindo no Amazonas, o mesmo acontece com o mappa do sr. Pontes Ribeiro [...]; também no mappa do senhor José Costa Azevedo no mecionado espaço encontro indicadas seis boccas de rios ou riachos, mas que de tão pouca importância foram julgados, que nome algum lhes é attribuido [...]; o mesmo acontece na carta do Pará e Maranhão levantada em 1813 por ordens do brasileiro Manoel Marques; por estas razões limito-me a dar os nomes apontados por Baena sem mais esclarecimento algum.

Mesmo sem identificar os rios mencionados nas cartas e mapas, o autor os cita tomando os credenciamentos de Baena como testemunho. A necessidade de um registro quantitativo no estudo corográfico do Barão de Marajó se enquadram em uma espécie de inventário do território, uma busca por demarcação do autóctone. Sarges e Coelho lembram que “O Brasil, durante o período monárquico, enfrentou fortes contestações de fronteira, sendo necessárias descrições minuciosas do território, dos limites naturais e comentários de diversos acordos envolvendo a tessitura de um espaço nacional” (Sarges e Coelho 2014:489). Estes grandes levantamentos podem ser vistos enquanto uma tentativa de delimitar um espaço nacional, permeada também por uma ação política de criação da nação.

A pouca precisão das cartas geográficas fazia com que frequentemente os viajantes recorressem aos conhecimentos dos locais, como o caso do capitão da embarcação ou indígenas que faziam também a viagem. Príncipe Adalberto da Prússia em 1842, navegando no rio Pará, a esse respeito narra em *Brazil: Amazonas – Xingu* (2002:221)

[...] não posso deixar de citar aqui que a maioria dos nomes citados neste capítulo são baseados unicamente nas informações do piloto e dos indígenas e por conseguinte não podem ser inteiramente garantidos. Julgo tanto mais necessária esta

observação por não encontrar muitos destes nomes e de grupos de ilhas nos meus mapas¹².

Os conhecimentos cartográficos do comandante, que geralmente também era indígena ou negro e outros a que se refere Príncipe Adalberto, tinham suas construções baseadas em vivências e práticas cotidianas, ou seja, não estavam ordenados de acordo com o rigor científico ocidental, por isso, na concepção do viajante, não podiam ser comprovadas. Por outro lado, ao recorrer a estes conhecimentos não oficiais e relata-los em seu livro, o viajante acabava por reafirmar aquilo que estava sendo dito, deixando-se contaminar pelas “vozes subalternas”. O que se percebe aqui é um ato de (re)descobrir aquilo que já era conhecido do nativo. Pratt argumenta que “[...] a descoberta neste contexto consistia em um ato de conversão dos conhecimentos (discursos) locais em conhecimentos europeus nacionais e continental, associados a formas e relações europeias de poder” (Pratt 1999:341).

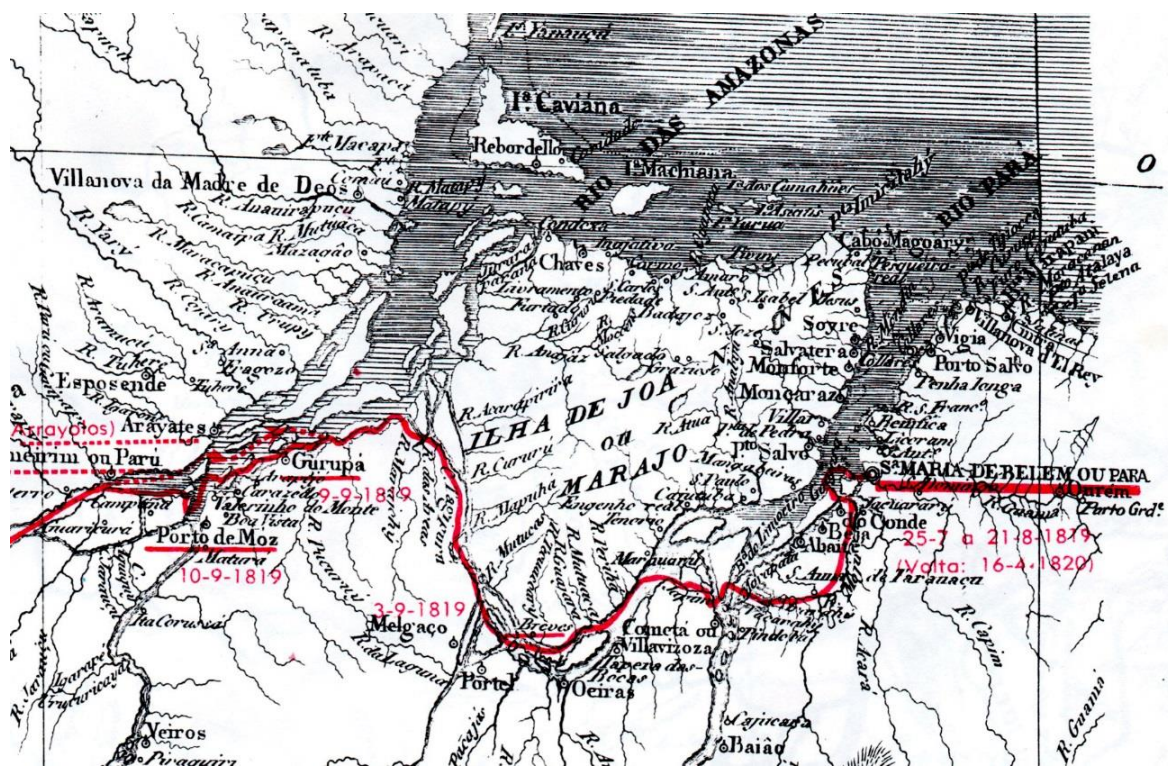


Figura 2 – Recorte da região marajoara no mapa de Spix e Martius. Produzido no Início do Século XIX (Fonte: Spix e Martius 1981 s/n)

¹² A título de informação, vale dizer que o mapa que foi utilizado por Príncipe Adalberto da Prússia foi justamente o que Spix e Martius haviam elaborado a partir de sua experiência de viagem. Em vários momentos de sua viagem ele reporta as imprecisões ou omissões deste documento: “Deste ponto deve-se poder alcançar a fazenda Porteno em dois minutos. Esta informação de Albuquerque, porém, não combina com o mapa de Herr von Martius, no qual Porteno fica situada ao sul do rio Macacos.” (p. 234). Ou ainda: “[...] infelizmente ambos os meus mapas, em nenhum sentido, pelo menos no que concerne aos canais de ligação entre o Amazonas e o Pará, combinavam com nossas observações.” (p. 240).

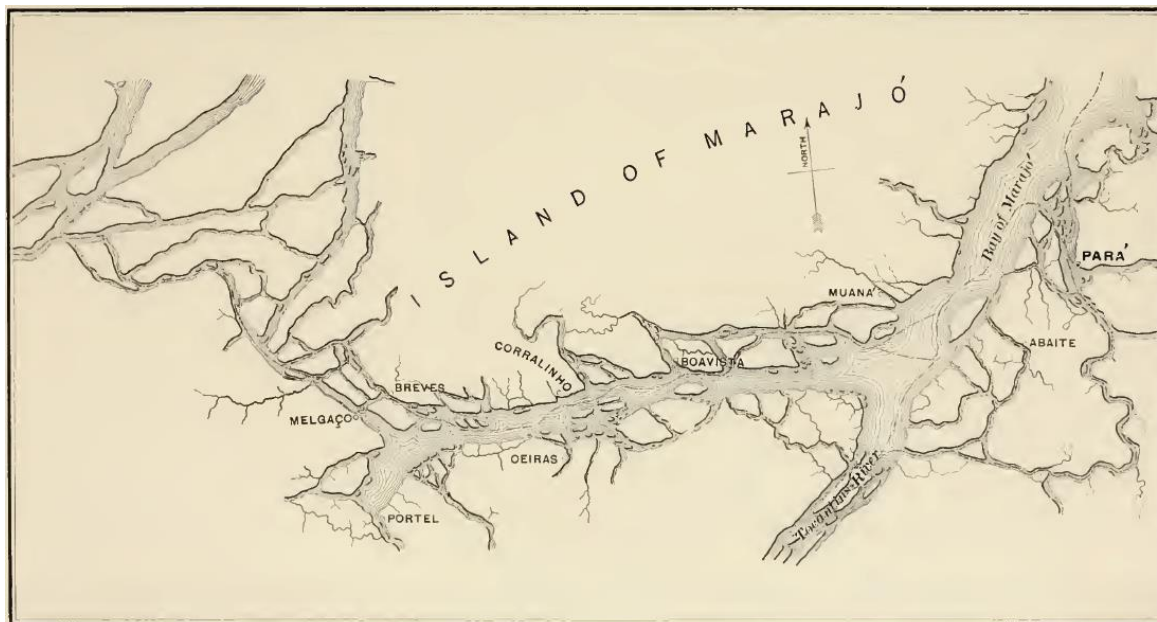


Figura 3 – Parte da Região Marajoara no Mapa de Frank Vincent. Produzido no Final do Século XIX (Fonte: Vincent 1897:352).

Estas formas assimétricas de poder invisibilizam o conhecimento do nativo em detrimento de um conhecimento ocidental oficial. Boaventura de Sousa Santos chama de *pensamento abissal* estas distinções entre o que é visível e o que é invisível. Para o autor,

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (Santos 2007:71).

Esta troca de saberes e suas dúvidas é comentada por Latour, para quem a falta de credibilidade dada ao conhecimento local se dá por conta de seu caráter não cumulativo:

comparada à cartografia, à zoologia, à astronomia e à economia, parece que cada etnogeografia, etnozologia, etnoastronomia, etnoeconomia é peculiar a um só lugar e estranhamente não-cumulativa, como se estivesse para sempre cravada num cantinho do espaço e do tempo (Latour 2000:371).

Assim, o que percebemos é a construção de uma narrativa com caráter plural. A escrita do conhecimento (cartográfico) científico foi feita por várias mãos e não somente através da pena do viajante, logo desvela aquilo que Paty (1990) chamou de *ciência mestiça*. Em outras palavras, há um processo de *troca* de conhecimentos na descoberta científica (Domingues 2009:170), mas que atravessado por relações de poder assimétricas, subalterniza os conhecimentos dos nativos sob o julgo da ciência moderna.

Os objetivos que nortearam a viagem de Spix e Martius é um exemplo de como a produção é coletiva, mesmo que os créditos de participação quase sempre sejam silenciados. Ao ser proposta a expedição, vários foram os fins delimitados pela Real academia de Ciências de Munique aos viajantes. Spix, por ser zoólogo, ficou encarregado das observações de todo o reino animal.

Nesse domínio, incluirá ele tudo que diz respeito ao homem, tanto indígena como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc.; a morfologia e a anatomia de todas as espécies de animais, dos inferiores aos superiores, os seus hábitos e instintos, a sua distribuição geográfica e migrações; e, igualmente, fará observações sobre os restos existentes em baixo da terra, esses mais seguros documentos do passado e do sucessivo desenvolvimento da criação. (Spix e Martius 1981:26).

Paralelamente, despontam ainda entre as funções de Spix os estudos arqueológicos, entendidos enquanto *documento* que possibilita o estudo do *desenvolvimento* do homem desde a criação. Neste cenário, o fragmento arqueológico ganha status de comprovação científica da mutação do humano. Por sua vez, ao botânico Von Martius foi dada a missão de pesquisar o reino da flora tropical, assim:

Além de estudar, de preferência, as famílias de plantas endêmicas, competia-lhe especialmente investigar aquelas formas que, pelo parentesco ou identidade com plantas de outros países, permitem concluir qual a pátria de origem e a sua sucessiva propagação sobre a terra. [...] Finalmente, iria ele atingir um dos alvos de sua expedição com pesquisas rigorosas dos medicamentos vegetais, assim como de todas as restantes matérias vegetais, cuja utilidade para as artes e indústria se comprovasse, cotejando-as com desvelo com as que são usadas na sua pátria (Spix e Martius 1981:26).

Para além do afã classificatório que levava o botânico a coletar e identificar as plantas endêmicas e estabelecer seu parentesco com outras plantas de outros países, entra em cena aqui o seu valor de *uso*, ou seja, a busca por identificar naqueles vegetais, seu valor para ser utilizado nas artes e indústria. Pratt comenta que “na narrativa científica, por contraste, a informação é relevante (tem valor) na medida em que se liga a metas e sistemas de conhecimento institucionalizados externos ao texto” (1999:141). Ou seja, não era somente um trabalho massivo de classificação e ordenação. A prática de ordenar também significava inserir em um sistema de uso capitalista e industrial. Assim perpetrados, é possível observar que o olhar do viajante “[...] fora moldado nos sentidos de observar e descrever os produtos da natureza, identificando aquilo que poderia vir a ser objeto de exploração econômica” (Sallas 2013:66).

Para além das orientações zoológicas e botânicas, os viajantes ainda deveriam estar atentos aos pedidos de outras seções da Real Academia de Ciências. Por exemplo, a seção de

geologia demandou estudos do solo em geral, formações montanhosas, ocorrência de pedras preciosas, com destaque para o ouro e diamantes, assim como restos fósseis. Da seção de física veio a necessidade de, dentre outras, observações da cor, temperatura, salinidade dos mares, bem como verificações da diversidade climática, o fenômeno das marés e suas anomalias locais. Por fim, as faculdades de história e filosofia – filologia da mesma academia foi solicitada atenção no estudo das línguas, folclore, mitos e tradições (Spix e Martius 1981).

Interessa notar que a parte botânica trouxe a preocupação dos usos populares dados as plantas. Sobre isso, argumenta Domingues que, ainda na primeira metade do século XIX, “[...] os trabalhos de classificação de plantas apresentavam um item sobre seu ‘uso popular’, isto é, incluíam o ‘conhecimento tradicional’ como parte do estudo científico moderno” (2009:170).

Apesar da não legitimação ou não confiança no conhecimento tradicional de habitantes locais, a própria construção da ciência moderna se fez em zona de contato. O conhecimento foi gerado a partir da relação com o mundo e os diferentes agentes históricos, intercambiando saberes em relações interculturais mantidas ao longo de todo o século XIX.

Os estudos sobre a cartografia e hidrografia da região amazônica, encontram ainda um ponto de inferência no debate a respeito da foz do rio Amazonas: para uns os estreitos de Breves são elo que liga o rio Pará e o Amazonas, fazendo do primeiro a foz oriental do segundo; para outros, o “Rei dos rios” tem sua embocadura somente no canal que desagua a noroeste do Arquipélago de Marajó.

O debate sobre esta questão atravessa a narrativa de uma infinidade de viajantes desde os primeiros registros produzidos no século XIX. Na busca por defender seus pontos de vista, são levantados rios, canais, estreitos, riachos, igarapés que possam conectar o Amazonas ao Pará, estudos sobre a direção em que flui a maré, pesquisa por outros rios que ajudam a formar o rio Pará, como é o caso do Tocantins, Capim, Guamá e uma série de outros que nascem no Arquipélago de Marajó e desaguam naquele rio.

Na década de 1870 Myers e Myers comentaram a geografia do Amazonas:

It is still an open question whether or not this should be considered as one of the mouths of the Amazons. Wallace believes that no water finds its way from the Amazons into the Pará estuary, through the channel that connect the two, and he consequently considers it as forming no part of the Amazons, but as being simply the estuary of the Tocantins, Capim, Aripama, and other rivers, that empty into it and from the South (Myers e Myers 1871:317).

Ainda é uma questão aberta quer seja ou não este deveria ser considerado como uma das bocas do Amazonas. Wallace acredita que nenhuma água encontra seu caminho do Amazonas para o estuário do Pará, através dos canais que conectam os dois, e ele o considera conseqüentemente como não fazendo parte do Amazonas,

mas como sendo simplesmente o estuário do Tocantins, Capim, Aripana, e outros rios, que esvaziam nele do sul.

Os autores trazem os estudos do naturalista Wallace para defender a ideia da não conexão entre o Amazonas e o Pará. Na visão deles, este último seria não mais que um estuário do Tocantins e de outros rios da região que nele desaguardam. Leandro Tocantins (1973) defende que a confusão é devido a grandiosidade do rio Amazonas gestando versões geográficas deformadas sobre a região, deixando o espírito atônito. Para este autor de fato não há um elo entre o Rio Amazonas e o Pará. Ele lembra que em tempos remotos o Amazonas fluía em um braço profundo e largo pelo que hoje são os estreitos de Breves, contudo, a ação mecânica da água soterrou este canal e a transformou na paisagem de estreitos canais que se vê até hoje.

Herbert Smith, já no final da década de 1870, trata da questão na obra *Brazil, The Amazons and the Coasts* (1879) argumentando que:

But the Para is properly a continuation of the Tocantins, and Marajo, the great tract included in this measurement, is not a delta island at all [...]. This older land forms a strip, or rather a series of strips, along the southwestern side of the island, and adjoining the net of channels by which the Amazons is connected with the Para. In these channels the tides ebb and flow ; but the general current, no doubt, is from the Amazons to the Para. So, even in the dry season, the volume of water received by the latter river in this way may be greater than that of the Tocantins, and in the winter the proportion is increased. But, in any case, the amount is very small compared to the great flood which is pured out of the Amazons on the northern side of Marajó. (Smith 1879:14-5).

Mas o Pará é propriamente uma continuação do Tocantins, e Marajó, o grande trato incluído nessa medição, não é uma ilha de delta totalmente [...]. Estas terras antigas formam uma faixa, ou melhor uma série de faixas ao longo do lado sudoeste da ilha, e adjacentes a rede de canas pelos quais o Amazonas é conectado com o Pará. Nestes canais a maré enche e seca; mas a corrente geral, sem dúvidas, é do Amazonas para o Pará. Então, mesmo nas estações secas, o volume de água recebido pelo último rio desta maneira pode ser maior do que aquela do Tocantins, e no inverno a proporção é aumentada. Mas, em todo caso, a quantidade é muito pequena comparada com a grande inundação que é derramada do Amazonas no lado norte do Marajó.

O viajante não apresenta uma posição bem definida sobre a ideia de o rio Amazonas desaguardar no lado leste do Arquipélago de Marajó, parecendo estar mais propenso a não crer na ideia de foz oriental do Amazonas. Ele cita dados variados e reconhece uma ligação entre o rio Amazonas e o rio Pará conectado pelos estreitos ou canais de Breves. Seu estudo considera a direção do rio Amazonas para o Pará que maré flui, tendo seu fluxo intenso aumentado no período chuvoso. Ele também analisa o volume de água que é despejado pelo Amazonas no lado norte do Arquipélago de Marajó, este maior que aquele que flui para o rio

Pará, enfim, o que este autor busca expor de fato é a tendência de se divulgar os dois estuários como foz do Amazonas (Tocantins 1973:46).

A profusão de possibilidades para se analisar a questão do rio Pará como uma foz oriental do Amazonas resulta em uma discordância nos relatos dos viajantes. É provável que a confusão resida no fato de o rio Pará ser a rota principal de entrada e saída da região amazônica, por conta dos perigos de se navegar pela foz da parte ocidental. A este respeito, Herbert Smith deu a posição de foz comercial do rio Amazonas ao rio Pará, por conta de sua navegação ser mais tranquila. Assim, de uma forma ou de outra, em *Brazil: The Amazons and the Coast*, o grande rio possui uma desembocadura a leste do arquipélago de Marajó.

Também o francês E. Levasseur, autor de *Le Brésil*, dedica um capítulo inteiro ao “Regime das Águas” e comenta a questão:

Ces canaux, qui sont la voie suivie par la navigation à vapeur, bordent la rive occidentale de l'île de Marajó. Le furo de Breves débouche dans un vaste estuaire où se jette le Tocantins, 120 kil. à l'E. du furo. Cet estuaire, désigné dans le pays sous le nom de *Rio Pará* et par quelques géographes sous celui de Tocantins est, en réalité, la bouche méridionale de l'Amazone (Levasseur 1889:9).

Estes canais, que são a via seguida pela navegação a vapor, margeiam a costa ocidental da ilha do Marajó. O furo de Breves deságua em um vasto estuário onde se lança o Tocantins, 120 km a E. do furo. Este estuário, designado no país sobre o nome de Rio Pará e para qualquer geógrafo sobre aquela de Tocantins é, na realidade, a boca meridional do Amazonas.

Levasseur, do alto de sua autoridade de geógrafo, defende a existência de uma boca meridional do rio Amazonas. Para os defensores da ligação entre os rios Amazonas e Pará, os estreitos de Breves se mostram como a comprovação de sua teoria, pois por ele escoam águas que fluem do primeiro para o segundo (Tocantins 1973).

Mesmo no final do século XIX parece que a discussão ainda não havia esgotado. C. F. Hartt, em 1898, aponta que esta questão importante vem ocupando muito os geógrafos, preocupados em sistematizar um saber de sua área sobre a região. Por esse princípio, fundamentado em experimentos pessoais realizados, Hartt contrapunha-se ao conjunto de estudos sobre os rios Pará, Tocantins e Amazonas até então produzidos e difundidos.

O viajante irá se dedicar a uma extensa análise sobre esta questão e produzirá um dos estudos mais completos sobre o assunto até aquele momento. Em sua conclusão ele argumenta: “Depois de ter, em pessoa, explorado o Tocantins e o districto de Breves acho impossível continuar a nutrir a idéa de que o Pará é mera continuação do Tocantins e não uma das embocaduras do Amazonas” (Hartt 1898:176-7).

As opiniões discordantes não cessão no século XIX, Leandro Tocantins argumenta que a confusão ainda perdura até os dias de hoje, mesmo no meio acadêmico.

No quadro geral destes debates sobre a(s) foz(es) do rio Amazonas, a região de Breves, mais especificamente seus estreitos ganham especial destaque. Estes furos, além de serem narrados como comprobatório do elo entre os rios, também eram relatados por sua sinuosidade que impedia o registro de rotas e direções seguidas pelas embarcações. “It is impossible for me to give a particular description of these passages, or of their bearings. They are so numerous, so winding, and so much alike, that even the Indians are obliged to leave old clothes or rags on the branches of trees at certain points, in order to know their way.” (Maw 1829:370-1). *“É impossível para eu dar uma descrição particular dessas passagens, ou de seus rumos. Eles são tão numerosos, e tão sinuosos, e tão parecidos, que mesmo os Índios são obrigados a deixar roupas velhas ou trapos nos galhos das árvores em certos pontos, a fim de saber seu caminho”*.

Os furos eram rotas comuns dos navios que subiam para o rio Amazonas, eles encurtam o caminho, tiram a necessidade de uma volta pelo lado norte do Arquipélago de Marajó para poder se chegar ao Amazonas. Diariamente vários navios passavam por lá em idas e vindas pela Amazônia, navegando por canais diferentes, pois a sinuosidade só permite a passagem de uma embarcação por vez, como atesta Barrington Brown: “these channels are of immense depth, and so narrow and winding that steamers, to avoid collision, are obliged to follow one set in ascending and another in returning” (Barrington Brown 1878:15). *“Estes canais são de imensa profundidade, e tão estreitos e sinuosos que navios, para evitar colisões, são obrigados a seguir uma linha na subida e outra no retorno”*.

Apesar desta prática cotidiana, as várias curvas, a grande quantidade de canais, a paisagem similar das bordas, como lembra Henry Lister Maw, ou o fato de a área ser pouco explorada, aliada a registros errados de mapas, como defende C. F. Hartt, faz com que até o mais experiente comandante de navio às vezes chegue a se confundir. Não por acaso, como narra Maw, os próprios índios que mais vezes por ali passaram precisaram deixar uma marca, um ponto de referência, roupas, trapos em árvores para não se perder naqueles labirintos entre rios e matas.

Se por um lado o colocar os panos tinha objetivo de marcar um caminho, por outro este pano também era oferenda às divindades que ali habitavam. “A natureza em tudo ali contribui para a credence” (Tocantins 1973:46). Henry Bates notou a prática de oferecer uma posse sua como garantia de uma viagem tranquila:

Nesse local se realizam estranhas práticas, originadas nas credices dos canoieiros. Dizem eles que o lugar é habitado pelo espírito de um Pajé, ou feiticeiro indígena, que precisa ser aplacado, devendo para isso o viajante depositar ali um objeto qualquer, se quiser ter a certeza que voltará são e salvo de sua viagem ao sertão. De todas as árvores ao redor pendiam trapos, camisas, chapéus de palha, cachos de frutas, etc. Embora essa superstição se tenha evidentemente originado entre os aborígenes, ainda assim pude observar, nas minhas duas viagens, que eram unicamente os portugueses e os brasileiros incultos que depositam alguma coisa ali. Os índios que nos acompanhavam nada oferecem, parecendo encarar a história toda como uma conversa fiada; mas eles eram todos tapuias civilizados. (Bates 1979:97).

A prática cultural indígena de deixar roupas velhas em galhos de árvore revela-se em duas perspectivas interpretativas: em 1829, Henry Lister Maw relata o depositar roupas e trapos nas árvores como algo prático: demarcar o caminho, as roupas são colocadas por indígenas como artifício de diferenciação para a rota a ser seguida. No correr do século XIX o fazer ganha outros significados: o de oferenda, não mais depositado por indígenas, que agora foram “civilizados”, conforme narrativa de Bates, mas pelo homem branco, pelo português e brasileiro, incultos, desprovidos de intelecto por acreditarem no Pajé ou feiticeiro indígena. Há uma inversão de posições: o nativo migrou para o mundo do branco, foi civilizado e catequisado; o homem branco vai ao mundo que imagina ser o do indígena, para ele o fato de o índio colocar panos nas árvores não é uma demarcação, mas um ato simbólico, uma oferenda a um poderoso se não for aplacado poderá trazer transtornos à viagem.

Ainda há a terceira explicação para as “oferendas” nas árvores. Leandro Tocantins (1973) diz que no furo Aturiá, um dos mais soturnos, existe uma volta chamada *Vira-Saia*, onde se depositam roupas como oferenda a divindades autóctones. Para o autor, esta prática de oferenda tem sua gênese ainda nos “primitivos tempos da conquista”, quando certa vez uma canoa subindo o rio e passando pela curva viu surgir centenas de botos ameaçando a embarcação que logo ficou paralisada, em seguida ouviu-se o cantar de jovens desnudas que também surgiam das águas, elas pediam roupas para se cobrirem, que assim que eram dadas desparalisava a canoa enquanto as iaras desapareciam.

Os estreitos de Breves são uma parte singular do arquipélago de Marajó, são águas que conectam grandes rios, suas simbologias, cosmologias, crenças, conhecimentos. De um lado o Amazonas, do outro o rio Pará e seus corolários, no meio uma vasta gama de estreitos canais, furos e igarapés. E. Levasseur narra: “Le dernier, le *furo de Breves*, n'a guère qu'une cinquantaine de mètres de largeur et ses rives sont garnies d'une végétation arborescente si haute et si touffue qu'elle forme parfois une véritable voûte” (Levasseur 1889:9). “*O último, o furo de Breves, quase não tem cinco dezenas de metros de largura e seus rios são providos de uma vegetação arborescente se altos e tão fechados que formam as vezes uma verdadeira*

abóbada”. Margeados por uma massa verde, estes estreitos canais parecem ganhar uma abóbada natural, perfazendo uma espécie de túnel, ligando duas das principais vias da região amazônica.

Os nomes destes estreitos se atrelam a referenciais regionais do período do contato entre colonizadores e indígenas.

Os nomes desses canais perdidos na vegetação subaquática evocam a língua geral, e os bichos, as plantas, os frutos, que feriram a retina dos crismadores: furo do Parauaú, do Tajapuru, do Macajubim, do Aturiá, dos Macacos, do Limão, do Jacaré, do Jaburu, do Itaquara, do Boiussu. E evocam, para quem se dê a curiosidade de investigar os segredos da terra, mais do que o simples enunciativo popular, evocam uma história fantástica [...] (Tocantins 1973:42).

História fantástica não só porque sobrenatural, mas fantástica também porque prodigiosa, memorável, grandiosa, como aquela que viveu Paul Marcoy. Este francês que descia o rio Amazonas desde sua fronteira com o Peru, em passagem pelos estreitos de Breves no ano de 1847, viu enganado-se por estas águas, pois logo em sua entrada nos furos pode contemplar uma paisagem de fim de tarde que o fez crer no caráter pacífico que carregava estas curvas.

Em completa escuridão, a embarcação navegava em um espelho que refletia as estrelas do céu e transformavam as águas em uma Via Láctea, os pontos luminosos refletidos eram o único guia para quem velejava por aquelas paragens. A viagem então se reveste com um ar bucólico:

A maré vazante impelia-nos suavemente para o leste. O movimento da chalupa era apenas perceptível, a proa cortando a água sem ruídos nem sobressaltos; parecia que estávamos flutuando sobre um leito de lã. Foi com essa tranquilidade que Aulus Gellius passou do Egina ao Pireu, e o apelido de *Clemens Mare* que ele deu às águas do arquipélago poderia com justiça ser estendido às do Canal de Breves. Decididamente eu não poderia lamentar ter deixado o Amazonas, onde as pororocas, as trovoadas e as tempestades eram um perigo constante. Nada disso nos ameaçava aqui. A nossa viagem até o Pará seria agora um passeio bucólico, uma écloga viva por entre arroios de leite, campos verdes e flores (Marcoy2006:246-7).

Sob esta cena Paul Marcoy foi aos aposentos dormir a mais calma noite após viagem pelo caudaloso Amazonas. Mas os canais ainda viriam a enganar o viajante. Confinado na cabine do barco, ele acordou repentinamente sendo jogado de um lado para o outro do aposento, o balanço da embarcação era tamanho que para sair dali foi necessário pedir o socorro de um dos tripulantes da embarcação. Logo que botou os pés para fora, percebeu que estavam em meio a uma forte tempestade. Assim foi narrada a cena vista por Marcoy:

Estávamos no meio de uma assustadora tempestade. A norte, a leste e a sul os céus descerravam visões fantásticas pela sucessão rápida de raios e relâmpagos. Parecia

que uma dúzia de vulcões flamejassem ao mesmo tempo. Nem os relâmpagos crepitantes da Patagônia, nem as luzes ofuscantes de uma tempestade nos Andes comparava-se em brilho aos losangos de fogo que se cruzavam ao nosso redor. Um vento implacável sacudia as árvores nas duas margens do rio. A água do canal, tão calma ao pôr do sol, estava agora selvagemmente agitada e parecia leite fervente. A chalupa, de velas amainadas, voava mais do que navegava sobre a água espumante, com seus mastros esqueléticos e o seu cordame erguendo-se negro contra o céu brilhante como uma fornalha; parecia um daqueles veleiros fantasmas que cruzam com rapidez de uma flecha os mares brumosos de histórias legendárias (Marcoy 2006:249).

A cena descrita nos mínimos detalhes se conforma como se para desvelar os perigos de uma grande aventura. Pratt (1999:48) argumenta que ao lado de maravilhas exóticas e as curiosidades, os sofrimentos e perigos são os dois grandes temas da literatura de viagem. A fúria da natureza como o flamejar não de um, mas doze vulcões, os losangos de fogo mais brilhosos que qualquer outro cortava os céus, a água, antes um leito de lã, agora ferve como leite. O coroar da cena é o navio fantasma, a chalupa, assim como este, estava agora também navegando em um mar brumoso e registrava esta história legendária do viajante.



Figura 4 – Embarcação de Marcoy durante tempestade nos furos de Breves
(Fonte: Marcoy 2006:247)

Apesar de todos estes perigos, a fúria da natureza excitava a faculdade, por sua grandeza e poesia, deixando Marcoy indiferente aos perigos. A natureza ensejava contemplação, mesmo em sua maior expressão de fúria, o viajante então deslumbrado nada

faz se não sentar na escotilha e contemplar: “eu admirava com sincero entusiasmo o alternar-se da escuridão mais completa e a luz intensa em breves intervalos. [...] eu meditava sobre o paralelo entre essa paisagem apocalíptica e as cenas bíblicas [...]” (Marcoy 2006:250). Podia ser o fim do mundo, o momento do apocalipse, porém o cientista não via perigo, mas o esplendor de uma natureza em fúria.

Talvez Marcoy não tenha deixado sua peça de roupa como oferenda ao Pajé ou as iaras e por isso as águas se rebelaram, cobrando o próprio viajante como oferenda: “a chalupa, freada em seu vô, adernou sobre o flanco direito enquanto o esquerdo erguia-se de repente. Despreparado para a súbita mudança de posição, eu rolei da escotilha para o convés e, atravessando a vigia, desapareci na água” (Marcoy 2006:250).

A narrativa neste ponto deixa a dúvida sobre a vida ou morte do viajante que logo tem sua mística desfeita no relatar que ao cair na água apenas as pernas de Marcoy haviam sido engolidas. O barco encalhou em um banco de areia no meio do rio e somente seis horas mais tarde seria recolocado em rota pela própria ação natural da maré.

Ficar encalhado naqueles canais era comum. Várias embarcações se prendiam frequentemente aos bancos de areia que se formavam no meio do rio. Por ser de rotina, não despertava preocupação, enquanto se espera a maré, a tripulação caça, pesca, acende fogo, dorme.

A força dos rios marajoaras também é desvelada nas obras de viajantes com o fenômeno da Pororoca. No ensaio *Brésil* (1839), no qual Ferdinand Denis dedica uma seção inteira à região marajoara, quando comenta o encontro do rio com o oceano:

Entre os fenômenos que falam todos os viajantes, há um que acontece na vasta embocadura do Pará com um caráter mais grandioso que em nenhum rio; os Índios lhe deram o nome de Pororoca e é sobretudo entre Macapá e o Cabo Norte, onde as ilhas estreitam o canal, que ele se mostra com majestade. Nos três dias que precedem a lua nova ou a lua cheia, tempo, como é sabido, das maiores marés, uma vaga imensa de quinze pés de altura corre de praia em praia com um ruído formidável, sendo imediatamente seguida por uma segunda, uma terceira, e às vezes uma quarta onda também poderosa, que se precipitam na praia com um pouco intervalo uma das outras, derrubando tudo o que se opõe à sua fúria. A maré, em vez de gastar perto de seis horas a encher, chega em um ou dois minutos em sua maior altura. O rugido da Pororoca se ouve perto de duas léguas de distância: é a mascaret¹³ da embocadura do Garonne em proporções grandes (Denis 1980:312).

São vários os dados trazidos por Denis: localização, frequência das ondas, altura, tamanho do rio, profundidade, que demonstram uma preocupação com o registro do

¹³ Na versão em português do livro, o tradutor optou por usar o termo “arrebentação”, mas na versão original Denis utiliza o termo “mascarret”, que é a designação da língua francesa para Pororoca, optamos por manter a versão original do francês.

mensurável característico do científico. Está presente também a nomenclatura “Pororoca”, de origem indígena como bem lembra Ferdinand Denis, alinhando-se com o crescente emprego de termos locais na construção da narrativa. Vale lembrar que na língua francesa há uma palavra para designar o fenômeno, é *mascaret*, que logo no final do excerto é usada como comparação ao fenômeno igual que ocorre na embocadura do rio Garonne, na França, a diferença deste fenômeno europeu para o amazônico são as proporções aumentadas do último.

Estas grandes proporções é o que chama atenção do também francês V. L. Baril, o conde ou comte de la Hure, na sua Monografia *L'Empire du Brésil* (1862). Nesta obra o autor destaca uma seção inteira sobre a hidrografia brasileira, merecendo destaque o fenômeno da Pororoca:

Du cap Norte à l'île de Marajo, la mer, en entrant dans l'Amazone, produit, aux époques des plus hautes marées, c'est-à-dire pendant trois jours, au moment de la pleine et de la nouvelle lune, un phénomène majestueux et effrayant, autant que terrible en ses effets, sorte de ras de marée périodique, nommé pôrôrôca. A ces époques, la mer, au lieu d'employer six heures à monter comme les autres jours, s'élève en moins de cinq minutes à quinze mètres de hauteur. La pôrôrôca produit un bruit incomparable qui peut s'entendre à sept ou huit kilomètres de distance. Ce bruit augmente à l'approche du flot, et on voit apparaître une vague longue de cinq ou six cents kilomètres dans le sens de la côte, semblable à un mur d'albâtre, ou mieux à une immense cataracte, haute de quatre, cinq et même huit mètres; puis, à la première vague, succèdent une seconde, une troisième, quelquefois une quatrième, toutes s'élançant vers la terre et dans le lit de l'Amazone, avec une rapidité dévorante, renversant et entraînant tout ce qui se trouve sur leur passage. La violence de la lame est telle, que parfois elle dépouille d'arbres de vastes étendues de forêts, ne laissant rien subsister sur le sol qu'elle dévaste (Baril 1862:86-7).

Do cabo Norte para a Ilha do Marajó, o mar, entrando no Amazonas, produz, nas épocas das marés mais altas, isto é durante três dias, no momento da lua cheia e nova, um fenômeno majestoso e assustador, tanto quanto terrível em seus efeitos, como de maremoto periódico, chamado Pororoca. Nestas épocas, o mar, no lugar de levar seis horas para subir como nos outros dias, se eleva em menos de cinco minutos para quinze metros de altura. A Pororoca produz um barulho incomparável que pode se estender a sete ou oito quilômetros de distância. Este barulho aumenta aproximando-se da enchente, e vemos uma onda longa de quinhentos ou seiscentos quilômetros na direção da costa, semelhante a um muro de alabastro, ou melhor a uma imensa catarata, alta de quatro, cinco e mesmo oito metros, depois da primeira onda sucedem uma segunda, uma terceira, as vezes uma quarta, todas correndo em direção à terra e na cama do Amazonas, com uma rapidez devorante, derrubando provocando tudo que se encontra sobre sua passagem. A violência da lama é tal, que as vezes ela retira árvores de vastas extensões da floresta, não deixando nada subsistir sobre o solo que ela devasta.

São curiosas as semelhanças entre a descrição deste autor e as de Ferdinand Denis, feita vinte e três anos antes. Assim como Denis, Conde de la Hure traz diversos dados mensurados ao observar o fenômeno, merecendo destaque primeiramente o tamanho da onda: se para Denis ela era de 2 léguas, ou algo em torno de 8 a 9 quilômetros, para Baril sua dimensão era de quinhentos ou seiscentos quilômetros. Chama atenção do autor também o barulho produzido pelo fenômeno, taxado como incomparável, ele se estende longamente e

pode ser ouvido a quilômetros de distância. A Pororoca devasta as áreas por onde passa, conde de la Hure compara seus efeitos como o de um maremoto constante, ela “devora” tudo o que está no seu caminho.

Este fenômeno faz da embocadura do rio Amazonas, a noroeste do Arquipélago de Marajó, uma região de grandes perigos à navegação. O viajante francês Charles Philippe de Kerhallet lembra destes perigos trazidos pelo encontro do rio com o oceano, ainda na primeira década do século XIX: “[...] le pororoca y est peu redoutable à leur dire, tandis qu'au milieu du fleuve les énormes lames qu'il produit, et dont la vitesse est effrayante, engloutiraient des navires de fortes dimensions” (Kerhallet 1841:69). “[...] a pororoca aqui é um pouco assustadora para lhe dizer, enquanto que no meio do rio as enormes lamas que ela produz, e cuja velocidade é assustadora, devoram navios de dimensões fortes”.

V.L. Baril, então, argumenta que “Pour échapper aux dangers delà pôrôrôca, les embarcations doivent présenter leur avant debout à la lame, et bientôt elles sont enlevées au sommet sans danger pour leur sécurité” (Baril 1862:87). *Para escapar dos perigos da pororoca, as embarcações devem apresentar suas lâminas para frente da lama, e logo elas são removidas no topo sem perigo para sua segurança.* O autor também compara estes perigos com o exemplo chinês, onde acontece um fenômeno similar ao da Pororoca no rio Tsien-Tang, argumenta conde de la Hure que os habitantes daquela região estão acostumados com as periódicas ondas, fato que faz com que não haja nunca acidentes. Contudo, lembra Baril, que as proporções do fenômeno amazônico são muito maiores, fazendo deste um caso singular.

O Arquipélago do Marajó é cortado por inúmeros rios, canais, furos e igarapés, bem como jazem importantes lagos na sua parte central. Orville Derby destaca os rios Arari e Anajás, Atuá, Pracuuba, Quanicú e Mapuá como os mais notáveis do lado ocidental. Na parte oriental, por sua vez, merecem destaque os rios Igarapé Grande e Camará. É na parte a leste que está situado também o lago Arari, que na visão do autor “é o único grande e de alguma importância” (Derby1898:165).

Ao desvelarem estes rios os viajantes buscaram trazer informações entendidas como úteis, principalmente aquelas que dizem respeito à navegação: direção geral em que flui a maré, largura do rio, comportamento das águas nas estações do ano, etc. Derby traz estas informações sobre o rio Arari, por considerá-lo o “maior e mais importante rio da ilha de Marajó” (Derby 1898:165). Assim, ele nota:

[...] seu curso é em geral para S. E., e pela maior parte através de campos até perto da foz, onde atravessa uma restinga de matta que margêa a costa meridional. Tem

em geral de quinze a vinte metros de largura até uma distancia de alguns kilometros da foz, onde alarga-se formando um largo estuário interrompido por uma ilha grande. Para o fim do verão a metade de seu curso, próxima ás cabeceiras, fica quasi completamente obstruída pelo crescimento de plantas aquáticas e principalmente de um capim grosso semelhante ao caniço, a que chamam canarana (cana falsa). Com as primeiras aguas do principio do inverno este capim fica solto e fluctúa rio abaixo, accumulando-se muitas vezes em immensas ilhas fluctuantes, que depois ficam represadas nas innumeradas voltas e comprimidas pela força da corrente ou da maré tornam-se quasi impassaveis, e constituem um obstáculo serio á navegação (Derby 1898:165-166).

Assim como o Arari, o rio Anajás também figura com destaque nos relatos, principalmente por seu grande curso e afluentes, recebendo águas de rios como o Camutins e o Mocoões antes de desaguar no Amazonas. Arari e Anajás são personagens centrais, sendo o primeiro o que mais se destaca: “De todos os referidos rios da ilha o anajás não tem pequeno curso; porém o mais belo, mais povoado de fazendas e de maior curso é o Arari” (Baena 2004:273).

Paralelamente a estes relatos e debates sobre os rios, há também, no campo das geográfias, geomofologias ou geologias, os estudos sobre diversas insulas que compõem a região, suas morfologias e características de seu solo. Mas de todos estes, destaca-se aquela discussão sobre a posição dos Marajós enquanto ilha ou arquipélago.

Na maior parte das narrativas os viajantes consideram chamar “ilha de Joannes ou Marajó”, contudo, percebemos que esta preferência pode muito mais provir de uma maneira comum de denominar a região do que de um estudo de fato científico. Em vários mapas da época que acompanham os livros de viagem, como aquele de Spix e Martius ou de Henry Maw, só para dar dois exemplos, a referência à região é de ilha.

Fato curioso que constatamos é que mesmo o viajante citando outras ínsulas que fazem parte da região marajoara, como é o caso da Caviana e da Mexiana, famosas por terem sido o campo de estudos do naturalista Wallace, o que geograficamente configuraria a região como um arquipélago, a ideia de ilha continua sendo afirmada.

Antonio Baena é um exemplo desta contradição ao dizer: “Deste modo se vê que a terra firme em que se acha elevada a cidade tem entre si e a extremidade oriental da costa de Gurupá um amplíssimo arquipélago do qual a natureza fez cabeça a Ilha Grande de Joannes [...]” (Baena 2004:272). Ao mesmo tempo em que compactua com a ideia de um Arquipélago, Baena também reduz a região ao trato principal ou “Ilha Grande de Joannes”, no decorrer do texto irá contraditoriamente se referir a região marajoara enquanto tal.

Encontramos ideias contrastantes daquela de ilha somente já na segunda metade do século XIX. Em menor número, diga-se a verdade, estas narrativas vão contrapor a perspectiva de ilha em prol de uma visão de arquipélago.

Oscar Leal, viajante lusitano que passou pela região marajoara na segunda metade da década de 1880 é um dos que argumenta em defesa deste entendimento:

Acerca de Marajó, tenho a informa os leitores que longe de ser uma ilha, como quase todas as geografias afirmam, é um dos maiores arquipélagos do globo. Conta cerca de duas mil e tantas ilhas separadas por canais e formando um conjunto isolado completamente da terra firme, pelo canal Tajipuru e pelos dois grandes rios (Leal 2012:184-5).

Forjou-se uma ideia de ilha a partir de afirmações das geografias daquele momento. Indo na contramão desta imagem, Oscar Leal bem lembra as mais de duas mil ilhas que formam a região marajoara, sendo o trato maior, ou o que popularmente se denominou de ilha de Joannes ou Marajó, umas das que compões este arquipélago.

Os rios, lagos, canais, furos e estreitos tomam posições centrais nas narrativas dos viajantes ao emergirem logo nos primeiros parágrafos sobre a região marajoara. Ora descritos com olhar surpreendido em relação ao tamanho, o que leva a comparações com mares e oceanos, como feito pelo casal Agassiz; ora mensurados cientificamente, largura, altura, temperatura, cor, salinidade etc. como se evidencia nas narrativas de Spix e Martius, Myers e Myers. Este trânsito entre o surpreendido e o científico é comentado por Ana Pizarro, que diz:

O discurso assume o matiz de precisão geográfica; onde e como recebe suas águas, a que altura, a quantas léguas de sua desembocadura se estreita, sua variação em latitude e longitude [...]. O discurso adquire modalidade científica e literária, simultaneamente, porém cada vez mais o tom literário perde terreno. Trata-se de informação útil para a navegação, dados de logística militar (Pizarro 2012:60-1).

A informação útil se traduz em levantamentos de rotas, análises de mapas e localização de pontos geográficos estratégicos, como no caso do Barão de Marajó e Antonio Baena. Esta busca por informação útil é seguida da procura por aperfeiçoamento da cartografia sobre a região, ainda incipiente e imprecisa, questionada por vários viajantes como Príncipe Adalberto da Prússia. Grande parte destes dados provém dos pilotos das embarcações, bem como de indígenas que acompanhavam as viagens, alinhando-se com a ideia de *ciência mestiça* de Paty (1990).

Esta centralidade dos rios provém também da posição simbólica ocupada por eles desde os primeiros momentos da chegada do europeu á América, além de serem pontos de referência geográfica.

CAPÍTULO 2

2.1. A Flora Marajoara nos Relatos

Luxuriante, romântica, magnífica, fantástica, prodigiosa, narcótica, sedutora, variada, enfeitada, linda, perfeita, espetacular, paradisíaca, bela, imponente, extraordinária. Mas também, monótona, quieta, sombria, solitária, misteriosa, escura, triste, estéril, virgem, silenciosa e selvagem. Todos estes adjetivos foram tirados dos diversos textos de viajantes do século XIX e dizem respeito a processos de afetamento que os homens e a mulher de ciências pressentiram frente à flora marajoara.

Estas formas de ver e narrar a natureza por homens das ciências no século XIX foram construídas em bases dualistas, antagônicas, opostas. Márcia Naxara argumenta nesta direção que “A forma como se viu e interpretou, tanto a natureza quanto a civilização esteve frequentemente carregada por significativos sentidos de dubiedade e ambivalência [...]” (Naxara 2004:34).

A prevalência destas visões opostas encontra suas fundações em uma tradição setecentista de filósofos como Buffon, de Pauw e Hegel, que, por um lado, defendiam a debilidade das terras americanas, já por outro lado, Humboldt, ao excursionar pelas Américas se posicionou no polo oposto, colocando a natureza da região como foco do estudo científico, algo, até então, inédito, além de introduzir o estilo poético na maneira de descrever o que se via (Lisboa 1997:82).

Neste cenário, percebemos que a flora amazônica, apesar de ser um dos grandes atrativos para viajantes naturalistas e seu afã de classificação, bem como por captar e descrever romanticamente suas belezas e características peculiares, também a relataram com olhares críticos. Nem toda a flora, nem toda árvore, nem toda planta era bonita, nem toda mata era luxuriante, pântanos, como os dos entornos das cidades de Breves e Gurupá, são frequentemente associados a doenças, à insalubridade, a pestes, febres intermitentes, bem como as *baixas*, ou seja, pequenas poças de água que se mantinham nos campos após as águas dos rios baixarem, são vistas como obstáculo ao desenvolvimento econômico da região, por não permitirem a pastagem do gado. A cultura bovina ou bubalina continuava sendo um dos recursos do discurso do povoamento e desenvolvimento da região.

Estes olhares lançados sobre a flora também se alinham a uma visão econômica. O viajante visualizava as potencialidades econômicas do que via: a quantidade de madeira que se podia extrair, o uso de especiarias e frutos da floresta como a salsaparrilha e o cacau, que figuravam no topo da lista dos produtos mais comercializados na região de florestas do

Marajó, principalmente na primeira metade do século XIX, pois na segunda metade ganha importância a seringueira, com a extração do látex.

Paralelamente, a flora Amazônica também entra em evidência a partir da formação de uma imagem de tropicalidade do território nacional. Dentre todos os tipos de árvores que aparecem nos relatos sobre as florestas, a mais destacada, a que mais chama a atenção, é a palmeira. Neste sentido defendem Aragão e Sandeville Jr. (2010:435) que os viajantes “[...] eram europeus e um de seus objetivos era retratar o Brasil para os seus compatriotas, revelando suas paisagens e suas riquezas”. Por isso, na visão dos autores, a necessidade de incluir elementos que indicassem a tropicalidade do lugar. Em escala menor, mas também dentro desta ideia de zona tropical, a bananeira também é relatada nas matas da região marajoara.

Todas estas visões lançadas sobre a flora amazônica se somam aquela mais proeminente: a taxonômica. Em quase todos os relatos, mesmo daqueles viajantes que não são naturalistas, botânicos ou de outro ramo das ciências naturais, as descrições científicas - categorizadas de acordo com o sistema de Linéu – pululam dos escritos.

Em resumo, foram lançados olhares de várias posições para a região marajoara, mas que em seu bojo se apoiam em tradições dualistas do pensar. Propomos agora analisar estas formações imagéticas que figuram dentro dos escritos dos viajantes.

Para começar, é importante ajuizar que, na nossa visão, as paisagens da flora que emergem das narrativas podem melhor ser compreendidas a partir da interpretação de Sarraf-Pacheco (2006; 2009; 2015) que prefere o uso dos termos Marajó dos Campos, Marajó das Florestas e Amazônia Marajoara em vez de “Ilha de Marajó”. A primeira destas seções é aquela a nordeste, onde principalmente tem-se o prevalecimento de grandes campos alagadiços e a cultura do gado domina; a segunda está a sul e sudoeste com densas áreas de florestas, economicamente voltada para extração de drogas do sertão e da borracha.

Esta forma de pensar a região marajoara é percebida por diversos viajantes já no século XIX. Ferreira Penna, na década de 1870, defende:

Uma linha aproximada à diagonal, tirada da boca do Cajuuna, no extremo norte da costa, à foz do Atuaá, fronteira à barra do Tocantins, divide a Ilha em duas seções naturais e quase iguais; a de S. O. que é a menor, é tóda coberta de matas; na de N. E., tudo é campos, mais ou menos ornados de grupos de árvores a que de dá o nome de ilhas (Ferreira Penna 1971:33-4).

Assim como ele, seguem Orville Derby, Emílio Goeldi, C. F. Hartt, dentre outros. Esta forma esquemática de pensar as paisagens marajoaras também merece acuidade aqui, pois percebemos que a rota de viagem mais comum verificada entre os expedicionários é

aquele que, partindo de Belém, toma os rumos de subida do rio Amazonas, “esbarrando” obrigatoriamente neste trajeto nos Marajós, merecendo destaque ainda as diversas paradas que eram efetuadas no percurso, como nas vilas de Breves e Gurupá, para abastecimento, descida e subida de pessoas e cargas. As características da região ressaltadas nos livros de viagem são aquelas que condizem com a área visitada pelo expedicionário.

Diferentemente dos homens e mulheres de ciência dos séculos XIX e XX que estavam interessados no estudo da cerâmica marajoara (Schaan 2009; Linhares 2017), percebemos que a região de florestas foi mais densamente relatada por conta, justamente, de ser a região de mais fácil acesso para aqueles que desejaram acessar o rio Amazonas, tirando a necessidade de contornar o Arquipélago do Marajó pela sua costa norte, relatada como de grandes perigos a navegação, como expomos na seção que dedicamos aos rios.

Nos escritos sobre o Marajó das Florestas, a descrição taxonômica da flora é aquela que mais se evidencia. Na verdade, grande parte das expedições à Amazônia contavam com botânicos que deveriam coletar, classificar e ordenar as espécies encontradas da flora local. Foram produzidos grandes levantamentos com nomes científicos, características, as vezes gravuras e usos destas plantas. Geralmente estas listagens figuravam dentro do próprio relato de viagem, mas outras ganhavam espaço próprio em livros ou catálogos dedicados somente a este fim.

Como exemplo, este foi o caso da missão austríaca, da qual fez parte o botânico Von Martius, que produziu umas das maiores obras sobre a flora brasileira. Com um total de 15 volumes, divididos em 40 partes, o livro *Flora brasiliensis* foi elaborado num período total de 66 anos, iniciando em 1840 e findando em 1906, várias mãos ajudaram na escrita iniciada por Martius, que deu tratamento taxonômico a mais de 20 mil espécies de árvores brasileiras (Meirelles Filho 2009).

Dentro dos relatos de viagem, as descrições taxonômicas são resumidas, limitando-se à apresentação daquelas plantas que figuram na paisagem que se via. Ao estudar estas narrativas, percebemos que a Amazônia representava aos olhos destes viajantes um mundo desorganizado e desordenado, fato que direciona a escrita de uma constante análise científica. Argumenta Karen Lisboa que:

[...] a “estranha” natureza dos trópicos brasileiros era objeto de obstinada pesquisa científica, dissecado sistematicamente pelo crivo da história natural. [...] A natureza do Novo Mundo estava sendo nomeada e paulatinamente catalogada, perdendo sua estranheza ao ser transcrita nos compêndios da flora e da fauna universal (Lisboa 1997:87).

Ao lançarem olhares para a natureza, e aqui em especial à flora da região, o que o estrangeiro via era o “estranho”, o “exótico”, o “diferente”, o “desconhecido”. O casal Agassiz, ao passar pelo Marajó das Florestas, comenta sobre esta estranheza: “atravessando este arquipélago, é um encanto para nós contemplar essa vegetação estranha com que teremos ainda de nos familiarizar” (Agassiz e Agassiz 2000:164). O termo “familiarizar” também era sinônimo de estudar, classificar, ordenar, como fica claro em outro trecho da narrativa: “Há, todavia, uma profusão de outras árvores, cujos nomes até agora desconhecemos, muitas das quais, suponho, não pertencem ainda a nenhuma nomenclatura botânica” (Agassiz e Agassiz 2000:166).

Era preciso trazer à “luz” o desconhecido, o caos, a escuridão em que se achava a natureza da Amazônia por não estar inserida em nenhum modelo de classificação oficial e hegemônico. Urgia, então, ser ordenada, organizada, conhecida cientificamente e difundida sua existência em bases iluministas. Era preciso traduzir a literatura simples e oral para o cidadão e letrado (Naxara 2004:34), para isso era necessário o “batismo” das espécies com nomes científicos, na esteira do modelo proposto no *Sistema Naturae* de Lineu.

Os nomes científicos seguiam, sempre que disponíveis, os nomes populares da planta. A esse respeito, a narrativa do casal Agassiz esclarece:

Conservamo-nos hoje tão perto das margens, que quase pudemos contar as folhas das árvores, e tivemos excelente oportunidade para estudar as várias espécies de palmeiras. A princípio a mais freqüente era a Açaí, porém agora se confunde no número das outras. A Miriti (*Mauritia*) é uma das mais belas, com seus cachos pendentes de frutos avermelhados e suas enormes folhas abertas, em forma de leque, cortadas em fitas, cada uma das quais, na opinião de Wallace, constituindo a carga de um homem. A Jupati (*Rhaphia*), com suas folhas em forma de plumas, às vezes de 40 a 50 pés de comprimento, parece, por causa do seu caule curto, brotar quase do solo. O seu porte, semelhando uma jarra, é particularmente gracioso e simétrico. A Buçu (*Manicaria*), com folhas rígidas e inteiriças, de 30 pés de comprimento, mais erectas e fechadas no seu modo de crescimento, e serrilhadas nos bordos. O caule dessa palmeira é relativamente curto. As margens desse trecho do rio são geralmente ornadas por duas espécies vegetais, formando algumas vezes uma como que muralha ao longo da praia; por exemplo, a Aninga (*Arum*), com suas folhas largas, cordiformes, em cima de grandes caules, e a Murici mais baixa, justamente à beira d’água (Agassiz e Agassiz 2000:167).

Na apresentação da flora amazônica, o Mirití vira *Mauritia*, a Jupati se transforma em *Raphia*, Buçu em *Manicaria*, Aninga vira *Arum*, assim como uma série de outras plantas e animais que agora passam a existir oficialmente com nome e sobrenome cientificamente reconhecidos. Neste cenário, a nomeação científica e a classificação podem ser inseridas dentro de um contexto de dominação do mundo desconhecido através da inserção em um modelo sistêmico universal de conhecimento (Naxara 2004).

No relato do casal Agassiz, é curioso notar que, apesar do rigor científico, alguns nomes, nesta narrativa, não estão completos, como, por exemplo, a palmeira Jupati, que é apresentada aqui ao mundo da ciência como *Rhaphia*, mas este é somente o nome do gênero a que pertence o vegetal, podendo identificar várias espécies específicas, o nome científico completo da palmeira Jupati é *Raphia taedigera*. Por ser uma escrita em trânsito, produzida no navegar de um barco, e mesmo pelas precariedades e falta de laboratório ou literatura adequada para a verificação da planta, a identificação limita-se a seu gênero.

Assim como no excerto acima destacado, vários são os viajantes que dedicam páginas de seus livros para descrever cientificamente o que estavam observando. Dentro deste cenário, percebemos que de toda a paisagem uma característica se destaca e atravessa quase todas as narrativas, tanto científicas, quanto romantizadas dos viajantes: a presença das palmeiras. No trecho extraído do livro do casal Agassiz todas as plantas que foram citadas são espécies diferentes de palmeiras.

A presença destas árvores, em especial nas narrativas dos viajantes, alinha-se com a representação de uma tropicalidade do território nacional. Como argumentam Aragão e Sandeville Jr. (2010:435):

Na literatura brasileira do oitocentos, o Brasil é muitas vezes caracterizado por meio de elementos que indicam sua tropicalidade. É a terra das palmeiras, dos coqueiros, dos bosques verdejantes, da luz, do céu azul, dos laranjais e bananeiras, dos bem-te-vis e sabiás. Constata-se uma intenção de valorização da natureza local e a busca de uma nacionalidade – ainda que muitas vezes os elementos empregados não sejam de fato nativos, como as laranjeiras originárias da Índia e as bananeiras, de origem asiática.

Indo nesta direção, John Warren, em viagem pela região central do Arquipélago de Marajó, narra que: “found the grove well supplied with various kinds of fruits, principally oranges, bananas, and guavas!” (Warren 1851:181). “*Encontrou o bosque bem suprido com vários tipos de frutas, principalmente laranjas, bananas, e goiabas!*” É curioso notar que, apesar de os bosques serem supridos com vários tipos de frutas, as que são destacadas são justamente aquelas que Aragão e Sandeville Jr. dizem se associar a uma ideia de tropicalidade.

Esta expressão de terra tropical provém de uma formação imagética nacional tecida ao longo de vários séculos desde a chegada do europeu na América. Aragão e Sandeville Jr. (2010) mostram que tais expressões foram promulgadas tanto na pintura, quanto na fotografia e na literatura durante todo o século XIX. Dando ênfase à forte presença das palmeiras, estes autores expõem a necessidade de incorporar estes símbolos às representações do território

nacional, mesmo muitas vezes havendo a sobreposição da verossimilhança, como no exemplo dos trabalhos do pintor francês Rugendas, que teve seus desenhos de campo modificados pelos gravadores europeus no processo editorial para a inserção do elemento marcador do tropical nas gravuras que seriam impressas no livro do artista.

É nestes termos que Gombrich (1986:74) vai argumentar que o “artista tende, conseqüentemente, a ver o que pinta ao invés de pintar o que vê”. Tomando esta ideia, podemos perceber que o olhar que era lançado pelo viajante sobre a natureza era aquele direcionado para a identificação e registro de certos elementos que ratificavam uma imagem já consagrada sobre o Brasil, como no caso da palmeira, bananeira ou bem-te-vis e sabiás que remetiam a ideia de tropicalidade.

Ainda neste sentido, notamos que o tecer de imagens sobre a região marajoara foi forjada à luz de outras representações ajuizadas a partir de uma rede de contatos entre os autores de livros de viagens, quer em encontros presenciais, como no caso Wallace e Bates com William Edwards, já referido na introdução deste trabalho quando debatemos a metodologia, ou em contatos por artigos e livros que se tornaram referências na Europa e América do Norte para quem pretendia excursionar pela Amazônia, como ocorreu com os escritos de Spix e Martius e Willian Edwads.

É importante ajuizar que a concepção de “paisagem” que partilhamos é aquela de George Simmel. Em “A Filosofia da Paisagem” (2009) o autor defende o caráter unitário da natureza. Para ele “a natureza não tem frações; é a unidade de um todo, e no momento em que dela algo se aparta deixará inteiramente de ser natureza, porque ela só pode existir justamente no seio dessa unidade sem fronteiras [...]” (Simmel 2009:6). Por outro lado, para a paisagem a demarcação da fronteira, o fracionamento é essencial, pensar a paisagem significa, para Simmel, “considerar um excerto da natureza como unidade”. Assim, a paisagem surge a partir do olhar humano que divide a unidade da natureza para reorganizar na individualidade que se manifesta na paisagem (Simmel 2009:7).

O que interessa aqui neste momento é justamente analisar quais os critérios que levam a escolha e fragmentação daquela parte individual de um todo unitário. George Simmel pontua que a paisagem vai nascer quando “uma ampla dispersão de fenômenos naturais converge para um tipo particular de unidade” (Simmel 2009:13), sendo o suporte desta unidade a disposição anímica da paisagem. Aqui junta-se em um ato simultâneo o ver, que suscita a extração daquela parte do todo quando o olhar sobressai a pura impressão das coisas, e o sentir, que marca de forma singular cada paisagem (Simmel 2009:16).

Assim, percebemos que se por um lado viajantes já vinham com uma ideia pré-formada do território nacional, voltando seu olhar para, dentre outras coisas, os aspectos que se esperava encontrar previamente, por outro a paisagem só vai surgir no ato em si do ver e do sentir. Nestes termos, parafraseando Simmel, poderíamos pensar em uma (pré-) disposição anímica da paisagem, ou seja, a existência prévia de um arranjo para o ver e o sentir frente, principalmente, à natureza da região. A este respeito, Lisboa (1997) lembra, ao trabalhar com as obras dos alemães Spix e Martius, o “gozo antecipado” ou *Vorgenuss*, que relatam estes viajantes ainda durante a viagem de travessia para a América do Sul.

Esta simultaneidade do ver e do sentir também se encontra impressa nas descrições da flora marajoara ao percebermos o intercalar de descrições científicas da paisagem com aquelas narrativas romantizadas, às vezes ocupando o mesmo espaço, onde a mesma paisagem que se relata por nomes científicos, medições de altura e espessura dos troncos das árvores, características de suas folhas etc., torna-se tão logo luxuriante, paradisíaca e encantadora.

Era um transitar constante entre a ciência - com suas descrições científicas, medições, registros, catalogações, coletas e ordenamentos – e o sentimento, ensejado principalmente pelas características da natureza da região Amazônica. A sensibilidade romântica frente à natureza merece destaque, pois na mesma medida em que a descrição taxonômica, também tem grande profusão entre os viajantes, mas esta é uma questão que trataremos mais adiante, antes, retornemos as palmeiras.

Além de figurarem nas narrativas, percebemos que elas também se fazem presentes nas gravuras e pinturas da flora. Na verdade, a importância dada a estas árvores fica evidente tão logo se abre os livros dos viajantes, nos quais a imagem que antecede ou às vezes que divide página com o próprio título da obra é a de uma palmeira. Este é o caso da primeira edição do livro do casal Agassiz, cuja imagem do *cocoeiro* é a primeira visão que temos ao abrir seu livro.

Ainda neste sentido, este destaque se evidencia ainda mais com o botânico alemão C. F. P. von Martius, que dedicou parte de seus estudos ao desenvolvimento de uma coletânea de obras inteiramente dedicadas as palmeiras sulamericanas. *Historia naturalis palmarum: opus tripartitum*, ou História natural das palmeiras: obra em três volumes, foi escrito originalmente em latim pelo viajante e publicada entre os anos de 1823 e 1850 em Leipzig, na Alemanha. A coleção é ricamente ilustrada com mais de duzentas imagens das mais diversas espécies desta família de plantas.

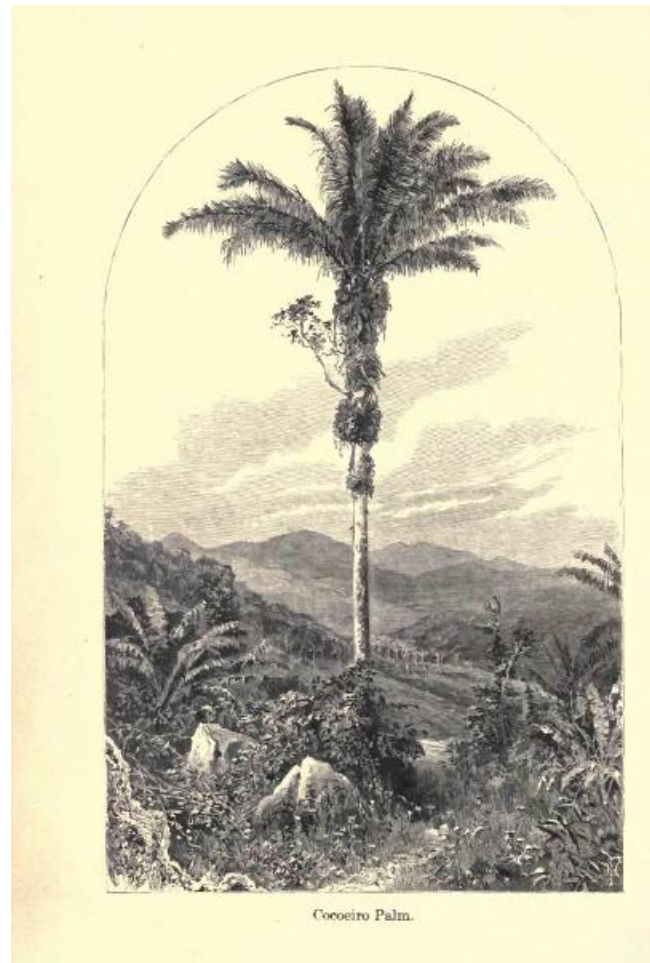


Figura 5 – Gravura de Coqueiro na Contracapa do Livro do Casal Agassiz
(Fonte: Agassiz e Agassiz 1868, contracapa)

De fato, as palmeiras, além estarem ligadas a esta ideia de tropicalidade, ou talvez por conta de estarem atreladas a esta imagem, também despertavam uma visão idealizada da paisagem, elas coroavam a cena vista e relatada com sua beleza e superioridade. Herbert Smith, no livro *Brazil, the Amazons and the Coast* (1879), declara:

Any one who is not blind must feel his soul moved within him by the marvellous beauty of the vegetation. Not a bit of ground is seen ; straight up from the water the forest rises like a wall—dense, dark, impenetrable, a hundred feet of leafy splendor. And breaking out everywhere from among the heaped-up masses are the palm-trees by thousands. For here the palms hold court ; nowhere else on the broad earth is their glory unveiled as we see it ; soft, plummy *Jupatis*, drooping over the water, and fairy-light *assais* and *bussús* with their light green, vase-like forms, and great, noble, fanleaved *miritis* looking down from their eighty-feet high columns, and others that we hardly notice at first, though they are nobles in their race. If palms, standing alone, are esteemed the most beautiful of trees, what shall we say when their numbers are counted, not by scores, nor hundreds, but by thousands, and all in a ground-work of such forest as is never seen outside of the tropics? The scene is infinitely varied; sometimes the palm-trees are hidden, but even then the great rolling mass is full of wonderful changes, from the hundred or more kinds of trees that compose it; and again the palms hold undivided sway, or only low shrubs and delicate climbing vines soften their splendor. (Smith 1879:80-82).

Qualquer um que não seja cego deve sentir a sua alma movida dentro de si pelas belezas admiráveis da vegetação. Nem um pouco do solo é visto; direto de cima da água a floresta se ergue como uma parede – densa, escura, impenetrável, uma centena de pés de esplendor frondoso. E irrompendo em todo canto do meio das massas amontoadas estão palmeiras aos milhares. Por aqui as palmeiras são o centro da atenção; em nenhum outro lugar em toda a terra a sua glória está revelada como a vemos; suaves, plumosas Jupatis, caindo sobre a água, e açais e bussús de brilho mágico com seu verde claro, formato tipo vaso, e grande, nobre, frondoso leque de miritis olhando para baixo das suas colunas de oitenta pés de altura, e outras que dificilmente nós notamos primeiro, embora elas sejam nobres em suas raças. Se palmeiras, estando sozinhas, são consideradas as mais bonitas das árvores, o que devemos dizer quando seus números são contados não por dezenas, nem por centenas, mas por milhares, e todas em uma base de tal floresta como nunca é visto fora dos trópicos? A cena é indefinidamente variada; algumas vezes as palmeiras estão escondidas, mas mesmo assim a grande massa ondulada é cheia de maravilhosas mudanças, das centenas ou mais tipos de árvores que a compõem; e novamente as palmeiras mantêm um balanço não dividido, ou somente arbustos baixos e delicadas trepadeiras suavizam seu esplendor.

Notamos que na visão deste viajante a palmeira é considerada por si só a mais bonita das árvores. A descrição se torna quase que impossível frente às variadas espécies e a contagem de milhares de árvores desta família na paisagem. Esta grande quantidade de palmeiras chama também a atenção, pois, como comenta Orton James “trees of the same order are seldom associated” (James: 1870:233), “árvores da mesma ordem se associam raramente”. Kury (2001) argumenta a este respeito que a floresta tropical é caracterizada por vegetais não sociáveis, ou seja, uma grande variedade de espécies em uma mesma paisagem, ao contrário de certas partes da Europa, na qual se destacam florestas inteiras de pinheiros, por exemplo, um vegetal sociável. Desta forma, ao se deparar com o cenário de uma “floresta de palmeiras” o que se observa é a raridade de uma união da mais bela flora.

Esta raridade também é retratada na narrativa dos Agassiz, quando a 23 de agosto de 1865, perto da vila de Gurupá relatam na ocasião de uma parada em frente a uma floresta de miritis: “Foi a primeira vez que vimos uma floresta unicamente composta de palmeiras, com exclusão de qualquer outra espécie” (Agassiz e Agassiz 2000:173).

Neste mundo das palmeiras, despontam dos textos quase sempre as mesmas espécies: o açai, a jupati, o buçu, a bacaba e o miriti. Destas, a palmeira miriti merece destaque em algumas narrativas, nas quais seus autores produzem equiparações com referenciais que permitam uma tradução daquilo que se vê baseado no conhecimento do leitor europeu. O naturalista Wallace relata: “Comumente encontrávamos também a palmeira “muriti”, com os seus estípites retilíneos e cilíndricos, semelhantes a colunas gregas, tendo intensas copas de folhas em forma de leque, e de onde pendem os seus gigantescos cachos de cocos” (Wallace

2004:135). Neste caso, a relação foi estabelecida com colunas gregas e com o leque, este último bastante utilizado nas comparações dos viajantes.



Figura 6 - Palmeira Miriti no Livro do Casal Agassiz
(Fonte: Agassiz e Agassiz 2000:169)

Por outro lado, se o miriti se evidencia, por outro a palmeira buçu foi eleita por Robert Avé-Lallemant a árvore de maior encanto, do alto de seus trinta pés, diz o viajante, ela passa impressão de “grande dureza e consistência”, as folhas em “formato de leque” dão ideia de “vigor e pujança”.

Enfim, de fato a palmeira se destaca, carrega consigo o marcador não só do simbolismo tropical, mas também uma ideia de superioridade frente às outras árvores. Mesmo em relatos mais gerais da paisagem elas se sobressaem, estas árvores não são ordinárias, se diferenciam das demais e tomam posição diferente na narrativa. Existem as árvores comuns, ou seja, todas as outras árvores da floresta e em um grau diferente figuram as palmeiras. Assim atesta o viajante Henry Bates, que diz: “A muralha de árvores (estou citando meu diário) junto à qual passamos no momento consiste de uma grande variedade de árvores comuns da floresta, além das palmeiras” (Bates 1979:96).

Por ser caracterizada por uma grande profusão de espécies vegetais, ou vegetais não sociáveis como diria Kury, aliada a mudanças constantes nos rumos tomados pelos barcos devido a sinuosidade dos rios, a paisagem amazônica se mostrava sempre mutante, fato que tornava a viagem, ao olhar do viajante, sempre interessante e nunca monótona. Assim admite Wallace: “O encanto da paisagem ainda mais se realçava pelo rio, todo cheio de curvas, ora para um lado, ora para outro, trazendo sempre à vista uma constante mutação de cenários”. (Wallace 2004:135). O mesmo constata o artista francês Biard: “Não tinha motivos de queixas: a cada instante o cenário mudava diante de meus olhos; desenrolavam-se panoramas variados e sempre novos” (Biard 2004: 151). Em sentido similar, o casal Agassiz argumenta: “Ouvimos dizer muitas vezes que a viagem subindo o Amazonas é monótona; a mim, no entanto, parece delicioso marginalizar essas florestas, de aspeto tão novo para mim [...]” (Agassiz e Agassiz 2000: 167).

Frente a este cenário de encanto, com uma vasta variedade da flora, a busca pela tradução do que se está vendo às vezes pode ser melhor expressada em forma de descrições romantizadas, pois possibilitam o relatar dos sentimentos que o viajante sente diante daquele quadro. Assim, o escritor imprimi no escrito a diversidade de sensações em curso.

Por outro lado, é importante o adendo aqui que, apesar da narrativa tomar o tom mais literário, a taxonomia não se esvai totalmente, o viajante se preocupa em colocar ou em nota de rodapé ou ao lado do nome popular das árvores, o seu nome científico completo, alinhando-se com o que já havíamos dito antes a respeito do intercalar entre relatos científicos e romantizados.

Ao adotar este caráter literário o viajante não quer somente descrever o que está vendo, ele quer passar o sente, que expressar as sensações de estar diante da tão idealizada “natureza selvagem”. Neste sentido Avellar (2007:6) defende que a literatura é uma “organização polifônica capaz de expressar adequadamente como pensamos e sentimos o mundo”.

Pululam dos textos adjetivações, sensações, estados de espírito que movem o homem das letras do pedestal de sua objetividade e rigor científico para o campo da subjetividade, dos sentimentos expressos em linhas românticas. Herbert Smith (1879) no excerto acima relata, ao passar pelos estreitos de Breves, que qualquer um que não seja cego sente sua alma movida diante dos quadros admiráveis da vegetação, coroada com a presença de milhares das mais belas árvores, as palmeiras.

Estes encantos com a flora marajoara são frequentemente traduzidos em frases como “Fiquei deveras encantado ante a beleza da vegetação. Esta ultrapassava tudo o que eu até

então tinha visto” (Wallace 2004:134) “A mata era extraordinariamente variada” (Bates 1979:96) “Jamais esquecerei este passeio, tanto mais encantador quanto menos previsto” (Agassiz e Agassiz 2000:172). Ou ainda: “Acredito não existir no resto do mundo viagem mais agradável do que essa que vinha realizando” (Biard 2004:150).

Estes olhares maravilhados chegavam mesmo a promover às vezes aproximações entre a visão de um paraíso terrestre, ideia gestada desde os primeiros momentos da chegada do europeu na América, com a Amazônia. É remontando as palavras proferidas já em 1504 por Américo Vesputio que o Barão de Santa-Anna Nery traz à tona este juízo, diz ele: “Et, s’il y a un paradis terrestre en ce bas monde, sans aucun doute il doit être situé pas bien loin de ces sites” (Nery 1899:24). “*E se há um paraíso terrestre neste mundo baixo, sem nenhuma dúvida ele deve não estar situado muito longe muito longe destes locais*”.

Ainda neste sentido é que Herbert Smith vai defender a criação e cuidados divinos da flora da região marajoara, o autor diz precisar ser tenro com as plantas, pois “there must be a higher power than mine watching over them” (1879:95), “*deve haver um poder maior que o meu cuidando delas*”, a este poder ou força maior as plantas “fold their hands and bow their heads in silent prayer” (1879:95). “*Pregam suas mãos e curvam suas cabeças em oração silenciosa*”.

Por sua vez, o viajante John Warren (1851) comenta em passagem pela região marajoara: “In the afternoon, the magnificent island of Marajo was distinctly visible, and seen through a strong spy-glass which we had taken the precaution to bring with us, it seemed to realize all our brightest dreams and imaginary conceptions of a terrestrial paradise!” (Warren 1851:113). *À tarde, a magnífica Ilha de Marajó estava distintamente visível, e vista através de uma potente luneta que nós tivemos a precaução de trazer conosco, ela parecia realizar todos os nossos mais brilhantes sonhos e concepções imaginárias de um paraíso terrestre.*

Naxara sintetiza bem estes quadros ao dizer que:

No século XIX, a natureza, seus elementos, recantos, arranjos e paisagens, constituíram lugar exemplar para a expressão dos sentimentos e emoções dos homens, na sua mais ampla gama de intensidades e possibilidades. Sua capacidade de renovação incessante, os mistérios que esconde em seus recônditos, a inacessibilidade ao seu todo que tudo abarca, torna-a fonte inesgotável de prazer, assombro e deleite da parte dos homens. Sentimentos, emoções e paixões vivenciados e expressados das mais diversas formas, nem sempre claras e cristalinas (Naxara 2004:77).

As percepções e descrições da flora marajoara quase sempre estiveram ligadas a este aspecto idealizado, romantizado, pitoresco. Contudo é importante observar que, como chama atenção Kury (2001), o emprego desta forma de expressão nos relatos de viagem não deve ser

entendido enquanto antagônico do modo científico de relatar, em suas palavras “a ciência deveria buscar descrever a totalidade de elementos que atuavam em um fenômeno local” (Kury 2001:870), ou seja, as sensações, as emoções, os sentimentos do viajante eram também instrumentos da ciência e deveriam ser registrados. No quadro desta “ciência romântica de matriz humboldtiana” a sensibilidade do viajante é importante “na medida em que dota alguns indivíduos da capacidade de perceber as forças que atuam na natureza e de transmitir as sensações vividas” (Kury 2001:870).

Entretanto, perceber estas forças – ou pelo menos percebê-las nos moldes dos homens das ciências - não era para qualquer pessoa, era necessária uma iniciação, formação, uma instrução ou doutrinação da mente para tal. John Warren, em viagem a Cajueiro, uma fazenda próxima a vila de Chaves, conversava com seu companheiro de viagem, um jovem naturalista inglês, sobre isto:

"How sublime is an evening in the tropics!" exclaimed my enthusiastic companion, "and how well calculated to refine the mind, and fill it with noble aspirations and sentiments! methinks the most corrupted mind on earth could not but be benefited by visiting so lovely a spot as this!"

"There is no denying," I replied, "the sovereign power which the consciousness of beauty exerts upon the mind. The appreciation of it seems to be the great prerogative which mind has over instinct; the brute is insensible to its divine influence, and can gaze upon the most exquisite objects, the most enchanting scenery, without a shadow of emotion. Do you not think that there are some men with but little more perception?"

"I know that there are many," he replied, " who manifest scarcely any sympathy with the beautiful works of nature ; but it is because the faculty has, been stifled by the pleasures of sense ; it exists in every man, and, like all mental perceptions, may be developed by proper culture !"

"Do you not think it would be better if more attention was paid at our schools and academies in instructing young men in the natural sciences, and thus directing their minds to the contemplation of nature's wonders?"

"I certainly do," said he, "and the sooner such studies are commenced, the more powerful and beneficial will be the impression which they will make upon the mind and character of the child. Character I say—for who ever saw a lover of nature who was a villain? who ever heard of a naturalist who was not moreover a moral and good man. (Warren 1851: 176-177).

"Quão sublime é uma noite nos trópicos!" exclamou meu companheiro entusiasta, "e quão bem calculada para refinar a mente, e preenchê-la com aspirações nobres e sentimentos! Eu acho que a mente mais corrompida na terra não podia deixar de ser beneficiada por visitar tão adorável "lugar como este!"

"Não há como negar," eu respondi, "o poder soberano que a consciência da beleza exerce sobre a mente. A sua apreciação parece ser a grande prerrogativa que mente tem sobre o instinto; o bruto é insensível à sua influência divina, e pode contemplar os objetos mais requintados, o cenário mais encantador, sem sombra de emoção. Você não acha que existem alguns homens com um pouco mais de percepção?"

"Eu sei que há muitos", ele respondeu, "que manifestam quase nenhuma simpatia com as belas obras da natureza; mas é porque a faculdade foi sufocada pelos prazeres dos sentidos; existe em cada homem e, como todas as percepções mentais, pode ser desenvolvido pela própria cultura!"

"Você não acha que seria melhor se mais atenção fosse prestada em nossas escolas e academias em instruir os jovens nas ciências naturais, e assim direcionar suas mentes para a contemplação das maravilhas da natureza?"

"Eu certamente acho", disse ele, "e quanto mais cedo esses estudos são começados, mais poderoso e benéfico será a impressão que eles farão sobre a mente e o caráter da criança. Caráter eu digo - para quem nunca viu um amante da natureza que fosse um vilão? quem já ouviu falar de um naturalista que não era além disso um homem bom e de moral."

A natureza, na ótica dos viajantes, exerce um poder benéfico sobre a mente e o espírito do homem, sua apreciação e contemplação tornam-se moldes morais, também fazendo do homem menos bruto e mais sensível, ou seja, a contemplação com o olhar direcionado doutrina ou civiliza a mente contra o instinto. Estes direcionamentos devem começar, argumenta Warren, desde cedo, direcionando os jovens e as crianças para os efeitos benéficos que trará ao caráter.

Como aponta Thomas (2010), as concepções do homem frente a natureza são mutantes e contraditórias ao longo da história, passando no século XIX a uma percepção de valorização dos seus elementos. É esta nova consciência, gestada desde o setecentos com filósofos com Rousseau e naturalistas como Humboldt, que trará no seu ventre esta valorização e visão dos efeitos benéficos do meio natural sobre o homem.

Contudo, como mostra o excerto, somente aqueles com certa iniciação são capazes de ter esta percepção da natureza. Naxara argumenta que "a sua apreciação requeria uma "educação clássica e algum conhecimento de história e literatura". Constituía gosto sofisticado, exigindo referências que vinham dessa formação" (Naxara 2004:66). Assim, esta percepção era na verdade um instrumento de ordenação aos moldes europeu e letrado dos modos de ver e sentir a natureza da região marajoara.

Para John Warren, ainda, o entendimento desta linguagem da natureza nos quadros da história natural, se ligava a uma ideia maior de comunhão com pensamentos divinos:

"If, then, it is of essential importance that we should be made acquainted with those signs by which we can fathom the thoughts of the wisest of mankind, of how much greater importance is it that we should learn those marvellous signs which constitute the language of Nature, a language by which we can read the very thoughts of God!" (Warren 1851:177-8).

"Se, então, é de importância fundamental que nós devemos nos ser familiarizados com esses sinais pelos quais nós podemos entender os pensamentos do mais sábio da humanidade, de quão grande importância isto é que nós devemos aprender estes sinais maravilhosos que constituem a linguagem da Natureza, uma linguagem pela qual podemos ler os pensamentos de Deus!"

Esta visão romantizada, idealizada, pitoresca, que tinham os viajantes da natureza marajoara era resultado de um direcionamento do olhar, que despertava sentimentos,

sensações, emoções nestes homens das letras, que frequentemente tomavam da arte na tentativa de relatar a totalidade da experiência vivenciada.

Se por um lado a natureza, e em especial a flora, com suas belas palmeiras, era cenário de deleite, por outro nem toda a natureza, nem toda a paisagem, nem toda flora era bonita, existiam aqueles cenários que remetiam a ideias detratoras, como é o caso dos pântanos, ligados frequentemente a febre amarela, ou as trepadeiras, associadas às pragas da flora.

Alfred Wallace, em expedição a ilha Mexiana, no Arquipélago do Marajó, nos dá uma ideia do contraste entre as florestas e os pântanos:

Maior não poderia ser o contraste das cenas, que tínhamos acabado justamente de deixar, como a que agora estávamos entrando.
Uma era de luxuriante verdura e outra de aspecto tão triste e tão estéril, quanto pode ser um triste e assolado pântano (Wallace 2004:137).

Florestas são luxuriantes, belas, encantadas, já os pântanos perpassam, na visão do naturalista, a ideia de esterilidade, falta de vida, tristeza, um local assolado. Muito desta visão contrária aparece nos relatos da segunda metade do século XIX, principalmente naqueles que as vilas de Breves e Gurupá são visitadas, constatando-se que são afligidas por febres intermitentes que tem suas causas ligadas aos pântanos insalubres que as circundavam.

Na realidade, o aspecto geral relatado de grande parte da região marajoara é caracterizado por costas baixas e pantanosas, no caso da parte oeste e sudoeste do arquipélago, bem como também tratos pantanosos que correm no seu centro. Assim, tanto a região de campos, quanto a de florestas possuem esta característica. Estes pântanos na região de campos são popularmente chamados de “baixas”, já na região de florestas são denominados “igapós”, existem ainda os “mondongos”, que são *baixas* que ocupam grandes extensões nos campos da região central do Arquipélago (Ferreira Penna 1971; Edwards 1861).

Esta detração da imagem dos pântanos, como dito, está ligada a associação feita com a ocorrência da febre amarela e do ar de insalubridade que passavam estes cenários. Na realidade, estas moléstias afetavam não somente a imagem destas paragens, mas também de todo o território nacional, que para o público europeu era visto como uma terra de enfermidades e perigos a saúde.

Assim atesta o artista francês Biard, que logo no início de sua narrativa da viagem que fez ao Brasil relata os comentários feitos por seus conterrâneos ao saberem que este viajante viria para nosso país. Em uma das passagens ele transcreve o comentário de um de seus amigos: “Meu caro amigo, diga-me, por favor, como lhe nasceu essa idéia de ir ao

Brasil? Não sabe ser uma terra muito insalubre? A febre amarela, ali, é endêmica e dizem mais que as cobras, das mais venenosas, matam qualquer criatura em poucos minutos” (Biard 2004:11).

Esta visão detratora ligava-se a um espectro mais amplo da imagem nacional, que, por conseguinte, associava-se aos pântanos de regiões como a marajoara. É válido ainda dizer que estes olhares também são lançados sobre as paragens similares que ocorrem na parte sul dos Estados Unidos, evidenciando uma ideia ainda mais global, relacionando para diferenciar. Em última instância, a paisagem selvagem era a própria representação da incivilização constituinte do povo brasileiro.

Além desta visão ligada as enfermidades, os pântanos também são mal vistos por serem entrepostos ao desenvolvimento econômico quando ocupam local que poderia servir de pasto para o gado, além de ser habitat de animais como cobras e jacarés que atacam as reses que se aproximam para beber água. Neste sentido, Barão de Marajó argumenta:

Não é somente a diminuição nos terrenos aproveitáveis, as dificuldades nos escoamentos de águas, as más condições higienicas que a isto se ligam, são ainda estes logares guarida de toda a casta de animaes daninhos, taes como cobras e jacarés que dão grandes perdas aos creadores, uns preando os vitellos ou poldros que vem beber, outros matando com seu veneno um crescido número de reses (Marajó 1992:306).

O próprio Barão de Marajó também mostra que o governo da Província, buscando solucionar este obstáculo ao desenvolvimento, promovia a limpeza de canais da região com objetivo de permitir o escoamento das águas que haviam subido no período das cheias e que propiciavam o aparecimento destes pântanos, tanto nos campos quanto nas florestas. Assim, podemos ver que a visão detratora desta paragem também se fazia entre os membros de uma elite política e econômica local que detinham grandes fazendas de criação de gado que tinham suas potencialidades reduzidas em decorrência dos prejuízos trazidos pelos pântanos e os animais que nele habitam.

Outrossim, além do acentuado destaque dado às palmeiras nos relatos, encontramos também olhares desmistificados e, por que não dizer decepcionados, frente a quebra da expectativa de encontrar aquela flora de grandes proporções. Nas pinturas e gravuras é recorrente encontrarmos representações da flora amazônica de acordo com as expectativas dos viajantes, como já dito anteriormente.



Figura 7 - Litografia de Spix e Martius Sobre a Região Amazônica
(Fonte: Martius 1823 v. II. Tábua 60)

A litografia feita por C. Hefs, baseada nos desenhos de von Martius, exemplifica bem o quadro esperado. Em destaque ao centro da imagem figuram no primeiro plano três palmeiras, duas menores juntas e uma maior mais ao lado, o olhar de quem observa assim é logo direcionado para elas, que são aqui o assunto principal. Mas o que gostaríamos de chamar atenção é a representação do plano mais ao fundo, composto por uma flora de grandes proporções, enormes árvores com troncos grossos formando uma densa e escura floresta, esta última característica acentuada pela diminuição da luz retratada pelo autor. No quadro também estão presentes na parte inferior a direita uma cobra e uma onça, remetendo a ideia de natureza selvagem, selvageria também humana retratada na presença de um indígena com arco e flecha no lado esquerdo. Não adentraremos nestes aspectos da fauna e a presença humana, analisaremos mais a diante na segunda patê deste trabalho dissertativo.

Se por um lado, no Marajó das Florestas, palmeiras são ressaltadas por sua beleza e ligação com ideia do tropical, por outro a expectativa de uma flora de grandes proporções se desfaz ao se deparar com estas mesmas palmeiras que tem, em sua maioria, trocos finos e esguios. Isso ocorre principalmente com aqueles viajantes passageiros, ou seja, que relataram suas impressões sobre a região marajoara a partir de visões tidas de dentro dos barcos que subiam para o rio Amazonas e que, de fato, não excursionaram pelo interior da região marajoara, relatando visões das margens ou pontos específicos de parada, como as vilas de Breves e Gurupá.

Robert Avé-Lallement, em viagem por um dos braços do canal Tajapurú, na região de florestas, reconstitui cenários dessas distintas paisagens.

O que, porém, mais atrai a atenção e decepciona mormente os que, em regra, esperam encontrar troncos de dimensões colossais nas florestas brasileiras, é a sua invulgar degaldez. Não só as palmeiras, como as árvores de fronde são todas admiravelmente esguias, até onde se avista da margem para dentro da floresta. Confundem-se e são em tão grande quantidade, que muitas vezes se deixa de reparar num tronco esguio, perfeitamente convencido de que é duma palmeira; no entanto apresenta no topo pequenos galhos e poucas folhas. Direi por isso que nas florestas, noutras partes, na Província de S. Catarina, por exemplo, vi troncos muito mais grossos do que em toda a viagem do Pará a Manaus, 250 milhas geográficas, e notei muito mais as árvores de formas esguias do que as de dimensões colossais, até onde as podia ver de bordo do vapor. Declaro, porém, de bom grado, que de bordo dum navio, e viajando através de grandes extensões, muitas dimensões nos parecem muito menores do que são na realidade (Lallement 1980:67).

Dentro deste quadro, explica-se a apresentação, por grande parte dos viajantes, de uma flora da região marajoara densa e variada, mas de proporções não tão grandes como as representadas nas pinturas e gravuras dos livros de viagem que já haviam sido editados, modificados e incrementados para inserção de elementos que correspondessem com uma imagem pré-formada da natureza.

Por fim, é importante destacar que as descrições da flora marajoara ainda se alinham com uma visão econômica, na qual os viajantes destacam as potencialidades da região ao ser inserida em um modelo de exploração ocidental capitalista. Brotam dos textos análises das produções econômicas da região, com destaque, no reino da flora, para a coleta das drogas do sertão e para o extrativismo da borracha, e a criação de gado, no mundo animal. Estes viajantes consideraram os Marajós como o “território mais produtivo da Província” (Denis 1839:202), mas ao mesmo tempo teceram severas críticas aos modelos de exploração adotados, pois, em sua ótica, não atendem as reais possibilidades que o Arquipélago pode oferecer.

É perceptível um embate de concepções nas escritas desses homens e mulher das letras. O fato de serem oriundos de uma tradição cujas noções de propriedade privada ligavam fisicamente o homem a um pedaço de terra, que deveria ser trabalhado, plantado, cuidado, cultivado, desenvolvido, principalmente através da agricultura, contrastava com o quadro geral observado no Marajó, onde o modelo extrativista não permitia uma fixação na terra, pois demandava do seringueiro a exploração de grandes áreas floresta a dentro, na busca por *sangrar* as seringueiras. Além disso, na região dos campos, a criação do gado não podia estar permanentemente no mesmo local, considerando o ciclo natural das cheias que alagavam parte do arquipélago e obrigavam os fazendeiros a se deslocarem para regiões mais altas.

Sobre o comércio na região é Ferreira Penna quem comenta mais detalhadamente:

A mais rica e importante indústria da Ilha de Marajó é a criação do gado vacum, para o que há campos vastíssimos que ocupam um pouco mais da metade da sua superfície. Na contra-costa há uma boa olaria em que se fabricam telhas tijolos e louça vermelha. No município de Muaná, cultiva-se, ainda, o cacau e, como no baixo Arari, há boas plantações de cana e um bom número de engenhos em que se fabrica aguardente e também uma quantidade de açúcar. Com estas exceções, o gado nos campos e a borracha nas matas são as únicas produções da ilha (Ferreira Penna 1971:42).

Existia uma variada gama de indústrias: olarias, plantações de cana, cultivo do cacau, mas as principais são o extrativismo gomífero e a criação de gado. Nos primeiros momentos do século XIX, a pecuária dominava no arquipélago, mas com as crescentes demandas do mercado pela borracha a indústria extrativa ganhou força e assumia o topo da produção na região marajoara.

É curioso notar que, como mostramos em trabalhos anteriores (Araújo e Sarraf-Pacheco 2013; 2014), a indústria da borracha, que mais tarde se tornaria a base do comércio na Amazônia, foi inicialmente contestada e duramente criticada tanto por viajantes estrangeiros quanto pelas elites locais. Antes disso, Sarraf-Pacheco (2009:104-105), já havia demonstrado que as críticas que recaíam sobre o extrativismo gomífero se fundamentavam na ideia de que esta economia gerava “um grande atraso que esfumou a luz da civilização em terras marajoaras”.

Ferreira Penna (1971) chama a exploração da borracha de *cemitério da indústria*, pelos males que traz à população. Herbert Smith (1879), por sua vez, comenta que esta indústria é a mais perigosa dentre todas as que são desenvolvidas. Tavares argumenta que este receio “era decorrente da possibilidade de marginalização da economia local, uma vez que a base econômica da região era a propriedade da terra” (2011:114).

Este olhar voltado para o econômico ou utilitário pode ser enquadrado na perspectiva de Paula Montero (2006) quando diz que estes textos de viajantes eram instrumentos de ordenação do mundo nativo. Eles tenderam a buscar incorporar o que viam em uma órbita do Estado, em uma ótica de pensamento capitalista e ocidental guiado por valores de acumulação de capital.

Ilka Boaventura Leite (1996) argumenta que pensar esta presença do olhar econômico nos relatos é também pensar as viagens como “fruto das exigências impostas pela expansão do capitalismo” (Leite 1996:40). Desse modo, desvelar as reais potencialidades das terras nacionais também se mostrou como um interesse que condicionou a escrita destes viajantes. Mais além, a autora relembra que quem financiava as expedições eram governos, através das Academias de Ciências, além de alguns comerciantes europeus interessados no comércio com o novo mundo, o interesse em se pensar este viés econômico, tanto para comprar, quanto para vender produtos se justificava. Um claro exemplo foi a prevalência de escritores ingleses, para quem os portos estavam abertos desde a chegada da Família Real, nas primeiras décadas do século XIX que, além dos interesses científicos, também escreviam sobre as riquezas passíveis de exploração do Brasil, bem como analisavam quais produtos poderiam ser melhor introduzidos no mercado nacional baseados nos modos de vida dos grupos com quem conviviam.

Nesta mesma direção, Naxara (2004) vai argumentar que a própria coroa portuguesa também incentivou estudos sobre a natureza do Brasil através das viagens filosóficas, como a de Alexandre Rodrigues Ferreira, ou estudos como aqueles de Ferreira Penna, que objetivavam, além da ampliação dos conhecimentos do território nacional, analisar esta natureza em uma perspectiva utilitária, tendo em vista a manutenção de um Império que se formaria com Brasil e Portugal.

Destarte, o que se constata é um olhar também voltado para o econômico por partes destes homens das letras, em grande parte guiados por interesses comerciais de potências europeias. Este olhar tendia a ordenar o mundo de acordo com modelos ocidentais capitalistas de exploração da natureza, marginalizando interações outras que não aquelas aprovadas por este olhar (des)ordenador.

Até o momento analisamos a natureza em suas expressões nos rios da região e na flora, esta última relatada de forma antagônica: hora idealizada, romantizada, pitoresca, mas também criticada por ser insalubre, associada a febres intermitentes, além de ser, em certos momentos, obstáculo ao desenvolvimento econômico da região marajoara.

CAPÍTULO 3

3.1. “Animação e Vida” em Narrativas Sobre a Fauna

Tanto em passagens pelos rios, quanto pelos campos e florestas que recobriam a região marajoara, os viajantes naturalistas traziam em suas narrativas a forte e abundante presença da vida animal. Emergem várias espécies de pássaros, principalmente os aquáticos na zona de florestas, como as garças, os patos, marrecas, colhereiros e grandes rebanhos de gado e cavalo na região de campos, bem como figuram animais bestializados pelos viajantes como jacarés, onças e morcegos.

De fato, a presença da fauna nos relatos se alinha com interesses diversos destes homens e uma mulher das letras e se torna justificável, se considerarmos que estes não-humanos eram parte essencial do trabalho científico, pois deveriam ser capturados, empalhados e enviados para instituições científicas europeias e norte americanas para estudos e comparações posteriores.

Em trabalho publicado recentemente (Araújo e Sarraf-Pacheco 2016), mostramos que a fauna marajoara é destacada em três momentos de práticas distintas: as caçadas, as descrições científicas e as descrições da paisagem. A estes três elementos acrescentamos as análises econômicas da região, pois estes homens e mulher, de forma similar como faziam com a flora, também estudavam as utilidades que os animais poderiam ter para a manutenção de um sistema de exploração.

Neste quadro, percebemos que o viajante assume várias posições: a) escritor focado no trabalho de classificação, descrição e coleta de espécimes; b) poeta deslumbrado com a grandiosidade da fauna região; c) caçador, desbravador e homem de grandes aventuras vividas nas matas amazônicas; d) homem a serviço de um governo capitalista que deveria estudar as viabilidades econômicas da região. Tudo isso, atravessado pelas zonas fronteiriças da cultura local e estrangeira em simbiose.

Nesse universo, imagens forjadas por estes estrangeiros em suas representações da fauna marajoara, permitem surpreender maneiras de grafar os encontros com os não-humanos e as concepções de fauna, flora e humano em expressão.

Ao adentrarem à região marajoara, os viajantes se encantavam não apenas com a flora, também revelavam profundo interesse pelo estudo dos animais. John Warren, ao relatar a paisagem que visualizava na ocasião do seu primeiro dia na fazenda Juncal, destaca os animais que compunham a cena:

Anon, the note of a distant toucan, or chattering of noisy parrots, suddenly disturbing the sublime solitude of the scene, served only to add to the intensity of its wildness and romantic interest. Insects innumerable sported with each other in the delicious atmosphere, and delicate little humming-birds flitted gaily from flower to flower. Away off on the green mantled campos, herds of wild cattle and horses were quietly grazing ; while now and then an immense flock of ducks or scarlet ibises, would rise up in a body from the tall grass, and soar triumphantly into the azure sky (Warren 1851:121-122).

Sem demora, a nota de um tucano distante, ou o tagarelar de papagaios barulhentos, de repente perturbando a sublime solidão da cena, serviu somente para adicionar a intensidade de sua selvageria e interesse romântico. Incontáveis insetos brincavam entre si na deliciosa atmosfera, e delicados pequenos beija-flores esvoaçavam alegremente de flor em flor. Além nos campos cobertos de verde, rebanhos de gado selvagem e cavalos estavam quietamente pastando, enquanto aqui e ali um imenso bando de patos ou guarás, iriam elevar-se em um corpo da grama alta, e subir triunfantemente no céu azul.

A paisagem descrita é harmoniosa: insetos brincam, beija-flores são alegres, o gado se alimenta calmamente. Esta harmonia não é quebrada nem pela diferenciação dos sons produzidos pelas araras, tagarelas, roucas, ruidosas, e os tucanos que emitem notas, como música, afinadas. Este quadro é, então, qualificado como a “beleza mais transcendente” que o viajante já havia visto.

Diferentemente do mundo vegetal, a sensibilidade romântica dos naturalistas não elegia um ou outro animal da região marajoara como aquele mais belo ou destacável, como é o caso das palmeiras no mundo da flora. São relatadas as mais variadas espécies de animais, dos maiores, em tamanho, como bois e cavalos, aos menores, como os insetos.

De fato, percebemos que o que figura são destaques a algumas características destes animais que no juízo do europeu pode se revelar curiosas, belas, vibrantes, mas também estranhas e diferentes, como no exemplo do excerto de John Warren que adjetiva o canto do tucano como uma nota, por outro lado o das araras tagarelas é rouco e ruidoso.

Desta maneira, pululam dos textos uma ampla gama de animais, narrados em suas particularidades e em relação com os vários outros que compunham a paisagem. Esta descrição ampliada, numérica, quantitativa da fauna marajoara se alinha com a tese de Viana (2016) a respeito da ideia de abundância que a região amazônica carregava. Assim, defende o autor, que os sentidos dos viajantes foram moldados desde os primeiros momentos da chegada do europeu ao Brasil para uma percepção da abundância da natureza.

Dentro deste quadro, notamos que nos livros de viagem figuram várias espécies de animais dentro de uma única narrativa de cena vista, como no exemplo de Wallace que descreve a fauna que observava em uma breve expedição de coleta na ilha Mexiana:

Encontram-se igualmente os cucos pretos, de bico pontudo, chamados *anus*.
Vêm-se, pousando em quase todas as árvores, um falcão ou um bútio, de que há grande variedade.

Em poucas semanas, obtive oito espécies diferentes.

Uns lindos periquitos, de listas brancas e penas alaranjadas nas asas, e outros, com topete vermelho, eram ali muito abundantes.

[...]

Em seguida, nas moitas, viam-se bandos de bonitos verdelhões, de peito vermelho (*Icterus militaris*); estes, porém, não estavam infelizmente em boa plumagem, na ocasião de minha visita.

O comum urubu preto vê-se voando bem alto, ou então pousado em alguma árvore seca.

Grandes patos selvagens passam, fazendo um rangente ruído com suas asas, como se fosse máquina aérea, agitando o ar violentamente, para poderem suportar o pesado corpo, e oferecendo, assim, um notável contraste com a grande cegonha da mata, que voa sem barulho e serena, em grupos de dez a doze.

Nas orelhas da floresta e nas ilhas maiores, encontram-se as vezes onças pretas e pintadas, enquanto as pacas e cutias, tatus, veados e outras pequenas caças, são também comumente encontrados (Wallace 2004:129-130).

Apenas nesta passagem o viajante relata mais de quinze animais diferentes, sem contar com as variações de uma mesma espécie. Esta ideia de abundância é também vista em passagens do texto deste viajante como: “os jacarés ficam tão apertados e unidos uns com os outros, que é difícil ver-se um lugar qualquer, onde possam mover-se livremente” (Wallace 2004:139), “E causa-me mesmo admiração esta abundância de vida animal, de todas as espécies, amontoando-se em tão restrito espaço” (Wallace 2004:143). Ou ainda quando em caçadas os viajantes com um único tiro derrubavam vários animais frente a sua grande quantidade: “estando minha espingarda carregada de chumbo fino, consegui, com o primeiro tiro, matar uns sete ou oito [patos]” (Wallace 2004: 138 - acréscimo nosso).

Ao relatarem os animais que viam na paisagem, estes viajantes descreviam várias de suas características físicas, hábitos, nome científico, entre outros. Esta perspectiva científica da fauna se inserem dentro daquele projeto global de classificação e ordenação do mundo. Nesta direção Pratt é esclarecedora:

Uma a uma, as formas de vida do planeta haviam de ser extraídas do emaranhado de seu ambiente e reagrupadas conforme os padrões europeus de unidade e ordem. O olhar (letrado, masculino, europeu) que empregasse o sistema poderia tornar familiar (‘naturalizar’) novos lugares/ novas visões imediatamente após o contacto, por meio de sua incorporação à linguagem do sistema (Pratt 1999:66).

Estas descrições são mais comuns em textos de zoólogos que excursionavam com propósito principal de estudo e coleta de espécimes, como no caso do naturalista britânico Henry Bates. Este homem das letras veio com objetivo claro de recolher material zoológico e botânico para o Museu de História Natural de Londres, a quem remeteu mais 14.000 espécimes conservados, sua maioria consistindo de novas descobertas.

Em uma ocasião de caçada, o naturalista relata:

[...] meu companheiro¹⁴ conseguiu acertar num anacá (*Derotypus coronatus*), uma das mais belas espécies da família dos papagaios. Sua cor é verde, e ele tem uma espécie de topete de penas vermelhas orladas de azul na parte de trás da cabeça, a qual ele levanta e abaixa à vontade. O anacá é o único papagaio da América que tem alguma semelhança com a cacatua da Austrália. É encontrado em todas as terras baixas da região amazônica, mas não é comum a sua presença em outros lugares. [...] Os homens da tripulação voltaram trazendo uma grande quantidade de peixe; surpreendeu-me a enorme variedade de espécies, entre as quais predominava um *Loricaria* de 30 cms de comprimento, cujo corpo é inteiramente envolto numa armadura óssea. Esse peixe é encontrado com abundância nas rasouras, em determinadas épocas (Bates, 1979: 97).

Para além de relatar os fatos acontecidos durante a caçada, o viajante também busca informar certas características destes não-humano como a cor de sua plumagem, semelhanças que possuíam com outros animais, sua dispersão, tamanho, nome científico etc., além de, quando possível, era elaborado seu registro.

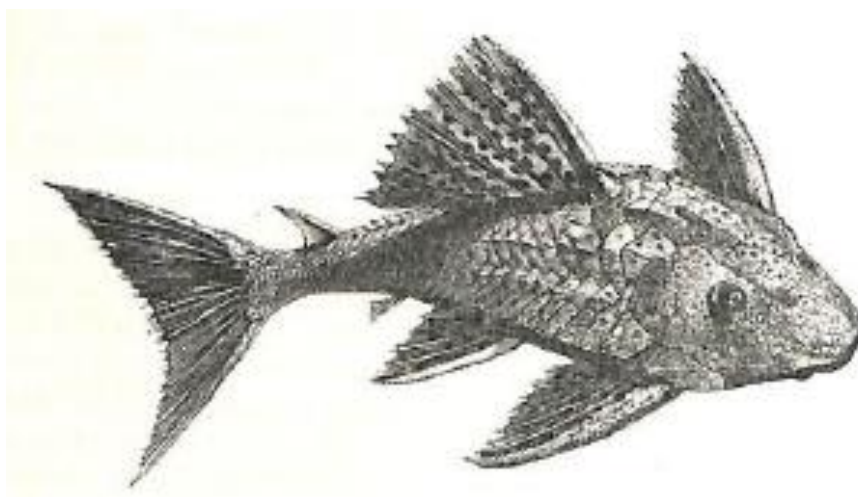


Figura 8 - Peixe Acari (*Loricaria duodecimalis*)
(Fonte: Bates, 1979: 98)

A descrição detalhada, os hábitos, o registro iconográfico, o nome científico dos animais, enfim, todas estas preocupações destes homens das ciências também se ligam ao interesse de descortinar e, neste momento de redirecionamento do olhar, desmistificar essa fauna da região amazônica que por mais de dois séculos foi grafada encantada pelos primeiros cronistas. O narrar agora toma novos referenciais e passa por novos critérios do “ver”. Orlandi argumenta que:

¹⁴ O companheiro a que Bates se refere é o João da Cunha Correia, um rapaz meio-irmão do Dr. Ângelo Custódio, de quem Bates era amigo em Belém, e que cedeu um lugar para o naturalista em sua escuna particular durante uma viagem comercial para o Amazonas.

“Ver” tem um sentido bem específico nesse contexto: o que é visto ganha estatuto de existência. Ver, tornar visível, é forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a posse. A submissão às letras começa no olhar (Orlandi 2008:17).

O ver destes homens estava ligado a dar uma existência científica à fauna. A prática científica destes homens se afastava, pelo menos para um grau menor, da literatura fantástica dos cronistas dos primeiros momentos após a chegada do europeu ao Brasil, e passa para um redescobrimto (Holanda 1995; 2010) do território nacional com olhares científicos, já no século XIX.

Assim, os olhos científicos se preocupam em relatar agora as características da biologia destes animais, revelando aspectos físicos e comportamentais destes não-humanos que possibilitem, mais tarde, o seu estudo, comparação e classificação dentro de um projeto científico.

Estas visões lançadas sobre a fauna revelam aquilo que Sússekind (1990) chamou de “olhar armado”, este diferindo do “olhar ao léu” era direcionado para aspectos, detalhes, características que respondessem aos interesses e objetivos de um plano de viagem. Neste caso, mergulhados em desígnios científicos, estes homens das ciências traduziam o que viam na linguagem especializada do naturalista, zoólogo, botânico. “Toda a plenitude de uma floresta tropical reduz-se a um censo pragmático e classificatório, que arma o olhar do viajante naturalista para a pequenez dos detalhes nomeáveis” (Guimarães e Wortmann 2010:308).

Mas pensar este projeto global de classificação não se resume ao trabalho isolado de um naturalista. A realização de coletas e classificação, muitas vezes, contou com a ajuda de uma rede de colaboradores, quer fossem membros da elite da época, grandes proprietários de terra ou administradores das fazendas marajoaras, que, como aponta Lima (2014) davam auxílios como hospedagem, logística, suprimentos, cartas de apresentação, transporte, homens, além de fornecerem informações sobre os melhores locais para caça ou coleta de animais, bem como habitantes locais como “índios tapuias”, ribeirinhos, moradores das vilas, exímios na captura de espécies da fauna para vender para os viajantes.

No primeiro caso, merece destaque o Sr. Campbell, um escocês proprietário de terras na região marajoara que tinha uma fazenda de gado na ilha Mexiana e que recebia e auxiliava os viajantes em suas excursões. Dentre os nomes que pela propriedade do Sr. Campbell passaram, podemos citar o do francês John Warren e o naturalista Alfred Russel Wallace.

William Scully (1866) fala que na verdade são dois irmãos, James e Ambrose Campbell que, pertencendo a uma das famílias mais ilustres do império, herdaram grandes tratos de terra no Pará, dentre as quais estão as propriedades dos Marajós, que somadas chegam a ocupar um quarto de toda a região.

Lima argumenta que “o viajante, longe de seguir para lugares longe de ocupação humana, explorava pontos de coleta a partir de uma base (rocinha, sítio, fazenda, vilas, aldeias, etc.) onde houvesse presença humana e recursos necessários” (2014:206).

John Warren narra, em sua visita à fazenda do Sr. Campbell, o auxílio fornecido pelo administrador do local, o Sr. Anzevedo¹⁵, para a caça dos tucanos, o qual informou sobre os melhores locais e horários para encontrá-los na fazenda, bem como descreveu seus hábitos, alimentação e características. Em caminho similar, Wallace também teve seus trabalhos auxiliados por estes indivíduos em situações de visitas para a realização de coletas nas fazendas da região marajoara.

Já no que tange a colaboração de habitantes locais, percebemos um movimento no qual os viajantes, estando informados da presença dos naturalistas nas vilas, coletavam vários espécimes nas matas e florestas próximas e os vendiam para os viajantes. Ou seja, frente às *estratégias* criadas pelos naturalistas para conseguirem espécimes da fauna e assim facilitar seu trabalho, foram criadas, na mesma medida, *táticas*, por parte dos homens locais, que, estando fora do sistema letrado europeu de interpretação do mundo, não tinham o mesmo objetivo daquele homem das letras ao capturarem os animais, mas sim o de angariar retornos monetários (De Certeau 1998).

O casal Agassiz narra esta prática ao aportarem na vila de Breves, quando, depois de visitas ao comércio local, onde já haviam comprado alguns animais, retornam ao barco e relatam:

Ao crepúsculo, voltamos para bordo, onde nos aguardava uma multidão de rapazes e alguns outros habitantes mais velhos do lugar. Trazem cobras, peixes, insetos, macacos, etc. Tendo-se espalhado a notícia de que o objeto da nossa visita ao povoado era apanhar “bixos” [*sic*] todos acorreram carregados de suas mercadorias vivas (Agassiz e Agassiz 2000:166).

Ainda neste caminho, em carta de Louis Agassiz enviada para seu amigo e colaborador na expedição pela Amazônia o Sr. Pimenta Bueno, comenta sobre suas coletas e descobertas: “ao todo vinte espécies, das quais quinze novas em dois dias. Infelizmente os índios compreenderam mal as nossas instruções e só nos trouxeram um único exemplar de

¹⁵ Optamos por manter a grafia original apresentada por John Warren.

cada espécie”. Ainda na mesma carta relata as informações dadas pelos indígenas a respeito da ictiofauna da região: “A lista dos nomes que pedimos aos índios prova também que o número de espécies que se encontram nestas localidades é muito mais considerável” (Agassiz e Agassiz 2000:168).

Moreira (2007) defende neste quadro que o sucesso de grande parte das expedições só foi possível graças a este saber local, a esta rede de colaboradores que detinham a prática, instrumentos e técnicas apropriados para a vida nestes locais e que coletaram, venderam e informaram, para estes homens das ciências. Assim, para o melhor desenvolvimento de suas expedições, os viajantes precisaram desenvolver *estratégias* que perpassavam pelo alinhamento aos modos de vida e saberes locais. Henry Bates relata tal aceção em sua viagem à Amazônia: “Nessa altura, eu já havia aprendido que a única maneira de alcançar os objetivos que me tinham trazido ao país era acostumar-me ao modo de vida das classes mais humildes do lugar” (Moreira 2007:43).

A constituição desta “ciência mestiça” (Paty 1990) também se mostra como uma possibilidade no relato do casal Agassiz:

Grande número das que formam essas florestas são desconhecidas ainda da ciência, mas, não obstante isso, os índios, esses botânicos e zoólogos práticos têm um conhecimento perfeito não apenas de suas formas exteriores, mas também de suas diferentes propriedades. Um conhecimento empírico como esse, dos objetos naturais que os rodeiam, vai tão longe entre eles que reunir e coordenar as noções esparsas nas diversas localidades desta região seria, não há dúvida, contribuir grandemente para o progresso das ciências (Agassiz e Agassiz 2000:324).

O objetivo do viajante era também inserir o conhecimento local empírico dentro de um sistema letrado europeu. Lima (2014) aponta que, assim perpetrados, há um deslocamento do fenômeno científico do mundo moderno da metrópole europeia para as zonas de contato em região periféricas.

Enfim, “a coleta e envio de espécimes dos quatro cantos do mundo para a Europa nem sempre foram baseados em ações árduas e heroicas de naturalistas europeus” (Lima 2014:206), pelo contrário, foi uma ação dependente de uma extensa rede de colaboradores locais e estrangeiros que viabilizaram as viagens.

O relatar da fauna marajoara também é recorrente na prática da caçada, que tinha lugar tanto durante as viagens de barco, ocasiões em que os viajantes iam às margens em momentos de ancoragem provisória dos barcos ou mesmo em tentativas de atirar em algum animal de dentro da embarcação em movimento. Igualmente as caçadas tinham lugar nas

fazendas e vilas marajoaras, onde em breves excursões ao redor destas paragens os estrangeiros a praticavam.

Em um primeiro momento, percebemos prevalecer uma relação de subsistência, onde apesar de os navios serem sempre bem guarnecidos com provisões para todo o período da viagem, eram frequentes as buscas por alimento fresco. Assim, os estudos das caçadas, em parte, também se confundem com os dos hábitos alimentares desses viajantes naturalistas.

Em caminho similar, também notamos as caçadas como a realização do viajante em busca de aventuras nas matas. A este respeito, comenta Ilka Boaventura Leite que uma das motivações mais presentes para a realização das excursões era justamente este gosto pela aventura. Em suas palavras: “Vinhão em busca não só de um paraíso natural, para ver, viver, estudar, trabalhar, mas também por ‘predileções exóticas’” (Leite 1996:60).

Como já mencionado em momento anterior, Pratt (1999) destaca que sofrimentos, perigos, maravilhas exóticas e curiosidades são os grandes temas da literatura de viagem. Assim, as narrativas das caçadas se revestem de um tom de grande aventura, cercada de riscos, em uma ambientação estrangeira pitoresca.

John Warren, em expedição nos arredores da fazenda Juncal, na região marajoara, relata uma destas cenas da caçada. O acompanhante deste viajante, apenas identificado como “J.”, foi à margem em perseguição a macacos dos quais havia ouvido o guincho enquanto navegavam pelos rios da região Warren, por sua vez, ficou no barco aguardando. Um silêncio profundo reinou por alguns momentos, quebrado em seguida pelo barulho de dois tiros, que foi seguido pelo grito de vários macacos e bem ao longe o viajante ouviu seu amigo pedindo auxílio. Rapidamente ele tomou sua arma e navegou para a margem, ao encontrar seu amigo narrou a cena vista:

I was soon alongside of J., who, to my infinite surprise, was entirely encompassed by hundreds of monkeys, while many others were rapidly coming down from the neighboring trees. Not at all intimidated, he was knocking the savage animals aside with the butt of his gun, while they were screaming and gnashing their teeth together at a terrible rate, and were evidently bent upon revenging the loss of several of their companions.

It would be utterly impossible for my humble pen to do justice to this exciting scene,—to paint the wild magnificence of the foliage which enveloped us,—the consternation of the writer, and the intrepidity of J. while in the midst of this ferocious gang of monkeys ; to us at least, it was a spectacle never to be forgotten. (Warren 1851:138).

Eu estava logo ao lado de J., que, para minha infinita surpresa, estava inteiramente cercado por centenas de macacos, enquanto muitos outros estavam rapidamente vindo das árvores vizinhas. Não totalmente intimidado, ele estava batendo nos animais selvagens de lado com a coronha de sua arma, enquanto eles estavam gritando e rangendo seus dentes juntos em um ritmo terrível, e estavam

evidentemente empenhados em revanche pela perda de muitos dos seus companheiros.

Seria completamente impossível para minha humilde caneta fazer justiça a esta cena emocionante – pintar a magnificência selvagem da folhagem que nos envolvia, - a consternação do escritor, e a intrepidez de J. enquanto no meio deste feroz bando de macacos; para nós pelo menos, foi um espetáculo para nunca ser esquecido.

O descrever destas aventuras também se liga com o propósito de ganhar fama quando do seu retorno para a Europa, pois ao descrever sua narrativa desta maneira o naturalista assume posição de desbravador, conquistador, aquele que enfrentou perigos, desafios e que volta para casa com (es)histórias grandiosas, feitos grandiosos.

Estas aventuras também são registradas em desenhos e pinturas dos viajantes, como aquele do frontispício do volume I da obra de Bates:



Figura 9 – Bates Caçando Tucanos
(Fonte: Bates 1962 - Imagem do frontispício)

Se trocássemos os macacos de John Warren pelos tucanos que figuram no desenho de Bates, veremos que a imagem praticamente se repete: um naturalista em meio a um cenário selvagem cercado por vários pássaros enraivecidos por seu companheiro morto. Merece nota a descrição da imagem, que define a cena como “Aventura com os Tucanos Araçari-mulato”, reforçando toda aquela ideia que já expomos.

É importante dizer que ao excursionarem pela a região amazônica, além das coletas para os grandes museus europeus e norte americanos, estes homens das letras objetivavam, além também da já referida busca por fama, também fazer fortuna. Knight (2001) usa o termo “dukes don’t emigrate” ou “duques não emigram”, para evidenciar que estes viajantes, em sua maioria, não faziam parte de uma elite econômica da época, eles eram na realidade financiados por homens que possuíam grandes riquezas para realizarem suas expedições. Knight ainda aponta que, frente aos perigos da viagem, transtornos e mesmo as doenças que ela poderia acarretar, estes membros da elite preferiam deixar o trabalho de campo para aqueles indivíduos que ainda tinham uma carreira a consolidar. Como exemplo basta lembrar que uma das mais famosas expedições realizadas à Amazônia brasileira leva o nome de um dos seus financiadores, Nathaniel Thayer, que financiou a expedição do casal Agassiz (Meirelles Filho 2009).

Para ensejarem o propósito de ascensão econômica, os naturalistas frequentemente enviavam espécimes da fauna para renomadas casas de leilões especializadas na venda destes artigos. Tais produtos alcançavam grandes barões que estavam dispostos a pagar pequenas fortunas para terem um exemplar destes “exóticos” animais em suas residências. Carla Lima (2014) comenta que a capital inglesa possuía um intenso movimento de negócios ligados à venda de espécimes: leilões, agentes de vendas, lojas especializadas, entre outros:

Pode-se compreender melhor tal realidade por meio do negociante Samuel Stevens: especializado na venda e no leilão de objetos de história natural, conduziu com eficácia seu negócio (um esquema de venda pelo qual os clientes poderiam escolher o espécime de sua preferência através de um sistema semelhante a um cardápio de restaurante ou uma lista de livros) e apoiou muitos naturalistas que coletavam em várias partes do mundo. Entre estes, Bates e Wallace certamente foram seus mais talentosos coletores (Lima 2014: 22).

Assim, mesmo para estes homens da ciência, a região amazônica e em especial sua fauna, representava uma grande oportunidade de enriquecimento e busca pela fama.

Voltando as caçadas, notamos que elas também se mostravam como um hobby ou passatempo para estes viajantes que excursionavam dias, semanas, meses, anos dentro de barcos por entre rios, florestas e vilas da região amazônica. Assim, a captura ou abate dos

animais se mostrava ainda como um esporte para estes estrangeiros. Príncipe Adalberto da Prússia comenta o hábito de sempre manter uma espingarda carregada para ocasiões que pudessem ser aproveitadas: “Pela manhã e à tarde era de regra conservar pelo menos uma espingarda carregada, por que quase sempre se oferecia oportunidade de matar algo” (Prússia 2002: 242). Visualizar todos os animais na realidade incitavam os viajantes a caça, como narra ainda Príncipe Adalberto:

[...] [nossos olhos] passeavam de um lado para o outro acompanhando o vôo dos numerosos e para nós em parte novos pássaros aquáticos, sobretudo aquelas grandes gaivotas brancas, uma espécie de garça branca e variedades com cabeça cor de carne, que incitavam nossa paixão pela caça, animando o ar e a água, tendo o Conde de Bismark morto um mergulhão (um pássaro entre um pato e um ganso) e o Conde Oriolla uma grande ave de rapina branca (Prússia 2002:244).

A caça, então, se torna a distração, o esporte, o jogo, a aventura, o perigo, a coleta, a ordenação e a classificação. Mas também, além disso, a caça é um meio de interferir na natureza de forma a domesticá-la, controlá-la, dominá-la, organiza-la de acordo com as demandas econômicas do capitalismo.

Isto era o que acontecia com onças e jacarés da região marajoara que eram mortos aos milhares pelos fazendeiros como forma de conter a perda do gado para estes predadores naturais. Wallace narra uma destas caçadas:

Alguns negros entraram na água, levando compridas varas, com as quais empurravam os animais para o lado, onde outros os esperavam com arpões e laços.

De quando em quando, um laço era jogado sobre as cabeças dos jacarés, ou, se algum já tivesse sido arpoado, outro laço era arremessado para prendê-lo, quer pela cabeça, quer pela cauda, e assim é facilmente puxado para a praia, pelos esforços conjugados de dez ou de doze homens.

Outro laço ainda é jogado, se assim for preciso, para ter o animal preso em ambas as extremidades.

Na ocasião de ser arrastado para fora da água, um negro, armado de machado, cautelosamente dele se aproxima, e, com um golpe seguro corta-lhe a cauda, tornando completamente inútil a formidável defesa do bicho, e, desfechando-lhe logo outro golpe, sobre o pescoço, separa a cabeça do tronco. Este é assim deixado ali no chão.

Em seguida, começa a perseguição a outro animal, que, pela mesma forma, dentro de pouco tempo, fica reduzido a idênticas condições.

Acontecia, às vezes, romper-se o laço, ou o arpão desprender-se, e os negros tinham então que patinhar na água, no meio dos ferozes animais, de maneira horrivelmente arriscada.

Tinham aqueles bichos dez a dezoito pés de comprimento, alguns chegando mesmo a vinte, com enormes e disformes cabeças e horríveis fiadas de longas e aguçadas presas.

Depois de muitos deles já se acharem em terra, uns mortos, outros ainda morrendo, foram em seguida abertos, para extrair-se-lhes a banha, acumulada em torno das entranhas, em grande quantidade, e que era retirada e colocada sobre os couros dos menores, couros esses tirados especialmente para tal propósito.

Há outra espécie menor, aqui chamada “jacaretinga”, cuja carne é a preferida para se comer, sendo muito mais delicada do que a das espécies maiores.

Após ter matado uns doze ou quinze jacarés, o administrador e os seus homens foram dali para outro lago, situado a curta distância, onde tais bichos ainda são encontrados em maior número, e, até ao escurecer, já haviam matado cerca de 50. No dia seguinte, foram mortos ainda mais uns 20 ou 30. Em seguida, iniciou-se a extração da banha dos que foram mortos na véspera (Wallace 2004:139-140).

O animal entra em relação direta de competição, onde o fazendeiro tem a perda do gado, visto enquanto fonte de ganhos pecuniários, para o seu concorrente natural. Assim acontecem com as onças que também são mortas por atacarem as reses, também como elas seguem as cobras e as vezes mesmo os morcegos que sugam o sangue dos bois.



Figura 10 - Matança de Jacarés
(Fonte: Álbum do Pará 1908: 163)

Talvez (também) por conta destes embates é que se forjou uma imagem detratória destes animais, demonizados por atacarem e matarem ferozmente grandes presas. Tomas (2010) aponta que desde no século XVIII já existia a concepção de punição aos animais quando indolentes e maliciosos, na verdade, como mostra este autor, a própria bíblia já previa pena para estes não-humanos envolvidos em bestialidades. Desta forma, podemos também pensar, além do extermínio por competição, mas também como punição pelo ato infrator de atacar as reses do homem.

Desta forma, assim como acontece no mundo da flora, se por um lado a diversidade da fauna era relatada com olhar positivo, por outro, esta mesma fauna também foi bestializada com os grandes predadores. Esta visão vai associar-se com o ideário nacional e figurar em imagens detratórias do território brasileiro, como aquela exposta por Biard (2004) ao transcrever as opiniões de seus próximos ao saberem de sua viagem ao Brasil ou ainda aquele relato do rev. Daniel Kidder (1879) com que abrimos este capítulo.

As caçadas aos animais bestializados, então, passam a se apresentar nas práticas cotidianas descritas dos viajantes e se tornam justificáveis na medida em que almejam o controle da natureza para o bem do progresso e da civilização.

Estas caçadas, além do ar aventureiro, também são caracterizadas por grande violência animal. Como aponta Descola “as atitudes de simpatia para com os animais também variam, é claro, segundo as tradições culturais nacionais” (Descola 1998:23). Assim, o emprego agressivo da força nestas ocasiões de caçadas é relatado mais como algo necessário frente a perigosa aventura ou jogo que se desdobrava, do que se propõe a despertar uma narrativa crítica destas práticas, como ocorrem com outras. Neste quadro, Príncipe Adalberto da Prússia (2002:244) descreve, em sua passagem pela região marajoara, a caçada a uma grande sucuri que foi perseguida, esfaqueada, levou várias cacetadas do viajante que ainda relatou bater mais no animal na esperança de que ele novamente tentasse lutar e desse início a mais uma aventura, mas por fim tendo morrido com dois tiros na cabeça.

Se por um lado esta prática de matança violenta e numerosa destes animais demonizados pouco infligia a sensibilidade do viajante, por outro, algumas práticas em relação a bois e cavalos incomodavam estes homens das letras. Neste sentido, Tomas (2010) argumenta que alguns animais que estavam mais próximos da sociedade (europeia pelo menos) se tornaram prediletos, como, por exemplo, o cavalo.

John Warren teve a oportunidade de ver, em Cajueiro, no Arquipélago do Marajó, a forma como os habitantes locais domavam os cavalos que haviam sido capturados. Em resumo, a prática consistia em inicialmente prender uma corda ao redor do pescoço do cavalo e apertá-la até o animal cair no chão quase que totalmente sufocado, após um breve período o animal se recupera e levanta novamente e um vaqueiro o monta, mas não fica muito tempo lá, pois é lançado a alguma distância pelo animal ainda enraivecido, o vaqueiro então amarra uma corda novamente sobre o pescoço do cavalo e o força a andar em círculos enquanto é açoitado, assim aos poucos o animal vai se tornando passivo.

Warren relata a prática dizendo: “The mode adopted by the natives of breaking them, cannot be styled by any other term than that os barbarous” (Warren 1851:168). “*O modo*

adotado pelos nativos para domá-los, não pode ser definido por nenhum outro termo do que bárbaro". Logo após presenciar a dominação do animal, o autor então narra: "I then left the spot, and returned to the cottage, feeling nearly as sad in spirit as if I had been witnessing the racking of a human victim in one of the gloomy dungeons of the Inquisition" (Warren 1851:171). *"Eu então deixei o local, e voltei para a cabana, sentindo quase tão triste em espírito como se eu tivesse testemunhado a tortura de uma vítima humana em uma das masmorras sombrias da Inquisição"*.

Descola (1998:25) argumenta que algumas práticas podem ser taxadas enquanto bárbaras ou perturbadoras da ordem natural quando ferem a sensibilidade de agentes "pouco inclinados a encarar com indulgência os particularismos culturais que prejudicarem o bem-estar dos animais". Assim perpetrados, vemos que os cavalos faziam parte do cotidiano destes homens das letras e que vê-los sendo violentados, ao contrário daquela injúria que se causa aos jacarés, onças, cobras ou morcegos, que eram tão ou mais violentas que as praticadas com estes cavalos, era visto como algo bárbaro.

Por outro lado, aqui merece ser dito, em alguns casos o conhecimento científico sobreposto a imagens forjadas por "superstições", leva estes homens das letras a tomarem uma posição de defesa de alguns animais bestializados, como ocorre com o morcego na narrativa de John Warren.

Conversando com seu companheiro naturalista durante uma noite em Cajueiro, este viajante, ao reparar nos numerosos morcegos do local, se questiona sobre as inúmeras histórias que figuram no meio popular e nos relatos de viajantes sobre a fama de sugadores de sangue. Seu companheiro então defende:

"most of these accounts of the depredations of bats are not only exaggerated, but are in many cases entirely without foundation. As far as my own experience is worth anything, I never saw a person in all my wanderings who had sustained any serious injury from their bites. I have no fear of them whatever, but on the contrary, look upon them generally as harmless animals" (Warren 1851:161-162).

"a maioria destes relatos de depredações de morcegos são não somente exageradas, não são em muitos casos inteiramente sem fundamento. Pelo que minha própria experiência valha alguma coisa, eu nunca vi uma pessoa em todas as minhas caminhadas que tenha sustentado qualquer ferimento sério de suas mordidas. Eu não tenho medo em absoluto, mas ao contrário, olho para eles geralmente como animais inofensivos".

A falta da comprovação, a falta da "ver-dade", leva o viajante a sobrepor uma visão "supersticiosa" em prol da defesa do caráter pacífico, aos olhos da ciência, figurado pelo viajante letrado. Ainda, na visão deste naturalista a demonização do morcego provém desde os tempos clássicos:

"The ancients, you are aware, regarded the bats almost in the light of winged demons; they believed their bite to be fatal, and had many superstitious notions respecting their diabolical powers. The poets, also, from the time of Homer, have made use of them in heightening the effect of their supernatural relations, making them figure conspicuously with ghosts and evil spirits, in all their imaginary descriptions of the infernal regions" (Warren 1851:162).

“Os antigos, você está ciente, olhavam os morcegos quase à luz de demônios com asas; eles acreditavam que suas mordidas eram fatais, e tinha muitas noções supersticiosas a respeito dos seus poderes diabólicos. Os poetas, também, do tempo de Homero, têm feito uso deles elevando o efeito de suas relações sobrenaturais, fazendo-os figurar visivelmente com fantasmas e espíritos malignos, em todas as suas descrições imaginárias de regiões infernais”.

Mais ainda, as visões demonizadas estão ligadas a outros fatores como a aparência, os hábitos de alimentação e vida, locais onde habitam, que se associam com estas imagens detratoras.

Nothing could be more demoniacal than their ugly countenances! Then what enormous ears they have, - what capacious mouths, and needle-pointed teeth. Besides their horrid aspect, their habits tend also to influence the superstition of the ignorant. They are never seen flying about in the broad daylight, but only in the gloaming, or when stars illumine the darkness of night. They dwell too in old ruins, or in the hollow of decayed trees; in fact, everything connected with them is of a character both to excite one's imagination and to increase his credulity (Warren 1851:163).

Nada poderia ser mais demoníaco do que sua fisionomia feia! Então que ouvidos enormes eles têm, - que bocas espaçosas, e dentes afiados como agulhas. Além do seu aspecto horrível, seus hábitos tendem também a influenciar a superstição dos ignorantes. Eles nunca são vistos voando em plena luz do dia, mas somente no crepúsculo da noite, o quando as estrelas iluminam a escuridão da noite. Eles vivem também em velhas ruínas, ou dentro do oco de árvores apodrecidas; de fato, tudo conectado com eles é de um caráter tanto para excitar a imaginação e aumentar a sua credulidade.

Enfim, o viajante se posiciona como o detentor do conhecimento “racional”, que supera aquele da credence popular, mesmo europeia de grandes poetas da antiguidade, frente a um conhecimento com bases científicas e comprobatórias, adotando, assim, uma posição contrária aquela historicamente forjada. Contudo, mesmo às vezes tendo esta visão defensora dos animais bestializados, isto não queria dizer que se traduziria em uma prática, pois estes mesmo homens que “desmistificam” estes não-humanos, depois irão muitas vezes fazer parte de caçadas a estes mesmos animais.

Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar é o relato dos animais da região marajoara na posição de pets. Em grande parte das narrativas de viagem são encontradas referencias a estes animais domesticados convivendo socialmente ou postos a venda como tais principalmente nas vilas da região marajoara.

Frank e Fred são dois viajantes que estiveram nas vilas de Soure e Salvaterra, na região de campos do Arquipélago de Marajó, já na segunda metade do oitocentos. No relato da viagem é feita uma observação especial para dar nota à presença dos animais domesticados:

P. S.—Our account of Para would be incomplete without an allusion to snakes. In many houses they have snakes of the boa-constrictor family— of the kind we saw on the Amazon—to keep the place clear of rats and mice. They do their work very well, and live on terms of quiet friendship with the biped inhabitants. At Soure we saw the household snake coiled up in a corner very much as we might see a cat in a New England dwelling; when we manifested a curiosity to look at it one of the servants took the reptile by the neck and held it up to full view until we declared ourselves satisfied with the inspection. The creature did not seem at all angry at his treatment, for as soon as he was released he returned to his corner and resumed his nap. We have just visited Monkey Joe's establishment, which is devoted to the sale of monkeys, parrots, snakes, and other Amazonian live-stock. We made no purchases, in spite of the tempting offers at low prices, as we have found one monkey quite as much as we wish to carry in our travels. Outside of the shop a man was standing with a barrel by his side ; when we left the place he followed us a short distance and emptied his barrel on the ground. He was a snakemerchant, with a choice selection of rat-killers that he vainly urged us to buy. We left him and his wares ; as he was perfectly at home among the wriggling serpents, and had no fear of them, he was unable to understand why we departed so suddenly " F. and F." (Knox 1886: 348).

“P.S. – nossa conta do Pará estaria incompleta sem uma alusão às cobras. Em muitas casas eles têm cobras da família da jiboia – do tipo que nós vimos no Amazonas – para manter o local limpo de ratos e ratazanas. Elas fazem seu trabalho muito bem, vivem em termos de completa amizade com os habitantes bípedes. Em Soure nós vimos a cobra doméstica enrolada em um canto, tanto quanto nós podemos ver um gato em uma habitação em New England; quando nós manifestamos a curiosidade de olhar elas, um dos criados pegou o réptil pelo pescoço e a segurou para visualização completa até nós nos declararmos satisfeitos com a inspeção. A criatura não pareceu de toda raiva com o seu tratamento, pois assim que ele foi libertado, voltou para seu canto e retomou a sua sesta. Nós tínhamos acabado de visitar o estabelecimento do Macaco Joe, que é devotado a vender macacos, papagaios, cobras, e outros animais da Amazônia. Nós não fizemos comprar, apesar das ofertas tentadoras de preços baixos, como nós tínhamos encontrado um macaco, tanto quanto nós desejamos carregar em nossas viagens. Do lado de fora da loja, um homem estava em pé com um barril ao seu lado; quando nós deixamos o local ele nos seguiu por uma pequena distância e descarregou seu barril no chão. Ele era um comerciante de cobras, com uma seleção escolhida de matadoras de ratos que ele em vão nos incentivou a comprar. Nós deixamos ele e suas mercadorias; como ele estava perfeitamente em casa entre as serpentes que se contorciam, e não tinha medo delas, ele era incapaz de entender por que nós partimos tão repentinamente “F. and F.”.

Tomas (2010) fala dos animais privilegiados, ou seja, aqueles que estavam mais próximos ou íntimos do homem, como, por exemplo, no caso na Europa moderna, o cavalo, o falcão e o cachorro. Ao visualizarmos o relato acima, vemos que no arquipélago de Marajó quem ocupa a posição de animais privilegiados são as cobras, macacos, papagaios, para destacar os principais que foram localizados pelos expedicionários do século XIX.



Figura 11 - Comerciante de cobras
(Fonte: Knox 1886: 348)

A jiboia, antes demonizada, vale lembrar, foi domesticada e transformada em pet por seu uso enquanto “matadora de ratos”, um mutualismo, podemos dizer, benefício para a cobra que se alimenta e para o homem que tem sua casa livre dos roedores. É curioso aqui notar também, a partir da função dada a cobra, a comparação feita com os animais domésticos da terra do viajante, New England, a jiboia equipara-se com os gatos, pet comum naquela realidade e que também é conhecido por ser caçador de ratos.

Estes animais domesticados são vendidos em casas específicas como aquele estabelecimento do *Macaco Joe*, ainda nas “vendas” de Breves ou mesmo em feiras públicas das vilas (Edwards 1861), evidenciando um comércio regular já praticado com os não-humanos.

As relações estabelecidas entre os locais e seus animais domesticados era afetuosa, sobrepondo-se, às vezes, mesmo as relações com outros humanos. Assim atesta John Warren sobre o sr. Anzevedo, administrador da fazenda Juncal, com seu pássaro:

I have no doubt that that bird engrosses more of his affection than any human being gifted with an immortal soul. Why is it? It must and can only be because he has good reason to distrust the latter; he knows that the love and gratitude of this little creature are sincere. The true friendship of our inferiors is far better and more desirable than the selfish and hypocritical concern of those who are far above us. (Warren 1851:139-140).

Eu não tenho dúvida que aquele pássaro absorve mais da sua afeição do que qualquer ser humano dotado de uma alma imortal. Por que isso? Deve e só pode ser por que ele tem boas razões para desconfiar do último; ele sabe que o amor e a gratidão desta pequena criatura são sinceros. A amizade verdadeira de nossos inferiores é muito melhor e mais desejável do que o egoísmo e preocupação hipócrita daqueles que estão muito acima de nós.

Os não-humanos, mesmo inferiorizados, como fica claro no relato, adotam posições de superiores, ficam íntimos dos homens e desfrutam de sua atenção e afeição. Na realidade, por sua proximidade com o homem, os animais acabavam, se assim podemos dizer, humanizando-se, ou seja, ganhando qualidades antes somente creditadas aos humanos. É ainda John Warren quem pode nos dar o exemplo quando em conversa com seu companheiro de viagem “J”, relata vários papagaios com qualidades humanas que foram levados para a Europa: um destes animais recitava versos de poesias com uma voz suave e melodiosa, como a de uma jovem garota (Warren 1851: 140). Outro era loquaz, podendo governar uma casa sozinho no lugar de seu dono (Warren 1851: 141). Um terceiro era capaz de expressar desejos de maneira “aparentemente racional”, além de ser quase um músico, conseguindo cantar várias músicas em boa afinação e tempo, chegando mesmo a corrigir-se quando passava por cima de alguma nota (Warren 1851: 141). Um último, um rouxinol, fora educado de forma que proferia por várias noites discursos sobre política em Latim e Grego (Warren 1851: 142).

Em resumo, até aqui podemos notar que a fauna da região marajoara foi relatada encantada, científica, perigosa, ensejando a aventura. Ela também foi vista com olhares econômicos e se relacionava com estes homens em vários aspectos de sua viagem. Eram relações de aproximação e afastamento, de edenização e demonização, às vezes não mesmo em separado, mais o mesmo homem que elogiava e se encantava, logo criticava e desqualificava. Traduzindo aquilo que Bhabha (2003) denominou de postura ambivalente, porque está atravessada por diferentes códigos culturais e sentimentos.

O que percebemos é uma viagem permeada por contatos com estes não-humanos, porque os animais estavam nos sentidos destes homens, que por sua vez se deleitavam ao

verem e descreverem cenas pictóricas com belas aves voando em um por do sol dourado, ou mesmo quando não estavam presentes visualmente os viajantes sabiam que os não-humanos estavam lá, pois ouviam seus sons, como atesta Wallace “Os ruídos da vida animal, na verdade, nunca se interrompem aqui” (Wallace 2004: 142). Estes animais estavam no paladar, eram caçados e comidos, como afirma Bates sobre o peixe acari: “Sua carne é um pouco seca, mas de sabor razoável” (Bates 1979: 97). A fauna estava no olfato, no “pitiú” do peixe ou no cheiro da tartaruga sendo cozida com sua couraça que levou ao desespero o Príncipe Adalberto da Prússia “[...] devido a seu fedor excedendo tudo que se possa imaginar e a espessa fumaça mefítica [...]” (Prússia 2002: 239).



PARTE II:

Modos de Morar, Ser e Trabalhar

A cultura se revela como uma forma completa de vida e de luta, material, intelectual e espiritual.

(Williams 1976 e Thompson 1998)

Grande parte da narrativa dos viajantes naturalista que excursionaram pela região marajoara se resume a relatos da natureza. Como buscamos evidenciar na parte anterior, estes relatos enfocavam fauna, flora e rios da região amazônica em descrições ao mesmo tempo romantizadas e científicas, mas sempre atravessadas pelos contatos, impressões, convivências e afetamentos com humanos e não-humanos.

Às vezes a importância dada a este aspecto natural suprime da escrita as cidades, vilas, lugares, fazendas e, até mesmo, as pessoas, sendo narrado um cenário como que composto somente por aquele aspecto natural. Neste quadro, irão surgir imagens na literatura sobre as viagens que comparam o viajante com Adão, sozinho no paraíso natural ou ainda visões que colocam o homem das letras como que em um grande gabinete cheio de espécimes a colecionar e classificar.

Da mesma forma a prevalência da natureza se faz em relação às vilas, que quando relatadas tem suas passagens resumidas, produzindo narrativas pontuais, sintetizadas a apenas alguns parágrafos dentro de livro, mesmo nas ocasiões em que o viajante passou mais de um dia na localidade, em alguns casos até mesmo semanas. Em contrapartida, os relatos sobre natureza tomam páginas inteiras, são registrados em figuras e pinturas, apenas um aspecto da fauna ou da flora, como as palmeiras ou as aves da região marajoara, são suficientes para encherem páginas e páginas em descrições densas e detalhistas, como mostramos na parte anterior.

Tal fato é justificável se considerarmos que dentre os grandes objetivos das excursões o principal era o registrar, coletar e classificar as plantas e animais. Em alguns casos o registro do homem amazônico, seus modos vida e saberes também figuram nos objetivos, mas de fato, o grande interesse era o registro da fauna e flora da região.

Apesar deste quadro de prevalência da natureza, por outro lado também existe um número considerável de viajantes que, mesmo pontualmente, relataram suas visitas as vilas e fazendas do Arquipélago do Marajó e descreveram os modos de vida dos habitantes locais, fazeres e saberes cotidianos.

No quadro das vilas despontam principalmente Breves e Gurupá, na região do Marajó das Florestas, por serem pontos de parada para abastecimento dos vapores que subiam para o rio Amazonas e por ser ainda entreposto fiscal, no caso da segunda. Já na região do Marajó dos Campos, são relatadas principalmente as vilas de Soure, Salvaterra e Chaves. Além destas, entram em evidência fazendas espalhadas por todo o território marajoara, com destaque para aquela localizada na ilha Mexiana, também a fazenda Juncal, próximo a vila de Chaves e a Cajueiro, mais ao centro do Arquipélago.

Nestas localidades os viajantes relatam práticas como as vendas de potes de barro em Breves, a vida religiosa dos negros e indígenas libertos e escravizados na ilha Mexiana, narram causos e crenças dos habitantes locais, medos e superstições.

Propomos nesta segunda parte da dissertação analisar estes aspectos que são revelados nas narrativas destes homens das letras em suas passagens por vilas e fazendas da região marajoara, bem como em contatos com moradores locais, em relações de trocas e afetações. Buscaremos destacar ainda os relatos produzidos sobre as habitações dos moradores locais, tanto das vilas quanto aqueles que se encontravam habitando os entremeios do complexo arquipélago.

CAPÍTULO 4

4.1. Representações Sobre Vilas e Habitações

Durante o século XIX, as vilas e cidades da região Amazônica, com destaque para Belém e Manaus, viram uma grande mudança em seus aspectos estruturais agenciadas principalmente pelas riquezas proporcionadas pelo período áureo de exploração da borracha. A *Belle Époque* amazônica promoveu um processo de “reeuropeização” das elites locais em um molde anglo-francês de vida citadina burguesa, em contraste com o campo (Barreto 2002:85).

Raymond Williams (2011) argumenta que se associou ao campo uma imagem dúbia: ao mesmo tempo em que ele se ligava a uma forma natural de vida, de simplicidade e inocência, também era visto como lugar de atraso, ignorância e limitação. Estas imagens negativas ganham força principalmente na segunda metade do século XIX, quando do referido processo de “reeuropeização” apontado por Barreto.

Notamos que as narrativas sobre as vilas marajoaras adotam um caráter crítico, de censura das estruturas físicas das localidades. Via de regra geral, percebemos que o relatar das vilas se faz através de alguns aspectos principais eleitos como aqueles mais importantes pela pena do viajante: é a quantidade habitantes, a quantidade de casas, o material que constrói estas casas, o alinhamento das ruas, a presença de prédios oficiais como cadeias, escolas, casa da câmara, ou religiosos como as igrejas e capelas, em alguns casos a paisagem do entorno das vilas, além de sua vida econômica nos portos e feiras.

Por conta destas seleções sobre quais aspectos narrar das vilas é que, frequentemente, vemos diversos relatos resumidos, pontuais e objetivos, como o de Paul Marcoy sobre a vila de Breves: “É construída de uma vintena de casinhas e de uns oitenta a cem habitantes” (Marcoy 2006:251), onde vemos o destaque dos aspectos que mais poderiam interessar a um amplo público europeu.

Estudar os relatos das vilas e habitações é também estudar as representações forjadas sobre as populações locais, pois o aspecto material é visto enquanto espelho do estado moral em que se encontravam estas gentes que lá moravam. Assim, ao elegerem determinados aspectos das cidades marajoaras para serem relatados, estes viajantes também estão dando conta de um estado ou um estereótipo que refletia a condição moral do habitante local.

Dentro deste quadro, se os modos de vida adotados por estes habitantes locais não se alinharem com aqueles que condizem, na ótica do estrangeiro, ao modelo europeu e civilizado, serão taxados de bárbaros e retrógrados, refletindo na vida material esta

perspectiva. Tomando novamente os relatos de Paul Marcoy, este estrangeiro relata sobre a vila de Gurupá:

Atualmente Gurupá, farta da civilização, luta com todas as suas forças para voltar à sua antiga barbárie. Arbustos e plantas parasitas quase tomaram conta dela; a sua velha fortaleza, um tanto deteriorada mas faceiramente adornada em convolvuláceas e outras trepadeiras, mantém uma certa dignidade. Lembra uma daquelas virgens que, antes de pronunciar os votos e fechar-se para sempre, como num túmulo, entre as paredes de um convento, enfeita-se de flores e desfruta pela última vez da pompa e da vaidade do mundo (Marcoy 2006:244).

Na realidade, estas formas de narrar podem ser inseridas dentro da perspectiva defendida por Naxara (2004) de que civilização e barbárie foram os motins das representações forjadas no século XIX, tomando como referência, logicamente, o quadro europeu, ocidental, letrado. Assim, nas narrativas, o viajante buscava demarcar, através de aproximações e distanciamentos, esta oposição entre o “eu” que narra, civilizado, e o “outro” narrado, bárbaro.

É importante ter em mente a existência de uma série de fatores que podem influenciar a escrita, dentre eles merece ser mencionado a gestação de uma ideia de desenvolvimento que condicionou o olhar dos viajantes em perspectivas como a do evolucionismo cultural, por exemplo, afetando as narrativas sobre as vilas e habitações, vistos como locais onde moram os homens classificados pelos evolucionistas e que refletem o grau evolutivo em que eles se achavam.

O momento da viagem também pode afetar a narrativa, pois se considerarmos que no período seco do verão amazônico grande parte dos habitantes das vilas partiam para os seringais para sangrarem as árvores e coletarem o látex à fabricação da borracha, deixando as vilas quase desertas, sem a manutenção diária dos seus logradouros, o aspecto narrado será o de ruína. Mais além disso, se considerarmos que na primeira metade do século XIX a borracha não era ainda o principal produto exportado da região marajoara, quadro que muda gradualmente para na década de 1870, principalmente, a borracha já figurar nas principais listas de produtos exportados, podemos ver que aqueles viajantes cujas excursões estiveram no Arquipélago antes deste momento podem encontrar um quadro diferente daqueles que vieram posteriormente.

C. F. Hartt, por exemplo, descreve sua passagem pela vila de Gurupá no auge do ciclo de extração da borracha na região e, conseqüentemente, relata um quadro de pouca prosperidade em decorrência da ida dos moradores para os seringais:

A villa é pequena, meio deserta desde que começou a aparecer a febre da extração da borracha, está em ruínas. É muito insalubre, predominando as febres, o que não é

para admirar, visto como toda a visinhança é pantanosa. As vezes a localidade esta inteiramente abandonada e o commandante do Jurupense me disse que, uma vez, achou só tres pessoas na villa, estando uma d'ellas a ponto de morrer de fome [...] (Hartt 1898:179).

O quadro descrito pelo viajante relata a ruína da vila causada pela dispersão dos moradores locais para o exercício do extrativismo da borracha. Hartt ainda pondera que mesmo os que ficaram não estavam a “caminho da prosperidade”, sendo a debilidade local expressa por seu morador doente.

As primeiras narrativas emergem logo nas primeiras décadas do século XIX, com os viajantes Spix e Martius, que estiveram na vila de Breves para trocar o comandante do barco em que estavam subindo para o rio Amazonas, pois este foi diagnosticado com varíola pelos próprios naturalistas. Ao aportarem na localidade, assim foi relatada a impressão:

Breves é o povoado sito mais a sudoeste da Ilha de Marajó. Mal posso chamar de aldeia, pois que, entre as 30 ou 40 choças espalhadas sem regra, em volta, na sombra de cacauzeiros, jambeiros, abieiros, e laranjeiras, somente a do juiz, de esteiras e barro, tinha paredes; as outras não mais do que grandes tetos feitos com folhas de palmeira ubuçu, colocadas sobre mourões baixos, e às vezes também tapados do lado do vento, por uma esteira ou grande portátil contra a chuva (Spix e Martius 1981:76).

O que caracteriza uma vila ou aldeia, na perspectiva destes viajantes, é a presença das casas alinhadas com as concepções que carregam sobre tais construções. Assim, ao não encontrar as “casas”, somente as “choças”, estes homens das letras viam não mais que um agrupamento destas últimas, e não vilas ou cidades de fato. O destaque dado à casa do juiz pode refletir o que mostramos, pois é destacada por ser a única com paredes, mesmo que de barro, enquanto as demais possuem somente telhados feitos com folhas de palmeiras, além, note-se aqui a importância dada à descrição dos materiais de que eram fabricadas essas habitações, que também são tomados enquanto referenciais.

A este respeito e indo na direção da ideia de vida material como o espelho do estado moral dos habitantes, Barreiro (2002:45) argumenta que “os viajantes elegem determinados parâmetros definidores do estado de pobreza e indigência das classes subalternas”. Dentre estes parâmetros, o autor cita a forma simples da construção das casas, erigidas com materiais oferecidos pela natureza, como no excerto de Spix e Martius que destacam o teto das “choças” feitos com as folhas de palmeiras de ubuçu e o próprio barro, usado para recobrir a casa do juiz.

O uso destes materiais naturais na construção das habitações dos locais fazia com que elas fossem descaracterizadas enquanto uma casa, que tinha como referencial o modelo europeu de alvenaria, com telhas, portas e janelas. Como as habitações das vilas marajoaras,

em sua maioria, não se encaixavam neste parâmetro, eram frequentemente desqualificadas e relatadas como “choças”, “cabanas”, “choupanas”, “casinhola” etc., além de serem adjetivadas como “pobres”, “miseráveis”, “pequenas”, “sujas”, “modestas”.

Sobre estas habitações dos moradores locais, Príncipe Adalberto da Prússia, em passagem pela vila de Breves, comenta: “Dentro das *cabanas* – porque a palavra casa poderá dar ao leitor uma falsa ideia destas mais do que modestas habitações [...]” (Prússia 2002:231, destaque nosso). Este excerto evidencia a hierarquização das habitações, onde a simplicidade e modéstia das construções não as caracterizava como uma “casa”, mas como algo abaixo disso.

Distante de Breves está a vila de Gurupá, cujas conexões são fortemente destacadas nos escritos de viagem. Esta localidade tem uma história que remonta ao século XVII, quando holandeses erigiram uma fortaleza no local, depois tomada pelos portugueses, quando foi instalado ali um entreposto fiscal, onde eram vistoriados e taxados todos os produtos que desciam para Belém. Apesar desta longa história, Gurupá não é relatada como próspera, Henry Listar Maw passa pela vila ainda nas primeiras décadas do século XIX e descreve sua representação: “Gurupa consists of one long street running parallel to the bank of the river; several of the houses are shaded by Orange trees, but its appearance is not flourishing, although it has been long considered a place of importance” (Maw 1829:370). “*Gurupá consiste de uma longa rua correndo paralela ao banco do rio, muitas das casas são sombreadas por laranjeiras, mas sua aparência não é prospera, apesar de ela já ter sido longamente considerada um lugar de importância*”.

Este quadro de declínio é lamentado pelos habitantes locais, como relatam Spix e Martius na ocasião de sua passagem pela vila:

“Um dos habitantes de cor lastimou a decadência da vila, pois, como ele dizia, no tempo do *Pai-tucura* era muito melhor. O nosso intérprete explicou, rindo, que, com o nome *Pai-tucura* ou *Pai-gafanhoto*, ele se referia a um capuchinho, e os índios os chamavam assim, por causa do capuz pontudo (Spix e Martius 1981:82).

Nestes primeiros momentos do século XIX percebemos as vilas de Breves e Gurupá relatadas como em decadência, quer por não estarem em consonância com os padrões europeus de civilização, traduzidos nas “choças” de Breves, mas também por estarem em situação inferior em relação a tempos de outrora, antes da expulsão dos jesuítas (como mostraremos mais adiante, os religiosos representavam, para os viajantes, um aspecto importante na concepção de civilização).

Com o passar do tempo, entretanto, o quadro não se modifica totalmente, Breves e Gurupá continuam sendo narradas em ruínas devido a dispersão que o extrativismo gomífero causava. Em trabalhos anteriores (Araújo e Sarraf-Pacheco 2013; 2014), mostramos que a região de florestas do Arquipélago de Marajó foi uma grande produtora de borracha, chegando inclusive a ter uma categoria exclusiva deste produto chamada “Caviana”, que era produzida na ilha de mesmo nome. Entretanto, como buscamos evidenciar nestes artigos, apesar desta centralidade na produção e do aumento no número de habitantes nas vilas, atraídos pela demanda da borracha, não houve uma tradução desta exploração em melhorias estruturais das cidades, pelo menos em um primeiro momento. Indo na direção contrária, de fato, estas paragens foram parte do ano abandonadas e, conseqüentemente, narradas como em ruínas pela pena dos viajantes.

Nestes termos, Barbara Weinstein vai dizer que dentro da história geral da Amazônia é prática comum chamar o período de ascensão da borracha como base da econômica de *boom*, contudo, como defende a autora, este termo é muito impreciso, pois pode ser entendido enquanto um momento de grandes riquezas, traduzidas também em melhorias estruturais das cidades, mas que de fato somente centros como Belém e Manaus tiveram. Assim, para Weinstein *boom* “significa uma súbita explosão de prosperidade, resultante do aumento dos preços da produção, mas não implica qualquer transformação estrutural de maior importância” (Weinstein 1993:89).

Já na década de 1840, com William Edwards, que relata o aspecto geral da vila de Breves durante sua expedição pela Amazônia, percebemos certa mudança estrutural da vila se compararmos com o relato de Spix e Martius acima destacado, mas esta modificação se dá em decorrência do aumento do número de habitantes, não por uma política pública de melhorias estruturais. Ainda, na narrativa do viajante podemos notar um “crescimento desordenado”:

Braves is one of the little towns that have grown up since the active demand for rubber, of which the surrounding district yields vast quantities. It is a small collection of houses, partly thatched and partly of mud, stationed anywhere, regardless of streets or right lines. (Edwards 1861:88).

Breves é uma das pequenas cidades que cresceram desde a ativa demanda por borracha, a qual o distrito circundante produz vasta quantidade. É uma pequena coleção de casas, em parte de palha e em parte de barro, estacionadas em qualquer lugar, independentemente de ruas ou linhas certas.

Se na década de 1820, como relataram Spix e Martius, Breves só tinha uma casa de barro dentre as 30 ou 40 habitações que compunham a vila, agora este número aumentou, tornando-se equiparável com aquele das “choças”. Por conta da grande demanda de borracha,

a localidade atraiu os olhares de muitos estrangeiros, principalmente portugueses que passaram a se instalar na vila e ali construíram suas casas. O que chama a atenção ainda nos relatos é a necessidade de ressaltar o não alinhamento das casas em ruas, estando elas tanto em Breves quanto em Gurupá, espalhadas sem um ordenamento na lógica eurocentrada. Barreiro argumenta que o relatar destes aspectos, na verdade, “sugerem a necessidade de ordenamento de sua conformação, em consonância com os padrões disciplinares estabelecidos pela modernidade em seus aspectos sociais e culturais” (Barreiro 2002:78).

Devemos lembrar ainda que neste período estava tendo lugar no coração da civilização europeia, ou seja, em Paris, uma grande reordenação estrutural, uma reconstrução das ruas encabeçadas pelo então prefeito Barão Haussmann, que buscava uma solução para os problemas sanitários que o “crescimento desordenado” estava causando na cidade. Foi neste momento que se abriram os grandes boulevares que hoje se vêem na cidade, as ruas paralelas, alinhadas e esquadrihadas de acordo com um plano arquitetônico.

Neste quadro, podemos perceber uma reprodução desta visão no relatar das vilas marajoaras, criticadas por sua desordenação e desalinhamento que, no olhar destes estrangeiros, contrariava aquela ideia que guiou as reformas na capital francesa, por exemplo. Assim, figuram nas narrativas, excertos como os de Spix e Martius e o de William Edwards a enfatizar que as “choças estão espalhadas sem regra” ou que elas estão “estacionadas em qualquer lugar, independentemente de ruas ou linhas certas”.

Na realidade, como chama atenção Alves (2011:161), “sob os olhos da comunidade europeia, a criação de vilas com casas e ruas bem-dispostas, representava uma extensão da vida europeia”. Mais ainda, este autor lembra que para o europeu “uma vila constituída de um núcleo urbano e com aparência ordenada transmitia a ideia de que ali havia uma autoridade estabelecida e, igualmente, tornava-se um instrumento legal de apropriação” (Alves 2011:153). Em outras palavras, a constituição da vila representava uma forma de domínio e apropriação tanto do local, quanto das pessoas que ali moravam, pois seriam inseridas em um modelo citadino de vida. Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995), já chamava atenção para esta faceta das cidades enquanto um instrumento de dominação do mundo nativo. Dentro deste cenário, ao não enxergarem um padrão europeu esquadrihado em vilas e cidades marajoaras, estes homens das letras tenderam a criticar a falta de ordenamento desses espaços de moradia, observando uma falta de gestão pública.

Entretanto, é preciso ter em mente que grande parte das vilas marajoaras surgiram a partir de locais que antes foram ocupados por aldeias indígenas ou assentamentos jesuíticos e que foram se desenvolvendo em outros planos arquitetônicos.

Neste quadro, Sarraf-Pacheco ao utilizar o conceito de Cidade-Floresta para interpretar modos de viver e construir espaços na região marajoara, assinala que estamos diante de

[...] uma urbanidade singular que se elabora pelos saberes, linguagens e experiências sociais de populações formadas dentro de uma outra lógica de cidade, onde antigos caminhos de roça cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas, assim como a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia (Sarraf-Pacheco 2006:24).

Para o autor, vilas e cidades são produzidas na confluência de saberes da floresta e da técnica urbana, gestando tensões e contínuas negociações.

Igualmente, ainda tomando o paralelo das reformas de Paris, podemos ver que se lá a reestruturação foi encabeçada por questões sanitárias, percebemos que o reflexo nos relatos das vilas marajoaras também não deixou de fora este aspecto. Basta lembrarmos aqui a realidade dos pântanos, associados, como evidenciado na primeira parte deste trabalho, a doenças e pestes.

Herbert Smith relata sobre a vila de Breves: “The place looks fresh and pretty enough; the miasma of the swamps does not often rise to the highlands” (Smith 1879:83). “*O lugar parece fresco e bastante bonito; o miasma dos pântanos não sobe muitas vezes para as terras altas*”. Estes pântanos estavam nos arredores da vila, as quais se localizavam na chamada “terra firme”. O viajante descreve o pântano como território propício ao aparecimento de doenças de malária que tinha como sintoma as febres: “This land is flooded every year, as the rest of the varzeas are; but besides this, the tides sweep through the channels every day, and overflow much of the ground, so that it is always wet. Rich vegetation and fever-breeding malaria depend alike on these daily soakings.” (Smith 1879:88). “*Esta terra é inundada todo ano, como o resto das várzeas é; mas além disso, as marés varrem através dos canais todos os dias, e inundam muito do solo, então ele é sempre molhado. Rica vegetação e malária que produz a febre dependem diariamente destes alagamentos diários*”.

Sobre a emergência da ideia sanitária, Barreiro (2002:68) argumenta que:

[...] surge nesse mesmo período, acoplada à questão urbana, procurando definir uma sociedade sã (a partir do sentido físico e moral) que implicava não só uma sociedade sem doenças, mas também sem crimes e sem revoltas e revoluções. Inspirada, pois, na *ideia sanitária*, a redefinição das cidades fazia-se a partir da teoria dos fluidos. Isso significava implantar redes de esgoto e água e estabelecer o recorte ordenado de ruas e avenidas, com o objetivo de propiciar a circulação do ar, da luz, das mercadorias e das pessoas.

É dentro deste quadro que alguns viajantes, como Ferreira Penna e o Barão de Marajó, irão enfatizar, quando não sugerir, obras de limpeza e desobstrução de canais com o objetivo de diminuir o acúmulo de água nos pântanos dos arredores das vilas e melhorar o aspecto sanitário destas paragens. Ferreira Penna chegou, até mesmo, a apresentar um relatório a Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da Província do Pará, no ano de 1876, onde expunha alguns meios de diminuir os efeitos das inundações na região marajoara, entre as proposições figuravam, por exemplo, a obstrução de rios, como o Goiapi, que contribuía para estagnação da água e a construção de diversos canais de esgoto no centro do Arquipélago.

Esta ideia de sociedade sã pode ser vista também nos escritos do casal Agassiz, que relatam sobre a vila de Gurupá:

[...] a povoação evidentemente não está a caminho da prosperidade. Muitas casas se acham desertas e em ruínas e parece existir aqui ainda menos atividade do que na maior parte das povoações da Amazônia. Falaram-nos muito da insalubridade do local e vimos vários casos graves de febre intermitente em mais de uma casa em que entramos. Enquanto Agassiz visitava o subdelegado de polícia, retido no leito por essa doença, convidaram-me para repousar na varanda de uma casa vizinha, com aparência bastante bonita e atraente. Dava para um jardim cheio de sol, onde as bananeiras, as laranjeiras, as palmeiras floriam profusamente. A anciã que me recebeu queixava-se, porém, amargamente da umidade e sua tosse rouca, seus reumatismos davam disso testemunho. Numa rede suspensa na varanda, estava deitado um homem que a febre reduzira a um esqueleto (Agassiz e Agassiz 2000:354-355).

O quadro geral descrito mostra uma vila em declínio, tanto de sua parte estrutural, com as casas desertas e em ruínas, quanto do econômico, com as atividades reduzidas, mas o que se destaca é, principalmente, a epidemia de febres que ali se instaurou por conta da insalubridade que leva a casos como o da anciã e do homem de aspecto esquelético que jazia na rede.

As vilas de Breves e Gurupá são destaques nas narrativas de quase todos os viajantes que estudamos por ser, como já referenciado, parada quase que obrigatória para quem deseja acessar o rio Amazonas a partir de Belém fugindo do temido Cabo Maguari. Semelhante a estas vilas, outras também despontam das narrativas, principalmente em listas criadas por alguns viajantes para dar conta do relato da maioria das localidades da região.

V. L. Baril faz um levantamento das vilas da Província do Gram-Pará e relata brevemente características físicas de algumas delas. Destas destacamos as da região marajoara:

CACHOEIRA. — La ville de Cachoeira ou Santa-Maria est peu importante. Son église est digne d'attention.

[...]

GURUPA. — La ville de Gurupá s'élève sur la rive droite du Rio das Amazonas à soixante-dix kilomètres au-dessous de l'embouchure du Rio Xingú. Cette ville a un commerce actif qui consiste en girofle, salsepareille et cacao.

MARAJÓ. — La ville de Marajó est dans l'île du même nom. Cette localité est très-importante et fait un grand commerce de riz et de bestiaux.

MELGAÇO. — La ville de Melgaço est bâtie sur la rive occidentale du lac Anapú. On en exporte du bois de construction. Sa principale église a pour patron São-Miguel.

MONSARAZ. — La ville de Monsaraz ou Monçaráz, autrefois Caiha, est sise dans l'île de Marajó, à l'emboucliure d'un petit cours d'eau tributaire du Ilio Tocantins, à quinze ou vingt kilomètres de Montlbrte. Elle possède une église du nom de São-Francisco-d'Assis.

MONTFORTE. — La ville de Montforte ou Joannes est aussi dans l'île de Marajó, à quatre-vingt-dix kilomètres au Nord de Belém. Cette ville fait un grand commerce de riz. Sa principale église est sous l'invocation de Nossa-Senhora-do-Rosario.

[...]

SALVATERRA. — La ville de Salvaterra, située dans l'île de Marajo, exporte beaucoup de riz. On y remarque l'église Nossa-Senhora-da-Conceição (Baril 1862:452-453-454-456).

CACHOEIRA — A vila de Cachoeira ou Santa-Maria é pouco importante. Sua igreja é digna de atenção.

[...]

GURUPÁ — A vila de Gurupá se eleva sobre a costa direita do Rio das Amazonas a setenta quilômetros abaixo da embocadura do Rio Xingú. Esta vila tem um comércio ativo que consiste em cravo, salsaparrilha e cacau.

MARAJÓ — A vila de Marajó é na ilha do mesmo nome. Esta localidade é muito importante e faz um grande comércio de arroz e gado.

MELGAÇO — A vila de Melgaço é construída sobre a costa ocidental do lago Anapú. Se exporta madeira de construção. Sua principal igreja é para o patrono São Miguel.

MONSARAZ — A vila de Monsaraz ou Monçaráz, outro tempo Caiha, está localizada na ilha de Marajó, na boca de um pequeno curso de água tributário do Rio Tocantins, a quinze ou vinte quilômetros de Monforte. Ela possui uma igreja de nome São-Francisco-d'Assis.

MONFORTE — A vila de Monforte ou Jouannes está também na ilha de Marajó, a noventa quilômetros ao Norte de Belém. Esta vila faz um grande comércio de arroz. Sua principal igreja está sobre invocação de Nossa-Senhora-do-Rosário.

[...]

SALVATERRA — A vila de Salvaterra, situada na ilha de Marajó, exporta muito arroz. Nota-se a igreja Nossa-Senhora-da-Conceição.

Patrimônio religioso e comércio são as duas principais características relatadas nas escrituras de V. L. Baril. Sobre o comércio figuram nestes levantamentos o ato de verificação, por parte destes agentes coloniais, tentando descrever se a vila está ou não em consonância com os padrões de apropriação do capital (Barreiro 2002). Assim, figuram nas narrativas citações sobre as ocupações dos habitantes locais, quais produtos são exportados das vilas, com quais outras vilas ou cidades fazem comércio.

Este olhar econômico está presente também na narrativa de A. de Belmar. Quando destaca as principais vilas da região marajoara, ele comenta:

Monforte: situé à 15 lieues au nord de Belem, sur une hauteur qui domine toute la baie de Marajo. Malgré cette situation favorable, elle n'a eu jusqu'ici qu'une très-

faible population, composée, pour la plus grande partie, d'Indiens, qui se livrent à la navigation et à l'agriculture, dont ils envoient les produits à Belem. Les troubles anarchiques de 1834, ont beaucoup nuit à cette ville, qui a été tour à tour maltraitée par les deux partis.

Cachoeira: sur le rio Arari. Cette petite Ville est le siège d'un conseil municipal. Elle fait quelque commerce à la faveur des marées qui rendent périodiquement le rio Arari navigable.

Montçaraz: anciennement l'aldée Caiha, habitée par les Tupinambas. Elle est bâtie à l'embouchure d'une petite rivière qui se jette dans le Tocantins, 3 lieues au-dessous de Monforte. Ses habitants, exclusivement Indiens, vivent de chasse, de pêche et de quelques produits agricoles (Belmar 1861:136-137).

Monforte: situada a 15 milhas ao norte de Belém, em uma colina com vista para a Baía de Marajó. Apesar desta situação favorável, até agora tinha uma população muito pequena, composta, em sua maior parte, de índios, que se dedicam a navegação e a agricultura, e enviam os produtos para Belém. Os problemas anárquicos em 1834, tiveram muitas noite nesta cidade, que por sua vez foi maltratada por ambas as partes.

Cachoeira: sobre o rio Arari. Esta pequena Vila é sede de um conselho municipal. Ela faz algum comércio graças as marés que tornam o rio Arari periodicamente navegável.

Montçaraz: anteriormente a aldeia Caiha, habitada por Tupinambás. Ela é construída na foz de um pequeno rio que corre para o Tocantins, três léguas abaixo Monforte. Seus habitantes, exclusivamente índios vivem da caça, pesca e alguns produtos agrícolas.

O relatar destes aspectos é uma forma de expor as potencialidades econômicas que o local carrega consigo, uma maneira de mostrar quais recursos são passíveis de exploração e inserção em um modelo capitalista de exploração. Em outras palavras, tudo isso perpassava por uma ideia de ordenação do mundo nativo para inseri-lo na órbita do Estado, ocidental, capitalista, letrado, civilizado (Montero 2006).

Assim como os aspectos econômicos, também outros são tomados pelos viajantes para analisar o grau de civilização das vilas. Dentre eles está o caráter religioso, ou seja, a análise da presença de igrejas e capelas para os cultos religiosos, católicos, nesses ambientes socioeconômicos e geoculturais.

A importância dada a este caráter religioso pode ser também vista no relato de V. L. Baril acima mencionado, no qual o autor, ao se referir à vila de Cachoeira a considera de pouca importância, suas habitações, prédios, praças e comércio nada são descritos. Por outro lado, a igreja é destacada como digna de atenção. Em outros casos o autor revela em honra de qual santo as igrejas são dedicadas: como São Miguel em Melgaço, São Francisco D'Assis em Monsaraz, N. S. do Rosário em Monforte e N. S. da Conceição em Salvaterra.

Na realidade, na ótica destes viajantes, a religião aproximava o homem da civilização, pois os espaços e eventos da igreja eram entendidos enquanto momentos de sociabilidade, que juntavam as pessoas em torno destes centros religiosos formando pequenas vilas e não mais promovendo uma dispersão da população, algo que vinha cada vez mais

sendo criticado por estes homens e mulheres das ciências frente à demanda do extrativismo gomífero e a conseqüente saída das pessoas das cidades para irem às matas dedicarem-se à coleta do látex. Assim, então, Ferreira Penna argumenta:

A falta de párocos nas freguesias do interior tem sobremodo concorrido para arrefecer-se o espírito religioso do povo, sendo esta também, segundo parece, a causa de que êle se afaste cada vez mais da influencia benéfica da civilização, habituando-se pouco a pouco ao isolamento e caindo afinal no indiferentismo, não só para a religião, senão também para os interesses vitais do Estado.

A missa em cada semana, os casamentos e batismos e certas festas periódicas chamam o povo a um ponto determinado, à sede da freguesia; e aí se estabelecem então comunicações recíprocas, relações de famílias, resultando de tudo certa comunidade de interesse que se converte em relações sociais.

Nesse sentido aquelas funções de culto não são só úteis à religião, mas constituem também nas pequenas povoações do interior, um meio útil e necessário ao desenvolvimento da civilização, ao progresso material e intelectual (Ferreira Penna 1971:20).

A religião oficial do estado brasileiro é também vista enquanto um instrumento de dominação de povos e culturas para sobrepor o modo de vida citadino em agrupamentos urbanos, desenvolvidos material e intelectualmente, sobre aquele do nativo, imperativamente contrário. Ainda em Ferreira Penna acompanha-se: “Para esta má situação que vai caindo o espírito público, a religião, a moral e a civilização, é impossível desconhecer que tem poderosamente concorrido e tem sido uma das principais causas o fato de se deixar vagas e em abandono tantas paróquias” (Ferreira Penna 1971:64).

Sobre a religiosidade na região, é válido lembrar a diversidade de pajés e pais de santo que comandavam as relações dos marajoaras com o sagrado. Sarraf-Pacheco argumenta que a região

[...] culturalmente gestada na confluência de matrizes indígenas, europeias e africanas, os marajoaras de campos e florestas, em seus modos de conviver com crenças nos poderes dos pajés, benzedores, curandeiros, pais de santo, ao insistirem em curar seus corpos e os de seus iguais na força desses saberes ditos tradicionais, continuam a perturbar a lógica racional/cartesiana, que orienta projetos globais a materializarem em culturas locais uma concepção de vida e religiosidade monolítica e eurocêntrica (Sarraf-Pacheco 2010: 89-90).

Outrossim, as gravuras produzidas por estes viajantes irão, da mesma forma, expor esta visão da religião enquanto agente civilizador. Como, por exemplo, no desenho feito por Herbert Smith sobre a vila de Breves.



Figura 12 – Recorte da Vila de Breves
(Fonte: Smith 1879:91)

Ao lado esquerdo da imagem, percebemos retratada a igreja da vila de Breves, com destaque para o que parece ser uma das torres do sino. Notamos que a igreja é construída em alvenaria, somente a torre do sino em madeira. Do lado direito também figura uma casa, não uma “cabana” ou “choça” de madeira ou palha, tão comuns e que, de fato, eram a maioria nas vilas marajoaras, mas sim uma casa também em alvenaria, com portas, janelas e telhados. Este excerto da vila retratada por Herbert Smith busca revelar uma Breves já em alinhamento, especialmente em seu centro, com os padrões de civilização: a igreja, com sua função de espaço de sociabilidade, a casa construída em estilo e materiais mais complexos, ao contrário das simples “cabanas” construídas com recursos tirados da natureza.

O destaque dado aos materiais de que são fabricadas as construções, principalmente as igrejas, também aparecem nos relatos de viajantes como Antonio Baena, por exemplo, em descrição da vila de Chaves: “Todo o domicílio tem teto de palma menos a igreja, cujo Orago é Santo Antônio” (Baena 2004: 277). Em Monsarás “A igreja tem telha e é consagrada a São Francisco de Assis” (Baena 2004: 278). Já em Salvaterra “A igreja é inaugurada a Nossa Senhora da Conceição; é telhada, não pequena e ornada suficientemente” (Baena 2004: 280). Por fim, em Soure “A igreja é dedicada ao Menino Deus, e tolerável” (Baena 2004: 281).

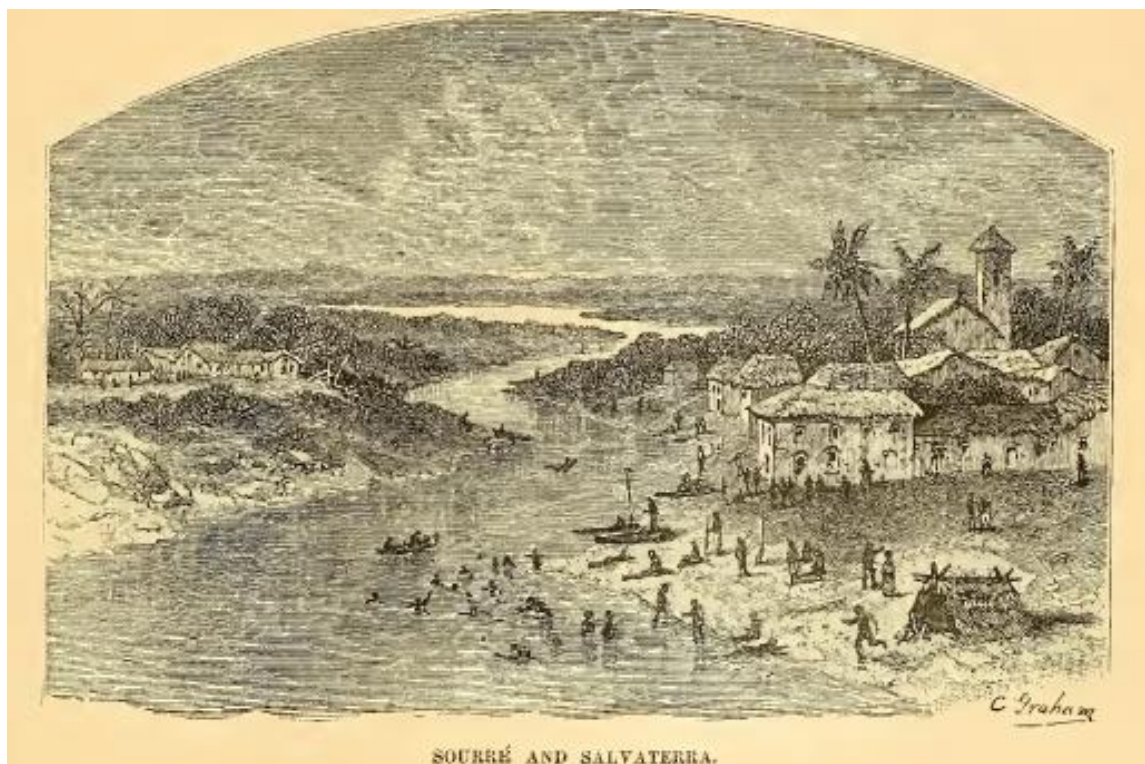


Figura 13 – Visão das Vilas de Soure e Salvaterra
(Fonte: Knox 1886:347)

Assim como acontece com a gravura de Herbert Smith sobre a vila de Breves, o desenho de Frank e Fred referente as vilas de Soure e Salvaterra também traz uma imagem carregada de conceitos eurocêntricos sobre as vilas. A gravura é retratada de cima, em um panorama amplo que mostra no lado direito, ao fundo, a igreja da vila com sua torre única, construída em alvenaria e circundada por várias casas, a maioria de dois pavimentos, também em alvenaria, com o estilo de construção mais próximo do considerado “civilizado”. Somente no canto inferior direito, afastado daquele centro, é que figura uma única “cabana” construída pelo que parece ser palha.

Percebemos neste sentido que, as narrativas, quando não criticavam o aspecto geral das vilas por suas “choças”, desalinhamento das vias ou abandono dos logradouros, também “pintavam” um quadro similar aquele retratado nas imagens, dando ênfase ao relato dos prédios em alvenaria. Assim, por exemplo, Henri Coudreau, que esteve em Breves no dia 1 de janeiro de 1884, descreve a vila: “Brèves est une jolie petite ville qui rappelle un gros bourg français. J'y compte une cinquantaine de maisons dont une quinzaine à un étage. La construction est européenne. Brèves a près de 500 habitants” (Coudreau 1887:107). *“Breves é uma pequena cidade bonita que lembra um grande burgo francês. Eu contei lá cinquenta casas, das quais uma quinzena tem um andar. A construção é europeia. Breves têm próximo de 500 habitantes”.*

Luciana Martins (2001) argumenta que os artistas utilizavam esquemas sutis para tornar formas estranhas reconhecíveis a partir de uma geografia imaginativa comum. Estas formas foram transculturadas, tendo como resultado as paisagens compósitas compostas de elementos permutáveis que correspondiam ao modo de ver dos viajantes. Neste quadro, argumenta a autora, “estilos arquitetônicos e elementos da vegetação transitavam livremente nas paisagens híbridas dessa zona tropical” (Martins 2001:98). Ou seja, são excluídas dos cenários das vilas marajoaras as cabanas dos nativos ou escolhidos ângulos para o registro das gravuras que não as contemplem porque, também, estes registros foram produzidos a partir de uma geografia imaginativa com base em modos de ver ocidentais que foram inseridos, às vezes de forma não tão sutis, nestas gravuras. É aqui o caso do registro das igrejas e das casas construídas em alvenaria em detrimento da singela cabana.

Isso tudo revela um movimento que, tomando a civilização europeia como referência, formatava uma descontinuidade da narrativa – em sua maioria carregadas de críticas à vida material das vilas - com a produção iconográfica – que buscava, por outro lado, registrar aspectos materiais mais próximos daquele que condizem com o modelo europeu, como as construções em alvenaria e as igrejas.

O estrangeiro busca dar conta do estado civilizatório através de determinados elementos que o demarcam, evidenciamos até aqui a presença de igrejas e capelas, os materiais que são construídos estas igrejas, as casas, o trançado das ruas, mas também entram neste rol os prédios públicos como cadeias.

Charles Barrington Brown e William Lidstone passaram pela vila de Breves na década de 70 do século XIX e, de todos os prédios do local, eles destacaram a cadeia pública como a estrutura mais singular:

Perhaps the most singular structure in Breves was the rickety prison, standing in an open space near the landing, constructed of upright posts placed a few inches apart, and resembling a wooden cage. [...] It appeared to us that it would have been easy to effect an escape, had they wished to do so, for many of the posts were almost eaten away with decay at the surface of the ground, and required nothing more than a strong push to dislodge them (Brown e Lidstone 1878:14-15).

Talvez a estrutura mais singular em Breves fosse a frágil prisão, de pé em um espaço aberto perto do desembarque, construída de postes verticais colocados a poucas polegadas de distância, e semelhante a uma gaiola de madeira. [...] Parecemos que teria sido fácil efetuar uma fuga, se eles quisessem fazê-la, pois muitos dos postes estavam quase comidos com o apodrecimento na superfície do solo, e requeria nada mais que um empurrão forte para soltá-los.

Assim como acontece com as igrejas e casas, a cadeia é também analisada a partir de seu aspecto estrutural: construída de madeira, era frágil, seus postes já estavam quase todos

corroídos pela umidade do solo e até sua forma é comparada com a de uma gaiola. Mas esta situação da cadeia não é constatada somente em Breves, as vilas, como já dito anteriormente, não viam a crescente riqueza da exploração da borracha das terras marajoaras serem traduzidas em melhorias estruturais, então, outras vilas também terão seus prédios públicos descritos de forma negativa por sua ruína.

É o caso da cadeia de Chaves, assim relatada por Ferreira Penna, também na década de 1870: “A cadeia é uma casinha incapaz de deter um preso que tente fugir” (Ferreira Penna 1971:50). Sobre a cadeia e quartel de Boa-Vista: “O quartel e a cadeia estão nos baixos de uma pequena casa bem pouco conveniente, em cujos altos funciona a escola primária de meninos” (Ferreira Penna 1971:55). A precariedade das cadeias irá deixar de punir, na ótica dos estrangeiros, práticas como o roubo do gado, que, como mostraremos mais adiante, se torna um grande problema social na região marajoara.

O destaque dado a estas cadeias é, na realidade, uma demarcação da presença do Estado nestas paragens através das suas instituições: são as cadeias, já mencionadas, as casas da câmara, as escolas, as próprias igrejas e capelas, além de alguns logradouros como as praças. Alves defende que:

A introdução das instituições administrativas, como a Casa da Câmara e a Cadeia Pública, ordenavam o cotidiano dos moradores e, ao mesmo tempo, instalavam os símbolos do poder civil. Essas instituições influenciaram significativamente para a modificação do espaço urbano e o comportamento da população, que por sua vez, teria que se relacionar com um espaço produzido intencionalmente para obter um resultado satisfatório para a Metrópole (Alves 2011:153).

Encontramos então relatos como o de A. de Belmar sobre a vila de Gurupá: “On y a bâti ou restauré depius peu une église, une prison et plusieurs autre édifices publics” (Belmar 1861:148), “*Foi construída ou restaurada a pouco uma igreja, uma prisão e vários outros edifícios públicos*”, que irão enfatizar justamente estes símbolos do poder da metrópole.

Sobre as escolas, merece ser dito, estas são destacadas nos relatos, pois são as instituições que educam e direcionam para a vida civilizada. Assim, ao relatarem um estado moral decadente da população, estes viajantes irão constatar também que a causa provém da forma como se encontra a instrução pública nas vilas marajoaras. Ferreira Penna expõe sua visão da instrução pública na vila de Afuá: “tem uma escola de instrução primária elementar, frequentada por 16 alunos; não tem, porém, escola para meninas que as há ali em grande número e que vão crescendo em completa ignorância” (Ferreira Penna 1971:51).

Os viajantes ainda criticam o modo de vida e trabalho dos habitantes locais, com destaque principalmente para o extrativismo, que na ótica destes estrangeiros “retardam a

civilização mantendo os índios e as populações de meia raça longe das vilas e escolas” (Smith 1879:195). Esta crítica recaí sobre a já referida dispersão da população nas matas do interior da região de florestas do Arquipélago de Marajó, que a prática do extrativismo gomífero causava. Assim, no período da coleta da borracha, ou seja, nos seis meses do verão amazônico, as famílias se mudavam para as florestas e tiravam seus filhos da escola, voltando para as vilas somente no período do inverno, quando não se pode extrair o látex, matriculando novamente as crianças na escola, que lá permaneciam alguns meses até o próximo verão.

Ferreira Penna, em relatório dirigido à Presidência da Província do Gram-Pará no ano de 1874, argumenta:

O estado do ensino no interior da Província nada tem de lisonjeiro; a matrícula dos alunos é, quase sempre, uma *ficção oficial*¹⁶ e a relação da frequência as vezes não o é menos.

O mal tem sua origem principal nos hábitos, costumes e frequentemente nas necessidades ou falta de recursos da maioria dos habitantes, mormente dos que nunca tiveram instrução alguma.

Tôdas as escolas primárias da comarca de Gurupá, com exceção da do Tapará, desde o comêço até o fim do verão, fecham-se, e fechadas ficam até à entrada do inverno. Lá para fins de janeiro, os pais começam a regressar para à povoação trazendo consigo os filhos que muitos fazem logo matricular na escola. O professor ou professôra faz a inscrição no livro de matrícula, abre-se as aulas e os discípulos as frequentam 3, 4 ou 5 meses.

No fim dêste período, os pais que, na forma habitual, têm de preparar-se para a safra da borracha, vêm pedir dispensa dos filhos e filhas, estas para ajudarem a fazer a farinha, e aquêles para lhes ajudarem a ajuntar caroços de urucuri, necessários para a defumação da borracha.

Os professores dão sempre a dispensa pedida porque, se a recusassem, não só os discípulos a abandonariam do mesmo modo a escola, mas correriam êles o risco de os não ver voltar no ano seguinte. Fazem, assim, da fraqueza fôrças e os discípulos vão-se (Ferreira Penna 1971:66-67).

Estas escolas que, então, ficavam fechadas a maior parte do ano e, conseqüentemente, não tinham sua manutenção diária, eram relatadas em decadência, sem estrutura ou mesmo móveis para a realização plena das aulas. No mesmo relatório de 1874, Ferreira Penna comenta: “acharam-se tôdas as escolas que visitei tão desprovidas de mobília que alguns professôres mais zelosos se tem visto na necessidade de mendigar um banco aqui, uma cadeira acolá, uma mesa do vizinho, etc., para uso de suas escolas” (Ferreira Penna 1971:18).

¹⁶A *Ficção oficial* que chama atenção Ferreira Penna (1971) diz respeito ao fato de que eram oficializados, nos relatórios sobre a instrução pública na Província, somente os números de matrículas, mas em decorrência da ida das famílias para as matas à prática do extrativismo, essas matrículas não representavam o quadro real dos alunos que frequentavam a escola. Assim, eram oficializados números fictícios de alunos que de fato passavam somente três ou quatro meses do ano na escola e depois a abandonavam para acompanhar suas famílias nas florestas da região. É por isso que Ferreira Penna então propõe que sejam levantados e oficializados os números de alunos que frequentavam a escola o ano inteiro, para assim se ter a real noção do estado da instrução pública.

Igualmente, o relato das habitações da região marajoara não se limitava àquelas que estavam nas vilas ou em seus entornos, mas também mencionava “cabanas solitárias”, distribuídas pelas margens dos rios que serviam de passagem para os navios. Louis e Elizabeth Agassiz fornecem uma descrição destas habitações:

Uma vez por todas, descrevamos uma dessas habitações. A floresta é quem lhe fornece os materiais; a armação é feita de troncos de árvores finos, cruzados em ângulo reto e entrelaçados com longas folhas de palmeira que fornecem excelente tapagem; ou, muitas vezes, as paredes são feitas de barro. O teto se inclina para cobrir o largo alpendre, aberto para os lados e para a frente e que se estende ao longo da cabana, formando uma peça com muito fundo e de belas dimensões. No interior, o resto da pequena habitação consta de uma ou duas divisões, conforme o tamanho. Não penetrei nesses quartos reservados, mas de bom grado afirmaria que nelas reina tanta ordem e limpeza como na coberta externa. O chão, de terra batida, está cuidadosamente varrido, não se vê nada em desordem espalhado pelo chão, e, não fossem os mosquitos, eu não hesitaria em armar a minha rede sob o teto de uma dessas varandas primitivas. Há, ainda, nas casas de pobres dos nossos climas, um elemento repulsivo felizmente ausente aqui: em lugar duma cama volumosa e fétida, verdadeiro ninho de sevandijas, o índio suspende à noite, entre duas paredes, a sua fresca rede. Um traço particular da arquitetura dessas cabanas deve ficar registrado. Como o terreno em que vivem está sempre inundado, os índios costumam suspender a sua choupana sobre estacas e, assim, temos reproduzidas diante dos nossos olhos as velhas construções lacustres de que tanto se falou há alguns anos. Às vezes mesmo, um pequeno jardim, suspenso pela mesma forma em cima d'água, acompanha a pequena habitação (Agassiz e Agassiz 2000:171).

O relato é controverso. No mesmo momento em que os autores tecem elogios quanto à organização e à limpeza, por outro usam adjetivos como “primitiva” para descrevê-la. Na realidade, estas cabanas passam a ideia de simplicidade que a vida no campo carrega consigo e promovem uma aproximação do homem com a natureza.

É interessante ainda notar a ideia sanitária levada a cabo nas descrições dos interiores das habitações. Os autores destacam a organização, a limpeza do local, o chão varrido, como que se esperasse o contrário do interior destas casas, ou melhor, como se já houvesse uma imagem detratória pré-formada sobre estas habitações, mas por outro lado, também ressaltam a ausência das camas volumosas e fétidas, então pouco sãs, da Europa, enquanto a rede do índio, por outro lado, é fresca e, assim, mais higiênica.

A narrativa dos Agassiz se diferencia das demais, que em sua maioria reforçam uma imagem negativa das habitações lacustres, mesmo os locais que o autor não visitou, mas somente relatou o que via de dentro de um barco. Herbert Smith, em passagem pelos estreitos de Breves narra:

This low tide-region is one of the most importante rubber districts, where hundreds of *seringueiros* are employed in gathering and preparing the crude gum. Occasionally we see their thatched huts along the shore, built on piles, and always damp, reeking, dismal, suggestive of agues and rheumatism (Smith 1879:82).

Esta região de marés baixas é um dos mais importantes distritos da borracha, onde centenas de seringueiros estão empregados em coletar e preparar a goma bruta. Ocasionalmente nós vemos suas cabanas cobertas com palha ao longo da margem, construídas sobre estacas, e sempre úmidas, fedendo, sombrias, sugestivas de febres intermitentes e reumatismo.

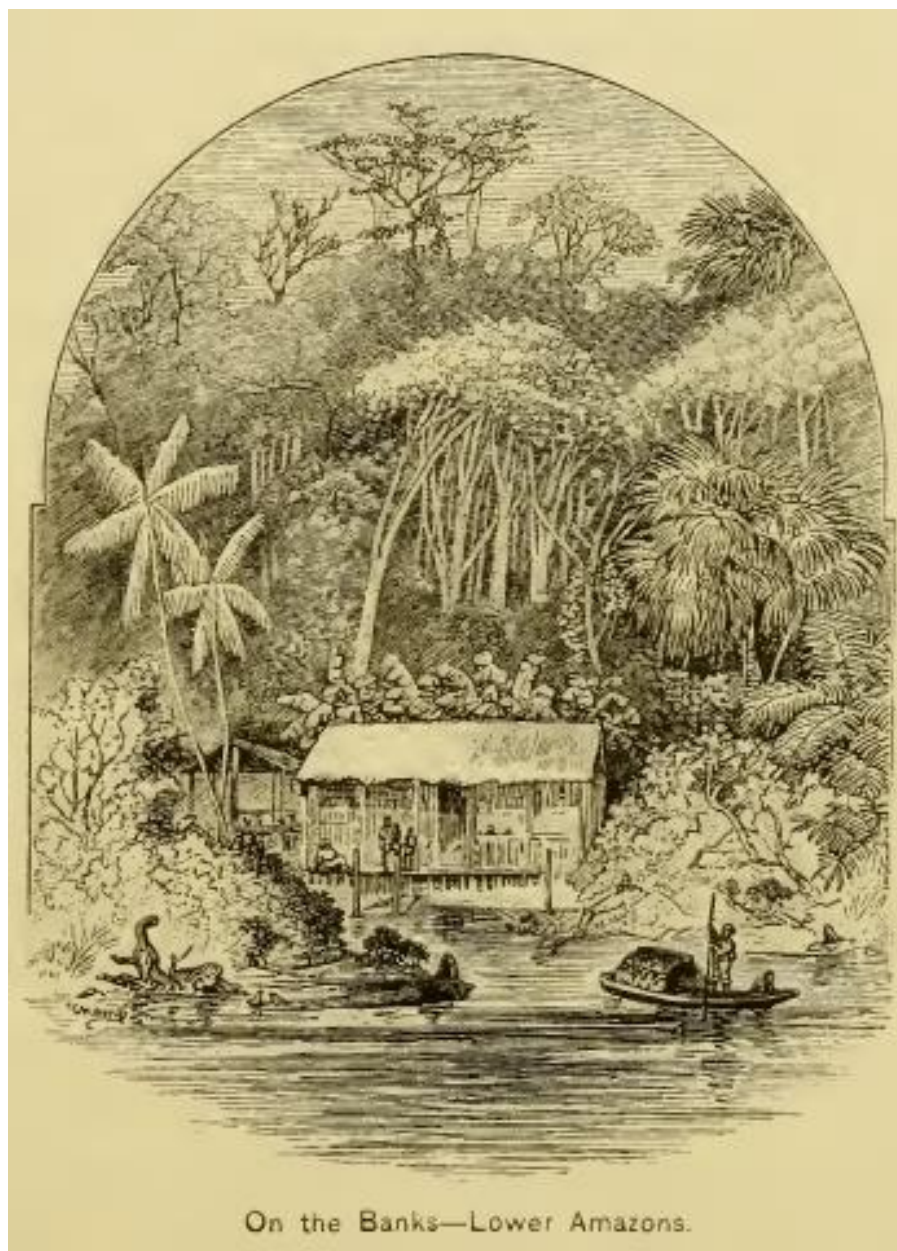


Figura 14 – Cabana na margem do rio

(Fonte: Smith 1879:195)

Vale notar que na gravura de Herbert Smith acima destacada, o autor retrata uma habitação construída sobre estacas no rio. Esta característica é também revelada na narrativa de Myers e Myers: “The low islands are inhabited by Portuguesees and Indians, whose miserable hovels are posted upon piles, to keep them above hight water” (Myers e Myers 1971:317). “As ilhas baixas são habitadas por Portuguesees e Índios, cujas miseráveis

cabanas são colocadas sobre estacas, para mantê-las acima das águas altas”. Também aparece no relato de Brown e Lidstone: “Here and there we swept past a solitary house, standing on piles at water’s edge, the safety of which appeared to be endangered by the waves following in the Wake o four ship” (Brown e Lidstone 1878:15-16). *“Aqui e ali nós passávamos por uma casa solitária, em pé sobre pilares na beira da água, a segurança que parecia ser posta em perigo pelas ondas que seguiam no rasto do nosso navio”*.

Portanto, estas cabanas eram associadas à insalubridade. Como diz Herbert Smith (1879), eram sinônimos de doenças como febres intermitentes e reumatismo. Além disso, edificadas longe de centros urbanos, tidos como sanitariamente sãos, e construídas com os materiais fornecidos pela natureza, as “cabanas” estavam na contramão daquele formato de casa de alvenaria tida pelo europeu como “civilizada”. Assim, as habitações dos índios e seringueiros carregam consigo uma imagem detratora do ponto de vista sanitário e civilizatório.

Ainda, por estas habitações estarem afastadas dos centros urbanos civilizados, elas serão, assim como as pessoas que ali estão, taxadas como bárbaras. Um bom exemplo é o caso dos “resistos” que figuram na narrativa de Henry Lister Maw:

We stopped at two ‘resistos,’ places at which an officer and a few soldiers are stationed to examine boats, canoes, or river craft passing up or down. These are certainly about the last places a civilized being would wish to be stationed at. At the first resisto, consisting of a few mud huts, one of which was for the officer [...]
(Maw 1829:371).

Nós paramos em dois ‘resistos,’ lugar no qual um oficial e poucos soldados estão estacionados para examinar barcos, canoas, ou embarcações do rio passando acima ou para baixo. Estes são certamente os últimos lugares que um ser civilizado iria querer estar estacionado. No primeiro resisto, consistindo de poucas cabanas de barro, uma das quais era para o oficial [...].

Na sequência, o autor relata sobre a aparência dos soldados: “Their appearance was certainly not the most amiable, rather resembling that of Salvator Rosa's figures than European soldiers, but in such a situation they could not easily be otherwise” (Maw 1829:372). *“Sua aparência não era certamente a mais agradável, um tanto parecendo a de figuras de Salvator Rosa do que soldados europeus, mas em tal situação eles não poderiam facilmente ser diferentes”*.

Na realidade, o que torna as pessoas e habitações bárbaras é justamente o fato de estarem afastadas da “ação benéfica da civilização” encontradas nos modos de vida dos grandes centros. Assim, os soldados, que mesmo provindo de cidades europeias, se instalaram

em paragens como os “resistos” e se tornam também bárbaros aos olhos civilizados do viajante.

Vale mencionar ainda que, sobre estas habitações, é possível perceber que no decorrer do século XIX algumas modificações estruturais são visualizadas nos relatos dos naturalistas, como por exemplo, a troca dos materiais que eram feitos os telhados. Antes confeccionados das folhas da palmeira buçu, uma excelente tapagem que tinha grande durabilidade, como podemos ver no relato de Avé-Lallemant: “Enquanto um telhado de fôlhas de *Euterpe oleracea* ou genomas resiste de três a quatro anos, uma boa coberta de buçu dura até 20” (Lallemant 1980:65). Este relato é do ano de 1859, mas quando já nas décadas finais do século, em 1885, podemos ver a introdução do zinco como cobertura:

Les rives sont bordées d'une puissante végétation qui encadre de noir la masse grisâtre des eaux. Çà et là, dans une éclaircie de verdure, une construction rustique arrête le regard : c'est le sitio du sertão amazonien, la demeure perdue des hommes qui se livrent à la culture du cacaoyer et de la canne à sucre, ou bien qui s'adonnent à l'exploitation des essences forestières. Un grand nombre d'entre elles ne sont plus couvertes de chaume misérable comme autrefois: leurs toits de tuiles rouges brillent au soleil; il en est au faitage de zinc (Nery 1899: 24).

Os rios são margeados de uma sólida vegetação que enquadram de preto a massa acinzentada das águas. Aqui e ali, em uma fenda de verdura, uma construção rústica prende o olhar: é o sitio do sertão amazônico, a residência perdida pelos homens que se entregam à cultura do cacau e da cana de açúcar, ou que se envolvem na exploração de espécies florestais. Um grande número dentre elas não são mais cobertas de palha miserável como antigamente: seus telhados de telhas vermelhas brilham ao sol; ele é feito com cumeeira de zinco.

O autor demarca bem que o telhado de palha é miserável, enquanto que após a introdução do zinco vermelho como cobertura o quadro já não é mais adjetivado. Por outro lado, Paul Marcoy já vai continuar criticando estas habitações fora dos centros urbanos por contrastarem com a paisagem: “A paisagem ainda tinha o aspecto grandioso e os graciosos detalhes, mas os ranchos, com suas casas caiadas e seus telhados cor de sangue, contrastavam com aquela beleza e a desfiguravam” (Marcoy 2006: 252).

As narrativas sobre as habitações ainda encontram um quadro contrastante quando vemos as descrições sobre as fazendas da região marajoara, que mesmo estando afastadas dos centros urbanos, são relatadas com olhar otimista por terem, em geral, casas grandes de alvenaria, construídas ao modelo europeu.

Assim como as cabanas dos índios e seringueiros, estas fazendas são relatadas espalhadas pelo território e são usualmente paradas de abastecimento dos vapores: “Frequently we stop to take in fuel at some *fazenda*, where the wood that is put on is conted slowly, stick by stick” (Smith 1879:92). “*Frequentemente nós paramos para pegar*

combustível em alguma fazenda, onde a madeira que é colocada para dentro é contada lentamente, pau por pau”.

As fazendas eram, muitas das vezes, produtoras de gado que, ao lado das drogas do sertão, cacau e mais tarde da borracha, eram os principais produtos exportados da região marajoara. Príncipe Adalberto da Prússia relatou o aspecto de uma dessas fazendas: “Logo depois alcançamos o Alto de Açuranda, uma pequena fazenda no Marajó. Na margem plana viam-se quatro casas ensombradas por coqueiros” (Prússia 2002:226). Outra destas propriedades também foi relatada por ele, desta vez uma fazenda produtora de gado:

Além da Açuranda, vimos esta manhã de passagem um segundo estabelecimento na ilha de Marajó, ou seja, a fazenda de um inglês, se não me engano a mesma que o piloto na volta deu o nome de Maruari. Diante desta estava ancorada uma grande escuna, que levava um grande carregamento de gado na sua entreponte. Estas embarcações que se encontram aqui e ali no Amazonas, chamam-se gabarras ou batelão de gado (Prússia 2002:227).

Apesar de estas fazendas serem em sua maioria relatadas com aspecto otimista, por outro lado, as vezes a ruína destas também é relatada quando da memória do movimento cabano, que na primeira metade do século XIX, teve forte representação no Arquipélago, o que levou a saques de várias fazendas e vilas da região, tanto pelos revoltosos, quando pelos próprios legalistas. O próprio Príncipe Adalberto da Prússia lembra que o Marajó “na revolução de 1835 teve a dura sorte de ser saqueada não só pelos rebeldes sob Vinagre, como pelas tropas legalistas” (Prússia 2002:227).

Neste quadro, despontam narrativas como a de William Edwards, relatando uma destas propriedades: “We passed what was formerly a large and valuable estate, still having fine-looking buildings and a chapel. It had belonged to Mr. Campbell, and, like many another, had been ruined during the revolution of '35” (Edwards 1861:86). *“Nós passamos por o que era anteriormente uma propriedade grande e valiosa, ainda com edifícios de boa aparência e uma capela. Tinha pertencido ao Sr. Campbell, e, como muitas outras, tinha sido arruinada durante a revolução de 35”.*

O Sr. Campbell, como já mencionado no capítulo anterior, era um grande proprietário de terras na região marajoara. Destacamos aqui duas de suas propriedades: a primeira, na ilha Mexiana, que era administrada por um alemão chamado Sr. Leonardo, e a segunda, denominada Juncal, se localizava nas proximidades da vila de Chaves, na parte norte do Arquipélago, e era administrada pelo Sr. Azevedo.

O naturalista Wallace esteve em ambas as propriedades, primeiramente na fazenda da ilha Mexiana, em novembro de 1849, sobre a qual relata:

Na nossa chegada ali, fomos recebidos pelo Sr. Leonardo, um alemão, a quem apresentamos a carta do Sr. C., que levávamos.

Logo fomos guiados para os quartos, que nos haviam sido destinados na casa, a qual é espaçosa e tem um pavimento superior.

Depois de retirada a nossa bagagem da praia e conduzida para lá, logo nos sentimos como que em casa mesmo.

Em redor do edifício, viam-se muitas laranjeiras e mangueiras, e, mesmo em frente, uma fileira de choupanas, onde residem os vaqueiros, ou guardas do gado, os quais são, na sua maioria, negros e escravos (Wallace 2004:125).

O aspecto geral relatado por Wallace demonstra uma propriedade com uma casa principal do dono na fazenda, construída aos moldes europeus, com dois pavimentos, sendo circundada por algumas outras “choupanas” das famílias escravas que trabalhavam no local. O panorama da fazenda foi registrado por Wallace em uma gravura feita a lápis:

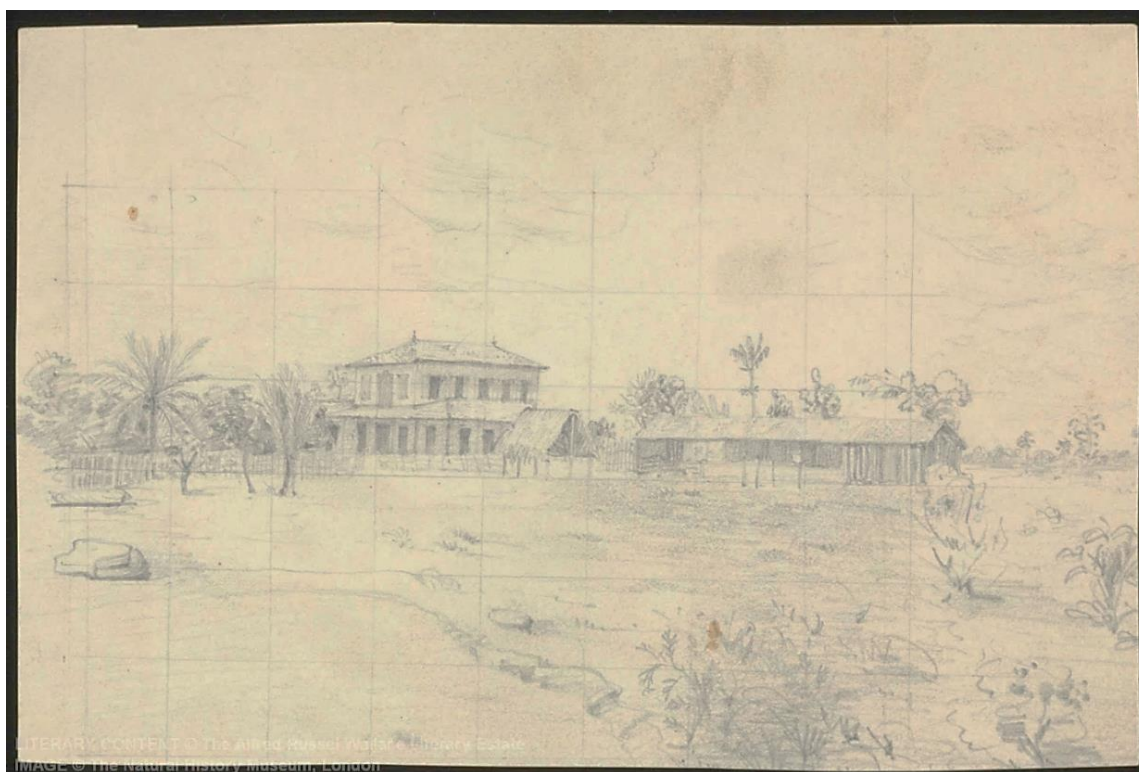


Figura 15 – Desenho da Fazenda na ilha Mexiana
(Fonte: Website *Wallace Letters Online*, manuscrito nº 5100.5605)

No verso da gravura lê-se: “Sketch no. 5. Mr C's. Hous[e] in the Island of Mexicana”¹⁷, ou seja, “*Esboço nº 5. Casa do Sr. C na ilha Mexiana*”, conforme podemos ver na imagem que segue.

¹⁷ A transcrição da anotação de Wallace também pode ser encontrada no próprio site do projeto *Wallace Letters Online* onde a imagem foi disponibilizada. Mais informações vide: <http://www.nhm.ac.uk/natureplus/community/wallace100/blog/2013/04/19/major-update-to-wallace-letters-online>

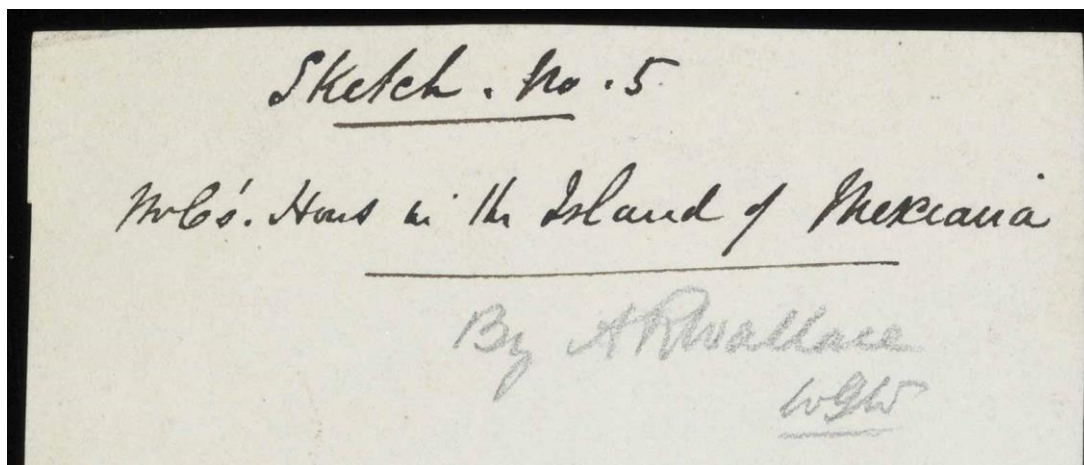


Figura 16 – Anotação no verso da gravura de Wallace
(Fonte: Website *Wallace Letters Online*, manuscrito nº 5100.5605)

A outra fazenda visitada por Wallace foi a “Juncal”, sobre a qual o autor destaca: “Chegando ali, instalamo-nos numa casa de paredes barreadas, que ainda estava por acabar, e nos serviu de residência, enquanto permanecemos naquela fazenda” (Wallace 2002:147). Ao redor desta casa principal achavam-se as habitações dos trabalhadores do local: “Um pouco adiante, viam-se as moradas dos vaqueiros (ou guardas do gado)” (Wallace 2002:148).

O viajante John Warren também esteve na fazenda Juncal, passando por lá pouco tempo depois de Wallace e também relata o aspecto geral que viu do local:

Coming at length to an open part of the stream, Gaviono pointed out to us the leaf-thatched cottages of Jungcal. They were mere huts, being constructed by means of poles driven in the ground, the interstices of which were filled up with mud. The leafy roof constituted an effectual protection both against the severe rains of the island and the scorching rays of the noon-day sun (Warren 1851:117).

Vindo por fim para uma parte aberta do rio, Gaviono nos mostrou as cabanas de folhas de palha de Juncal. Elas eram meras choupanas, sendo construídas por meio de postes dirigidos no chão, as frestas dos quais eram completas com barro. O telhado frondoso constituía uma proteção eficaz com ambos os severos raios da ilha e raios escaldantes do sol do meio dia.

Na narrativa a descrição do cenário é composta somente das “meras” cabanas, cobertas de palha e construídas sobre estacas. Existe ainda uma menção a habitação na qual John Warren e seu companheiro de viagem, chamado apenas de “J”, ficaram hospedados. Era a casa do Sr. Azevedo¹⁸, dito superintendente chefe do lugar, esta moradia era construída com os mesmos materiais que as outras casas, sendo diferente somente em seu tamanho e conforto:

It was made in precisely the same manner as the other habitations, but was larger and more commodious. A row of bamboo stakes was fastened in the ground within ten feet of the house, over which the leaf-matted roof of the cottage drooped, thus

¹⁸ No texto original os autores chamam de Mr. Anzevedo.

forming a Robinson-Crusoe-like veranda, which we afterwards found to afford a delightful shelter during the sultry hours of the day (Warren 1851:118).

Ela era feita precisamente da mesma maneira que as outras habitações, mas era maior e mais confortável. Uma fileira de estacas de bambu estava fixada no solo dentro de dez pés da casa, acima da qual o telhado de emaranhado de folhas caía da cabana, assim formando uma varanda tipo Robinson Crusoe, que nós mais tarde achamos para proporcionar um agradável abrigo durante as horas de mormaço do dia.

O autor demarca nestes dois relatos a qualidade da morada nestas cabanas que, mesmo em sua simplicidade, eram o abrigo agradável para se proteger do sol e das chuvas, com destaque para suas varandas ao estilo Robinson Crusoe. Dentro destas cabanas é relatada inexistência de móveis como cadeiras e sofás, na realidade, em seu lugar são usadas as redes penduradas nas varandas. Esta ausência é vista enquanto o modo simples e inocente de vida:

There were no chairs or sofas in Marajo—the innocent natives had never heard of such things ; so, swinging our hammocks under the veranda, we lounged in them for a short time while holding a desultory conversation with Senhor Anzevedo, chiefly respecting the natural history of the island (Warren 1851:118).

Não existiam cadeiras ou sofás em Marajó – os inocentes nativos nunca tinham ouvido de tais coisas; então, embalando nossas redes embaixo da varanda, nós descansamos nelas por pouco tempo enquanto mantendo uma conversa desconexa com Senhor Anzevedo, principalmente com respeito à História Natural da ilha.

O viajante verifica o que na sua ótica se caracteriza como marcadores da simplicidade ou pobreza do local e das pessoas que nele habitam, tendo como referência o modelo de vida cidadina europeia. É dentro deste quadro que são relatadas e entendidas a falta das cadeiras e sofás da região marajoara. Contudo, o viajante não questiona seus valores e referências, se para ele a inexistência de uma mobília condizente com aquela das casas da Europa é sinônimo da ingenuidade, por outro lado esta mesma mobília pode não fazer sentido para os locais nos seus modos de vida ou ainda ter outras formas de apresentação que não necessariamente condizem com aquela esperada pelo estrangeiro. Assim, se para o viajante o modelo de uma sala, enquanto um espaço de sociabilidade, deve ser aquela com os sofás e cadeiras para as pessoas sentarem e conversarem, para o local este mesmo espaço é a varanda da cabana com sua rede armada.

Na realidade estas habitações eram pequenas em espaço, característica que ajudava a realçar mais ainda a ideia de pobreza e simplicidade do local. O próprio John Warren, quando de sua viagem para a fazenda Cajueiro, também de propriedade do Sr. Campbell, localizada mais ao centro do Arquipélago, narra a “choupana” que foi designada para sua estadia: “Our habitation was but a mere hut, and looked as much like a common haystack as anything else. It had two apartments, or more properly cells, one of which was appropriated by my English

companion, the other by myself” (Warren 1851:160-1). “*Nossa habitação era nada mais que uma mera choupana, e parecia muito mais com um palheiro comum do que qualquer outra coisa. Ela tinha dois aposentos, ou mais propriamente células (ou celas), uma das quais foi apropriada por meu companheiro Inglês, a outra por mim*”.

Enfim, estes destaques dados aos materiais que compõem as habitações, seu tamanho e características revelam um olhar eurocêntrico e colonizador do viajante que define o estado civilizatório das vilas e das pessoas a partir de referenciais transculturados de realidades europeias e que, de fato, podem não fazer sentido quando aplicados em realidades marajoaras que seguem outras dinâmicas e formas de vida.

Dentro do enredo apresentado e discutido, buscamos evidenciar os olhos carregados de conceitos estrangeiros lançados às vilas e habitações da região marajoara. Se hora o olhar se voltava para as simples cabanas de índios e negros, criticadas pelos materiais naturais de que foram construídas e mesmo por sua estética, por outro o globo ocular destes homens e mulheres das letras também focou nas casas de alvenaria das vilas e fazendas, escolhidas para serem registradas por estarem alinhadas com os padrões estéticos de seus universos culturais.

CAPÍTULO 5

5.1. A Alegoria do “Outro”: índios, negros e mestiços

Em suas viagens pelo arquipélago de Marajó, os viajantes se encantavam com a natureza, os grandes rios da região, a rica flora e a abundante fauna. Passavam também por vilas e fazendas que foram narradas com olhares “civilizadores”, que buscavam avaliar um grau de desenvolvimento a partir dos aspectos materiais destas paragens. Mas ao mesmo tempo, os homens das letras não deixavam de fora o homem do registro. Os viajantes entravam em contato com os habitantes locais e narravam vários de seus aspectos, merecendo aqui destaque características de seus atributos físicos e “morais”, mas também enfatizavam aspectos da vida cotidiana destes habitantes locais, desvelavam saberes, fazeres e lutas de resistências.

São índios, negros, escravos, europeus, cafuzos, tapuios, mestiços, dentre outros, que figuram nos textos daqueles viajantes que narram os habitantes das regiões de campos e florestas no Arquipélago de Marajó. Ao encontrarem estes “outros”, os viajantes os representavam em seus escritos a partir da lógica racialista, tomando como base de interpretação teorias que, principalmente na segunda metade do século XIX, buscavam responder ao questionamento da diferença observada.

A partir de agora analisaremos como foram representados os habitantes das vilas marajoaras nos livros de viagem, dando atenção inicialmente a algumas questões centrais, como a raça e a mestiçagem, destacadas pelos viajantes como chaves de interpretação das populações locais, expondo como estas categorias foram vistas e narradas pelos homens das letras em suas experiências na zona de contato. Em um segundo momento, buscaremos também expor as práticas cotidianas, os saberes e as lutas destes nativos, que são reveladas pela pena dos viajantes.

O grande mote que propomos responder é como a diferença foi retratada nos relatos de viagem. No livro de Stuart Hall recentemente publicado no Brasil *Cultura e Representação* (2016b:139), o autor se questiona, na atualidade, como representamos o “diferente”, ou seja, as pessoas e os lugares que diferem significativamente de nós? Mais ainda, Hall interroga sobre as formas típicas de práticas representacionais utilizadas popularmente para representar a “diferença”, questionando de onde provém estas figuras e estereótipos? Guiados por Hall nestas questões é que tentaremos desvelar as representações forjadas sobre as populações locais.

Como já mostramos em momento anterior neste trabalho, existiam variadas teorias que buscavam responder ao problema da diferença entre os homens nascidos no século XIX, principalmente após a publicação do livro *A origem das espécies* de Charles Darwin, em 1859, que suscitou aplicações de suas ideias, eminentemente biológicas, em análises sociais e culturais. A este respeito, Ilka Boaventura Leite aponta que,

As representações sobre o Outro nascem de um processo de comparação, classificação e ordenação dessas experiências. A imagem do Outro dependeu invariavelmente de hierarquização, estando, portanto, diretamente vinculada ao referencial teórico disponível (Leite 1996:38-39).

Pensando a nível nacional, Lilian Schwarcz (1993), então, argumenta que no Brasil houve um uso combinado de diversas perspectivas teóricas, como o evolucionismo e o darwinismo social, que orientaram a explicação do “Outro” diferente. Alinhando-se com esta perspectiva, percebemos nos relatos de viajantes que as formas como foram narrados os habitantes da região marajoara perpassava pelo crivo de vertentes diversas, merecendo especial atenção àquelas de cunho poligenista, tanto na primeira metade do século, quanto no segundo momento após a publicação da obra de Darwin.

No cenário geral das narrativas de viagem, fica evidente a grande preocupação da descrição dos “tipos” raciais que figuravam na paisagem amazônica e seu consequente estado moral. Trabalhos como os de Boaventura Leite (1996), Moreira Leite (1997), Barreiro (2002), argumentam que o destaque dado à questão da raça nos relatos evidencia um quadro etnocêntrico de busca por uma explicação racional e convincente para a hegemonia do europeu (caucasiano, civilizado) sobre as populações locais (mestiça e bárbara).

O que percebemos foi um movimento duplo dos viajantes nos seus relatos: de um lado, de fato, notamos esta visão eurocentrada, que buscava representar os “tipos” raciais da região marajoara e apontar aspectos de sua debilidade biológica e moral, mas também, por outro lado, notamos que as relações forjadas na zona de contato também formataram o olhar destes homens e mulheres das letras e deixaram rastros de um outro olhar sobre às populações locais.

Sobre a questão racial, é válido lembrar, já no século XVIII existia uma classificação do homem de acordo os tipos raciais, proposto por Linéu, eles seriam: o homem selvagem, o americano, o europeu, o asiático e o africano, sendo que o europeu ocupava o topo da lista da civilização e o africano a parte mais inferior. Seguindo os passos de Linéu, Schwarcz (1993) aponta outros nomes que, fazendo parte da corrente do darwinismo social, também defendiam uma variação da espécie humana e, assim como ele, desenvolveram ideias formadas a partir

de uma matriz etnocêntrica e racalista. São nomes como E. Renan, G. Le Bom, H. Taine e um dos mais famosos, o conde Gobineau. Esta concepção dos tipos diferentes carrega consigo a apreensão poligenista de que os homens estariam divididos em várias espécies essencialmente diferentes, o que explicaria, na visão destes cientistas, as diferenças biológicas e mesmo morais observadas.

Sobre o estado moral, Schwarcz diz que o século XIX foi um momento de “naturalizar as diferenças”, que significava neste momento “o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais” (Schwarcz 1993:85). Ou seja, o estado moral será demarcado a partir de uma definição física, racial, do “outro”.

Pensar os habitantes da região marajoara é pensar uma população “mestiça”, ou afroindígena, em termos raciais e culturais, que ao longo do tempo agenciaram trocas entre grupos de índios, europeus e africanos, nas regiões de campos e florestas. Baena (2004) revela, em um levantamento feito ainda nas primeiras décadas do século XIX, um total de 12.729 habitantes na região do Marajó dos Campos. Neste, além de serem separados em libertos e escravos, são também demonstradas as conformações raciais destes habitantes, expondo um quadro racial composto de brancos, índios, africanos e mestiços.

Sarraf-Pacheco (2012), fundamentado na teoria das mediações culturais, estudou contatos étnico-raciais tecidos por índios e negros desde o período colonial entre campos e florestas marajoaras, apreendendo a emergência de mundos cruzados afroindígenas. O pesquisador aposta “na existência de uma dicção afroindígena, assim como em performances, vocábulos, culinárias, estéticas, crenças, costumes e tradições que diferenciam a constituição de homens, mulheres e crianças amazônicas, quando se apresentam em ambientes intersticiais” (Sarraf-Pacheco 2012:200).

Sem negar as diferenças, mas atento aos circuitos de sociabilidades e solidariedades forjadas por índios e negros em fuga ou lutas cotidianas pela existência em territórios marajoaras, o historiador defende a perspectiva afroindígena como uma maneira criativa de identificação e valorização dos contatos entre grupos que, pelas condições de dominação impostas em ambientes da diferença colonial, em vários momentos compartilharam sabedorias, afetos, necessidades e sonhos.

Os mundos cruzados na conformação da “mestiçagem” ou afroindigenismo na região marajoara são evidenciados nos livros de viagem, mesmo que a defesa seja a pureza da raça, em detrimento dos malefícios biológicos e sociais que, no olhar do homem das letras, traz o cruzamento das diferentes etnicidades em encontros.

Em grande parte, estas visões provêm de ideias poligenistas, que pensam a origem diversa do homem. Um dos mais claros exemplos do ideário está na narrativa do inglês Henry Bates, que esteve na região amazônica entre as décadas de 1840 e 1850 e aproveitou a oportunidade de navegar pela região marajoara para descrever as pessoas que o acompanhavam no barco durante sua expedição:

Nossa tripulação consistia, como já disse, de doze pessoas. Uma delas era um rapaz português da Província de Trás-os-Montes, o qual constituía um bom exemplo do tipo de imigrante que Portugal manda para o Brasil. Tinha pouco mais de vinte anos, e fazia dois anos que estava no país. Vestia-se e vivia como os índios, aos quais evidentemente era inferior quanto às suas maneiras. Não sabia ler nem escrever, ao passo que pelo menos um de nossos tamóios sabia fazer as duas coisas. [...] Outro de nossos marinheiros era um rapaz branco e curtido de sol, de Cameté; o restante era composto de índios, à exceção do cozinheiro que era cafuzo, ou seja, mestiço de índio e negro. Muitas pessoas dizem que, ente todos os variados tipos de mestiços existentes no Brasil, o cafuzo é o que possui pior índole; entretanto; Luís era um sujeito simples e de bom coração, sempre pronto a ajudar os outros. O piloto era um velho tapuia do Pará, de rosto oval e feições regulares. [...] Havia um que era um belo espécime da raça indígena – um homem com quase um metro e noventa de altura, de ombros largos e peito musculoso. (Bates 1979:94).

O modo escolhido por Bates para apresentar as pessoas que o acompanhavam na viagem foi tomar a raça como referência. São apresentadas pelo viajante: o branco europeu, o cafuzo, e o indígena. O “espécimen” indígena se caracterizava como um homem alto, de peito largo e musculoso. O cafuzo, união das duas raças mais inferiorizadas - ou seja, o índio e o negro - carrega popularmente o estigma de má índole, sendo sua descrição não marcada pelo caráter físico, mas pelo moral. Note-se que a “miscigenação”, aqui vista no cafuzo, aparece na imagem popular como a que possui a pior de todas as índoles, na realidade, os “miscigenados” em geral seriam marcados por esta má índole, revelando um cenário oposto aos cruzamentos étnico-raciais.

Estes homens e mulheres das letras partiam de pressupostos deterministas, herdeiros de uma antiga noção de “perfectibilidade” do século XVIII, defensora de “raças puras”. Neste cenário a miscigenação ocupa um local marginal, pois é vista enquanto maléfica ao evocar uma ideia de esterilidade das “espécies” miscigenadas, além de uma dita não transmissibilidade dos caracteres adquiridos. Tudo isso é pensado a partir do aspecto biológico, porém, afora este fator, a miscigenação também era condenada, pois naquele momento pairava a ideia de que para um bom desenvolvimento social de uma nação, havia a necessidade de uma conformação de sua população a partir de raças puras, assim, a mestiçagem era “sinônimo de degeneração não só racial como social” (Schwarcz 1993:78).

Mas é no mínimo curioso notar que, indo a contrapelo desta ideia de degeneração social promulgada à miscigenação, Henry Bates defende Luís, o cafuzo que o acompanhava

na viagem, vendo-o como um homem humilde, de bom coração e sempre disposto a ajudar. Este caso emerge, a uma primeira vista como contraditório. No entanto, é importante ter em mente o fato de que a experiência da viagem modificava o olhar do viajante, os homens das letras também foram moldados à luz das experiências compartilhadas na zona de contato. Em outras palavras, a construção do “outro”, não europeu, foi conformada nas e pelas relações com este(s) “outro(s)” (Pratt 1999), assim, são, pelo menos em alguns momentos, cindidas determinadas imagens sobre estes habitantes locais.

Visões e estereótipos são forjados historicamente. Como bem lembra Paula Montero (2006), estas formações imagéticas sobre o “Outro” são tecidas sobre os “escombros” de outras experiências anteriores. Assim, as representações de viajantes e habitantes locais são moldadas mesmo antes da viagem em relações prévias com outras experiências. Contudo, elas são refeitas, reformuladas, reordenadas quando o viajante entrar em contato com os nativos nas zonas comuns, aqui propomos chamar este fato de *ambivalência da zona de contato*.

Mas retornemos antes a questão das descrições dos “tipos” raciais. A narrativa do casal Agassiz, no momento de sua passagem pela vila de Breves, na década de 1860, também possibilita ver o destaque dado a questão das raças que figuravam na região marajoara e a visão sobre a miscigenação:

A sua população, como a de todos os pequenos estabelecimentos do Amazonas inferior, é o produto da mistura das raças. Vêem-se aí os traços regulares e a pele clara do homem branco, a grosseira e lisa cabeleira preta do índio, ou então as formas metade de negro, metade de índio que apresentam os mestiços cujos cabelos não possuem mais ondulações finas. Ao lado dessas misturas, mostra-se o puro tipo índio: fronte baixa, face quadrangular, ombros rigidamente em ângulo reto e muito altos, sobretudo nas mulheres (Agassiz e Agassiz 2000:166).

O relato dos Agassiz carrega consigo a marca da crítica à mestiçagem, vista enquanto degenerada em relação ao tipo puro, este último destacado também no relato. É interessante notar que, como mostra Kury (2001), Louis Agassiz era defensor do criacionismo, seus estudos inclusive sobre os peixes da região amazônica foram usados para combater ideias evolucionistas, em contraposição de uma biogeografia estática; em relação ao homem, também, inicialmente, defendia uma origem única, divina, a partir dos preceitos bíblicos. Contudo, ao se mudar para os Estados Unidos, passou a se inserir cada vez mais em centros científicos poligenistas, a ponto de 1850 chegar a defender este credo em seus artigos e em 1854 a fazer a introdução da obra de dois dos mais famosos poligenistas da época. Desta feita, ao excursionar para a Amazônia, Agassiz já era adepto destes preceitos sobre a origem diversa do homem. A mudança de paradigma, para ele, não significava não estar de acordo com as

teses bíblicas, mas sim que Deus criou, da mesma forma como aconteceu com a ictiofauna, raças humanas específicas para cada região.

A descrição e definição dos tipos, na realidade, seguia os mesmos preceitos das descrições zoológicas do viajante. O homem passa a ser objeto de estudo científico, pois é estudado e classificado ao lado dos outros animais, como defende Domingues (2009:168) “o homem do mundo colonizado, para as ciências do século XIX, foi um ‘objeto natural’, uma continuidade da natureza”, então, era preciso estudá-lo e classificá-lo. Aqui é importante lembrar que neste momento havia uma divisão entre a etnografia e a antropologia, uma voltada para o estudo e registro das diferenças culturais, e a última, eminentemente biológica, desenvolveu um método específico de análise anatômica dos homens. Neste quadro, o relato do casal Agassiz acima destacado estaria muito mais ligado a uma análise da antropologia física, reafirmando uma mudança de posição teórica dos viajantes do monogenismo para uma vertente poligenista.

Havia ainda a “coleta” para os estudos e comparações dos “tipos” raciais, esta se dava por meio do envio mesmo de “espécimes” para coleções de gabinetes de curiosidades europeus. Titus Riedl (1996) lembra, a este respeito, que durante o século XVIII várias coleções sobre a temática foram formadas na Europa, muitas contendo “espécimes” vivos dos “exóticos” moradores do novo mundo. Mas também haviam as coletas por meio das fotografias¹⁹, ou quando na falta dessas, pelas descrições nos livros.

Como podemos observar no excerto acima destacado, Agassiz faz uma descrição das características físicas dos habitantes, relatando as conformações biológicas que condizem com aquele estereótipo dos “tipos” raciais: o índio, por exemplo, tem a fronte baixa, face quadrangular, ombros rigidamente em ângulo reto e muito altos. Kury (2001:269) argumenta, a este respeito, que “o método de trabalho de Agassiz é o de um zoólogo: compara pessoas de diferentes “raças” como se comparasse exemplares de diferentes espécies de animais”.

Por um lado, as descrições dos “tipos” prezavam por uma narrativa das características físicas do homem, mas por outro os aspectos sociais também não ficaram de fora, aliás, neste período de “naturalização das diferenças”, os aspectos sociais e culturais são vistos como reflexos da raça, ou seja, o estado moral será definido pela biologia. Como há a prevalência das raças “inferiores”, ou seja, índios e negros, além das miscigenações, este estado moral será relatado decadente, de pobreza, miséria, indolente, preguiça.

¹⁹ O casal Agassiz produziu um dos maiores registros fotográficos sobre os “tipos” brasileiros, principalmente durante sua estadia na cidade de Manaus. Grande parte deste acervo fotográfico hoje faz parte da coleção fotográfica do Museu Peabody, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Certamente, aqui é importante que se diga, existem outros fatores que contribuem, ao lado da questão da raça, para a formatação de imagens detratoras, como os conflitos de percepção sobre os modos vida e trabalho, que serão analisadas mais adiante. O que interessa aqui é entender que é imaginado um estereótipo de pobreza moral atravessado em sua formatação por, dentre outras coisas, entendimentos e definições de características físicas dos habitantes locais (Barreiro 2002).

Um fato destacado pelos viajantes que podemos perceber como um marcador do estado moral em que se encontravam os habitantes locais é a questão da nudez dos índios. Em várias narrativas é destacada a questão da falta de vestimenta, que contrasta fortemente com uma tradição europeia, dita civilizada e puritana cristã. Em passagem pela vila de Breves, Spix e Martius relatam:

Um olhar para o interior dessas moradas, abertas, deixa ver as exuberantes formas das mulheres e raparigas, quase completamente nuas, porém no ingênuo pudor do estado natural, que, comparado com a “pruderie” da nossa civilização, parece duplamente moral. Seria fazer injustiça a essa gente simples, atribuir à depravação o desacato com que andam despidos por toda parte, à exceção da igreja. O calor do clima, a raridade e o custo do vestuário e o hábito fazem que eles quase se esqueçam dessa necessidade (Spix e Martius 1981:76).

De uma perspectiva, como afirma Barreiro (2002:57), a questão da nudez pode ser vista dentro de um quadro de situações que são evocadas para definir um estado moral degradado da população; de outra, Lisboa (1997:150) expõe que índios e mestiços, estando do lado de fora da sociedade, pois não são civilizados, inspiram um misto de rejeição e de compaixão por parte dos naturalistas.

A nudez das “mulheres e raparigas” faladas por Spix e Martius está de fato em desacordo com a “pruderie” da civilização – europeia, branca, cristã – e poderia ser evocada para expor o estado moral decadente dos habitantes da localidade. Contudo, os naturalistas veem o fato mais como um reflexo do modo de vida simples e de condicionantes ambientais, do que de fato a uma depravação.

Vale lembrar duas coisas importantes: Spix e Martius são herdeiros de uma tradição “humboldtiana”, que por sua vez defendia a ideia de bom selvagem de Rousseau. Desta forma, ver os habitantes nus representava, na ótica destes homens e mulheres das letras, um estado natural do homem. Ainda, Martius era cristão e, apesar de algumas vezes expor, durante encontros que teve com Goethe, um pensamento contrário ao da igreja no que tange as ideias da criação, como bem destaca Lisboa (1997). Por outro lado, pensar o estado natural dos habitantes de Breves, pode estar ligado também a uma ideia da nudez como a dos primeiros homens criados por Deus, o que tiraria o estigma de depravação e tornaria

“duplamente moral” este estado natural. Além, Bertol (1996:52) argumenta que estes índios “eram representados como símbolo da liberdade”, que neste momento também significava o retorno a este estado natural do homem.

A nudez no relato está ligada a condicionantes diversos: fatores ambientais, hábito e mesmo questões monetárias. Tudo isso evidencia um quadro de grande simplicidade e de um modo de vida simples dos habitantes locais, mas tem que se dizer que esta simplicidade também carregar consigo um estigma detratador do atrasado, do retrogrado, do não civilizado. Aliás, por questões como esta da nudez, “os índios ou os selvagens, como eram tratados na literatura especializada, representavam o oposto da civilização” (Bertol 1996:52). Tudo isso revela um quadro de grandes contradições, quando eram narradas as populações locais. Na realidade, desde os primeiros momentos da chegada do europeu na América, diversas visões contraditórias foram e continuaram sendo formadas sobre estes nativos.

Os fatores para explicar a nudez dos nativos identificados por Spix e Martius podem também ser encontrados em outros relatos, merecendo aqui destaque a questão do estar despido por causa do calor, que também é encontrado no relato do viajante William Edwards, durante passagem pelos canais ou estreitos de Breves:

The only inconvenience was the sultry heat of the afternoon; for, in these narrow chanel, the Wind had little scope. But no matter how severe the heat, the Indians seemed not to mind it, although their heads were uncovered and their bodies naked (Edwards 1861:87).

O único inconveniente foi o calor sufocante da tarde; pois, nestes canais estreitos, o vento tinha pouco espaço. Mas não importa quão grave o calor, os Índios pareciam não se importar com isso, porém suas cabeças estavam descobertas e seus corpos nus.

Podemos pensar que mais do que ver com olhos somente críticos, pelo menos no que tange os relatos de Spix e Martius, fica também evidente um olhar, de fato, civilizador, mas também inspirado por compaixão por parte dos viajantes, revelando contradições, olhares duplos, ambivalências que afloram dos relatos a partir dos encontros.

Outro exemplo é o de Príncipe Adalberto da Prússia que subindo para o rio Amazonas, passa pela região marajoara e relata, por ocasião de uma parada para esperar a maré encher para poder continuar a viagem, a experiência de uma caçada nas margens, na companhia de índios e negros. Assim ele descreve seus companheiros de caça:

A maioria deles era de índios esbeltos, bem conformados, de cabelos pretos brilhantes estirados e dentes limados em ponta. Seu senso de orientação e agudeza que se refletia nos seus semblantes despertavam em alto grau nossa admiração, como também a maneira silenciosa como se moviam por cima das folhas, gravetos e folhas de palmeiras que cobriam o chão, e que estalavam ruidosamente sob nossos

pesados passos. Só raramente empregavam o facão, este para nós tão indispensável meio de abrir caminho, esgueirando-se, com incrível habilidade e flexibilidade, por entre as lianas, e passando sutilmente por baixo daquelas altas coroas pendentes de folhas das palmeiras, que aqui saem da terra como cogumelos, e que quando nós inabilmente lhes tocávamos, nunca deixavam de fazer cair sobre nossas cabeças e pescoço toda uma carga de pequenas formigas pardo-escuras que nos ferroavam do modo mais desagradável. Estas qualidades que os negros assimilaram, embora não inteiramente, tornam-nos muito hábeis na caça, sobretudo na aproximação da presa. O negro é de constituição robusta e está sempre de bom humor; os mulatos são mais bonitos do que os que se encontram no sul do Brasil, só se diferenciando dos índios pela cor mais escura e os cabelos encarapinhados, tendo, porém, muita semelhança com eles no que concerne à figura (Prússia 2002:236).

Os índios são admirados por seu senso de orientação e agudeza. Neste caso, a caça, uma das práticas mais estimadas pelos viajantes, é também o momento onde há uma outra percepção, despontando um olhar admirado pela habilidade e astúcia mostrada pelos nativos em se mover pelas florestas, assim como o pouco uso do facão, contrastando com a prática de utilização constante por parte do viajante.

É interessante notar também o destaque dado a assimilação destas habilidades pelos negros, que se tornam também caçadores hábeis, principalmente no que tange a aproximação das presas. A esse respeito, Sarraf-Pacheco (2016:48) em diálogo com o etnólogo maranhense, Manoel Nunes Pereira, assinala que

Nesses universos de trabalho, dominação, astúcias e resistências, trocas culturais entre negros e índios em torno de saberes para curar a si mesmo e ao gado, como murrinhas dos bezerros, Nunes Pereira deixou ver “rezas e ervas miraculosas que o índio” revelava ao negro. Compartilharam ainda fumos, bebidas produzidas de mandioca, altamente fermentada, que resguardavam valores, significações sociais e mágico-religiosas (Pereira 1952:175).

Não fica de fora do relato dos viajantes uma descrição das conformações física do índio, talvez até para se alinhar com uma visão estereotipada: o índio de cabelos pretos brilhantes, dentes limados em ponta, esbeltos, bem conformados. Já o negro é de formação robusta e sendo o bom humor uma de suas características marcante. Estas descrições de Príncipe Adalberto da Prússia vão na contramão de uma visão geral detratora das populações locais evidenciada principalmente por homens e mulheres das ciências em suas viagens. Mas aqui reside uma questão a ser dita: apesar de estar mergulhado em seus referenciais culturais, o Príncipe Adalberto não era um homem das ciências de formação, na realidade provinha de uma tradição militar e excursionou pela América do Sul em busca da “aventura” pelo desconhecido, assim, não está de fato tão preocupado com a descrição minuciosa dos nativos para estudo posterior ou preocupado em evidenciar aspectos que confirmem teorias poligenistas ou monogenistas, apesar de ter a aceção de que o europeu é superior aos negros e aos índios.

Mas isso não significa que em outros momentos este autor não tenha divergência de concepções com estes homens, aliás, como mostraremos mais adiante, um dos principais pontos discordantes é sobre a questão dos modos de vida e trabalhos dos habitantes da região marajoara. Assim, novamente notamos que as relações cotidianas reconfiguram o olhar e nos possibilitam visualizar um movimento de contradição nestes relatos dos homens das ciências em suas experiências na zona de contato.

Outro exemplo pode ser visto na narrativa de William Edwards, que na década de 1840, quando por ocasião de problemas de navegação de seu barco, aportou na vila de Ponta de Pedras. Por não haver cais, o viajante desembarcou no mercado da localidade. A narrativa desvela este mercado como um local de encontros, se assim podemos dizer, onde se congregavam todos os “tipos” raciais, que estavam ali para vender e comprar diversos produtos. Assim relata o viajante:

The more fortunate occupants who have sold their wares are variously engaged: some sleeping; others preparing their morning meal; others combing and arranging their luxuriant tresses for even an Indian woman has a little vanity; and others, the most of all, chattering with their neighbours, or screaming in shrill tones to friends on shore. Here are negroes of every shade of colour, from the pure Congo to the almost pure white; some buying, some selling. There stands one, with his basket of coarse cotton-cloth and his yard stick; and close by an old wench is squatted by a pot of yellow soup, the extract of some palm-nut. [...] and now, for the first time, you observe the singularly neat appearance of the women, each dressed in white, and with a flower in her hair and you remember that it is a holiday. Oddly-dressed soldiers mingle among the crowd; inquisitive officials peer about for untaxed produce; sailors, from vessels in the harbor, are constantly landing; gentlemen of the city are down for their morning stroll; beautiful Indian girls flit by, like visions; and scores of boys and girls, in all the freedom of nakedness contend with an equal number of impudent goats, for the privilege of running over you (Edwards 1861:5-6).

Os ocupantes mais afortunados que venderam os seus produtos estão variadamente ocupados: alguns dormindo; outros preparando sua refeição matinal; outros penteando e organizando suas tranças exuberantes, mesmo uma mulher índia tem um pouco de vaidade; e outros, a maioria de todos, conversando com seus vizinhos, ou gritando em tons estridentes aos amigos em terra. Aqui estão os negros de todos os tons de cor, do Congo puro ao branco quase puro; alguns comprando, alguns vendendo. Lá está um, com sua cesta de algodão grosseira e sua vara de jarda; e perto de uma velha rapariga que está de cócoras por uma panela de sopa amarela, o extrato de algumas sementes de palmeira. [...] e agora, pela primeira vez, você observa a singularmente a aparência pura das mulheres, cada uma vestida de branco, e com uma flor no cabelo, e você lembra que é um feriado. Soldados vestidos estranhamente se misturam entre a multidão; oficiais inquisitivos espreitam sobre por produções não taxadas; marinheiros de navios no porto estão constantemente chegando; cavalheiros da cidade estão descendo para seu passeio matinal; belas garotas índias passam como que uma visão; e dezenas de garotos e garotas, em toda a liberdade da nudez, competem com um número igual de cabras impudentes pelo privilégio de lhe atropelar.

Em alguns trabalhos que se propõem a analisar as obras dos viajantes, é dito que há uma naturalização do olhar daqueles estrangeiros que, antes de passarem pela região

marajoara, aportavam em cidades do sudeste e nordeste brasileiro e já estabeleciam contatos com os habitantes destes locais, naturalizando o olhar para a diversidade racial, por isso quando chegavam a Amazônia, já não tinham uma visão impactada com a questão racial. Contudo, o relato acima destacado, de William Edwards, revela um movimento contrário, este viajante partiu de Nova York direto para o Pará, sendo a vila de Ponta de Pedras um dos primeiros locais por ele visitado. Temos então a singular oportunidade de apreender as primeiras impressões deste homem das ciências no território nacional, bem como a possibilidade de confrontar as imagens prévias que já tinha este estrangeiro com aquelas que se desdobravam no momento da chegada.

É possível ver novamente visões estereotipadas reveladas nos “tipos” raciais, o que pode ser traduzido em uma orientação poligenista do autor. Merece destaque dentre estes “tipos” os negros “puros” e suas varias mestiçagens, que aparecem no relato como o do “Congo puro ao branco quase puro”. Como já destacamos antes, neste momento tinha-se a ideia de que existiam as raças “puras”, que na realidade eram representadas a partir de visões estereotipadas que maldiziam as misturas étnico-raciais.

Ainda neste quadro, é curioso notar a ideia formada previamente sobre as mulheres índias no que tange sua vaidade, pois o autor relata que “mesmo uma mulher índia tem um pouco de vaidade”, como que já se esperasse uma postura diferente delas, desqualificando-as em detrimento das mulheres brancas.

Na realidade, como Bertol (1996) já bem sinalizou, os índios, mas aqui podemos também ampliar para outros habitantes locais, ocupavam o polo oposto da civilização, sendo taxados, então, de bárbaros. Grande parte desta visão provém da própria condição destas populações, que tinham seus modos de vida e trabalho baseados em alicerces diferentes daquele do modo de vida europeu. Então, este diferente será inferiorizado em relação ao civilizado europeu.

É possível visualizar isto através de determinadas chaves nos relatos, como por exemplo, o caso do uso de poucas roupas pelos habitantes locais ou mesmo a própria nudez, que era vista como resultado da simplicidade dos habitantes locais ou mesmo provindo em decorrência do calor. Já o viajante não abria mão de se vestir com mais de uma camisa de manga longa, sapatos, calças compridas, enfim, alinhado com uma prática europeia de vestimenta, mesmo estando em uma região de altas temperaturas.

Outro exemplo pode ser dado no fato de estes viajantes manterem o hábito de tomar o chá ou o café da tarde, mesmo viajando em pequenas canoas quando excursionavam pelos igarapés, estes viajantes não hesitavam em parar no meio do percurso para o hábito

“civilizado” de tomar chá ou café. Wallace, por exemplo, por ocasião de uma viagem de canoa até um ponto de caçada, relata: “Paramos, para almoçar, em um bonito lugar, debaixo de uma linda árvore, onde saboreei uma xícara de café com biscoitos, enquanto os homens se fartavam de peixe e farinha.” (Wallace 2004:134).

Contudo, não podemos logicamente generalizar estas práticas, pois em outros momentos estes mesmo homens e mulheres das ciências irão tomar das técnicas cotidianas dos habitantes locais, como forma de facilitar seu trabalho ou mesmo torná-lo viável.

É interessante visualizar ainda nos relatos de Edwards, as admirações reveladas pelo autor em determinados aspectos como as tranças das índias, a aparência das mulheres e das garotas, são usados adjetivos como exuberante, pura e bela para descrevê-las.

Vale ainda notar o compartilhamento do espaço do mercado por negros, índios, mestiços, brancos, afroindígenas que se encontram e se relacionam. Na realidade, a região marajoara se mostra como uma grande território de contatos históricos, onde diversos grupos intercambiavam saberes, fazeres e práticas cotidianas. Assim, ultrapassando visões que colocam os grupos em total oposição (Sarraff-Pacheco 2011), é interessante avaliar as relações estabelecidas por eles.

Estas trocas se arrolavam nos mais diversos campos e eram visíveis até mesmo nos câmbios ensejados nos corpos de estrangeiros. William Edwards, por exemplo, narra um destes quadros de trocas durante sua passagem por Breves, onde o autor é surpreendido pelo hábito de garotos portugueses afiarem os dentes ao estilo dos indígenas. Assim narra:

We were struck, at Braves, by the appearance of some Portuguese boys, whose teeth had been sharpened in the Indian manner. The custom is quite fashionable among that class who come over seeking their fortunes, they evidently considering it as a sort of naturalization. The blade of a knife or razor is laid across the edge of the tooth, and by a slight blow and dexterous turn a piece is chipped off on either side. All the front teeth, above and below, are thus served ; and they give a person a very odd, and, to a stranger, a very disagreeable appearance. For some days after the operation is performed the patient is unable to eat or drink without severe pain ; but soon the teeth lose their sensitiveness, and then seem to decay no faster than the others (Edwards1861:89).

Fomos surpreendidos, em Breves, pela aparência de alguns meninos portugueses, cujos dentes haviam sido afiados a maneira dos índios. O costume esta muito na moda entre aquela classe que vem buscando suas fortunas, eles evidentemente o consideram como uma espécie de naturalização. A lâmina de uma faca ou navalha é colocada sobre a beira do dente, e por um leve golpe e uma girada/jeito sagaz um pedaço é lascado em ambos os lados. Todos os dentes da frente, de cima e de baixo, são assim, favorecidos; e eles dão a pessoa uma feição muito estranha, e, para um estranho, uma aparência muito desagradável. Por alguns dias após a realização da operação o paciente fica incapaz de comer ou beber sem dor; mas depois os dentes perdem sua sensibilidade, e, em seguida, parece apodrecer não mais rápido do que os outros.

As famílias estrangeiras, ao irem para a região marajoara em busca das fortunas que a borracha proporcionava, não ficavam alheias aos costumes locais. Os europeus, principalmente portugueses, assim como moldavam os modos de vida dos habitantes das vilas, também eram moldados, “naturalizam-se” como diz Edwards. O viajante estrangeiro por estar apenas de passagem, ainda mantém, em um primeiro momento, sua posição como um agente externo frente aos costumes locais, vendo naquele ato uma forma estranha e desagradável.

Anderson Lyrio *et al.* (2011), argumenta que a “modificação intencional” dos dentes é um marcador étnico de vários grupos ao redor do mundo, principalmente os de países africanos como Africa do Sul, Angola, Nigéria, Kenia, Moçambique, Somália, Sudão, Tanzânia e Uganda. Com o tráfico de escravos para a América, este traço cultural se dispersou, pelo menos na América do Norte, por falta tanto dos vínculos com o contexto africano, como também por evitação voluntária, pois a prática identificaria sua origem étnica, aumentando o risco de segregação. No Brasil, contudo, ocorre o processo inverso, sendo incorporada por populações locais em seu cotidiano a modificação dentária. “Trata-se de uma prática cultural realizada com intenções iniciatórias, estéticas, religiosas e outras, mas não com a intenção de “mutilar”” (Lyrio *et al.* 2010:316). Podemos entender o afilar dos dentes como um fenômeno típico da zona de contato, uma troca entre africanos, índios e europeus agenciadas na região marajoara.

Ainda dentro deste cenário de trocas culturais, percebemos que determinados grupos da região (re)criam táticas diárias como forma de (re)afirmar modos de vida que foram privados. Wallace, em viagem à ilha Mexiana, revela o hábito dos negros de se reunirem para cantar ao final do dia. O viajante relata que “Os feitos dos ‘brancos’ muitas vezes constituem considerável parte de tais descantes” (Wallace 2004:131). Sarraf-Pacheco, em análise sobre a presença negra na região marajoara, argumenta que “destituídas do direito à convivência familiar e cultural recriaram no “rastros/resíduo” de suas memórias sonoras e sensíveis uma nova cultura material e imaterial, revelada em linguagens históricas que interagiram com os modos de vida indígena” (Sarraf-Pacheco 2011:7). Os feitos diários revelados em um destes versos, rimas e sonoridades revela a história de um garoto que morava na ilha e foi com seus pais para ser batizado na igreja da vila de Chaves, mas regressou sem ter recebido o sacramento, pois o padre estava doente, então, ao cair da noite e acompanhados por uma “rude viola de três ou quatro cordas”, foi cantado:

Sobre cada fato, entoam um verso, que é várias vezes repetido.
 Assim, um deles repentinamente prorrompia:
 “O padre estava doente, e não podia vir.”
 “O padre estava doente, e não podia vir.”
 O coro então repetia:
 “O padre estava doente e não podia vir.”
 “O padre estava doente e não podia vir.”
 Daí, durante algum tempo, só a música é que continuava, sem as vozes, dando tempo assim para que encontrassem outro fato e ficassem sobre o mesmo mais um verso.
 Afinal, lá um deles continuou o assunto:
 “Ele disse para voltarmos no dia seguinte,
 “Para vermos se ele estava melhor.”
 E daí o coro:
 “Ele disse para voltarmos ao dia seguinte,
 “Para vermos se ele estava melhor” (Wallace 2004:132-133).

Os habitantes locais da região marajoara eram em sua maioria de tradições orais, onde os modos de vida, histórias e cosmologias, eram repassados oralmente sob diversas formas, dentre os quais os cantos. Cléria Botelho da Costa, nesta direção, pontua que

[...] a narrativa corresponde à substância viva que sustenta, alicerça a vida em sociedade. Narrar é repassar, como na brincadeira do anel, as lembranças, os usos, os costumes, as tradições enfim a cultura de um determinado grupo ou sociedade para as novas gerações. É possibilitar o conhecimento do passado e do presente e com eles estabelecer laços de afetividade, uma vez que é difícil amar o que não se conhece, é construir uma outra história, diferente da história oficial, celebrativa, contínua e que desafetiva os acontecimentos. Contar histórias é, no sentido bakhtiniano, um discurso dialógico que encerra múltiplas vozes e pleno de significações (Costa 2014:4).

Pululam dos textos vários exemplos como este de Wallace, mas não somente sobre os negros, também de índios que comungavam da mesma prática, revelando intercâmbios de saberes entre estes grupos. Sarraf-Pacheco (2011:14), caminhando para este sentido, argumenta que “Nesse mundo de diferenças étnicas e comportamentais, trocas de saberes e demonstrações de táticas de resistências foram fortemente compartilhadas”. O poder da tradição oral no universo de índios e negros, deixa ver o uso do corpo e da voz não apenas como canais de comunicação e compartilhamento de saberes, mas a revelação de cosmovisões em linguagens de seus universos culturais constituintes de todo um modo de vida e de luta pela existência (Antonacci 2015).

Um dos mais emblemáticos é o caso de Gaviono, o índio que era comandante da embarcação que levava o diplomata norte americano John Warren até a fazenda Juncal. Nas palavras do viajante “He was both a skilful musician and an inveterate storyteller”, “*Ele era ambos um músico habilidoso e um contador de histórias inveterado*”. Gaviono catava varias melodias ao longo do dia e entretinha os viajantes, as músicas versavam sobre histórias vividas e se revestiam de ares melancólicos, sendo acompanhadas pela melodia de uma viola

“rudemente construída”, similar àquela dos negros da ilha Mexiana. Warren ainda considera que “His voice was powerful and of surpassing richness, but wholly unfettered by the rules of singing art”, “*Sua voz era poderosa e de uma ótima riqueza, mas inteiramente não tolhida pelas regras da arte de cantar*”. O viajante preocupa-se com a melodia, com as regras musicais, notas corretas, sendo perceptível a tentativa enquadrar as composições afro-marajoaras alicerçadas em aspectos da vida cotidiana regional em um modelo ocidental.

Quase sempre estas visões se transformam em atos e gestos carregados de uma forte agressão etnocêntrica para com as cosmologias das populações locais. Dentro deste, a superstição se mostra como um dos focos de maior ataque. O próprio John Warren relata, em passagem pela ilha Mexiana, que havia um teso no local que era respeitado com grande supersticiosidade pelos nativos, mas o quadro que se desenvolve depois demonstra a brutalidade com que impunham os europeus suas ideologias sobre o mundo nativo:

For many years an inexplicable mystery hung over this place, and various wild conjectures were entertained respecting its origin. By the natives it was regarded with superstitious reverence, and they had strange scruples against having it disturbed.

Mr. Graham, however, determined at all hazards to satisfy his own curiosity regarding it. Having hired several blacks, he proceeded to the place, and commenced operations; digging vigorously for some time, their efforts were at length rewarded by finding at a depth of about twelve feet, a number of earthenware cups, and other utensils. Resuming their work, they afterwards discovered several immense jars of earthenware, which, on being opened, were found to contain a quantity of dust resembling ashes ; musty bones, the remains of bows and arrows, and trinkets of various descriptions. These were all carefully treasured up by their fortunate discoverer, and sent by him to England as sacred mementoes of an Indian race that had once lived and flourished, but which has long since passed away and been forgotten! (Warren 1851:112-113).

Por muitos anos um inexplicável mistério pairava sobre este lugar, e várias conjecturas selvagens eram entretidas respeitando sua origem. Pelos nativos ela era vista com reverência supersticiosa, e eles tinham estranhos escrúpulos contra tê-la perturbado.

Sr. Graham, entretanto, determinado em todos os perigos para satisfazer sua própria curiosidade sobre ela. Tendo contratado vários negros, ele procedeu para o local, e começou operações; cavando vigorosamente por algum tempo, seus esforços foram demoradamente recompensados pelo encontro a uma profundidade de cerca de doze pés, um número de copos de barro, e outros utensílios. Resumindo o trabalho deles, eles depois descobriram muitos jarros imensos de barro, que, ao serem abertos, foram encontrados para conter uma quantidade de cinzas parecida com poeira; ossos mofados, os restos de arcos e flechas, e bugigangas de várias descrições. Estes foram todos cuidadosamente entesourados/guardados por seu descobridor de sorte, e enviado por ele a Inglaterra como lembranças sagradas de raça de Índios que tinha uma vez vivido e prosperado, mas que a muito tempo passou e foi esquecida!

O Sr. Graham, também um europeu, investe sua curiosidade sobre a cosmologia nativa, como para mostrar que a superstição dos locais não passava de mera fantasia, fantasia como aquela dos primeiros cronistas que vieram para a América e relataram uma terra

baseada no fantástico, mas agora isto é coisa do passado, a superstição dos negros e índios está ultrapassada, a ciência, o conhecimento racional deve imperar sobre meras “superstições”. Este *epistemicídio*²⁰ promulgado pelo administrador da fazenda na ilha Mexiana é coroado com o envio dos achados para as coleções de grandes museus europeus, que comunicam com o olhar do diferente, do exótico, do estranho.

Na realidade, a narrativa de quase 100 folhas sobre a experiência de viagem de John Warren na região marajoara é repleta de exemplos como estes, merecendo destaque o comentário feito sobre os nativos de Juncal:

The natives at Juncal were egregiously superstitious, and firmly believed in the existence of ghosts, hobgoblins, evil spirits, and all the varieties of supernatural apparitions. Their legends and stories were of the wildest character, and at night, during the fine starlight evenings, they were accustomed to entertain us with their narration.

They told us of beauteous shades, who wandered by midnight through the groves of the island, and whose melodious voices, sweeter than the notes of the nightingale, were frequently heard emanating from the darkness of the clustering foliage. They spoke also of spirits, whose phantom canoes were often seen gliding by night down the rippling streamlet (Warren 1851:143).

Os nativos em Juncal eram odiosamente supersticiosos, e acreditavam firmemente na existência de fantasmas, hobgoblins/troll/trasgo, espíritos maus, e todas as variedades de aparições sobrenaturais. Suas lendas e estórias eram do caráter mais selvagem, e a noite, durante as belas tardezinhos á luz das estrelas, eles eram acostumados a nos entreter com suas narrações.

Eles nos falaram de belas sobras, que vagavam a meia noite através dos bosques da ilha, e da qual a voz melodiosa, mais doce que as notas do rouxinol, eram frequentemente ouvidas emanado da escuridão da folhagem aglomerada. Eles também falavam de espíritos, cujas canoas fantasmas eram com frequência vistos a noite deslizando o ondulado riacho a baixo.

Manifesta-se novamente a prática de se reunir à noite para contar histórias, podendo ser entendida enquanto um momento de sociabilidade, de compartilhar crenças, saberes e fazeres. É um momento de recontar as experiências vividas fertilizadas pela imaginação (Costa 2014). Os viajantes se incomodam com estes fatos, com as histórias fantásticas de trolls, espíritos, sombras, em exemplar revelação das dificuldades de mudar aqueles complexos modos de vida.

É curioso notar, no entanto, que se por um lado estes viajantes se mostram como os grandes cientistas portadores da racionalidade, representantes da ciência, por outro, também reproduziam referenciais fantásticos em suas falas, contradizendo suas críticas aos nativos.

²⁰ Para Boaventura de Sousa Santos, “o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos”. [...] Esse processo “ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista [...]” (Santos 1996: 328).

Stuart Hall (2016a) aponta que o conhecimento comum que originou o discurso do ocidente, aqui representado pelo viajante, e o resto, ou seja, todos aqueles excluídos e marginalizados do ocidente, se deu a partir de três fontes principais: o conhecimento clássico, que era quem mais cedia informações sobre outros mundos a partir de filósofos como Aristóteles e Erastóstenes; as fontes religiosas, ou seja a Bíblia; a Mitologia, e aqui não somente a mitologia clássica, mas também todos aqueles discursos sobre o *Eldorado* e as Amazonas; e por fim as narrativas dos viajantes, que de fato, em nossa opinião, emergiam atravessadas por expressões de todas as outras fontes. Apesar da quebra no pensamento no passar do século XVII para o XVIII, onde deveria se (re)descobrir o mundo, desmistifica-lo, conta-lo sobre os olhos das ciências, percebemos que os referenciais anteriores, principalmente as fontes mitológicas, não foram totalmente abandonados. Em alguns momentos figuram nos textos “científicos” dos viajantes como um resquício daqueles primeiros momentos.

Para exemplificar o que estamos dizendo podemos tomar a própria narrativa de John Warren, que em expedição pelos rios próximos da fazenda Cajueiro, percebe a presença de vários jacarés e comenta: “[...] we observed a prodigious aligátor, nearly twety feet in length, with his enormous *gorgon-like* head entirely out of the water” (Warren 1851:180 – destaque nosso), “[...] observamos um jacaré prodigioso, com cerca de vinte pés de comprimento, com sua enorme cabeça como a de gorgon totalmente fora da água”. Górgon é um ser da mitologia grega representado por um monstro com grandes presas.

Herbert Smith é outro exemplo que também usa de referenciais da mitologia grega em seu texto. Passando pela baía do Marajó, o viajante comenta sobre o amanhecer:

The wind blows briskly over the wide reaches, swaying our hammocks under the arched roof of the upper deck; we roll our blankets closer around us, and let who will retreat to the stifling state-rooms. But if Boreas cannot unwrap us, Phoebus brings us out quickly enough; we jump up with the sun shining In our eyes [...] (Smith 1879:79).

O vento sopra bruscamente sobre amplo alcance, balançando nossas redes sobre o teto arqueado do andar superior; nós enrolamos nossos cobertores mais próximo de nós, e deixar quem irá se retirar para os sufocantes salão-estado. Mas se Boreas não pode nos desembrulhar, Phoebus nós traz para fora rapidamente suficiente; nós pulamos com o brilho do sol nos nossos olhos [...].

Ora, Boreas era o Deus grego que trazia os ventos do norte e Phoebus era o Deus romano que personificava a luz. Enfim, há uma contradição destes homens das letras, que hora se posicionam como críticos a qualquer tipo de superstição, e hora se usam de referenciais fantásticos para descreverem suas experiências de viagem.

É importante dizer que, apesar de toda a agressão por parte dos europeus quanto aos modos de vida, cosmologias, tradições e superstições dos habitantes locais, é possível também perceber uma apropriação de determinadas ferramentas do mundo letrado pelos nativos. Tomaremos mais uma vez a narrativa de John Warren, que durante sua passagem por Juncal, vê duas das meninas que habitavam o local caírem doentes, então relatam:

Some of the natives were preparing a superstitious decoction of grated bones, deer's horns, and other strange ingredients, when we interfered, and besought the privilege of administering to the fever-smitten damsel ourselves. Our request was immediately granted, and forthwith Teresa became our patient. "What medicines we gave her, or in what manner we treated her complaint, we will not fatigue the reader by relating. In the space of a week Teresa was so far recovered that she was able to walk out and enjoy the sweet breezes which blew freshly over the island at both morning; and evening.

After this astonishing cure, as may be supposed, ourselves and medicines were in great repute. We had risen at least fifty per cent, in the opinion of the natives, who seemed to regard us somewhat in the light of a couple of necromancers or magicians. Our pills and other panaceas were sought after with such eagerness that our supply was soon exhausted. When this fact was made known, the decrease in the number of invalids was strikingly manifest (Warren 1851:152).

Alguns dos nativos estavam preparando uma decocção de ossos ralados, chifres de veados, e outros ingredientes estranhos, quando nós interferimos, e suplicamos o privilégio de administração da donzela abatida com febre nós mesmos. Nosso pedido foi imediatamente concedido, e sem demora Teresa se tornou nossa paciente. "Que medicamentos nós demos a ela, ou que maneira nós tratamos sua queixa, nós não iremos fatigar o leitor relatando. No espaço de uma semana Teresa estava muito mais recuperada que ela era capaz de sair e aproveitar a doce brisa que soprava frescamente sobre a ilha tanto de manhã como a tarde.

Depois desta cura surpreendente, como pode ser suposto, nós mesmos e os medicamentos estávamos em grande reputação. Nós crescemos pelo menos cinquenta por cento, na opinião dos nativos, que pareciam nos ver um pouco a luz de uma dupla de necromantes ou mágicos. Nossas pílulas e outras panaceias foram solicitadas depois com tal ânsia que nossos estoques foram logo esgotados. Quando este fato foi dado a conhecer, a diminuição do número de doentes foi notavelmente manifesto.

Enfim, o que buscamos evidenciar, é que as gentes marajoaras não foram, de modo algum, passivos às agressões sofridas frente às imposições de uma cultura externa. Táticas e artimanhas foram formuladas no seio dessas zonas de contato, revelando sutis resistências agenciadas em trocas de cosmologias e saberes cotidianos.

Neste capítulo, procuramos mostrar que ideias principalmente poligenistas foram utilizadas para explicar a diferença. Frente o "Outro", os viajantes revelam aspectos de sua própria autoimagem de superioridade em contraposição aos habitantes locais. Stuart Hall comenta que a Europa

[...] usou suas próprias categorias culturais, idiomas, imagens e ideias para descrever e representar o Novo Mundo. Ela tentou inserir o Novo Mundo em abordagens conceituais já existentes, classificando-o de acordo com suas próprias normas e o incorporando a tradições ocidentais de representação. Isso não é novidade:

frequentemente partimos do que já conhecemos para explicar e descrever o novo (Hall 2016a:335).

Por esse enredo, as representações forjadas sobre as populações locais e suas cosmologias foram criticadas por serem taxadas de supersticiosas, mas evidenciaram um quadro também contraditório, onde os mesmos que criticavam, usavam de referenciais similares, desvelando um descompasso entre ver, viver e escrever.

CAPÍTULO 6

6.1. Práticas de Trabalho

Em seus trânsitos pelo Marajó das Florestas e pelo Marajó dos Campos, os viajantes enfocavam uma grande gama de temáticas, buscando dar conta de um amplo panorama sobre a realidade visitada. Uma das grandes temáticas enfocadas nos livros diz respeito a questão mercantil, ou seja, o viajante buscava expor as potencialidades econômicas que a terra visitada poderia oferecer, as possibilidades de exploração de produtos naturais e mesmo um possível mercado consumidor.

Leite (1996:61) reconhece que as viagens são fruto de uma conjunção de interesses, dentre os quais figuram os dos Estados Nacionais e dos comerciantes locais e estrangeiros que se usavam dos relatos dos viajantes como orientação para a exploração de recursos e a introdução de novas mercadorias que tomavam como base os usos e costumes das populações locais narradas pelos homens das letras.

Desde os primeiros momentos da chegada do europeu na América, o olhar mercantilista foi uma das orientações. Tzvetan Todorov (2003:9) mostra que já na viagem de Colombo, por exemplo, a busca por riquezas como o ouro guiava os olhares e caminhos dos europeus, sendo inclusive imaginadas cidades inteiras construídas de ouro, como o *El Dorado*. Para Pizarro (2012:79) esse mito “é a concretização do desejo de enriquecimento do europeu na América”.

Estas imagens da Amazônia como a terra de projeção e enriquecimento vão sofrer mutações ao longo do tempo, referenciais antes mitológicos e imaginativos irão ceder lugar no século XIX a visões científicas que prezam por relatos das possibilidades visíveis de exploração por um mercado capitalista crescente.

O que propomos analisar aqui é justamente este olhar dos viajantes, que mergulhados em visões ocidentais de modos de vida e trabalho, irão lançar mão de críticas às populações locais da região marajoara por estarem à margem de um modelo de exploração ocidental capitalista dos recursos oferecidos pela natureza.

É importante dizer que no século XIX a região marajoara passou por transformações nas suas bases econômicas. Em um primeiro momento os principais produtos explorados nas regiões do Marajó das Florestas eram especiarias coletadas nas matas da região e arredores. Hercules Florence, um dos colaboradores da expedição russa chefiada pelo Barão de Langsdorff, escreveu um esboço da viagem que empreendeu junto com o barão e que foi publicado pelo Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil. A expedição pelo

território nacional foi entre os anos de 1825 e 1829, tendo passado pela região marajoara no ano de 1828. Por ocasião da parada na vila de Gurupá, que era o entreposto fiscal daquelas paragens, copiou os principais produtos que ali foram produzidos no ano de 1827:

Barras de ouro: 30 no valor de 3:125\$220; cacá: 190.452 arrobas; salsaparrilha: 5.744 arrobas; cravos (especiaria): 5.646 arrobas; breu: 260 arrobas; óleo de copahyba 167 potes; óleo de copahyba: 18 barris; guaraná: 89 arrobas; urucú: 6 arrobas; castanhas doces: 1.953 sacos; fumo: 7.380 arrobas; café: 5.725 arrobas; algodão: 126 arrobas; estopa do paiz: 317 arrobas; amarras de piaçaba: 252 arrobas; piaçaba em rama: 615 arrobas; piaçaba em molhos: 357 arrobas; piaçaba em cordas: 4.328 pollegadas; arroz: 314 alqueires; feijão: 43 alqueires; ferinha de mandioca: 1.256 alqueires; carne seca: 4.271 arrobas; cebo: 215 arrobas; chifres: 730 arrobas; couros: 1.612 arrobas; pirarucu secco: 48.718 arrobas; manteiga de tartaruga: 7.896 potes; mixira: 230 potes; rêdes: 30; taboas de itauba: 182; taboas de cedro: 24 (Florence 1876:175-176).

O autor ainda completa questionando a falta da borracha nesta tabela e argumenta que, naquele mesmo ano, foram exportadas 10.000 arrobas. Como fica evidente, existia uma grande variedade de produtos sendo explorados e comercializados na região. Só nesta tabela são apresentados pelo menos trinta produtos, sendo a borracha - que mais tarde ganharia protagonismo - apenas mais um destes, atingindo naquele ano um valor quantitativo de produção quase vinte vezes menor do que o do cacau. Fica evidente então que o extrativismo de diversos produtos florestais era a base principal econômica na região de florestas.

Já na parte do Marajó dos Campos havia a predominância da criação do gado, que fornecia quase em sua totalidade o abastecimento de carne da capital da Província. Mais além, ainda matinha, ao lado do comércio nacional, um vivo comércio internacional de carne com países vizinhos como a Guiana e Guiana Francesa. William Scully (1866) lembra o protagonismo dos senhores James e Ambrose Campbell, os maiores donos de terra da Província e possuidores de um quarto de todo o Arquipélago. “These gentlemen are zealous in the improvement and cultivation of their immense property, and derive great profits from the lucrative trade in which they are engaged, furnishing the beef market of Para, and even shipping cattle to Cayenne and Demerara” (Scully 1866:274), “*Estes senhores são zelosos no progresso e cultivo de sua imensa propriedade, e derivam grandes lucros a partir do lucrativo comércio em que eles estão envolvidos, fornecendo o mercado de carne do Pará, e até mesmo transportando gado para Cayenne e Demerara*”.

Baena (2004) apresenta números totais de reses nas fazendas da região marajoara na primeira década do século XIX:

No triênio volvido de 1756 a 1759 a produção da vacaria rendeu ao dízimo no ato da ferra o número de 7.416 reses; no decorrido de 1801 a 1803 a mesma operação

distintiva compreendeu 9.499 reses; no de 1807 a 1809 teve o número de 15.830 reses; e no de 1825 a 1827 o de 9.935 (Baena 2004:274).

Como fica evidente, nos primeiros anos do século XIX a indústria pecuária vivenciou uma crescente constante nos números de reses nas fazendas, chegando a ter mais de quinze mil cabeças de gado em seu momento mais alto. Por outro lado, o excerto de Baena também permite visualizar que entre os anos de 1825 e 1827 houve um decréscimo no mesmo número, caindo para 9.935 reses, uma diminuição de mais de 30%. Ferreira Penna (1971:73) vai mais além e mostra que desde a introdução do gado na região marajoara, o número de cabeças já havia chegado a incríveis somas de 500.000 reses, mas esta quantidade caiu quase pela metade na década de 1870. Toda esta redução foi encabeçada por diversos fatores que serão apresentados mais adiante.

Assim como no Marajó dos Campos, no Marajós das florestas também não foi diferente, pois aconteceu um decréscimo do extrativismo dos diversos produtos. Neste segundo a redução se deu em contrapartida à emergência da indústria da borracha. Como mostra Weinstein (1993:23), na Amazônia a produção da borracha passou, em 1830, de 156.060 kg para 2.673.000 kg em 1860, ou seja, em um período de 30 anos a produção da borracha atingiu patamares nunca antes vistos. Em trabalhos anteriores (Araújo e Sarraf-Pacheco 2013; 2014), mostramos que este aumento se deu por diversos fatores, dentre os quais se destaca um novo modelo de utilização da borracha para fins industriais, principalmente após o desenvolvimento do método da vulcanização por Charles Goodyear, na década de 1840.

Assim, ao longo do século XIX a região amazônica vê a borracha assumir protagonismo no cenário econômico, enquanto que a pecuária, já no caso específico da região marajoara, vivia dias de decadência. É neste quadro geral de altos e baixos que os viajantes irão excursionar pelo instigante Marajó, destacando nos seus relatos as potencialidades da região, enfocando ainda os trabalhos a que se dedicavam os habitantes locais, buscando dar um panorama de um estado econômico decadente aos olhos europeus e que necessitava da intervenção de uma “cultura” racional que melhor aproveitasse os recursos oferecidos.

Notamos que as visões detratoras que emergem nos relatos de viagem são conformadas a partir de embates de percepções sobre modos de vida, trabalhos e propriedade privada. Para o europeu o homem precisava se fixar a um pedaço privado de terra e “cultivá-lo” de forma a ampliar suas potencialidades econômicas, sendo a agricultura o modelo perfeito de aplicação desta perspectiva. Barreiro (2002:17) aponta que esta concepção emerge progressivamente na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Em suas palavras “será nesse

período que a ação da chamada ‘acumulação primitiva’ configurar-se-á como um processo criador do capital, mediante os artifícios da pressão econômica e monopólio [...]”.

No lado oposto a esta visão, existiam as populações locais que viviam, em grande parte, do extrativismo de produtos florestais e exploravam grandes áreas sem necessariamente se estabelecer sedentariamente naquele território. As delimitações geográficas em que operavam estas populações eram moventes e temporais, sendo produto do desejo e da necessidade de sobrevivências de cada um (Silva, 2013). Muitas vezes estes desejos estavam ligados às sazonalidades dos ciclos e estações do ano. Costa (2012:226) aponta, por exemplo, que:

[...] o inverno amazônico, período das grandes chuvas e das enchentes, é o período de escassez. A pesca é rara, a caça e a coleta de frutos na floresta – muitas vezes, inundada – tornam-se mais difíceis. Nessa Época, nada se colhe nas roças. Ao contrário, no verão quando as águas baixam, as chuvas são menos intensas ou até mesmo se interrompem por algum tempo.

Os embates de percepções ficam marcados nos relatos dos viajantes, quando narram com aversam o modelo extrativista de exploração dos recursos florestais adotado pelas populações marajoaras, já que em suas interpretações é maléfico ao desenvolvimento da civilização. “Nesse sentido, a contradição do processo civilizatório manifesta-se quando considerado em relação à natureza” (Lisboa 1995:85), pois se mostrava rica e com grande potencial de exploração. Assim, temos um quadro desenhado nos relatos que aponta a natureza como abundante em recursos, mas sob a “jurisdição” errada. Deste ângulo, o que se percebe é que os encontros entre as visões de mundo vão ser marcados não pelo consenso, mais um constante embate, uma frequente luta e criação.

Um destes choques de percepção é exposto por Spix e Martius nas primeiras décadas do século XIX, quando da passagem pela vila de Breves analisam as noções de propriedade e trabalho que definem e diferenciam o índio e o negro:

Quando o normando do extremo norte europeu não tranca sua cabana, porque confia na lealdade do vizinho mais do que em fechaduras e ferrolhos, o colono de raça indígena, em Marajó, deixa a sua choça aberta, porque não possui coisa alguma de valor e mesmo sem curiosidade espera tampouco segredos do vizinho. Quão diversa é, nesse sentido, a mentalidade do negro! Este fecha cuidadosamente a sua morada; apreciando a comodidade do lar, reconhece também o valor de suas posses, e é com isso estimulado à atividade e ao ganho. Com tal índole da gente de Breves, de balde se procurariam plantações extensas e outras provas de diligência. De fato, o café, aqui, dá admiravelmente, mas encontramos já totalmente desleixados os cafezais plantados pelos jesuítas de Melgaço, paróquia de Breves; em geral, pareciam os habitantes viver em absoluta despreocupação de um dia para o outro. Um peixe qualquer, que o marido traz para casa, umas frutas do mato ou raízes, que a mulher colhe, além da farinha seca, ou mexida com água (*tiqvara*) e umas bananas do quintal maltratado, constituem a alimentação usual; quando muito, cuidam de conservar num cercado, para os dias de penúria, algumas tartarugas (Spix e Martius 1981:77).

A narrativa desvela um olhar que busca avaliar características específicas de um quadro de uma diversidade de formas de vida, aos olhos destes europeus, indolente e marginal quanto aos modos de vida ocidental, civilizado e capitalista. Na realidade, o que se observa é uma crítica a não acumulação de bens, a noção de propriedade privada e de trabalho regulado destas populações locais. Barreiro argumenta que “o discurso e a prática liberal de consolidar e universalizar os pressupostos da propriedade e do trabalho racionalizado estavam em plena vigência em todo o mundo, desde a transição do sistema feudal para o sistema capitalista” (Barreiro 2003:224). O viajante, então, guiado por condutas capitalistas de acumulação de bens, de propriedade privada e de trabalho regulado pelo tempo do relógio, em oposição a um modo de vida dos locais que era guiado muito mais pelo tempo natural, aliado a uma noção líquida de propriedade privada, toma uma chave de interpretação detratora de fatos como o ato do índio deixar a porta aberta, o estado dos cafezais de Melgaço e mesmo os seus modos de alimentação, vistos como marcadores de um estado de pobreza, de desleixo, preguiça e despreocupação.

Tudo isso contrasta com a “mentalidade do negro”, que como atestam Spix e Martius, tinha o cuidado de fechar a sua casa e prezava pelo seu conforto privado. É interessante notar que na visão dos viajantes um fato leva ao outro, pois ao ter uma noção de propriedade que preza pelo cuidado e zelo com a moradia, também expressa um reconhecimento ao valor das posses, sendo estimulado com isso ao trabalho regular e à acumulação de capital. Neste quadro, o índio representa o polo oposto de uma civilização capitalista. Índios e negros mesmo trocando entre si afetividades, saberes e táticas de luta pela liberdade (Sarraf-Pacheco 2012), distinguiam-se quanto à relação com os bens materiais.

Na parte final do excerto, os viajantes revelam uma busca diária dos índios por alimentos, através da caça, pesca ou coleta de frutas e raízes nas florestas. A natureza abundante da região possibilita, no olhar dos homens e mulheres das ciências, uma certa facilidade na obtenção da subsistência, com isso, colabora com a indolência e preguiça dos habitantes locais. Esta ideia fica evidente com William Scully, que em passagem pela região de florestas do arquipélago, relatou que “until lately, the scantiness of the population and this overflowing abundance of its spontaneous resources, prevented the development of its agriculture, by the indolence, which the ease of procuring their livelihood induced among the peasantry” (Scully 1866:273), “até recentemente, a escassez da população e esta abundância de seus recursos, preveniu o desenvolvimento de sua agricultura, pela indolência, que a facilidade de obter seu sustento induzida entre os camponeses”.

Esta “vida cômoda”, vista como preguiça, revela a posição exterior que ocupavam os habitantes locais de um sistema de trabalho e um modo de vida ocidental. Príncipe Adalberto da Prússia, em passagem por Breves, narra:

Aliás, essa boa gente sabe tornar a vida cômoda, o que não se pode deduzir só da falta de plantações, de que quase não se vê nenhuma nas cercanias, como ressalta também de passarem a maior parte do dia nas suas redes de algodão, ou de malhas de fibra, semelhantes às de dormir dos puris, e às que nós mesmos, trazemos conosco (Prússia 2002:231).

O viajante, com seu olhar civilizador, buscava avaliar e inserir a realidade local em um sistema ocidental de trabalho. Ao verem os habitantes de Breves deitados em suas redes, notarem a falta de plantações e a facilidade com que se obtinha o sustento, vai fazer com que o choque de percepções seja traduzido em olhares críticos. Aliás, falando especificamente da rede, Barreiro (2002:54) argumenta que ela “aparece sistematicamente nas representações construídas pelos viajantes estrangeiros como um símbolo do tempo-ócio”.

Avé-Lallemant busca formatar um quadro geral do ócio das famílias na Amazônia:

O homem deitado na rede, na casa aberta, baloiça-se, enquanto a mulher e pelo menos meia dúzia de filhos nus, sentados no chão, o queixo apoiado nos joelhos levantados, contemplam, indiferentes e apáticos, o vapor que passa. Diante da porta, uma pequena canoa meio enterrada na lama com seus remos de pás em forma de prato; um cachorro e um papagaio constituem os agregados da casa. Quando alguém se dispõe a fazer algum trabalho, é sempre a mulher; o homem dificilmente faz alguma coisa; o trabalho está abaixo de sua dignidade e só é próprio das mulheres (Lallemant 1980:65).

O autor ainda continua dando um exemplo do que estava dizendo, relatando uma famosa senhora índia, a Dona Maria, que morava nas margens do canal Tajapurú:

Essa mulher faz, viajando sozinha numa canoa, um grande negócio com artigos que recebe do Pará. Rema só, por todos os pequenos igarapés, para vender seus artigos ou troca-los, e deve ter juntado assim uma fortuna. Para maior segurança, leva sempre consigo uma espingarda carregada e um grande facão; conserva-os junto dela na rede, quando dorme. Vimo-la com toda a família, de pé diante da porta, uma mulher incomumente robusta, bem parecida, rindo gostosamente, quando todos a saudavam em altas vozes; pois quase ninguém passa do canal do Pará para Manaus, que não conheça a célebre amazona Dona Maria, do Canal de Tajapurú, e não mostre grande respeito pela corajosa figura (Lallemant 1980:65).

O que o viajante busca evidenciar é um quadro de negação do trabalho pelo homem, sendo de fato as mulheres as grandes responsáveis pelas práticas comerciais e desenvolvimento de tarefas diversas pelo Marajó das Florestas. Mas é importante dizer que, se na ótica do estrangeiro o ócio se mostra como indolência, por outro lado, como chama atenção Leite (1996), o “fazer nada” pode também ser interpretado como uma forma de resistência,

uma negação por parte das populações locais ao modo regrado e disciplinado de trabalho que tentavam impor os olhos capitalistas.

O ócio também representado pelos viajantes em outras atividades desenvolvidas pelos habitantes locais, merecendo destaque o artesanato. Nesse universo, entra em evidência a vila de Breves, que durante o século XIX tem fama, ao lado de ser uma região de produção da borracha, por seus potes de barro. Inúmeros são os viajantes que por lá passaram e relataram esta prática. Spix e Martius, por exemplo, no início do século comentam: “Encontramos diversas mulheres ocupadas em fabricar louça de barro. Elas modelavam cântaros e tigelas quase sempre sem torno, a mão livre, com grane habilidade” (Spix e Martius 1981:76). Já na década de 1840, Wallace conta: “Paramos na pequena vila de Breves, cujo comércio consiste principalmente na exportação de borracha, potes e louças de barros, que são curiosamente pintados” (Wallace 2004:180).

O fabrico dos potes, vasos ou pratos de barro se mostra como uma tarefa majoritariamente feminina, sendo praticada principalmente por índias. No mesmo período que Wallace, Henry Bates também passa por Breves e relata:

Umás poucas famílias indígenas residem ali, ocupando-se com o fabrico de potes de barro ornamentais e com pintura de cuias, que vendem para os comerciantes ou viajantes de passagem por ali. As cuias – vasilhas para beber feitas de cabaças – são pintadas às vezes com muita arte. A brilhante cor preta que serve de fundo para a pintura é produzida por uma tinta feita com a casca de uma árvore chamada Comatêú, cuja consistência gomosa produz um belo lustro. A cor amarela é obtida da tabatinga, um tipo de argila; a vermelha vem das sementes de urucu e a azul é produzida pelo anil plantado ao redor das choupanas. A arte faz parte da cultura indígena amazônica, mas unicamente as tribus pertencentes à linhagem dos tupis - que se enraízam e se dedicam à agricultura – a praticam (Bates 1979:95).

O artesanato de Breves chamava atenção dos viajantes, fazendo existir um número considerável de registros escritos desta prática, sendo em sua maioria relatos diretos e carregados de valores. Bates, no excerto, não se limitou a registrar, como fizeram Spix e Martius e Wallace, a prática de fabricação do artesanato, mas também revelou de onde eram extraídas as cores. Podemos pensar esta preocupação sobre as fontes de onde eram retiradas as pigmentações como mera curiosidade do viajante, mas também revela um olhar mercantilista, que busca identificar produtos exploráveis nas terras visitadas (Leite 1996). Neste caso, a possibilidade de exploração das tintas extraídas da natureza emerge como uma fonte de renda. É válido destacar que o viajante ainda completa seu relato dizendo que a arte é parte da cultura indígena da Amazônia, contudo, a arte aqui é hierarquizada, pois somente os índios descendentes dos tupis, que se fixavam à terra e se dedicavam à agricultura, a produziam. É curioso notar que somente aqueles grupos que se aproximavam daquele modelo de trabalho

defendido pelos europeus de fato produzissem arte, algo como que se a arte fosse produto daqueles que se aproximavam de um modelo de civilização.

William Edwards também revela a proveniência das tintas utilizadas na pintura do artesanato, mostrando ainda alguns materiais e métodos de produção:

The blue was indigo; black, the juice of the mandioca ; green, the juice of some other plant. ; and red and yellow were of clay. The brushes were small spines of palms, and the colouring was applied in squares or circles ; or, if anything imitative was intended, in the rudest outline. The ware was glazed by a resinous gum found in the forest. This was rubbed gently over, the vessel previously having been warmed over a bed of coals (Edwards 1861:89).

O azul era índigo [anil]; preto, o suco da mandioca; verde, o suco de alguma outra planta; e vermelho e amarelo eram da argila. As escovas eram pequenas espinhas de palmeiras, e a coloração era aplicada em quadrados ou círculos; ou, se alguma coisa imitativa era intencionada, no esboço mais rude. A mercadoria era vitrificada por uma goma resinosa encontrado na floresta. Esta foi esfregada gentilmente, tendo o recipiente sido previamente aquecido sobre uma cama de brasas (acréscimo nosso).

Edwards expõe, além das cores, alguns dos motivos ornamentais das cerâmicas. São círculos ou quadrados, mas podendo também variar para outras formas regulares, sendo a aplicação feita com esponjas feitas de espinhos. A cerâmica era vitrificada a partir de uma resina encontrada na mata, que era esfregada sobre a peça que já havia sido anteriormente assada sobre a brasa.

Quem também expõe sua opinião sobre o artesanato é o casal Agassiz: “Depois de passar a vista por várias dessas cabanas, de comprar um ou dois macacos, alguns papagaios e alguns *artigos da cerâmica da vila*²¹ – tão feios quanto curiosos, diga-se a verdade [...]” (Agassiz e Agassiz 2000:166 – destaque nosso). Neste pequeno excerto, o casal expõe uma visão crítica sobre a estética das cerâmicas, taxando-a de feia e curiosa.

Na realidade, o que se observa é que a opinião dos viajantes sobre a estética da cerâmica era variável, alguns, como Bates, não a desqualificavam, por outro lado, outros como o casal Agassiz, já tinham uma visão mais desfavorável. Esta visão detratora é também a de Herbert Smith que, em suas viagens pelo Marajó em suas diferentes faces na década de 1870, expôs sua opinião: “We carry off a thousand pleasant memories, and, as souvenirs, a lot of the fearfully ugly painted pottery for which the place is famous” (Smith 1879:91), “*Nós levamos conosco milhares de memórias agradáveis, e, como souvenirs, muitos potes feios*

²¹ Na versão traduzida do livro dos Agassiz, é dito somente “vaso” ao invés de “artigos da cerâmica da vila”, contudo, na versão original em inglês o casal Agassiz utiliza a seguinte frase: “some articles of the village pottery”, optamos por modificar a versão traduzida e utilizar “artigos de cerâmica da vila”, pois entendemos que melhor define o artesanato produzido em Breves, visto que não necessariamente eram somente vasos, mas também outros tipos de cerâmica, como vasos, cuias, cabaças e outros.

terrivelmente pintados pelos quais o local é famoso". Em caminho similar, Hartt também comenta que Breves:

[...] talvez seja mais conhecida entre os viajantes por sua louça, sobrevivente de antiga indústria aborígene. Podem-se ahi comprar bacias, jarros, paliteiros, além de uma immensidade de ornamentos, em forma de pombas, tartarugas, jacarés, etc. etc., feitos de barro cosido, barbaramente pintados com cores vivas mal combinadas e envernizados com um verniz alcoolico feito de resina de Jutahy (Hartt 1898:174)

A partir dos relatos, percebemos que eram variados os tipos de artesanatos produzidos na vila de Breves, como potes, tigelas, cabaças, cuias, vasos, pratos, jarros, paliteiros, dentre outros. William Edwards mostra estas diversas formas e tipos de cerâmica, quando narra:

At one of the houses an old Indian woman was painting pottery, that is plates, and what she called "pombos" and "gallos," or doves and cocks, but bearing a very slight resemblance to those birds. Another was painting bilhas, or small water-jars, of white clay and beautiful workmanship. She promised to glaze anything I would paint, giving me the use of her colours. So I chose a pair of the prettiest bilhas, and, after a consultation on the raft, we concluded to commemorate our travels by a sketch of the galliota. It was a novel business, but after several trials I made a very fair picture, with the aid of contemporary criticisms. The old tauça was mightily pleased to see himself so honoured, as were the others, who gathered round, watching every movement of the pencil, and expressing their astonishment. The figure of the princess especially excited uproarious applause. Beside these were several other devices, and at last, all complete, I took my adventure to the old woman (Edwards 1861:88).

Em uma das casas uma velha índia estava pintando objetos cerâmicos, que são pratos, e que ela chamou de "pombos" e "gallos", ou pombos e galos, mas tendo uma ligeira semelhança com aquelas aves. Outra estava pintando bilhas, ou pequenas jarras de água, de argila branca e artesanato bonito. Ela prometeu vitrificar qualquer coisa que quisesse pintar, dando-me o uso de suas cores. Então eu escolhi um par das mais belas bilhas, e, após uma consulta sobre a jangada, concluímos comemorar nossas viagens através de um esboço do galliota. Era um romance de negócios, mas depois de várias tentativas que fiz uma imagem muito justa, com o auxílio de críticas contemporâneas. O velho tauça estava realmente agradecido de ver a si mesmo tão honrado, assim como foram os outros, que se reuniram em volta, vendo cada movimento do lápis, e expressando seu espanto. A figura da princesa especialmente excitou aplausos barulhentos. Além destes tinham vários outros instrumentos, e, finalmente, todos completos, eu levei a minha aventura para a velha.

Além das tigelas, pratos, vasos, bilhas, fica evidente também a reprodução de formas zoomórficas, como os galos e pombos que estava fabricando a índia do relato, mas também tartarugas, jacarés. Mais além, é possível notar a possibilidade de personalização dos motivos, sendo escolhida por Edwards, por exemplo, para registro a embarcação em que estavam viajando, a galliota.

Vale registrar que Edwards deixou encomendadas as duas bilhas para a índia registrar os motivos por ele escolhidos e vitrificar as peças. O viajante continuou sua viagem

de subida para o rio Amazonas, meses depois, de retorno para Belém, passa novamente pela vila de Breves e vai em busca das peças que havia encomendado:

Late in the evening of the 18th we reached Braves, the same little old town that we had left it. We went on shore for our much-desired water-jars, and found that the old woman had fulfilled her promise, for there they stood glazed and finished amongst a row of gaudy brothers that quite looked them out of countenance. We offered to pay for them in two milree notes, which, being at a slight discount, were not received. Then we offered Spanish dollars, but the jackass of a storekeeper did not exactly like the appearance of those bright-looking tilings, and refused to receive anything but copper. We had no copper, and came away, with a hearty and heartily expressed wish that the jars might stand upon his shelves till his head was gray (Edwards 1861:176).

Tarde da noite do dia 18 alcançamos Breves, a mesma velha cidade que nós deixamos. Nós fomos em terra por nossos muito desejados jarros de água, e descobrimos que a velha mulher tinha cumprido sua promessa, pois ali eles estavam vitrificados e terminados entre uma fileira de irmãos berrantes que bastante os olhei sem expressão. Nós oferecemos a pagar por eles em duas notas mil reis, as quais, estando com um pequeno desconto, não foram aceitas. Então, oferecemos dólares espanhóis, mas o asno de um comerciante não gostou exatamente da aparência destas coisas de aparência brilhante, e recusou receber qualquer coisa além de cobre. Nós não tínhamos cobre, e fomos embora, com um desejo amável e cordialmente expresso desejando que os jarros poderiam ficar sobre suas prateleiras até quando sua cabeça estiver cinza.

A revista *The Merchant's Magazine and Commercial Review* (Hunt et al: 1847) afirma que, neste período, a moeda brasileira era composta quase que inteiramente de cobre, além de papel emitido pelo governo. O menor valor em moeda seria dez reis, mil reis é a menor nota em papel, com valor aproximado a meio dólar daquela época. No relato de Edwards, o viajante ofereceu duas notas de mil reis pelas bilhas que a índia havia fabricado, mas não foi aceito, pois o dinheiro que se aceitava eram os reis em moedas, naquela época confeccionados em cobre e que de fato tinham o valor menor que o dinheiro em papel. Tal atitude evidencia a heterogeneidade da moeda nacional, onde talvez nem todos os valores fossem usados ou conhecidos no território brasileiro, o que se pode demonstrar pela recusa das notas, que valiam mais, em detrimento das moedas de cobre.

A indústria da cerâmica de Breves se torna uma das principais ocupações dos habitantes locais, principalmente de índias e seus descendentes, ganhando certa fama na região e mantendo-se como um dos destaques na economia da vila. Entretanto, se na década de 1860 ainda se relatava esta indústria, já nas décadas finais do século XIX ela entra em decadência, fato que se dá proporcionalmente inverso a emergência da borracha como produto principal. Barão de Santa-Anna Nery, em 1885, relata durante sua passagem pela vila de Breves:

Breves semble aujourd'hui une pauvre bourgade en décadence. Autrefois, les naturels de la contrée se livraient à une industrie assez lucrative et fort curieuse: leurs

poteries, d'une forme et d'une ornementation très originales, étaient estimées de tous les amateurs, et la civilisation n'a rien appris, en fait de céramique, à ces habiles ouvriers qui, au contraire, ne parviennent plus à faire des vases aussi parfaits que ceux qu'ils fabriquaient autrefois (Nery 1899:25).

Breves parece hoje uma aldeia pobre em decadência. Antigamente, os naturais da terra se dedicaram a uma indústria bastante lucrativa e muito curiosa: sua cerâmica, de uma forma e de uma ornamentação muito original que foram estimadas por todos os seus apreciadores, e a civilização ensinou nada, de fato a cerâmica, a estes trabalhadores habilidosos que, ao contrário, não conseguem mais fazer os vasos também perfeitos como aqueles que eles fabricaram antigamente.

A indústria da cerâmica de Breves já era famosa regionalmente antes da expedição de diversos dos viajantes que aqui trabalhamos. Esta fama talvez seja o que atraía tanto a atenção destes homens e mulheres das ciências, fato observável na sua frequente aparição nos relatos. Muitos dos que passaram por Breves, narraram com certos elogios as cerâmicas, mas a grande maioria dos viajantes se usa de um tom de crítica ao relatarem sua estética e forma.

A crítica não recaía somente sobre as características dos objetos, mas também sobre os artesãos que as fabricavam, pois os viajantes viam neles um quadro de transgressão da vida regrada. Alene Souza (1996:64) argumenta que os relatos de viajantes “contribuíram para a propagação de modelos de condutas para as terras desconhecidas”. Claramente dedicar-se ao artesanato não estava neste modelo.

Barreiro (2002) defende que

O artesanato está associado ao ócio e, portanto, não constitui cultura, nem se eleva ao grau de civilização. Em lugar da atividade assistemática da ocupação artesanal era preciso desenvolver a atividade do trabalho, constituída por um sistema organizado em que gerações sucessivas poderiam ser submetidas à disciplina, à tenacidade e ao espírito da perseverança infatigável (Barreiro 2002:55-56).

O autor continua dizendo que este era um quadro pensado sobre o artesanato indígena capaz de refletir os modos de trabalho destes grupos. Assim, esta prática por não estar alinhada com um modelo disciplinado e regular, típicas de valores da modernidade, era marginalizada nos escritos de viagem.

Ao lado do artesanato, recaía também sobre o extrativismo as grandes críticas dos europeus quanto à noção de trabalho. Estes julgamentos se intensificam na segunda metade do século XIX, momento em que a borracha ganha grande parte do mercado no Marajó das Florestas.

São variadas as críticas tecidas pelos viajantes sobre este modelo econômico. Uma primeira diz respeito à questão da dispersão das pessoas, pois o extrativismo, na ótica destes homens, criava uma tradição migratória da população para as florestas na busca da goma elástica, gerando uma ruralização dos indivíduos – o que era visto como nocivo para o

desenvolvimento das cidades do interior e para a própria agricultura - indo também contra os ideais de ordem e civilização que, segundo Batista (2004), guiavam o homem oitocentista.

Como mostramos na parte anterior em que falamos sobre as vilas, os viajantes encontravam estas paragens vazias, as escolas sem frequência, as casas em ruínas, tudo por conta da ida dos habitantes locais para os seringais. Para o europeu, que prezava pela convivência em centros urbanos, por interações sociais agenciadas, por exemplo, em festividades da igreja, pelo desenvolvimento material e um trabalho disciplinado e regado através da agricultura, visualizar um quadro de “ruínas” demonstra o mal que fazia o extrativismo.

O embate de percepções é também um embate entre a agricultura *versus* o extrativismo, aspecto que, inclusive, assume ponto de pauta em agendas governamentais. Lacerda e Vieira (2015), por exemplo, ao debruçarem-se em discursos de autoridades e de jornalistas, nos finais do século XIX, no que tange a ações de promoção do progresso e desenvolvimento do Pará, assinalam que, a despeito da defesa do “ensino agrícola que permitiria aos agricultores e extrativistas um domínio sobre a natureza e sobre o cultivo da terra” (Lacerda e Vieira 2015:176), foram o extrativismo da borracha, do cacau e da castanha, as atividades econômicas estruturantes do desenvolvimento paraense, tanto no Império, quanto nos primeiros anos da República.

O embate no campo dos discursos parecia não estar afinado aos espelhos da realidade vivida. Weinstein (1993:25) aponta o extrativismo como “o traço que mais marcadamente distinguiu a vida amazônica de outras importantes áreas de colonização no Brasil colonial”, pois segundo a autora “a economia extrativa representava um compromisso entre a ânsia dos colonizadores brancos por bens exploráveis e os diversos problemas que o meio ambiente da Amazônia apresentava”. Assim, historicamente o extrativismo se mostrou como a única economia realmente possível em um quadro macro amazônico.

Uma segunda crítica recai sobre a questão da saúde da população, pois ao irem para as matas coletarem o látex, os nativos ficavam meses em contato com a parte da natureza que “não é bela”, ou seja, os pântanos ou áreas alagadas e úmidas, fazendo prevalecer um quadro de febres intermitentes, tosses secas e reumatismos. Herbert Smith (1879) denomina estes locais de coleta do látex nos arredores de Breves de *pântanos de borracha*, o viajante por ter estado em um destes locais, relatou:

He sets us across the river at a half-ruined hut, where bright vines clamber over the broken thatch and hang in long festoons in front of the low door-way; but within, the floor is sodden black clay, and dark mould hangs on the sides, and the air is like a sepulchre. The single slovenly *mameluca* woman who inhabits the place complains

bitterly of the ague which tortures her; yet, year after year, until the house falls to pieces, she will go on dying here, because, forsooth, it is her own, and the rubber-trees are near. She will not even repair the structure. You can see sky through the roof; but if rain drives in she will swing her hammock in another corner, and shiver on through the night as best she may; for tomorrow there are rubber-trees to be tapped, and a fresh harvest of the precious milk to be brought home,—and what will you have? One must expect discomfort in a swamp.

Back of the house the rubber-trees are scattered through marshy forest, where we clamber over logs, and sink into pools of mud, and leap the puddles; where the mosquitões are blood-thirsty, and nature is damp and dark and threatening. Where the silence is unbroken by beast or bird—a silence that can be felt; it is like a tomb in which we are buried, away from the sunshine, away from brute and man, alone with rotting death (Smith 1879:83-84).

Ele nos coloca do outro lado do rio em uma cabana meio destruída, onde videiras brilhantes escalam sobre a palha quebrada e se penduram em longas grinaldas em frente da porta baixa; mas adentro, o chão é encharcado/mal feito com argila preta, e mofo preto pende nos lados, e o ar é como um túmulo. A única mulher mameluca desleixada que habita o local queixa-se amargamente da febre intermitente que a tortura; ainda assim, ano após ano, até a casa cair aos pedaços, ela vai morrendo aqui, por que, verdadeiramente, é ela própria, e a seringueiras estão próximas. Ela não irá nem mesmo reparar a estrutura. Você pode ver o céu através do telhado; mas se a chuva cair nela ela irá balançar sua rede em outro canto, e tremer através da noite da melhor maneira que poder; para amanhã tem seringueiras para serem exploradas, e uma colheita fresca do leite precioso para ser trazido para casa, - e o que você terá? Deve esperar o desconforto de um pântano.

Atrás da casa as seringueiras estão espalhadas através da floresta alagadiça, onde nós escalamos sobre toras, e afundamos dentro das piscinas de lama, e pulamos poças; onde os mosquitos são sanguinários, e a natureza é úmida e escura e ameaçadora. Onde o silêncio é inquebrável por fera ou pássaro – um silêncio que pode ser sentido; como um túmulo no qual nós estamos enterrados, longe da luz do sol, longe de bruto e homem, sozinho com a morte podre.

O ambiente descrito por Smith é comparado ao de uma tumba ou sepulcro, úmido, sombrio, alagado, tornando-se sinônimo de doenças, pestes, além de ser o ambiente de mosquitos sanguinários. A mameluca relatada completa o quadro como o exemplo dos males que causa a mulheres e homens habitar estas paragens, em oposição aos centros urbanos, que deveriam ser limpos e sanitariamente sãos. Mesmo com febre intermitente, ela não sai do local, pois está próxima das árvores a serem sangradas, ainda que ali ela vá morrendo.

Uma terceira crítica é sobre os poucos ganhos que proporciona a extração da borracha para os habitantes locais. Ainda tomando as narrativas de Herbert Smith, no mesmo livro o viajante relata o dia a dia de coleta, evidenciando uma rotina iniciada antes do sol nascer e que demandava grande empenho dos coletores. Como ele narra, são necessárias as coletas de dois ou três dias para se fazer somente uma grande “bola” de borracha para vender, pois o modo adotado para “vulcanizar” a borracha, ou seja, ficar despejando o líquido extraído da seringueira em um molde pouco a pouco, enquanto defumava sobre uma chama, desperdiçava muito da coleta (Smith 1879: 85-86).

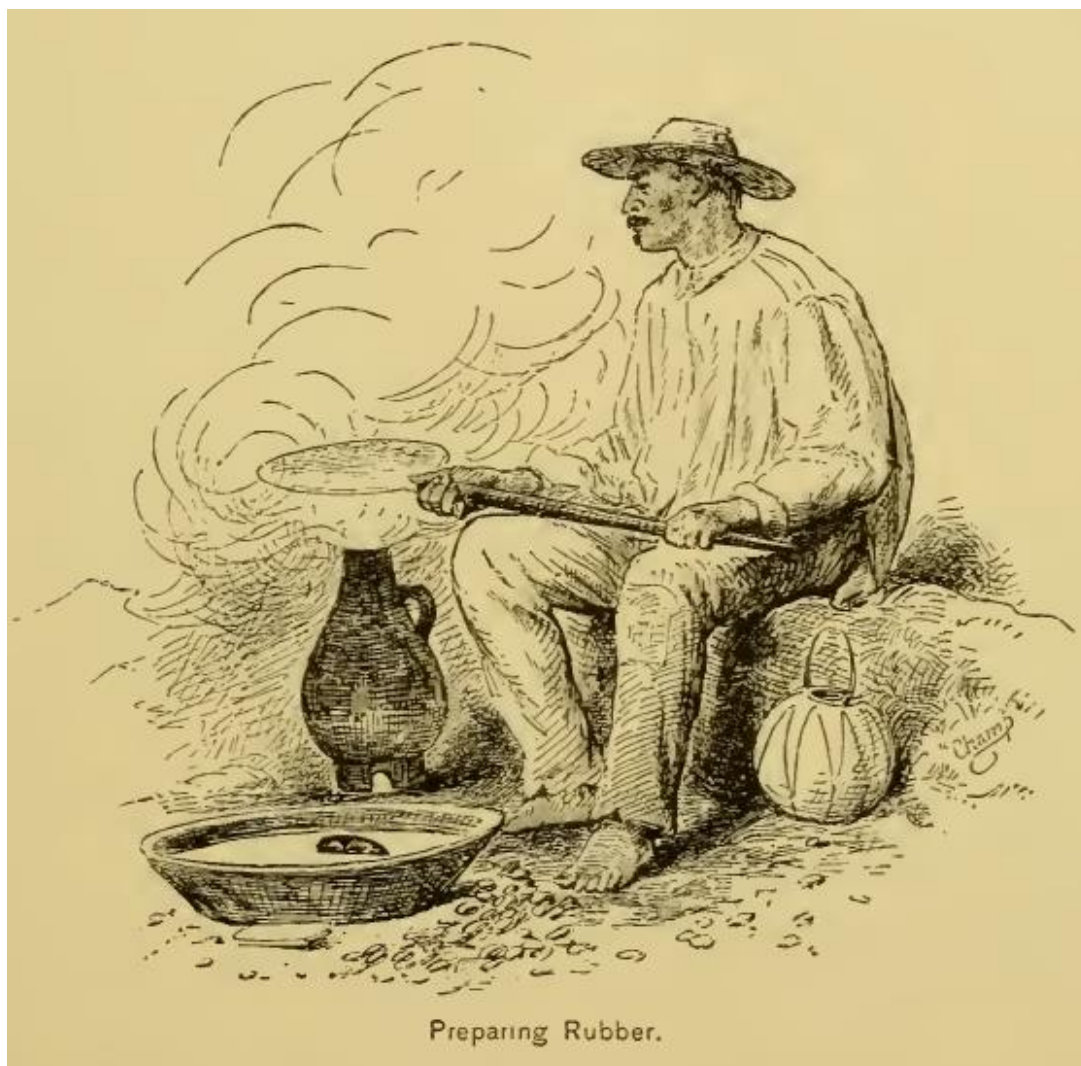


Figura 17 - Preparando a borracha
(Fonte: Smith 1879:85)

Henry Pearson (1911), viajante que, apesar de ter passado pela Amazônia no início do século XX, pode nos dar um grande exemplo das práticas adotadas por coletores para tentar aumentar o valor ganho pela borracha. Ele relata que era comum ter que se cortar as “bolas” de borracha ao meio nas casas de vendas da borracha de Belém e regiões, pois os coletores colocavam pedras, cordas, misturava areia com a goma da borracha, com intuito de aumentar o seu peso e por conseguinte receberem mais pelo produto. Tal atitude revela que os seringueiros do Marajó das Florestas tinham consciência da exploração de sua mão de obra pelos seringalistas. Nessa relação assimétrica, jogavam com táticas comuns a seus universos, objetivando maior valorização da borracha fabricada, mesmo que por métodos “ilícitos”²².

²² Sobre a relação desigual entre seringueiros e seringalistas, entre outros, ler: Wolff (1999), Lacerda (2002; 2010).

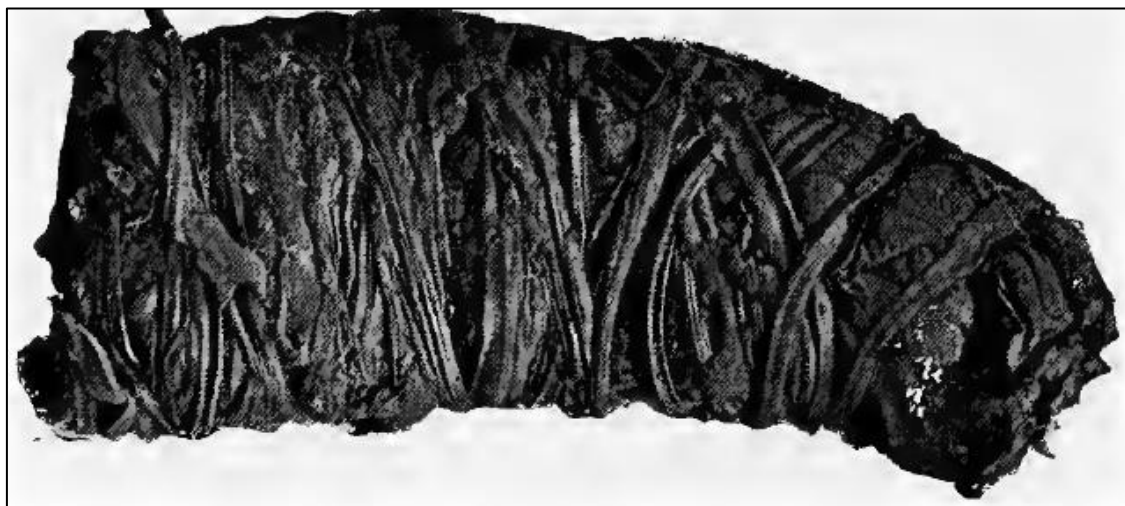


Figura 18 - Tira colocada no meio das “bolas” de borracha para aumentar o peso
(Fonte: Pearson 1911: 42)

É preciso ter em mente ainda que, como aponta Tavares (2011) neste momento a exploração da borracha estava baseada, em grande parte, em um sistema de aviamento, fazendo com que de fato os grandes beneficiados pela venda da borracha fossem os donos das casas de aviamento. Além, os baixos lucros também provinham de uma competição cada vez maior no extrativismo gomífero, pois com a emergência da borracha nos mercados internacionais, muitos foram atraídos para regiões como Breves, Anajás, Gurupá e Melgaço em busca de fortuna, perfazendo, na realidade, um quadro de ampla competição e a consequente diminuição nos lucros.

Paul Marcoy, de passagem pelos estreitos de Breves, relata ter encontrado alguns índios tapuias em um barco que estava encalhado na frente do seu. Ele, então, comenta que eram coletores da borracha, mas estavam viajando por aquelas paragens na busca de árvores para sangrar, pois a concorrência em outras regiões estava muito alta.

[...] eles contaram que a concorrência havia a tal ponto prejudicado o seu negocio que eles não conseguiam sequer ganhar o necessário para matar a fome. A maioria deles sofria de uma fome crônica que durava anos.[...].

A história daqueles seringueiros era a mesma de todos os trabalhadores daquele tipo, expulsos pela concorrência das ilhas do baixo Amazonas onde a borracha, ou *seringa*, é beneficiada para exportação em larga escala. A região de canais onde esses párias do trabalho haviam encontrado refúgio oferecia, porém magras recompensas. Eles tinham que procurar muito até encontrar as árvores lactíferas e quando as encontravam tinham que fatigar muito para transformar seu produto em comida e roupa e para amortizar o custo dos seus barcos. Passados seis meses de trabalho e depois de despachar a borracha para Belém, eles regressavam à floresta tão pobres como haviam deixado (Marcoy 2006:255).

Neste cenário, o extrativismo, principalmente da borracha, é criticado e refutado por viajantes enquanto um modelo econômico, pois não traz de fato benefícios, pelo contrário, promove uma tradição migratória da população e afastando-as dos grandes centros urbanos.

Os seringueiros acabavam pagando, muitas vezes, com a própria saúde o preço pela coleta do látex, além de não trazer riquezas aos coletores. É neste quadro que Ferreira Penna, ao falar sobre o Marajó das Florestas, argumenta que “Esta parte tem sido considerada o *Eldorado* dos seringueiros, cabendo-lhe muito melhor o nome de *cemitério* da indústria e civilização da Província, pelo mal que faz à população o fabrico da Borracha” (Penna 1971:34).

Podemos, então, visualizar um grande contraste estabelecido pelos viajantes: natureza rica e abundante, mas população “indolente”, “preguiçosa” e que não sabe aproveitar as potencialidades oferecidas para desenvolver a agricultura. Pululam dos textos, assim, registros como o de William Scully sobre o comércio:

Its soil is exceedingly rich, and, favoured by the equability of the climate, which limits the time of seeding to no special season, produces three crops in the year. The surface is generally covered with splendid forests of excellent timber, and with trees and plants whose products are valuable in arts, medicine, and commerce, such as indiarubber, cocoa, castanhas de Para, or Para nuts, sarsaparilla urucu, oil of capaiva, tapioca, rice, millet, cotton, sugar cane, indigo, vanilla, ginger, jalap, ipecacuanha, cassia, cloves, pepper, &c., &c., with an innumerable variety of fruits and flowers. But, until lately, the scantiness of the population and this overflowing abundance of its spontaneous resources, prevented the development of its agriculture, by the indolence, which the ease of procuring their livelihood induced among the peasantry (Scully 1866:273).

O solo é geralmente coberto com esplendidas florestas de excelente madeira, e com árvores e plantas das quais os produtos são valiosos na arte, na medicina, e no comercio, tal como borracha dos índios, cacau, castanhas do Pará, ou noz do Pará, urucu salsaparrilha, óleo de copaiba, tapioca, arroz, painço, algodão, cana de açúcar, índigo, baunilha, gengibre, jalapa, ipecacuanha, cassia, cravos, pimenta, &c., &c., com incontável variedade de frutas e flores. Mas, até recentemente, a escassez de população e esta abundancia de seus recursos, impediu o desenvolvimento de sua agricultura, pela indolência, que a facilidade de obter seu sustento induzida entre os camponeses.

O excerto resume bem o cenário representado pelos viajantes, onde era relatada a existência de uma grande quantidade de produtos passíveis de exploração, mas não eram bem aproveitados pelos nativos. Era necessária, desse modo, a intervenção de uma “cultura” mais talhada a logica do capitalismo europeu, evidenciando um discurso de justificativa para tal domínio.

Na realidade, às vezes são expostos alguns exemplos de conduta a ser seguida no que tange ao trabalho e à propriedade privada. Louis e Elizabeth Agassiz mostram um destes modelos a serem seguidos em 1866:

Tajapurú. 3 de fevereiro – Chegamos ao Tajapurú na quinta-feira; aí ficamos dois dias por causa duma ligeira reparação a fazer nas máquinas. A localidade é muito interessante; tem-se aqui a prova do que podem fazer em pouco tempo, nessa região, o espírito empreendedor e a indústria. Um homem que aqui se estabeleça, se tiver gosto e bastante cultura para tal apreciar, pode-se rodear de quase tudo o que torna atraente a vida civilizada.

Há mais ou menos dezessete anos, o Sr. Sepeda fixou-se neste lugar, então completamente selvagem. Tem hoje uma grande e encantadora casa de campo, com jardim na frente, e a floresta vizinha lhe proporciona belos passeios. O gosto e o bem-estar reinam em sua casa, e não tivemos, durante o tempo em que fomos seus hóspedes, senão um voto a formular: que o seu exemplo seja seguido, e que as casas como a sua se tornem menos raras às margens do Amazonas (Agassiz e Agassiz 2000:355).

Os valores ocidentais de desenvolvimento material reaparecem no relato, onde o domínio sobre a natureza ou a capacidade de intervenção de mulheres e homem leva a transformação de uma natureza antes selvagem à um modelo civilizado de habitação e controle, representado através dos jardins, que são nada mais que a figuração de um domínio do humano sobre a natureza.

Toda esta visão contrária ao extrativismo, em oposição a defesa da agricultura, expõe, como aponta Pratt (1999), uma tentativa dos viajantes de desenhar um quadro de fracasso das populações em explorar os recursos que a rodeavam, então, o interior era representado como uma grande lamúria. Na realidade, a autora argumenta que “Ideologicamente, a tarefa da vanguarda é a de reinventar uma América como atrasada e negligenciada, de forma a enquadrar seus cenários e sociedades não capitalistas como manifestadamente carentes da exploração racionalizada trazida pelos europeus” (Pratt 1999:262).

Estas críticas partem de uma autoimagem que os europeus fazem de si mesmos como civilizados, portadores de um dever de levar esta civilização aos povos bárbaros das terras longínquas. Stuart Hall mostra que esta imagem foi gestada desde a expansão marítima, momento em que o europeu entrou em contato com o “Outro” diferente. Hall (2016a:317) argumenta que

A famigerada exclusividade do Ocidente foi, em parte, produzida pelo contato e a autocomparação da Europa com as outras sociedades não ocidentais (o Resto). Essas histórias, ecologias, padrões de desenvolvimento e culturas diferentes do modelo europeu. As distinções entre essas outras sociedades e culturas e o Ocidente foi o padrão por meio do qual as conquistas do Ocidente foram e são medidas. Foi no contexto dessas relações que a ideia de “Ocidente” tomou corpo e significado.

Neste sentido, podemos ver que os relatos produzidos pelos viajantes em posição contestadora aos modos de ser e viver das populações locais, também são fortes ferramentas utilizadas como forma de justificar uma conquista, dominação e exploração dos recursos por agentes coloniais, frente ao fracasso dos marajoaras em fazê-lo.

Outrossim, se no Marajó das Florestas o extrativismo era intensamente criticado, a indústria da pecuária no Marajó dos Campos, representava a única atividade mais adequada

para estes homens das letras. Os viajantes Spix e Martius, no início do século XIX, avaliaram as indústrias da região marajoara e defenderam a pecuária:

Quantos prazeres, entretanto, não forneceria esta região, como toda a Ilha de Marajó, a habitantes que soubessem utilizar-se da natureza exuberante! Numa latitude tão privilegiada, quase exatamente abaixo do equador, pode Marajó dar quase todos os produtos coloniais das zonas mais quentes, mas a incrível facilidade com que gado e cavalos, aqui introduzidos, se multiplicaram, quase sem cuidado algum dos colonos, foi motivo de negligenciar a fertilidade da terra e fazer da criação de gado, até aqui, a única indústria explorada (Spix e Martius 1981:77).

O contraste é claro entre a agricultura ou pecuária, atividades que demandam uma fixação à terra, em oposição ao extrativismo. Os viajantes deixam de observar as muitas atividades desenvolvidas, para apenas avaliar aquelas que estão sendo negligenciadas ou focalizam apenas a indústria que se alinha a sua visão, como a criação do gado. É válido notar que aparece novamente o descuido como razão para o quadro que se observa na pecuária. Spix e Martius defendem que a razão para a prosperidade da indústria se dá muito mais pela facilidade com que foram introduzidos e se multiplicaram o gado e o cavalo na região dos campos do que por atenção dos habitantes locais.

No decorrer do século XIX, a criação do gado se vê diante de um quadro de recessão, com a constante diminuição nas quantidades de fazendas da região e no número de reses nos campos. Antonio Baena aponta cinco causas principais para a queda na indústria da pecuária:

A 1ª são as onças, que pream o que podem. A 2ª os atoleiros, que sorvem as reses, que por eles acertam de passar. A 3ª a falta de aplicação de medicamentos ao gado moroso, porque a ninguém lhe importa ter notícia das moléstias mais ordinárias dos gados, seus sintomas e curativo. A 4ª os salteadores, que há tempos não cessam de fazer excursões sobre as manadas para rapinar gado, e descozer-lhe a carne para a secar e recolher em pacotes; e a 5ª os fazendeiros, uns que banqueteam com manjares de quanta rês podem agadanhar, ou que chacinam para vender, submergindo nos rios a cabeça e o couro para ofuscar a veracidade do latrocínio, o qual sem essa submersão ou outro qualquer sumiço seria logo reconhecido pela simples inspeção ocular da marca estampada, que é o índice demonstrativo do dono; outros que são assíduos na fabricação de carnes secas, couros vacarias e de boi, lançando os escravos por aqueles campos para matarem os touros e todas as mais reses, quando deveriam mandar fazer esta chacina nos touros amontoados e difíceis de ferra; e outros, que freqüentemente extinguem as novilhas bienais, chamadas aralhas para seu regalado repasto, e que vendem novilhos denominados garrotes por não terem bois em número que contente as grandes e reiteradas vendas que o seu interesse desmesurado traça efetuar (Baena 2004:275).

É importante analisar em separado cada um destes fatores apontados por Baena. Sobre o primeiro, ou seja, a questão das onças, já mostramos que de fato havia uma grande competição entre os fazendeiros e animais da região, como as onças e jacarés, que atacavam as reses, contabilizando perdas numerosas aos rebanhos. Assim, na tentativa de conter esta

ameaça, eram empreendidas grandes caçadas a onças e jacarés, que terminavam com números na casa dos trezentos animais mortos por dia.

O segundo aspecto que aponta Baena é a questão dos atoleiros, ou as *baixas e mondongos*, como também eram popularmente conhecidos estes lamaçais. Defende Ferreira Penna (1971) que este fator provém de um efeito cascata causado pela introdução do gado cavalari na região, que se multiplicou ao dobro do número de reses, produzindo uma escassez de pastos. O gado na buscar por alimento, ia nestes atoleiros e acabava ficando preso e morrendo.

O terceiro fator, ou seja, a falta de medicamentos para o gado, também está ligado diretamente à questão dos cavalos. Ainda segundo Ferreira Penna (1971), os fazendeiros perceberam que a causa da escassez de pasto era a grande quantidade de gado cavalari do arquipélago, que gerava uma competição direta com o gado vacum na busca por alimentos. Foi então que acharam como solução a possibilidade de fazerem grandes matanças dos cavalos para aproveitar a pele e a crina, mas estes massacres acabaram tendo um efeito inverso, pois como relata o Barão de Marajó:

O resultado d'esta enorme matança, que subiu a muitas dezenas de milhares, foi que abandonados os corpos á simples acção do sol, ficou por tal maneira corrompida a athmosphera, que se tornou impossível a approximação d'aquelas localidades. A este estado corrupto attribuem os habitantes da ilha o ter aparecido alli uma moléstia que, atacando a raça cavalari, affectando os membros posteriores, os matava; a esta moléstia deram elles o nome de *quebra-bunda*, a qual ainda dura e tem acabado com o gado cavalari até o ponto de ser já insufficiente para o trabalho, impondo grandes sacrificios aos fazendeiros que os mandavam vir de outros Estados (Marajó 1992:309).

A falta de cuidados adequados para os animais abatidos fez gerar uma doença que afetou grande parte do gado cavalari, o que dificultou os trabalhos na criação bovina, além de ter corrompido a atmosfera e ter deixado um cheiro que impedia sequer a aproximação. Esta moléstia chama atenção de vários viajantes, além do Barão do Marajó, Ferreira Penna, Antonio Baena, também Codreau e A. de Belmar, que relatam seus efeitos catastróficos para a indústria da pecuária na região.

O quarto e o quinto fator são similares e estão ligados ao furto do gado e merecem uma análise mais cuidadosa, pois aqui reside uma das maiores críticas dos viajantes no que tange a prática da pecuária no Marajó dos Campos.

O furto do gado é recorrente nos relatos e expõe a visão unânime dos viajantes de um estado moral decadente e patológico. Nos relatos a prática é taxada como uma *verdadeira endemia social* ou, como apresentou o então Presidente da Província do Pará em 1849

Jerônimo Coelho, em seu relatório, atingiu um ponto tão crítico que se torna uma verdadeira *indústria*. O viajante Alexandre de Belmar (1861) escreveu sobre sua passagem pelo Arquipélago de Marajó:

Il est fâcheux de dire que, malgré les efforts du gouvernement, l'état moral de la population laisse beaucoup à désirer. Les crimes se multiplient dans le pays, et, selon l'expression du rapport officiel, présenté à l'Assemblée en 1848, " le vol du bétail y avait pris les proportions d'une véritable industrie." Ce qu'il y avait de plus déplorable, c'est que, par la faiblesse des moyens de répression, l'impunité était à peu près assurée aux auteurs de ces délits et d'autres plus graves encore. Située sous la ligne même de l'Equateur, environnée d'eau, baignée sans cesse de soleils et de pluies, l'île de Marajo, serait un jardin de délices? si l'activité et la moralité de ses habitants répondait aux qualités de son climat (Belmar 1861: 135).

É lamentável dizer que, apesar dos esforços do governo, o estado moral da população é muito pobre. Os crimes estão aumentando no país, e, nas palavras do relatório oficial, apresentado à Assembléia em 1848, o "roubo de gado tomou as proporções de uma verdadeira indústria." O que havia de mais deplorável é que, pela fraqueza dos meios de repressão, a impunidade estava mais ou menos ainda assegurada aos autores destes delitos e de outros mais graves ainda. Localizado sob a mesma linha do Equador, rodeada por água, banhada constantemente de sóis e chuvas, a ilha de Marajó, seria um jardim de delícias? Se a atividade e a moralidade dos habitantes dela respondessem as qualidades de seu clima.

O “jardim de delícias” que seria a região marajoara só não o é pela falta de correspondência entre suas qualidades naturais e a debilidade “moral” de seus habitantes. Os viajantes veem o furto como algo primitivo, brutal, característico de um estado moral incivilizadamente pobre e decadente. Tudo isso contrasta com uma noção de civilização que estava presente no olhar destes homens das letras e se mostrava sensível a esta subversão moral da sociedade.

No excerto de Belmar é possível observar que o viajante revela uma situação de grande pobreza. Neste sentido, Barreiro (2002:21) aponta que os estrangeiros viam os homens sem trabalho como vadios e desocupados, sendo levados a cometer crimes como o furto de gado. Por outro lado, o autor propõe conceber o furto não como um ato primitivo ou como um estado de patologia social, mas como uma luta social específica do século XIX vendo nesta prática a “negação do trabalho disciplinado e do conceito capitalista de propriedade privada” (Barreiro 2002:22).

Mas é interessante notar que a prática do furto, pelo menos na região marajoara, não é algo relativo somente à classe subalterna, sendo também prática dos próprios fazendeiros. Se voltarmos aos fatores destacados por Antonio Baena para o decréscimo na indústria da pecuária, vamos observar que no quinto fator o escritor revela a ação dos próprios donos de terras da região no roubo.

Joubert Pinheiro (2008) argumenta que existiam os “gebristas”, que eram aqueles que roubavam o gado para consumo, principalmente durante períodos de escassez de alimentos, mas paralelamente também tinham quadrilhas bem equipadas especializadas no roubo do gado, que eram financiadas pelos fazendeiros com objetivo de apoderar-se dos melhores animais para, assim, melhorar a malhada do seu gado, com destaque principalmente para a raça Nelore, que vinha de fora do estado e era um dos alvos mais comuns.

Ferreira Penna produz uma extensa análise sobre esta questão nos campos marajoaras. Para ele o furto “é um hábito que tem passado inalteravelmente de tataravós a tataranetos, de geração a geração, e que tem tido a sanção de mais de um século. Em outros termos: o furto de gado em Marajó é um *costume*, e um costume tradicional” (Penna 1971:77). O autor expõe que a prática se dava por diversos fins: por costume, para criação, para aumentar o rebanho, para alimentação ou mesmo pela própria impunidade: “o ladrão de gado encontra toda a facilidade para cometer este crime; ele furta do mesmo modo que praticaria um ato lícito” (Penna 1971:79). Quando falamos das representações das vilas da região nos relatos dos viajantes, mostramos que as cadeias são um dos prédios destacados nos relatos, pois expressam a ação do Estado, uma força civilizadora, nas paragens. Contudo, como evidenciamos, a situação geral descrita era de ruína material destes prédios, o que contribuía para a impunidade.

Nessa trama, os próprios fazendeiros reconheciam sua ação. Em conversa com fazendeiros da região, Ferreira Penna relata a fala de um deles:

“Qual é, meu colega, o fazendeiro de Marajó que não furta gado?”

O interrogado baixou os olhos e permaneceu mudo e como que aniquilado.

“Aí está! Observou o arguente aos circundantes: Nem ao menos o meu colega diz que sou eu esse fazendeiro, para que eu lhe retribuía dizendo que é ele o outro que não furta!”

Este fato não é um simples anedota; é um esboço fiel e característico, não direi do estado moral, mas do costume dos fazendeiros (Ferreira Penna 1971:80).

Apesar do tom irônico é curioso notar que, se tratando de classes subalternas, os viajantes relatam o furto como um estado moral pobre, decadente e endêmico. Quando a análise se faz sobre uma ação semelhante, mas praticada por membros de uma elite da época, já não se torna mais estado moral, mas um *costume*. Este cenário de roubo do gado é visto por Melo e Sarraf-Pacheco (2013:19) como pertencente do domínio cultural, onde “além do seu valor econômico, existe uma carga simbólica e mesmo afetiva no ato do roubo do gado”. Em resumo, é possível compreender a prática do furto ou roubo como elemento inerente daquela região, fato que, se associado à classe mais pobre, leva à censura e críticas severas nos relatos.

O quadro geral presente nos relatos de viagem sobre as bases econômicas adotadas por habitantes de zonas de campos e florestas da região marajoara é de crítica geral. Em um primeiro momento, destacamos que estas críticas recaem sobre o extrativismo, principalmente da borracha, que ia na contramão de um conceito de civilização fundado na propriedade da terra com vida sedentária e na acumulação de capital, que direcionavam o olhar dos homens das letras. O extrativismo gomífero, apesar de se tornar na segunda metade do século XIX o principal produto de exploração da região marajoara, é duramente criticado pelos males à saúde, à civilização e ao desenvolvimento das vilas. Na parte dos campos, a pecuária representa uma das poucas atividades que merecem a devida atenção dos viajantes, contudo, diversos fatores fizeram com que esta indústria decaísse, dentre os quais, o furto é o mais destacado nos livros e o mais criticado.

Palavras Finais

O estudo da literatura de viagem oitocentista nos permitiu visualizar diferentes formas de ver e narrar o arquipélago de Marajó. Os viajantes, autores de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, relataram diferentes aventuras vividas durante excursões realizadas pela região. Com isso, produziram uma diversidade de representações da realidade visitada e apreendida em textos e imagens. Oriundos dos mais diversos países e de ramos distintos das ciências, estes homens e duas mulheres das letras gestaram olhares atravessados por concepções modernas de mundo, buscando regular a região marajoara de acordo com princípios da “civilização” europeia.

Em jogo complexo de espelho que olha para o outro a partir de si, mas a imagem de si revela-se borrada pelo outro, viajantes estrangeiros do século XIX, singraram águas, avaliaram, classificaram, registraram e construíram representações da flora, fauna, dos rios, vilas e modos de vida das populações indígenas, negras e mestiças da região marajoara.

Nesta dissertação, em um primeiro momento, procuramos mostrar que as representações sobre a natureza do Brasil eram formatadas a partir de imagens já consagradas sobre a terra, grandes florestas virgens, rios com proporções oceânicas, animais selvagens e pássaros exóticos. Estas imagens vinham sendo gestadas desde os primeiros momentos da chegada do europeu na América e atraíam a atenção dos viajantes oitocentistas. Contudo, o desejo de conhecer a exuberância da natureza, seus sistemas, características e leis, vinha orientada pela emergente história natural.

O primeiro aspecto destacado pelos naturalistas em suas viagens são os rios. Impressionados com o tamanho e volume de água que os cursos d'água carregavam, os homens e mulheres das letras os comparam com mares e oceanos de água doce. O Amazonas desponta como o principal e ganha títulos de “Rei dos Rios”.

Simultaneamente, a grande quantidade de furos, igarapés e canais também surpreende os escritores, que descrevem a região como a “Nação das Águas”. Merece destaque, nesse contexto, os estreitos de Breves, cursos que chamam atenção por sua sinuosidade que dificultava ou mesmo impedia os registros das direções seguidas pelo barco nos relatos dos viajantes. Até para os nativos, que estavam mais frequentemente navegando por aquelas águas, às vezes era necessário marcar o caminho com trapos ou roupas deixadas sobre árvores. Por outro lado, esta prática também se revelava como constituinte dos modos de vida indígena, quando o sentido de ofertar panos aos encantados emerge como garantia de uma viagem tranquila.

Dentro dos interesses científicos, os expedicionários procuraram formatar um conhecimento cartográfico sobre a região, até então ainda muito impreciso e esparso. Diante das “brechas” que apareciam nos mapas quando confrontados com a realidade vista, os viajantes frequentemente recorriam aos saberes nativos em intercâmbios. Paty (1990) chama essa prática de *ciência mestiça*, porque correlaciona conhecimentos distintos, ainda que os locais aparecem nas bordas do texto e com desqualificações. A ênfase na dúvida, por exemplo, é um recurso utilizado pelos viajantes para silenciar o uso das informações que fogem das explicações científicas. Isto reafirma a posição abissal do pensamento moderno ocidental, que na interpretação de Boaventura de Sousa Santos (2007), estabelece uma divisória entre os dois mundos e invisibiliza a realidade de quem está do “outro lado da linha”.

Nos relatos sobre a flora, mostramos que as representações cunhadas foram carregadas de dicotomias, dubiedades, ambivalências. Se existiam viajantes que defendiam a ideia de debilidade das terras americanas, como Buffon e De Pauw, também tinham aqueles herdeiros de uma tradição que ganhou força principalmente com Humboldt, passando a realizar devotados estudos sobre a flora e fauna do novo continente.

Estes estudos se preocupavam especialmente com a desmitificação da natureza, uma espécie de um novo “descobrimento”, agora feito à luz da ciência cartesiana e iluminista. Assim, são frequentes as narrativas onde a flora é densamente relatada, com atenção aos detalhes das árvores, características das folhas, tamanho do tronco, além dos nomes científicos que acompanhavam quase sempre o nome “popular” das plantas. As visões romantizadas da natureza, contudo, não deixam de fazer parte do estudo científico. Assim, surpreendemos em meio aos escritos de homens e mulheres em expedição, expressões de sensações e emoções sentidas diante dos “quadros da natureza”, traduzidas em passagens poéticas e melancólicas.

Neste cenário da flora, as palmeiras ganharam destaque, aparecendo tanto nas descrições romantizadas, quanto nas mais científicas, chegando, às vezes, a paisagem em descrição ser composta quase que inteiramente por estas árvores. Aragão Sandeville Jr. (2010) argumentam que esta prevalência se dá na busca por uma representação de uma tropicalidade do Brasil, expressa em elementos como as palmeiras, laranjeiras e bananeiras (mesmo que estas duas últimas plantas não fossem nativas do país).

A despeito de todo este quadro de natureza romantizada, também mostramos que não são todas as paisagens que despontam como belas nos relatos. Existem aquelas paragens que são criticadas, como, por exemplo, os pântanos, símbolo de atração de doenças como as

febres intermitentes, reumatismo e tosse seca, sendo mal vistos ainda por ocuparem lugar onde se poderia desenvolver a agricultura, ou seja, eram entrave ao desenvolvimento econômico da região. Emerge, então, a visão da natureza como mercadoria a ser comercializada, daí o empenho dos viajantes em buscar dar conta de registrar e descrever os recursos passíveis de exploração por potências europeias, que financiavam as expedições.

No final da primeira parte deste trabalho, buscamos expor as representações sobre a fauna nos livros de viagem. Percebemos que os viajantes assumem variadas posições frente aos animais: a) o cientista focado nas descrições e coletas de espécimes; b) o poeta deslumbrado com a fauna; c) o caçador e o homem de grandes aventuras e d) o homem focado no objetivo de estudo das viabilidades econômicas da região.

De forma similar como aconteceu com a flora, as descrições sobre a fauna também transitavam entre o cientificismo e o romantismo, onde hora os animais eram descritos em suas nuances, hábitos e peculiaridades, com destaque para seus nomes científicos, mas também aguçavam a sensibilidade romântica, que *animava* a cena poeticamente descrita com as mais variadas espécies de animais.

Estes mesmo animais também aparecem nas narrativas das caçadas, que se revestem com um tom impetuoso, arriscado, grandioso. A busca por uma aventura era uma das forças que atraía os viajantes para a Amazônia, muitos deles, como Príncipe Adalberto da Prússia, revelam que este era um desejo de infância, que foi ensejado por leituras de livros como os de Robinson Crusóé. Ao retornarem a seus países de origem, estes expedicionários escreviam livros que narravam seus feitos nas terras estrangeiras e registravam seus nomes no *rol* da fama dos grandes aventureiros.

As caçadas também são relatadas como uma prática na vida de grandes donos de terras marajoaras que tinham suas criações atacadas por animais como onças e jacarés. Para conter as perdas, os terratenentes promoviam grandes abates destes animais, contabilizando números superiores a trezentas. As caçadas, em geral, são caracterizadas por grande violência contra os animais, mas estas agressões não sensibilizam os viajantes, que inclusive participam delas. Contudo, ao verem a domesticação de cavalos na região marajoara, praticada por habitantes locais que adotavam um método também violento, os europeus têm suas sensibilidades feridas. Nestes termos, Descola (1998) argumenta que os cavalos, ao contrário dos jacarés ou onças, estão mais próximos do cotidiano dos viajantes, por isso os europeus se mostraram menos tolerantes ao incômodo do bem-estar destes animais.

Na segunda parte do trabalho, debruçamo-nos em representações dos modos de vida das populações locais. As descrições sobre vilas e habitações foram as primeiras que

analisamos. Ali percebemos, via de regras, que são destacados aspectos centrais pelos viajantes: o número de habitantes, a quantidade de casas, o material utilizado nas construções, o alinhamento das ruas, a presença de prédios oficiais, suas condições estruturais, o estado religioso.

Nas palavras de Barreiro (2002), todos estes destaques são revelados para dar conta de um estado civilizatório daqueles lugares, que será quase sempre taxado como em ruína, bárbaro, decadente. A grande razão destacada pelos viajantes para o decair das vilas e de suas habitações era o extrativismo, principalmente já na segunda metade do século XIX, quando a borracha passa a dominar os mercados marajoaras, pois retirava o homem da convivência dos centros urbanos em detrimento de uma vida solitária nas matas, deixando, assim, as vilas sem o devido cuidado, além de privar os seringueiros das relações sociais “civilizadas”, agenciadas, por exemplo, em festas ou missas na igreja.

Expomos também que, a partir de uma ideia de espelho de um estado moral, as habitações construídas com materiais fornecidos pela natureza eram inferiorizadas e taxadas como miseráveis, pobres, sujas, modestas, com nomes como cabanas, choupanas, casinholas, choças, diferindo daquelas habitações erigidas aos moldes europeus, ou seja, em alvenaria.

Neste cenário, a própria iconografia produzida por estes viajantes sobre as vilas também refletirá a opção privilegiada pelas construções europeias. Assim, destacamos ângulos de registros das vilas que privilegiaram casas de alvenaria. No entanto, a inserção de determinados elementos transculturados da realidade do viajante em simbiose com elementos locais, expressa aquilo que Martins (2001) chamou de paisagens híbridas.

Analisamos também os relatos sobre os habitantes locais nos livros de viagem. Índios, negros, escravos, cafuzos, tapuios, europeus, revelam-se representados por uma lógica racialista e crítica das mestiçagens. Os relatos dos “tipos puros” são frequentes, sendo destacadas características tanto físicas, como a cor do cabelo, altura, estrutura física, tamanho da testa, aspectos psicológicos para designar, por exemplo, o estado moral ou a índole do cafuzo, que por ser mestiço, popularmente era taxado como o mais indolente.

O que fica evidente é que a definição dos tipos seguia os mesmos preceitos das descrições zoológicas. O homem, passando a ser analisado à luz das ciências naturais, é colocado ao lado dos outros animais enquanto objeto de estudo, a Etnografia e a Antropologia seriam ciências responsáveis por estudar o humano, a primeira eminentemente monogenista se dedicava aos estudos das diferenças culturais, já a segunda, poligenista, ocupava-se dos estudos biológicos.

Propomos chamar de *ambivalências da zona de contato* o fato de os viajantes, por um lado, criticarem as miscigenações em detrimento de um tipo racial puro, mas por outro lado, durante a experiência da viagem, em relações estabelecidas com estes mesmo agentes criticados, os homens e mulheres das ciências os defendem. Foi nesta parte também que analisamos as trocas culturais estabelecidas entre índios, negros e europeus. Em relações assimétricas de poder, observamos que frente às imposições do mundo letrado, os habitantes locais criavam táticas de resistência e reafirmavam aspectos dos que foram privados.

Finalmente, mapeamos e acompanhamos os modos de trabalho na região marajoara. Provindos de uma tradição regrada pelo tempo do relógio, em oposição ao tempo das tarefas, como apreende Thompson (1998), os viajantes traduziam o quadro de ocupação dos habitantes locais como preguiçoso, indolente, improdutivo. A crítica recaía sobre a economia da região marajoara, principalmente do Marajó das Florestas, onde o extrativismo se mostrou como a única indústria viável (Weinstein 1993). Como buscamos expor, na ótica do viajante, a agricultura, atividade que demandava uma fixação do homem em um pedaço de terra privado e um trabalho regrado de cultivo, como acontecia na Europa, se mostrava em modelo mais adequado a ser seguido.

Indo na contramão desta visão, a ocupação com o extrativismo levava os homens às florestas por longos períodos, sem um melhoramento de uma propriedade privada. Mesmo nas vilas, os viajantes criticavam as ocupações adotadas pelos nativos, o que pode ser visto no caso da cerâmica, taxada como emprego irregular, que não trazia lucros e representava um modo de vida indolente.

Na parte do Marajó dos Campos, apesar da indústria da pecuária se mostrar como uma atividade mais alinhada às concepções defendidas pelos estrangeiros, também havia críticas, principalmente no que tange à questão do roubo de gado, visto enquanto exemplo de um estado moralmente endêmico de uma sociedade que não sabe aproveitar os recursos oferecidos pela natureza. A descrição deste quadro econômico expõe a defesa, por parte dos viajantes, da exploração capitalista a ser alcançada somente pela regência da razão ocidental (Pratt 1999).

Toda esta viagem por entre os livros nos possibilitou visualizar diferentes concepções de mundo que se chocaram, estranharam-se e, em boa medida, contaminaram-se na região marajoara. O resultado foram relatos atravessados pela lógica capitalista dos viajantes e pelas narrativas moldadas à luz das relações estabelecidas na zona de encontro entre indígenas, africanos, mestiços, colonizadores e colonos. Entre estranhamentos, assimétricas e trocas culturais entre viajantes e marajoaras, a literatura de viagem como

produção coletiva revela-se campo etnográfico de muitas incursões, aqui tentamos construir e socializar uma delas.

Apêndice

1. Spix e Martius

A viagem destes dois alemães para o Brasil em 1817 se deu por ocasião do casamento da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, filha do Imperador Francisco I, com o príncipe herdeiro da coroa portuguesa D. Pedro de Alcântara. Com este arranjo matrimonial, viu o Rei da Baviera Maximiliano José I, genro do imperador austríaco, a oportunidade de colocar em prática a proposta que havia lançado anos antes à Academia de Ciências de Munique sobre realização de uma expedição exploratória pela América do Sul. Assim, junto com a comitiva da Arquiduquesa também se organizou uma comissão com vários profissionais dos diversos setores das ciências naturais que, também incentivados pelo governo brasileiro, deveriam explorar as terras nacionais. Dentre os escolhidos para esta viagem estavam os dois naturalistas.

Johann Baptist von Spix, nasceu em 9 de fevereiro de 1781, na cidade de Hochsteadt, no sul da Alemanha. Estudou teologia e medicina, além de mais tarde ter se dedicado aos estudos de anatomia e fisiologia. Em 1810, ajudou a organizar as coleções zoológica e zootômica da Academia Bávara de Ciências, um ano mais tarde é nomeado, pelo próprio monarca como conservador e curador das referidas coleções. É nesta posição que sete anos mais tarde Spix foi indicado pela academia para fazer parte como um dos líderes da expedição ao Brasil (Boaventura Leite 1996; Lisboa 1997; Meirelles Filho 2009; Sallas 2013).

Ao lado de Spix, estava a frente da expedição o também alemão Karl Friedrich von Martius. Nascido em Erlangen, na região da Baviera, no ano de 1794, formou-se em Medicina aos vinte anos de idade na Universidade Fredericus Alexander. Von Martius conheceu Spix em uma visita de trabalho do zoólogo a sua cidade natal, de quem ganha grande apoio para seguir carreira na área da Botânica. Doutorou-se defendendo trabalho de catalogação científica do Jardim Botânico de Munique, em 1814, candidatando-se logo em seguida a uma vaga em um curso de aperfeiçoamento em botânica na Real Academia de Ciências de Munique. Por seus relevantes trabalhos foi escolhido como o botânico oficial da expedição para a América (Boaventura Leite 1996; Lisboa 1997; Meirelles Filho 2009; Sallas 2013).

Entre os anos de 1817 e 1820 estes dois viajantes excursionaram por várias regiões brasileiras, realizaram coletas e, ao voltarem à Europa, escreveram uma série de livros, alguns voltados para os estudos posteriormente produzidos a partir dos materiais coletados, outros

sobre suas viagens pelo território nacional. O mais famoso livro é o *Reise in Brasilien*, escrito pelos dois autores²³ e publicado originalmente em 3 volumes entre os anos de 1823 e 1831.



Figura 19 - Spix (esq) e Martius (dir)
(Fonte: Spix e Martius 1981:16 – 17)

Estes homens das letras vinham encarregados de múltiplas funções, devendo atentar para diversos aspectos da realidade visitada. Estas instruções fornecidas aos viajantes “[...] envolviam o mais amplo e extenso programa de pesquisa em praticamente todos os campos conhecidos das ciências” (Sallas 2013:62). A demarcação destes objetivos levava a delimitação também das rotas a serem seguidas, pois a partir do que se busca observar se decidia para onde se iria excursionar.

Spix e Martius desembarcaram em Belém no dia 25 de julho de 1819 e de lá partiram para a viagem de subida do rio Amazonas no dia 21 de agosto daquele mesmo ano. Depois de uma difícil travessia onde o barco dos naturalistas foi atormentado por tempestades e mesmo tendo perdido o piloto da embarcação, diagnosticado pelos dois alemães com varíola, fato que fez os próprios viajantes assumirem a direção do barco, eles chegam à vila de Breves no dia 3 de setembro. Partiram desta vila neste mesmo dia, a meia noite, já com um novo piloto. No dia 9 de setembro aportaram em Gurupá, lá também não demoraram, apenas o tempo suficiente para efetuar nova troca de piloto para a embarcação. A 10 de setembro os viajantes já haviam deixado para trás a região marajoara e ancorado na vila de Porto de Moz.

²³ Alguns estudiosos acreditarem que sua produção foi majoritariamente, se não totalmente, feita por von Martius, considerando a precoce morte do zoólogo Spix.

2. Príncipe Adalberto da Prússia

Nascido em Berlim em 1811, era filho do Príncipe Wilhelm da Prússia e desde cedo já havia excursionado por vários países europeus. Aos 31 anos, influenciado por leituras que fazia de relatos de viajantes, ele realizou sua viagem à América do Sul (Meirelles Filho 2009).

No prefácio do seu livro, Príncipe Adalberto da Prússia revela seu objetivo ao propor a expedição para o Brasil, “[...] uma grande viagem por mar que me levasse muito longe pelo mundo afora, porque esse, quase que desde infância, tinha sido um dos meus maiores desejos; minha viva fantasia, atraída pelas maravilhas tropicais, deu-lhe uma direção mais exata” (Prússia 2002:11).



Figura 20 – Príncipe Adalberto da Prússia (centro)
(Fonte: Meirelles Filho 2009 – capa)

O desejo por uma aventura é catalisado pela natureza tropical ou pelo menos pelas imagens de uma natureza que se associavam ao território nacional. De fato, Príncipe Adalberto não era das ciências naturais, quando jovem seguiu carreira militar, mas ao ler as narrativas de naturalistas como as de Spix e Martius, Humboldt e mesmo dos primeiros

cronistas, centrados no momento da chegada do europeu na América, como Orellana - este alemão se associou aqueles viajantes aventureiros e entusiastas das ciências naturais atraídos pelas *maravilhas tropicais*.

3. Louis e Elizabeth Agassiz

Louis Agassiz era um suíço com formação em botânica e medicina, que tinha seus estudos principais voltados para a área da ictiologia, lecionou zoologia na Universidade de Harvard, onde fundou o Museum for Comparative Zoology, também nos Estados Unidos conheceu e casou com a norte-americana Elizabeth Cary (Meirelles Filho 2009).

Elizabeth Cary Agassiz foi uma educadora norte-americana que, tendo crescido entre intelectuais, interessou-se pelas ciências naturais. Esteve a frente de várias instituições de educação na América do Norte, chegando inclusive a fundar o Radcliffe College para moças. Acompanhou seu marido na expedição pelo Brasil, tendo escrito em cooperação com ele o livro *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Nestes relatos, a autora deixa importantes considerações sobre, dentre outras coisas, a educação para meninas no Brasil (Moreira Leite 1997).



Figura 21 – Louis e Elizabeth Agassiz

(Fonte: Arquivos da Schlesinger Library, Radcliff Institute For Advanced Study, Harvard University)

O relato do casal Agassiz traz consigo esta característica única de escrita conjunta. Como argumenta Lorelai Kury “nos relatos da época ainda era rara a presença feminina em produções científicas. Por mais culta que fosse a viajante, o mais comum era que seus textos

se enquadrassem no gênero do relato pitoresco ou das descrições artísticas [...]” (Kury 2001:159). Neste quadro, importa aqui dizer que as partes relativas à circulação por entre o território marajoara foi narrado no livro de viagem por Elizabeth Agassiz. Temos, nesse momento, a singular oportunidade de estudar a narrativa desta mulher das letras, suas impressões e percepções sobre aquela parte da Amazônia.

A Expedição Thayer, uma das mais conhecidas do século XIX, foi chefiada por Louis Agassiz, e contou com contribuições de diversos profissionais como William James e C. F. Hartt, este último viajou pelo arquipélago de Marajó e produziu várias obras sobre a região, analisando principalmente seus aspectos Geológicos e Arqueológicos.

Louis Agassiz nutria, desde cedo, desejo de excursionar pelo Brasil. Sua vontade se acentua quando foi convidado por Von Martius, por ocasião da morte de Spix, para cuidar das descrições dos peixes que estes viajantes coletaram na Amazônia. Assim, ao se propor excursionar pelo Brasil, Agassiz defendeu que seu propósito seria estudar a ictiofauna da região além da coleta de espécimes. Por outro lado, a expedição também tinha como objetivo a comprovação de suas teses de cunho criacionista. A esse respeito, comenta o autor:

Perguntam-me muitas vezes qual o objetivo principal da expedição que empreendi na América do Sul. Sem dúvida, de um modo geral, foi fazer coleções para futuros estudos. A convicção, porém, que me domina irresistivelmente é a de que a combinação das espécies, num continente como esse em que as faunas são tão características e diferentes das outras partes do mundo, me proporcionará os meios de provar que a teoria das transformações repousa sobre fato algum (Agassiz e Agassiz 2000:49).

Com a publicação, apenas alguns anos antes da primeira edição do livro de Charles Darwin, *A Origem das Espécies* (1859), dominou no cenário intelectual as teses de cunho evolucionista, entretanto Agassiz era profundo defensor do criacionismo e fazia parte de grupos que admitiam leituras científicas da bíblia (Kury 2001:158). Deste modo, sua expedição também foi moldada para provar a falácia da “teoria das transformações”.

A expedição chefiada por Agassiz passou pelo arquipélago de Marajó no período de 20 a 24 de agosto de 1865 e entre 1 e 4 de fevereiro de 1866, sendo no primeiro momento a viagem de subida do rio Amazonas e no segundo o retorno à capital paraense.

4. William Edwards

William Henry Edwards nasceu em Nova York no ano 1822, foi um homem das leis por formação e um entusiasta da história natural. Provindo de uma família de industriais, ganhou fortuna com minas de carvão no estado americano de West Virginia, sendo um dos pioneiros na exploração daquela área. Em 1846, recém-saído da universidade, aos 23 anos, ele

viajou para a América do Sul acompanhado de seu tio Armory Edwards. Desta expedição resultou o livro *A Voyage up the River Amazon, including a residence at Para*, originalmente publicado em 1847, sua primeira publicação.



Figura 22 – William Edwards
(Fonte: Sullivan 2017).

Apesar desta primeira obra, ganhou fama mesmo por seus conhecimentos no campo da entomologia, publicando vários artigos desde 1868 no periódico *Canadian Entomologist*, mas seu trabalho mais famoso foi o livro *The Butterflies of North America*, de 1879. Por sua notória sabedoria, foi responsável pela identificação e classificação de diversas coleções entomológicas de instituições como o Smithsonian e o British Museum, além de ter se tornado membro honorário de várias sociedades científicas mundo afora, como aquela recebida da *Entomological Society of Ontario* (Bethune, C. S. J. 1909; Sullivan, Debra K. 2012; Planck, Jim 2013).

5. H. M. Myers e P. V. N. Myers

A expedição de que foram integrantes Henry Morris Myers e Philip van Ness Myers foi realizada pelo Lyceum of Natural History, da Williams College, sob os auspícios do Smithsonian Institution, ambas instituições dos Estados Unidos. O William College agenciou

várias expedições para a América do Sul com o propósito de apresentar campos de pesquisa novos e interessantes. A expedição de H. M. Myers e P. V. N. Myers foi realizada no ano de 1867 e foi acompanhada pelo Prof. James Orton, da Rochester University, que publicou também um livro sobre suas expedições na região amazônica e Andes. São poucas e esparsas as informações sobre esta expedição, sabemos que foi dividida em dois momentos: a primeira, da qual faziam parte os Myers, iniciou-se em Caracas e adentrou a Amazônia brasileira pelo Orinoco e Rio Negro; a segunda, da qual fez parte James Orton, partiu dos Andes, prosseguindo para Quito e tomando os caminhos do rio Napo até alcançar o rio Amazonas (Myers e Myers 1871). Assim, temos as narrativas das duas frentes, ambas passaram pela região marajoara e são exploradas nesta dissertação.



Figura 23 - Philip Van Ness Myers
(Fonte: Hall dos “Former President”, University of Cincinnati)

Sobre os autores de *Life and Nature Under the Tropics*, são escassas as informações biográficas. De fato, Philip Van Ness Myers é o único com alguma informação sobre sua vida, sabemos que nasceu em 1846, no estado americano de Nova York, foi acadêmico dedicado à História e Política Econômica, tendo escrito ou traduzido vários trabalhos sobre a temática, foi presidente do Belmont College de Ohio e reitor da University of Cincinnati em 1895, morreu em 1937 (Warner 2008).

Os viajantes não eram de fato homens das ciências naturais, mas como entusiastas da área dedicaram-se à expedição, realizaram coletas, formaram coleções e foram influenciados por autores da área. No prefácio do livro, H. M. Myers e P. V. N. Myers expõem que foram norteados por vários nomes das ciências naturais que os precederam em excursões pela América do Sul, dentre os quais figuram os de Humboldt, Wallace, Bates e Agassiz. Todos estes são homens das ciências, mas também demarcam estilos e influências que afetaram o trabalho dos Myers: um romântico, defensor da teoria do desenvolvimento das espécies (ou mais tarde teoria da evolução das espécies – não em seu aspecto social, mas no biológico), colecionista e criacionista. *Life and Natures Under the Tropics* trará uma escrita atravessada por estas escolas.

6. Herbert Smith

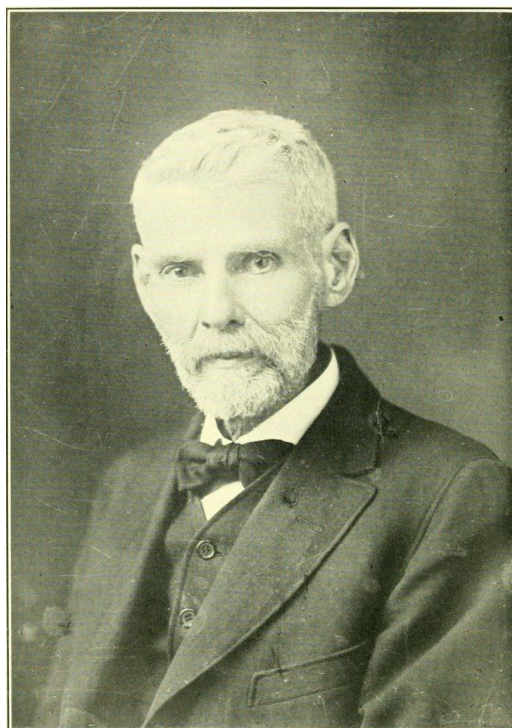


Figura 24 - Herbert Smith
(Fonte: Holland 1919, placa LXII)

Nascido em Nova York no ano de 1851, formou-se em história natural pela *Cornell University*. Ainda enquanto aluno, fez sua primeira expedição para o Brasil como membro da expedição Morgan, de 1870, chefiada pelo geólogo Charles Hartt, de quem teve fortes influências. Interessou-se também em biogeografia e no estudo de insetos e moluscos, coletando e organizado várias coleções dispersas pelo mundo. Retorna ao Brasil em 1874 atraído pela “vida tropical” e pós dois anos de pesquisas, é convidado por seu antigo professor

Charles Hartt para fazer parte da Comissão Geológica do Império do Brasil, por mais de um ano explorou o vale amazônico até seu retorno aos Estados Unidos, onde publicou uma série de artigos sobre suas viagens pelas terras nacionais, principalmente para o periódico *Scribner's Monthly*, além do livro que aqui estudamos *Brazil, the Amazons and the Coast*, de 1879 (Kunzler et. al. 2011; Moreira Leite 1997).

7. E. Levasseur

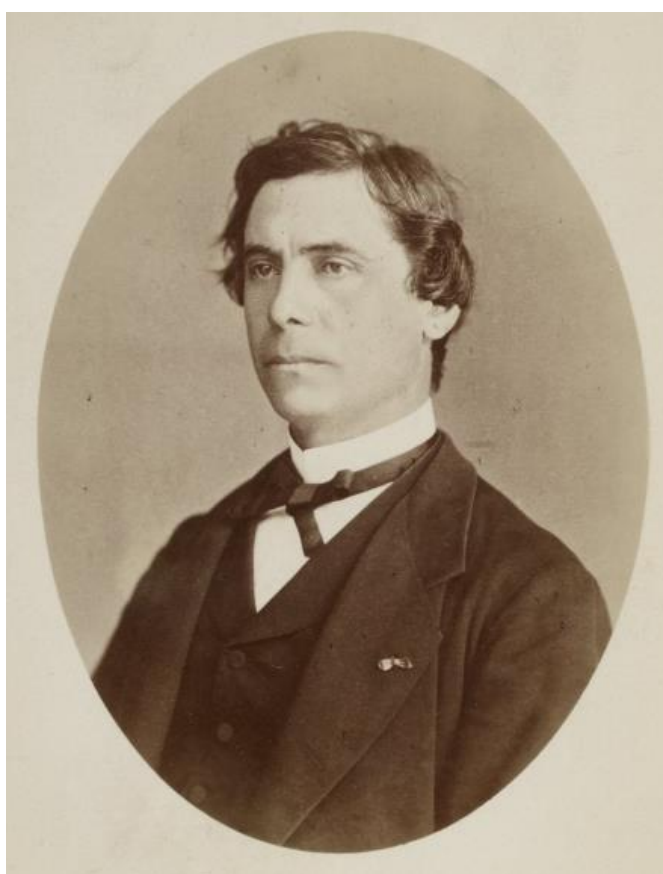


Figura 25 - Pierre Emile Levasseur
(Fonte: Bibliothèque Nationale de France – identificação: /12148/btv1b8450678g)

Pierre Emile Levasseur dispõe de grande conhecimento sobre geografia. Nascido em Paris no ano de 1828, se formou em história inicialmente, mas tendo participado de várias sociedades científicas, entrou em contato com outras diversas áreas, tendo se destacado principalmente na economia, geografia e estatística (Palsky 2006). Por conta de seus estudos, é considerado o pai de várias disciplinas, dentre as quais figuram a geografia econômica (mais tarde geografia humana) e demografia, tendo grande recorrência também na cartografia e estatística. Foi presidente fundador da Société de Géographie Commerciale da França e

administrador do Collège de France. Apesar de ter gozado de grande reconhecimento na segunda metade do século XIX, poucas são as obras biográficas deste autor (Otero 2006).

Sobre o texto *Le Brésil*, de Levasseur, podemos dizer que é na verdade parte da obra *Grande Encyclopédie* e, como argumenta o próprio autor no prefácio do livro, dedica-se a reunir em um grande resumo sucinto e metódico os principais tratos da geografia física, política e econômica, da história e do progresso social do Brasil.

8. Antonio Baena

Antonio Ladislau Monteiro Baena nasceu em Lisboa no ano de 1782. Dedicou-se a carreira militar, servindo como cadete do regimento de cavalaria de Mecklemburgo. Em 1803, aos vinte anos, viajou para o Pará acompanhado de D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos. Também em Belém ocupou vários cargos militares, até ser nomeado em 1820 cavaleiro da Ordem de Aviz. Atuou como professor de Matemática na Escola Militar, desenvolveu projetos militares, comerciais e civis, confiados a ele pelo governo. Em 1832 foi convocado para compor uma Comissão, na posição de secretário, quando organizou as estatísticas da Província do Pará. Como resultados dos trabalhos desenvolvidos nesta Comissão, publicou em 1839 a obra que analisamos: *Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará*. Antonio Baena viveu em Belém até sua morte em 1850 (Barros 2005, 2006; Baena 2004).

9. Oscar Leal

Filho de um comendador português que residia no Rio de Janeiro, Oscar Leal completou seus estudos em Portugal na área das Ciências Biológicas. Iniciou sua vida de viajante logo cedo, aos vinte anos realizou suas primeiras expedições, ao longo de sua vida viajou pela Europa e América do Sul, passando por países como Argentina, Uruguai e Paraguai. No Brasil viajou por várias províncias, com destaque para suas viagens a Goiás e ao Pará, das quais resultaram: *Viagens às Terras Goyanas – Brazil Central* (1892); e o livro selecionado para o presente estudo: *Viagem a um País de Selvagens* (1895) (Medeiros e Ferraro 2016; Luz 2012).

Os relatos de Oscar Leal carregam consigo uma singularidade: por um lado o autor brasileiro produz uma narrativa de dentro, endógena, mas por outro o que marca sua escrita é o forte eurocentrismo, presente desde o título de sua obra. Vale ajuizar que suas expedições não tiveram financiamento de qualquer instituição científica, este viajante não estava

preocupado em coletar, classificar, ordenar, mas sim em mostrar o seu país. Para ele, o Brasil era um território com poucos escritos: “O que é o Brasil? Um país vastíssimo, mal povoado, pouco conhecido, cheio de riquezas inúmeras. E se há escrito sobre ele? Nada, para não dizer muito pouco” (Leal 2012:16).

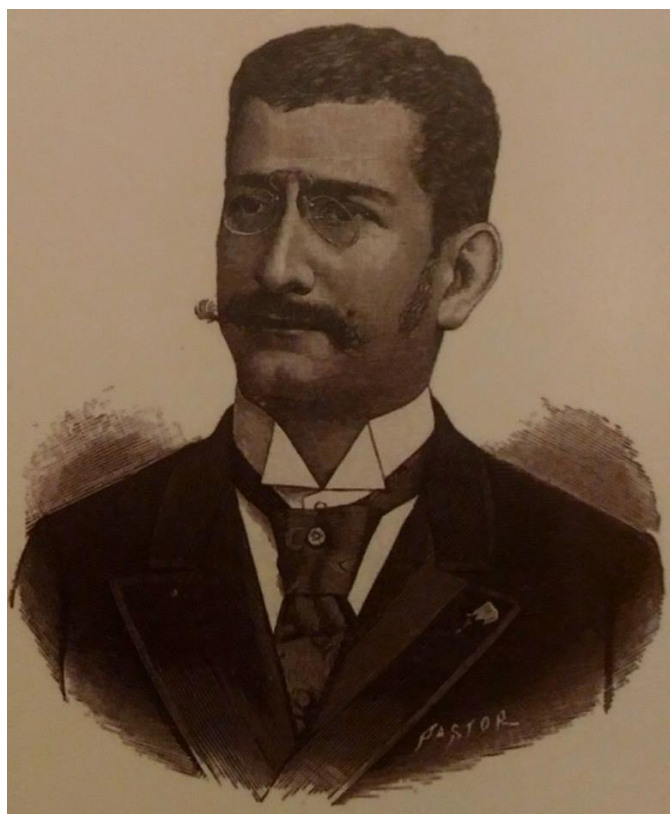


Figura 26 – Oscar Leal
(Fonte: Leal 2012 – capa)

Oscar Leal tem seus escritos revestidos de um caráter nacionalista. No início do seu livro de viagem à Amazônia, declara: “Servir o Brasil – eis o meu fim”. Ele fala sobre a rara ocorrência de obras de viajantes brasileiros. Para ele a culpa de poucos escritos sobre e a partir do Brasil ocorre por causa da inveja: “Em primeiro lugar embargam-lhe a modéstia e o medo, e em segundo o receio e o temor da crítica mesquinha e cruel, que no Brasil é uma arma egoística manejada quase sempre pelos pretenciosos e invejosos de todo o gênero” (Leal 2012:16).

Poucos foram os brasileiros que escreveram alguma obra de viagem sobre o Brasil se comparado com o surpreendente número de livros estrangeiros. Frente ao domínio de alguns países da Europa e Estados Unidos na produção de livros de viagem, era mais comum conhecer o território nacional a partir da visão de um estrangeiro, cujas obras traduzidas contavam-se aos milhares.

10. Barão de Marajó

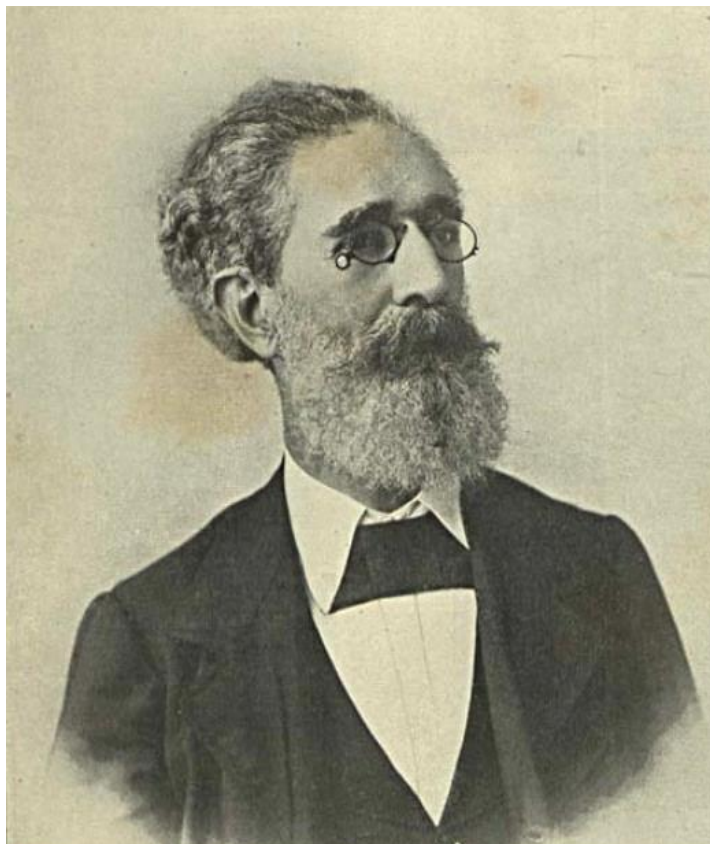


Figura 27 – Barão de Marajó
(Fonte: Coelho 2015:37).

Nascido em Belém às vésperas da Cabanagem, no ano de 1832, José Coelho da Gama Abreu teve sua formação concluída na Europa, na Universidade de Coimbra, em Filosofia, tendo também estudado Matemática. De volta a Belém em 1855, foi professor no Liceu Paraense, secretário de obras públicas, sendo responsável por obras como o Bosque Rodrigues Alves e o Palácio Antônio Lemos. Na política foi deputado, presidente provincial por duas vezes, já na república foi intendente municipal de Belém, além de senador. Em 1881, pelos serviços prestados, ganhou o título de Barão do Marajó pelo Imperador. Gama Abreu também é autor de importantes trabalhos de pesquisa sobre a região amazônica, fato que o credenciou como correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, além de ter sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. (Farias 2010; Sarges e Coelho 2014; Coelho 2015; Barão de Marajó 1992).

11. Ferdinand Denis

Jean Ferdinand Denis nasceu no ano de 1798 em Paris, na França. Filho de um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aos dezoito anos deixou sua cidade natal em direção à Índia, mas durante uma parada no Rio de Janeiro, o viajante ali desembarcou, permanecendo na América do Sul por cinco anos, de 1816 a 1821. A partir de sua viagem produziu uma ampla bibliografia sobre o Brasil, abordando temas variados como natureza, história, arqueologia, povos indígenas e literatura nacional. O primeiro livro foi publicado no retorno à França, em parceria com o pintor Hippolyte Taunay (1755 - 1830), filho do também pintor francês Nicolas Taunay (1755 - 1830), membro da missão artística francesa, com o título *Le Brésil, ou Histoire, Moeus, Usages et Coutumes des Habitans de ce Royaume*, publicado em seis volumes entre 1821 e 1822. Denis foi um dos intérpretes do romantismo francês nos trópicos, sendo considerado um dos mais importantes nomes no desenvolvimento de uma consciência nacional da literatura romântica brasileira.



Figura 28 – Ferdinand Denis

(Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – Disponível em: <http://purl.pt/4768/3/>)

Durante grande parte de sua vida desempenhou papel de bibliotecário e curador da Bibliothèque Sainte-Geneviève, em Paris, tendo também se tornado administrador geral da mesma instituição, função que mantém por vinte anos até sua morte em 1890 (Oliveira 2004; Laborie 2013; Zilberman 2013).

12. Alexander de Belmar

Apesar de sua obra ser frequentemente utilizada como fonte para trabalhos sobre o Brasil do século XIX, Alexander de Belmar ainda é um viajante pouco estudado. São raras as referências biográficas deste autor. Odilon Nogueira de Matos (1981) relata esta dificuldade e percebe que mesmo no livro deste viajante seu nome aparece somente como A. de Belmar. Segundo Matos, é somente Paulo Berger quem revela o nome completo do autor em uma obra sobre os viajantes, Alexandre de Belmar. Maria Clélia Lustosa Costa (2013) destaca que Belmar era de nacionalidade francesa, tendo passado, além da Amazônia, também pelo nordeste brasileiro, onde teve trabalho publicado em 1898 pelo Instituto do Ceará. Segundo o banco de viajantes da Unicamp (<http://www.ifch.unicamp.br/cecult/viajantes/> - acessado em 13 de abril de 2017), a obra *L'Empire du Brésil*, trabalhado nesta pesquisa, trata-se de uma monografia do autor, baseada na observação direta e nos escritos de M. Freycinet, F. Denis, J. Henderson, A. Cazal, Casado Giraldes, M. Graham, Martin, X. Eyma, F. S. Constancio, R. Avé Lallemand.

13. Charles Baerington Brown e William Lidstone

Charles Baerington Brown foi o segundo filho de Richard Brown, nasceu em 23 de agosto de 1839, em Cape Breton, no Canadá. Teve sua formação em geologia adquirida na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos e na Royal School of Mines, da Inglaterra. Trabalhou na *Geological Survey of the West Indies (Jamaica) and of British Guiana (Demerara)*, de 1864 a 1870, onde desenvolveu pesquisas pioneiras sobre a geologia destes locais, chegando a ganhar comendas de governadores destas colônias por seus relevantes serviços.

O viajante ficou famoso por descobrir em abril de 1870, durante expedição no rio Potaro, na então Guiana Inglesa, as cataratas Kaieteur, até aquele momento a maior queda d'água conhecida no mundo. Entre 1873 e 1875 esteve a serviço da *Steam Navigation Company* explorando o rio Amazonas e seus tributários, relatando sua experiência de viagem

conjuntamente com seu companheiro William Lidstone, no livro *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and its Tributaries*, publicado originalmente em Londres, no ano de 1878.

Dedicou-se ainda a exploração de metais e pedras preciosas na Guiana Inglesa e Suriname, chegando a ocupar o cargo de Secretário de Estado para a Índia, onde deveria relatar as minas de rubi de Burmah. Na virada do século XIX para o XX, Brown estava devotado principalmente à mineração de pedras preciosas na Carolina do Norte, no Ceilão e em Nova Gales do Sul.

Morreu aos 77 anos, em 13 de fevereiro de 1917, em decorrência de diversas complicações causadas pelas variações climáticas enfrentadas durante suas viagens, ao lado das febres que contraiu na Amazônia (*Geological Magazine* 1917).

14. Henry Bates

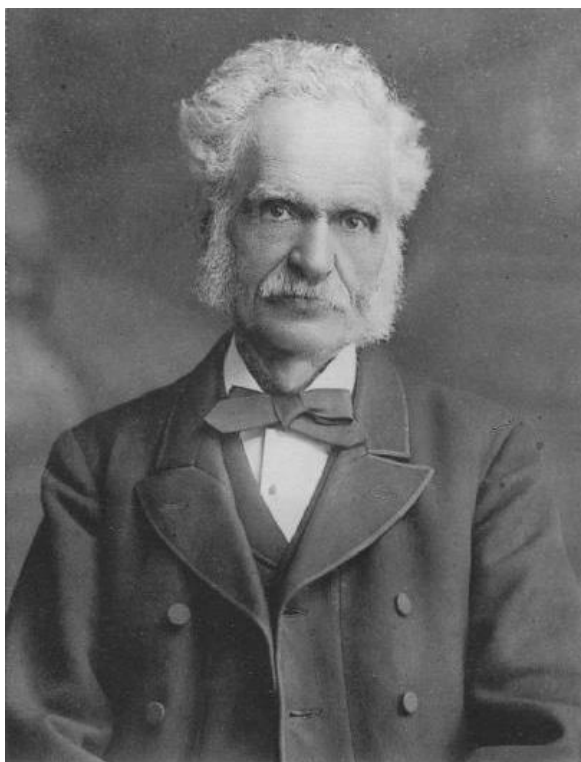


Figura 29 – Henry Bates
(Fonte: Thompson 1892:257)

Henry Walter Bates nasceu em 8 de fevereiro de 1825, na cidade de Leicester, na Inglaterra. Filho de um trabalhador industrial, desde cedo se interessou pelas ciências naturais, tendo escrito ainda aos dezoito anos um artigo chamado *Notas sobre Insetos Coleopterous frequentando lugares úmidos*, publicado pela revista *Zoologist*, em 1843. Bates foi autodidata, dedicando-se a leituras centrais em sua área de interesse como Malthus, Hutton e Darwin.

Viajou junto com Alfred Russel Wallace para o Brasil em 1848, quem conheceu um ano antes. Chegaram a Belém em 26 de abril de 1848 e apesar de terem planejado a expedição juntos, os viajantes se separam, tendo Bates só iniciado sua excursão pelo rio Amazonas e Tapajós em 6 de novembro de 1851, dois anos depois de sua chegada a Cidade das Mangueiras e demorou sete anos e meio para finalizá-la.

O naturalista permaneceu por onze anos (1848-1859) no Brasil, sete a mais que seu companheiro Wallace. Voltou com a saúde enfraquecida da América do Sul, depois de ter sido atacado por várias doenças, principalmente malária, fazendo com que ele necessitasse frequentemente de cuidados médicos para o resto da vida. Publicou dois anos após seu retorno à Inglaterra seu livro mais famoso: *Um naturalista no Rio Amazonas* (1863).

Bates ocupou vários cargos burocráticos em sociedades científicas, pois era visto mais como naturalista amador do que como cientista no meio acadêmico. Seu reconhecimento só veio em 1881, quando foi aceito como sócio da *Royal Geographical Society*, onde trabalhou por mais de vinte anos como secretaria assistente.

Em fevereiro de 1892 foi atacado por influenza, aliada a uma bronquite e a já debilitada saúde em razão de diversas complicações desde a viagem para a Amazônia. Bates morre pobre, sem receber qualquer auxílio estatal, na manhã de 16 de fevereiro de 1892, aos 67 anos. (Obituário: Henry Walter Bates 1892; Meirelles Filho 2009)

15. F. Biard



Figura 30 - François-Auguste Biard
(Fonte: Karel 1992 s/n)

François-Auguste Biard nasceu em 8 de outubro de 1798, na cidade de Lyon, na França. Teve suas orientações voltadas para seguir os caminhos da vida religiosa, mas foi nas artes que ele encontrou sua vocação. Estudando na escola de Belas Artes de Lyon, o excursionista teve como mestre Pierre-Henri Révoil, sua primeira exposição no Salão de Lyon foi 1822, com a pintura *Les enfants perdus dans la forêt*.

Foi professor na marinha francesa, ensinando desenho a bordo de uma fragata no Mediterrâneo em 1828. Já na década de 1830, viajou pela Escandinávia, passando pela Dinamarca, Noruega e Finlândia, despertando um interesse por registrar temas do cotidiano e da natureza dos locais que viajava, por este fato é considerado um pintor naturalista. É ainda na mesma década que se torna um pintor de renome, tendo obras expostas em galerias e museus de várias partes da Europa, recebendo em três ocasiões medalhas em reconhecimento.

Biard também se torna retratista oficial da corte de Luis Filipe, monarca francês da época. É neste posto que o artista viaja para o Brasil em 1858, custeando de seu bolso a expedição que percorreu, de norte a sul, vários estados brasileiros por dois anos. No Rio de Janeiro ele funda, sob os auspícios do Imperador D. Pedro II, de quem era muito próximo, uma Academia de Belas Artes, onde foi nomeado professor. Um fato curioso é que este viajante, ao excursionar pela Amazônia, buscava encontrar o dito “índio selvagem”, mas encontra grandes dificuldades, pois ele diz que em sua maioria os índios brasileiros já tinham algum contato com o homem branco. Decepcionado, o viajante retrata em suas gravuras um índio “corrompido”, diferentemente de outros viajantes que tendiam a produzir representações dicotômicas dos grupos indígenas do Brasil, indo da idealização, que gestou a imagem do bom selvagem, ou, então, gestando a imagem do índio cruel e primitivo.

Ao retornar para a França publica o livro *Deux Aneè au Brésil* (1862), no qual relata sua experiência de viagem pelo território nacional. Uma das características mais marcantes das obras literárias e iconográficas de Biard é a grande tendência ao humor, chegando, às vezes, a um tom sarcástico. O artista morre em 30 de junho de 1882 em seu país natal (Philipon e Huart 1841; Karel 1992; Yussuf 2012; Araújo 2015).

16. Charles Marie Philippe de Kerhallet

Kerhallet nasceu em Rennes, na França, em 17 de setembro de 1809. Filho de Michel Charles Marie Philippes de Kerhallet e de Marie Anne Angélique Claudine Belletier recebeu sua formação na escola naval de Angoulême, tornando-se aspirante da marinha em 1825, sendo promovido à capitão somente em 1849, já aos quarenta anos. Foi através do serviço

militar que veio para as Américas do Sul e Central, servir na estação de Newfoundland e Caiena, tendo atuado também no Golfo do México.

Em suas viagens, dedicou-se a preparar mapas e cartas de navegação das terras por onde passou. Ao retornar para a França escreveu diversos livros sobre as descrições físicas e rotas de navegação da América Latina. Um dos seus primeiros trabalhos foi *Instruction pour Remonter la Cote du Brésil, depuis San-Luiz de Maranhô Jusqu'au Para, pour Descendre la Rivière de ce Nom et pour en Débouquer*, publicado em Paris, no ano de 1841. Um fato curioso de se notar é que as obras de Kerhallet, por serem descrições que objetivavam indicar rotas de navegação e aspectos das costas das regiões que ele visitou, não há identificação de data na narrativa, apesar de sabermos que sua viagem à Amazônia brasileira foi na década de 1830. (Kerhallet 1841; Wilson e Fiske 1888).

17. Henri Coudreau



Figura 31 - Henri Coudreau
(Fonte: henricoudreau.fr)

Coudreau nasceu em Sonnac, na França, em 6 de maio de 1859. Após frequentar a Escola Normal de Cluny, passa a lecionar História e Geografia na Escola Profissional de Reims e, posteriormente, no colégio Chermont-Ferrand, já em 1880. Um ano depois, em

1881, foi enviado à Guiana Francesa, onde se tornou professor no Liceu de Caiena. É ali que Coudreau inicia suas viagens exploratórias pela região amazônica, publicando em 1883 *Richesses de la Guyenne française*, apenas dois anos depois de sua chegada à América do Sul.

Henri Coudreau foi contratado, então, pelo governo francês para realizar uma expedição exploratória para estudar os territórios contestados por Brasil e França na região Amazônica, missão que foi realizada entre os anos de 1883 e 1885. Entre 1887 e 1889 realizou outras expedições pela Guiana Francesa a serviço do Ministério da Instrução Pública.

A partir da década de 1890, o viajante passou a trabalhar para o governo brasileiro, sendo encarregado pelo governador do Pará, Lauro Sodré, a explorar as regiões dos rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Araguaia, Jamundá, Trobetas, dentre outros. Destas expedições resultaram várias publicações, dentre as quais *Voyages a travers les Guyanes et L'Amzonie* (1887) e *Voyage entre Tocantins et Xingu* (1899), este último com um vasto material fotográfico produzido pelo autor. Um fato curioso é que, assim como o casal Agassiz, Coudreua veio acompanhado de sua esposa Marie Octavie Coudreau (1870 – 1938), produzindo uma narrativa a quatro mãos, após a morte do marido, a exploradora também publicou vários livros sobre as expedições que fez parte.

Henri Coudreau morreu durante umas das expedições no Pará, nas margens do rio Trombetas, em 10 de novembro de 1899, vítima da malária (Souza Filho 2008; Pereira 2015).

18. Francisco Michelena y Rojas



Figura 32 – Michelena Y Rojas
(Fonte: Michelena Y Rojas 1843 – contra capa)

Francisco Antonio Felipe Michelena y Rojas Queipo, nasceu em 26 de maio de 1801, em Maracay, na Venezuela. Foi diplomata (1852), ministro de governo (1853), governador da Província do Amazonas (1876), mas de todas, a grande dedicação de Michelena y Rojas foram as viagens. Viajou por diversos países ao redor do mundo, ficando conhecido como “O viajante universal”. Em 1855, ele foi nomeado agente confidencial da Venezuela para explorar os vales do Orinoco, Cassiquiare, Rio Negro e Amazonas, iniciando uma grande viagem até 1859 que é narrada no livro *Exploracion Oficial por la Primera vez desde el Norte de la America del Sur* (1867). Queipo morreu aos setenta e cinco anos de idade, em 27 de setembro de 1876, ainda na posição de governador da Província do Amazonas (Rójas 1867; Nuñez 1989; Martin e Mundell 1999).

19. Domingos Soares Ferreira Penna

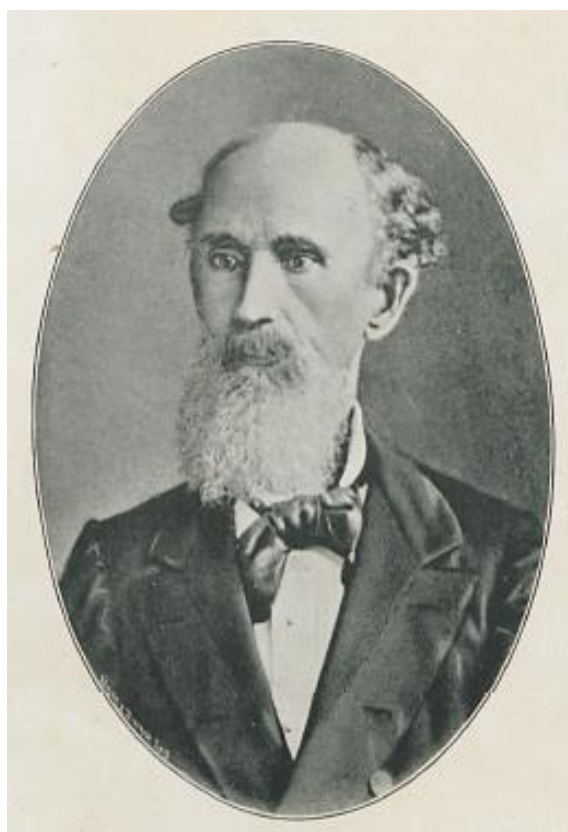


Figura 33 - Ferreira Penna
(Fonte: Veríssimo 1894 s/n)

Domingos Soares Ferreira Penna nasceu em 6 de junho de 1818, na cidade de Mariana, em Minas Gerais. Filho de Antonio Soares Ferreira e Maria Joanna Lopes de Oliveira Penna, frequentou o Seminário daquela cidade, onde terminou seus estudos secundários e logo ingressou na carreira pública, onde teve uma notável trajetória enquanto

membro do Partido Liberal, ocupando vários cargos importantes. Fundou em Ouro Preto *O Apóstolo*, um órgão de propaganda republicana que usava passagens bíblicas para combater a monarquia.

Ferreira Penna vem para o Grão-Pará aos 40 anos, em 1858, a pedido do Presidente da Província, o Tenente Coronel Manoel Frias e Vasconcellos, para ser Secretário de Governo, função que assumiu a 9 de setembro daquele ano. De forte atuação pública, o naturalista foi funcionário público, jornalista político e redator principal do periódico *Colombo*. Apesar desta ativa atuação, Ferreira Penna se destacou mais em suas atividades científicas.

Sua primeira expedição foi em 1863, quando empreendeu viagem entre os rios Tocantins e Anapu, de onde deveria informar o estado das localidades daquelas paragens, aspectos populacionais e possibilidades comerciais que ofereciam. Como resultado, Ferreira Penna compilou um dos relatórios mais completos até o referido momento sobre aquelas terras. A partir desta primeira expedição, o viajante se tornou uma referência nos estudos desse tipo.

É também ainda na década de 1860 que Ferreira Penna lança as bases do que hoje é o Museu Paraense Emílio Goeldi, naquela época ainda Associação Filomática que deveria organizar, fundar e manter um museu na capital do estado do Pará. As primeiras peças do Museu foram doadas de coleções particulares, muitas do próprio Ferreira Penna.

Entre as décadas de 1860 e 1870, o naturalista realiza várias expedições pela Amazônia, publicando vários relatórios de grande notoriedade, coletando grande quantidade de material arqueológico e etnográfico, principalmente da região marajoara, para onde atraiu a atenção de outros estudiosos de fora do país, como é o caso de C. F. Hartt, que já tinha vindo ao Brasil acompanhar a Expedição Thayer, de Agassiz, mas retornou ao Pará a pedido de F. Penna para estudar a geologia e a arqueologia no arquipélago.

Na área da educação, o mineiro atuou, já na década de 1870, no Liceu Paraense como professor de História e de Geografia. Organizou também a Biblioteca Pública, a pedido do Presidente da Província Machado Portella. Ferreira Penna morreu em 6 de janeiro de 1888, em Belém, vítima de congestão pulmonar (Veríssimo 1894; Duarte 2010).

20. Frank Vincent

Frank Vincent Jr. nasceu em 2 de abril de 1848, no Brooklyn, em Nova York, Estados Unidos. De família abastarda, era filho de um proprietário de uma firma de produtos

básicos, a Clark & Company. Na juventude foi mandado pelo pai para a Peekskill Military Academy, tendo posteriormente estudado na Universidade de Yale, mas por conta de problemas com a saúde, nunca terminou os estudos.

Apesar da saúde fraca, o autor se dedicou as viagens exploratórias, excursionando entre os anos de 1871 e 1886 por vários países ao redor do mundo. Viajou largamente pelo sudeste asiático, sendo considerado o primeiro americano a relatar uma viagem ao Camboja. Vicente Jr. também viajou pelas Américas do Norte, Central e do Sul, além de partes da África.

Produziu valiosos registros de viagem por onde passou, publicando dezenas de livros que ganharam notoriedade em sua época e ajudaram a popularizar a literatura de viagem na década de 1870. Suas produções incluem *The Land of the White Elephant: Sights and Scenes in Burma, Siam, Cambodia and Cochin-China* (1874), *Around and About South America: Twenty Months of Quest and Query* (1890) e *Actual Africa or, the Coming Continent* (1895).

Frank Vincent também foi um grande coletor de arte, doando várias peças ao Metropolitan Museum of Art, em Nova York. Foi reconhecido por seus relevantes serviços ao ser considerado patrono do referido museu e ao longo de sua vida foi nomeado membro honorário de vinte e seis sociedades científicas e literárias, recebendo várias condecorações nacionais e internacionais. O autor morreu em 1916, aos 68 anos (Forbes 1998; Clymer 2004; Corolan 2006; Vargas 2006; Corfield 2014).

21. Henry Lister Maw

Henry Lister Maw nasceu em Doncaster, na Inglaterra, no ano de 1801. Se destacou como oficial da marinha britânica, onde se alistou em 11 de maio de 1818. Teve alguns anos de atuação em campanhas internacionais, até ter sido atingido por uma bala de mosquete na boca durante as primeiras batalhas da guerra anglo-birmanesa, ainda em 1824, o que o forçou a retornar à Inglaterra. Em 25 de julho de 1825, recebeu a patente de tenente e continuou suas campanhas internacionais, tendo servido em várias artes do mundo até meados da década de 1830.

Mas Maw também ganhou grande destaque no meio literário ao escrever o livro *Passagem do Pacífico ao Atlântico* (1829), onde narrou sua viagem desde o Peru até a foz do rio Amazonas, no Pará. Um fato curioso sobre a viagem é que ela já havia sido previamente arranjada pelo Mr. Ricketts, um Cônsul inglês, que pretendia explorar o interior do Perú, mas por diversas complicações o Mr. Ricketts retorna à Inglaterra sem ter empreendido a viagem.

Maw fica sabendo da expedição não realizada em uma de suas campanhas na América do Sul e decide dar continuidade ao projeto do compatriota.

Em 1830, o excursionista foi condecorado com a grande medalha de prata da *Society for the Encouragement of Arts, Manufactures, and Commerce* pelas coletas que realizou ao longo de sua viagem e que se encontram hoje em parte no British Museum. Na década de 1830 Maw ainda pública outros livros dedicados as suas memórias da guerra anglo-birmanesa, além de ter se dedicado a outras atividades como, por exemplo, o desenvolvimento de um método de utilização de combustíveis otimizados, invento que patenteia em 1831. Em 21 de março de 1839 casou-se com Sarah Anne. O viajante morreu em dezembro de 1874 em seu país natal (Maw 1829; O'byrne 1849; Stonehouse 1839).

22. Hercule Florence



Figura 34 – Hercule Florence
(Fonte: <http://search.ihf19.org.br:8080/xmlui/handle/1357/339>)

Antoine Hercule Romuald Florence nasceu em Nice, França, em 29 de fevereiro de 1804. Filho de Arnaud Florence (1749-1807), desde jovem mostrou grande aptidão para as

artes, sendo contratado, inclusive, algumas vezes para desenvolver trabalhos em sua cidade. Desde cedo também desenvolveu um amor pelas viagens marítimas, principalmente após ler os livros de Robinson Crusóé. Por conta deste amor, ainda jovem viajou para a Antuérpia, algum tempo depois retornou para sua casa e se matriculou como *grumete*²⁴, foi nesta posição que em fevereiro 1824 deixou a Europa e veio para a América.

Florence chegou ao porto do Rio de Janeiro após 45 dias de viagem. Ele deveria ter seguido viagem com a fragata que o trouxe ao Brasil, mas durante este primeiro mês em que ficou em terras nacionais, foi apresentado a Pierre Dillon, um francês, dono de loja de roupas que o convidou a trabalhar com ele. Hercule Florence se estabeleceu definitivamente no Brasil, trabalhando por um ano com Dillon, até decidir mudar de emprego, passando a atuar em uma tipografia e livraria do também francês Pierre Plancher.

Foi trabalhando com Plancher que o viajante tomou conhecimento da expedição que iria fazer o Barão de Langsdorff (1774-1852) e de sua busca por um desenhista para a campanha. Florence foi contratado como segundo desenhista da Expedição do Império Russo que, durou quatro anos, de 1825 a 1829, em um trajeto iniciado no Rio de Janeiro, passou por São Paulo e foi em direção ao norte do país até a Província do Grão-Pará. Um fato curioso sobre a viagem é que o seu líder, o Barão de Langsdorff, depois de ter enfrentado várias dificuldades, mosquitos, terreno acidentado, além de diversas doenças, como a malária, não conseguiu mais chefiar a expedição e deu o posto a Rubtsov, o astrônomo que o acompanhava. Langsdorff também ficou impedido de registrar a expedição nos diários, sendo o relato da viagem que se passou entre o rio Jurema e a vila de Santarém foi produzido por Florence em seu diário. Alguns consideram esta, de fato, a primeira expedição pelo território brasileiro, pois Spix e Martius viajavam em dupla e Naterrer, que se separou desses viajantes, passou a viajar sozinho.

Durante a expedição, Hercule Florence desenvolveu um método para a transcrição do canto dos pássaros chamado de “zoophonia”. Ao retornar da expedição passou a residir na vila de São Carlos, atual cidade de Campinas, em São Paulo, onde, como inventor, criou em 1833 um processo fotográfico que chama de *photographie* e um sistema de impressão chamado de *polygraphie*. Em 1842 o viajante lançou o primeiro jornal do interior de São Paulo, *O Paulista*. Por seus inventos, Florence é um dos pioneiros da fotografia na América, sendo inclusive tido por alguns como o autor da mais antiga fotografia do continente.

²⁴ Patente inferior a dos praças na armada francesa.

Hercule Florence não publicou seus escritos sobre a viagem que fez com Langsdorff quando retornou. Foi somente em 1879 que o historiador brasileiro, Alfredo Taunay, sobrinho de Aimé Taunay, que também fez parte da expedição russa como pintor, mas morreu cedo, aos 23 anos no rio Guaporé, quem encontrou o diário de Florence entre as coisas do tio e o publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* com o título “Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff no Interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. Escrito em original francês pelo 2º desenhista da Comissão Científica Hercule Florence. Traduzido por Alfredo d’Escagnolle Taunay”.

Durante sua vida Florence foi pintor, artista, escritor, inventor, viajante de tal fama que recebeu, em 1876, a visita do próprio Imperador, D. Pedro II, em sua casa. Este homem das letras e imagens morre aos 75 anos, em 1879, na vila de São Carlos (Kossy 2006; Neto 2008; Meirelles Filho 2009).

23. James Orton

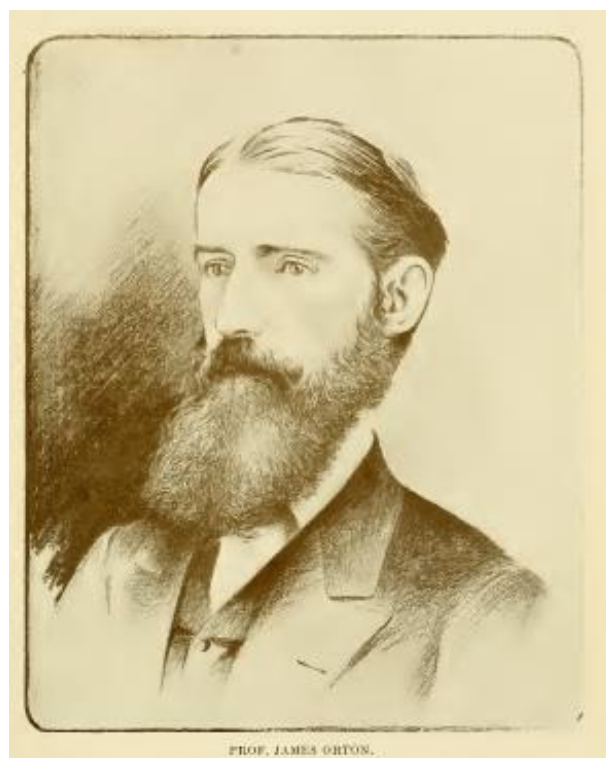


Figura 35 – James Orton

(Fonte: <https://vcencyclopedia.vassar.edu/faculty/prominentfaculty/jameshorton.html>)

James Orton nasceu em 21 de abril de 1830 em Seneca Falls, Nova York, Estados Unidos. Filho de Azariah Giles Orton, um proeminente teólogo da época, desde cedo mostrou interesse pelas ciências naturais, chegando a publicar ainda aos 17 anos seu primeiro artigo

científico na revista *Scientific American*, onde apresentava uma invenção que melhoraria o funcionamento da “garrafa de Leyden”, uma espécie de capacitor elétrico. Entre os anos de 1849 e 1853, Orton ainda publicou mais 21 artigos na mesma revista, os quais eram em sua maioria de mineralogia e entomologia.

Apesar de seu interesse pelas ciências, teve seus estudos direcionados também para o ministério, se graduando com horas no Williams College em 1855 e no Andover Theological Seminary em 1858. Antes de sua ordenação como pastor na Congregational Church in Greene, também em Nova York, viajou por algum tempo pela Europa, relatando a viagem em várias cartas enviada ao New York Tribune. Em 11 de Julho de 1860 foi ordenado Pastor, estando a frente de várias congregações.

Em 1866 James Orton se voltou às ciências novamente, quando foi apontado para ser instrutor de ciências naturais na Rochester University. Um fato interessante é que o viajante foi influenciado pelos trabalhos de Darwin, principalmente após a publicação de *A Origem das Espécies* (1859), acreditando e defendendo a evolução como teoria para o desenvolvimento do homem. Orton manteve uma relação amigável com Darwin, que o incentivou a explorar a América do Sul.

Em 1867 ele foi selecionado pelo Lyceum of Natural History para uma expedição com alunos à América do Sul. A viagem, que também participaram Henry Morris Myers e Philip van Ness Myers, foi feita aos auspícios da Williams College, com apoio material do Instituto Smithsonian. A viagem iniciou em 1 de julho de 1867 e tomou rotas distintas entre os integrantes da expedição²⁵. A viagem foi de extrema importância tanto para a carreira de Orton, quanto para o quadro científico geral, pois foi nela que Orton encontrou o primeiro fóssil do vale do Amazonas.

Como resultado da expedição, James Orton escreveu o livro *The Andes and the Amazon* (1870), além de ter os objetos etnográficos, da fauna, flora e mineralogia que coletou expostos em vários museus norte-americanos. Em 1869, ele aceitou uma cadeira no departamento de História Natural da Vassar College, onde planejou uma segunda expedição à América do Sul, desta vez subindo o rio Amazonas até o Peru e lago Titicaca. Em 1876, o excursionista planejou uma terceira expedição, desta vez para explorar o rio Beni, um braço do Madeira. Mas esta foi sua última viagem, pois não se sabe ao certo o que aconteceu, sabe-se apenas que sua escolta se amotinou já perto do rio Beni, perdendo muito dos materiais e mesmo o barco. Orton teria sido golpeado na cabeça, mas mesmo assim resistiu e iniciou o

²⁵ Para mais informações vide Myers e Myers anteriormente citados.

caminho de volta para casa por terra, mas ao chegar ao lago Titicaca não resistiu e foi encontrado morto na manhã do dia 25 de setembro de 1877 (Wilson e Fisk 1900; Albes 1914; Vassar 2007).

24. Avé-Lallemant

São escassas as informações sobre Robert Christian Berthold Avé Lallemant. Na realidade, existem alguns dados biográficos sobre sua família, mas a maioria das publicações encontram-se somente em alemão.

Robert Christian Berthold Avé Lallemant nasceu em Lübeck, no norte da Alemanha, em 1812. Se formou em Medicina, com passagens pelas Universidades de Berlim, Heidelberg e Paris. Com 25 anos foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como médico, retornando algumas vezes a Alemanha durante os treze anos que ali esteve. Retornou de vez ao Brasil em 1854, desta vez para ajudar a combater a febre amarela. É também na década de 1850 que inicia uma série de excursões pelo território nacional, começando primeiro pela região sul e depois subindo para o norte, de onde retorna para a Alemanha. Em sua vida ainda visitou alguns outros países até sua morte em 1884, com 72 anos. (Avé-Lallemant 1980; Meirelles Filho 2009).

25. Orville Derby



Figura 36 – Orville Derby
(Fonte: CPRM. Serviço Geológico do Brasil - *Orville Derby*)

Orville Adelbert Derby nasceu em Kellogsville, no estado de Nova York, nos Estados Unidos, em 23 de julho de 1851. Filho de John C. Derby e Malvina A. Lindsey Derby, Orville teve seus estudos em Geologia feitos na Universidade de Cornell, na cidade de Ithaca, sede do condado de Tompkins. Lá conheceu o prof. C. F. Hartt (1840 – 1878) que o convidou, ainda enquanto estudante, para acompanhá-lo na Expedição Morgan à América do Sul em 1870. Nesta primeira viagem esteve no nordeste brasileiro, após esta expedição, Derby ainda regressou, também acompanhado do prof. Hartt, ao Brasil no ano seguinte, desta vez a Expedição Morgan se dedicou ao vale amazônico.

Ao voltar para os Estados Unidos, termina seus estudos em 1873 com o material que coletou nas viagens e em 1874 termina o doutorado com a tese *On the Carboniferous Braquiopoda of Itaituba, Rio Tapajós*, que foi publicada no *Bulletin of Cornell University, Ithaca* (vol. 1, nº 2). Esta foi a primeira publicação do geólogo sobre o Brasil.

Em dezembro de 1875, Derby retorna mais uma vez ao Brasil, desta vez para fazer parte da Comissão Geológica do império, encabeçada pelo prof. C. F. Hartt. Nesta Comissão realizou vários estudos sobre a geologia nacional, com destaque para os trabalhos realizados sobre os depósitos carboníferos do estado do Pará. Mas dois anos depois de fundada, a comissão foi extinta e Derby passou a trabalhar no Museu Nacional, local para onde tinha sido levado o acervo coletado pela comissão durante os anos de atuação. Lá permaneceu trabalhando até 1890, realizando várias expedições exploratórias e de estudos neste período.

Derby foi dispensado do cargo no Museu, pois estava chefiando a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo desde 1886, acumulando dois cargos, o que não era permitido. Trabalhou na comissão de São Paulo até 1905, quando pediu demissão devido a falta de incentivo e recursos para aquela instituição. Trabalhou então no Serviço de Terras e Minas da Bahia, onde permaneceu até janeiro de 1907, quando então passou a organizar e atuar no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, mas lá também viveu a falta de recursos e incentivos do governo.

Em 27 de novembro 1915, desgastado com a situação, se suicida no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro. Ao longo de sua vida Orville Derby fez parte de várias sociedades científicas, recebeu várias condecorações e títulos, como, por exemplo, aquele dado por Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense, que concedia ao geólogo o título de pesquisador honorário da Instituição. Sua obra intelectual soma mais de 150 publicações sobre suas pesquisas no Brasil, pelo qual é reconhecido como um dos maiores nomes da geologia nacional e internacional. (Pires e Cabral 2001; Filho 2009; Reis 2014; Picanço e Mesquita 2016; CPRM 2016; Fiocruz 2016).

26. Paul Marcoy

Paul Marcoy é na realidade o pseudônimo de Laurent Saint-Cricq, um francês nascido em Bordéus no dia 22 de outubro de 1815. Filho de Bernard Saint-Cricq e de Jeanne Roy, foi ainda jovem, logo após finalizar seus estudos secundários, enviado pelo pai, que era comerciante, para as Antilhas a negócios, lá ficando entre 1831 e 1834. De volta à França, colabora com várias revistas sobre pintura, publicando vários artigos e posteriormente expondo seus próprios trabalhos em galerias locais.

Por volta de 1840 viaja para a América do Sul, explorando Chile, Bolívia e principalmente Peru, de onde em 1846 resolveu excursionar até Belém. Nesta viagem, que inicialmente deveria ter durado quatro meses, mas acabou levando mais de um ano, Marcoy teve a oportunidade de participar da expedição do Conde Castelnau, mas por desentendimentos, resolveu continuar sozinho. Em 1847 chega ao Pará e parte de volta para a França, onde chega moribundo.

Após se reestabelecer, Marcoy passa a estudar os mat́rias e anotações que coletou em sua viagem e publica vários trabalhos em diversas revistas e boletins da época, dentre os quais está sua famosa obra *Voyage A Travers L’Amerique du Sud de L’Océan Pacifique a L’Océan Atlantique* (1869). Uma curiosidade é que não se sabe porque Marcoy optou por utilizar o pseudônimo ao invés de seu nome real nas publicações, na realidade, o único trabalho que leva seu nome foi um publicado na *Bulletin de la Société de Geographie de Paris* (1853).

Se supõe que Marcoy ainda tenha voltado várias vezes à América do Sul entre 1847 e 1860, mas o fato é que retorna a sua cidade natal definitivamente em 1875. Lá continua colaborando com alguns periódicos locais, até ser nomeado em 1876 como diretor dos jardins e parques da cidade, além de ter ocupado logo e seguida, entre 1876 e 1887, a direção administrativa do Jardim Botânico de Bordéus. Paul Marcoy morre em 7 de fevereiro de 1888 vítima de uma enfermidade (Chaumeil 1994; Porro 1995; Silva 2010; Barbosa 2015).

27. Barão de Santa’anna Nery

Frederico José de Santa-Anna Nery nasceu em Belém, no ano de 1848. Durante a juventude frequentou a escola primária ainda nesta cidade. Sua vida é marcada fortemente pela religião, em Belém recebeu grande apoio de D. Antonio de Macedo Costa, ainda jovem foi para Manaus para entrar no seminário, partindo, mais tarde, para Paris com objetivo de

finalizar seus estudos no seminário S. Sulpice. Em 1867 formou-se em letras, doutorando-se em Direito, na cidade de Roma, no ano de 1870.



Figura 37 – Barão de Sant'Anna Nery
(Fonte: Nery 1901 – contracapa)

Santa-Anna Nery se destaca no cenário nacional e europeu enquanto jornalista e escritor, trabalhando em diversas revistas e jornais da época, além de ter publicado vários livros. Uma das grandes bandeiras defendidas pelo viajante é o Brasil e a Amazônia, terra amplamente divulgada em seus escritos.

Apesar de morando oficialmente em Paris desde 1874, o viajante ainda manteve um forte laço com sua terra natal, viajando várias vezes de volta para o Brasil ao longo de sua vida. Ajudou a fundar diversas sociedades literárias e científicas nacionais, além de ter sido contatado como representante da Sociedade Paraense de Imigração, na Europa, com o objetivo de divulgar a Província internacionalmente.

Por sua defesa e divulgação do Brasil, Sant'Anna Nery foi subsidiado pelo governo do Amazonas para escrever o livro *Le pays des Amazones l' El-Dorado – Les terres a caotchouc*, publicado originalmente em 1885, como forma de divulgação da Amazônia. Além deste livro, o Barão ainda publica outras dezenas de livros, em grande parte com esta visão

propagandista da região amazônica. Santa-Anna Nery morreu em 3 de junho de 1901, aos 53 anos, em Paris. (Nery 1901; Coelho 2007; Carneiro 2013)

28. William Scully

São poucas as informações biográficas sobre este viajante. Sabe-se que nasceu por volta da década de 1820 em Buolick, South County Tipperary, na Irlanda. Sua família passou por dificuldades entre 1846 e 1849, período de grande fome naquele país. Scully desembarca no Rio de Janeiro entre a década de 1850 ou início de 1860, não se sabe ao certo, onde trabalhou como professor de caligrafia e depois como agente em companhias de navegação britânicas.

No Rio de Janeiro também se casou e lançou o periódico *Anglo-Brazilian Times*, um jornal que buscava atualizar os leitores, brasileiros e estrangeiros, sobre a economia e política nacional e que circulou até setembro de 1884. Scully também atuou fortemente no setor da imigração, defendendo a vinda de britânicos, principalmente irlandeses como ele, para o Brasil.

William Scully fez várias publicações sobre o território nacional, dentre as quais está o guia *Brazil: Its Provinces and Chief Cities; the Manners and Customs of the People; Agricultural, Commercial and other Statistics, etc.* (1866). O viajante morre em Pau, na França, em 14 de fevereiro de 1885 (Murray 2006; Moraes 2010).

29. Thomas Knox

Thomas Wallace Knox nasceu em 6 de junho de 1835, em Pembroke, New Hampshire, Estados Unidos. Teve boa formação, estudando inicialmente em academias de sua cidade natal e de Pittsfield, naquele mesmo estado. Cedo se tornou professor, abrindo sua própria academia em Nova York. Na década de 1860 se muda para o Colorado em busca de ouro e lá entra em contato com o periódico *The Denver Daily News*, de onde se torna jornalista, além de correspondente de outros jornais do Oeste. Durante a guerra civil americana, serviu como voluntário na *Army of the Southwest*, atuando em duas campanhas. Knox escreveu várias cartas ao *New York Herald* durante este período de guerra, estas escrituras foram republicadas com o título de *Camp-fire and Cotton-Field* (1865).

Em 1866 e em 1877, Thomas Knox faz duas viagens ao redor do mundo, em grande parte como correspondente de periódicos americanos. Em 1878 foi membro do júri internacional da Exposição Universal de Paris. Como resultado de suas viagens, Knox publica

dezenas de livros sobre os locais que visitou, merecendo destaque a série *The Boy Travellers*, que conta com mais de trinta e nove livros e é onde se encontra o relato de sua viagem pela América do Sul: *The Boy Travellers in South America* (1885). O viajante morre em 6 de janeiro de 1896, no Lotos Club, local que fazia de sua residência na sua cidade natal. (Wilson e Fisk 1888; New York Times 1896; Herringshaw 1914).

30. V. L. Baril ou Comte de la Hure

São raras as informações biográficas encontradas sobre este escritor. Não há indicações ao seu ano de nascimento ou falecimento. Sabe-se que foi um grande entusiasta das artes, ciência e indústria, estando envolvido, na década de 1860, com a produção intelectual do Brasil. Em 1860 excursiona pelo Brasil com recursos próprios, estudando principalmente alguns sambaquis do estado de Santa Catarina. Publicou na França a primeira edição do livro *L'Empire du Brésil* no ano de 1862. Além, tem várias cartas e artigos publicados nos periódicos do IHGB sobre seus estudos arqueológicos feitos em suas viagens (Moutinho e Eleutério 2009; Calazans 2016).

31. Alfred Russel Wallace

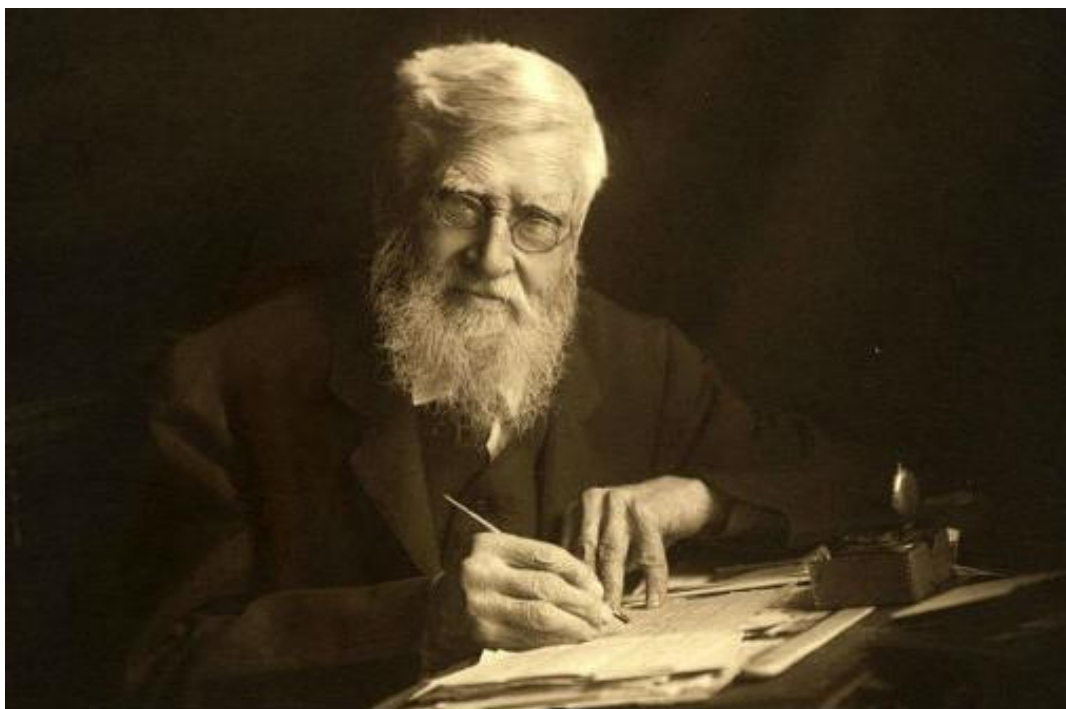


Figura 38 – Alfred Russel Wallace

(Fonte: <http://www.macroevolution.net/images/alfred-russel-wallace-old-600-335-27.jpg>)

De todos os viajantes que passaram pelo Brasil no século XIX, Wallace talvez seja o mais famoso deles, não é estranho que se encontre hoje pelo menos uma dezena de sites na internet dedicados apenas aos trabalhos do naturalista, bem como vários projetos de digitalização de seus diários e livros.

Wallace nasceu em 8 de janeiro de 1826, em Usk, na fronteira da Inglaterra com o País de Gales. Filho de Mary Anne Greenell e Thomas Vere Wallace, aos seis anos se muda para Hertford, ao norte de Londres, onde estuda na *Hertford Grammar School*. Desde cedo Wallace demonstrou interesse pelas leituras, um hábito que diz ter aprendido com o pai, se interessando por livros como “As viagens de Gulliver” e os de Robinson Crusóe.

Em 1837, por problemas financeiros, sua família é obrigada a se mudar e Wallace é mandado para Londres para morar com um de seus irmãos. Lá entra em contato com grupos de pensadores livres, que levam o viajante a se aproximar do espiritismo, fato que mais tarde lhe trará problemas para conseguir apoio financeiro junto a sociedades científicas.

Pouco tempo depois Wallace passa a trabalhar como agrimensor junto com outro irmão que era geólogo e dono de uma pequena forma, nets posto ele pôde observar as várias transformações industriais que a Inglaterra estava sofrendo naquele período. É neste momento também que, com influencia do seu irmão, ele desperta interesse para as ciências.

Autodidata, se impressiona com os trabalhos de Humboldt e Malthus. Com a morte de seu irmão e de seu pai, ele se muda para Neath junto com sua mãe e uma irmã, onde passa a trabalhar como professor de mapas na *Colegiate School of Manchester*. Em 1847 conhece Henry Bates, com quem planeja a expedição pelo Rio Amazonas. O viajante excursiona entre 1848 e 1852, toando caminhos diferentes daqueles de seu companheiro de viagem.

Ao retornar da América do Sul, Wallace publica um de seus livros mais famosos *A narrative of travels on the Amazon and rio Negro* (1853). Além desta, também lançou algumas pequenas obras com temas específicos, como a ictiofauna ou as palmeiras da região amazônica. Wallace também excursiona pelo sudeste asiático entre as décadas de 1850 e início de 1860, produzindo diversas obras que contribuiram para a zoologia e para escritos sobre a origem das espécies.

Ao longo da vida Wallace participou de diversas sociedades científicas, como a *Zoological Society*, *Linean Society* e *British Society for Advancement of Science*. Recebeu diversos prêmios, dentre eles a medalha régia da *Royal Society*, em 1868. Wallace morre pobre, aos 90 anos, em Broadstone, na Inglaterra (Meirelles Filho 2009; Lima 2014).

32. John Warren



Figura 39 – John Warren
(Fonte: Jiménez 2006 s/n)

São poucas as informações biográficas sobre o viajante. John Esaias Warren nasceu em Troy, Nova York, em 18 de janeiro de 1827. Foi político, diplomata e aventureiro. Em 1849 foi adido cultural em Madrid, realizando algumas viagens por aquelas paragens e chegando a publicar um livro sobre as excursões, *Notes of na attaché in Spain 1850* (1851), mas escondeu sua autoria. Foi também nesta função que realiza sua viagem pela Província do Pará entre meados de 1850 e 1851, junto com a Missão Diplomata Americana no Brasil. Como resultado, Warren publica o livro *Pará; or Scenes and adventures on the Banks of the Amazon* (1851). Na realidade, o viajante já havia demonstrado interesse pela região amazônica ao escrever um artigo sobre o livro de William Edwards *Voyage up the River Amazon* (1847). John Warren morre em 1896 (Jiménez 2006; Pereira 2015).

33. C. F. Hartt

Charles Frederick Hartt nasceu em 23 agosto de 1840, em Fredericton, New Brunswick, Canadá. Ele era filho mais velho de Jarvis William Hartt, diretor de um seminário Batista naquela cidade. Desde pequeno, demonstrava interesse pela História Natural, especialmente pela geologia e paleontologia. Entre 1861 e 1864 foi aluno de Louis Agassiz no Museum of Comparative Zoology em Cambridge, com quem veio pela primeira vez ao Brasil

na expedição Thayer, entre 1865 e 1866. Após formar-se em Geologia, tornou-se professor no Vassar College, ficando posteriormente a frente do departamento de geologia da Cornell University.



Figura 40 – C. F. Hartt
(Fonte: *Youmans* 1878)

O grande interesse de estudos de Hartt foi Brasil. Retornou diversas vezes ao país para desenvolver estudos mais aprofundados sobre a geologia, paleontologia e etnografia nacional. Tornou-se um dos nomes mais proeminentes nestes campos durante o século XIX. Hartt ajudou a fundar, na década de 1870, a Comissão Geológica do Império. A serviço desta comissão excursionou por várias partes do Brasil, tendo feito grandes coletas de materiais, grande parte enviados ao Museu Nacional, no Rio de Janeiro, de onde também foi diretor. Em 1878, após uma grande viagem pelo território nacional, Hartt retorna ao Rio de Janeiro onde morreu vítima de febre amarela (Brauner 1890; Dictionary Of Canadian Biography s/d; Freitas 2002).

Fontes

- Agassiz, J. L. R. e Agassiz, E. C. 1868. *A Journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields.
- _____. 2000. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília: Senado Federal.
- Avé-Lallemant, R. 1980. *No rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- Baena, A. 2004. *Ensaio Coreográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal.
- Barão de Marajó. 1992. *As Regiões Amazonicas Estudos Chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Belém: Secult.
- Baril, V. L. 1862. *L'empire du Brésil*. Paris: Ferdinand Sartorius.
- Bates, H. Walter. 1863. *The Naturalist on the River Amazons: A record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel*. London: John Murray.
- _____. 1979. *Um naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Belmar, A. 1862. *Voyage aux Provinces Brésiliennes du Pará et Amazonas*. Monographie Complète de L'empire Sud-Américain. Londres: Trezise.
- Biard, A. f. 1862. *Deux Aneèe au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette & Co.
- _____. 2004. *Dois Anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brown, C. B. e Lidstone, W. 1878. *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and its Tributaries*. Londres: Edward Standford.
- Coudreau, H. A. 1887. *La France Équinoxiale, voyage a travers les Guyanes et L'Amazonie*. Paris: Challamel Aimé.
- _____. 1899. *Voyage entre Tocantins et Xingu 3 Avril 1898 - 3 Novembre 1898*. Paris: A. Lahure.
- Denis, F. 1839. *Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères.
- _____. 1980. *Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Derby, O. A. 1898. A ilha de Marajó. *Boletim do Museu Paraense de Hist. Nat. e Etnog.* Tomo II, Fascículos 1 -4. Belém: Typografia de Alfredo Silva & Comp.
- Edwards, W. H. 1861. *A voyage up the river amazon including a residence at Pará*. Londres: John Murray.
- Ferreira Penna, D. S. 1973. *Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna – 2 vol.* Belém: Secult.

Florence, H. 1866. Esboço da Viagem feita pelo Sr. Langsdorff no Interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até Março de 1829. *Revista do Inst. Hist. Geog. e Etnog. do Brasil*. Tomo XXXIX. Rio de Janeiro: R. L. Garnier.

_____. 2007. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Brasília: Senado Federal.

Hartt, C. F. A região de Breves. 1898. *Boletim do Museu Paraense de Hist. Nat. e Etnog.* Tomo II, Fascículos 1 -4. Belém: Typografia de Alfredo Silva & Comp.

Kerhallet, C. M. P. de. 1841. *Instruction pour Remonter la Cote du Brésil, depuis San-Luiz de Maranhãô Jusqu'au Para, pour Descendre la Rivière de ce Nom et pour en Débouquer*. Paris: Imprimerie Royale.

Knox, T. W. 1886. *The Boy Travellers in South America, adventures of two youths in a journey through Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil, Paraguay, Argentine Republic, and Chili with descriptions of Patagonia and Tierra del Fuego, and voyages upon the Amazon and la Plata rivers*. Nova York: Harper & Brothers.

Marcoy, P. 1869. *Voyage a Travers L'Amérique du Sud L'Océan Pacifique a L'Océan Atlantique*. Paris: Librairie de L. Hachette e Co.

_____. 2006. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

Nery, B. de S. 1899. *Le pays des Amazones, Le El Dorado Les Terres a Caoutchouc*. Paris: Librairie Guillaumin & Co.

Leal, O. 2012. *Viagem a um país de selvagens*. Brasília: Senado Federal.

Levasseur, E. 1889. *Le Brésil*. Paris: H Lamirault & Co.

Maw, H. L. 1829. *Journal of a Passage from the Pacific to the Atlantic, Crossing the Andes in the Northern Provinces of Peru, and Descending the River Marañon, or Amazon*. Londres: John Murray & Co.

_____. 1831. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico, atravez dos Andes nas Províncias do norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas, até ao Para*. Liverpool: F. B. Wright.

Myers, H. M. e Myers, P. van N. 1871. *Life and Nature under the tropics, or sketches of travels amog the Andes, ando n the Orinoco, Rio Negro, and Amazons*. Nova York: D. Appleton & Co.

Orton, J. 1870. *The andes and the Amazon, or across the continent of South America*. Nova York: Harper & Brothers.

Prússia, P. A. da. 2002. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Brasília: Senado Federal.

Rójas, F. M. y. 1867. *Exploracion Oficial por la Primera vez desde el Norte de la America do Sul*. Bruxelas: A La Croix, Verboeckhoven & Co.

Scully, W. 1866. *Brazil; Its Provinces and Chief Cities; the manners & customs of the people; agricultural, commercial, and other statistics, taken from the latest official documents; with variety of useful and entertainig knowledge, both for the merchant and the emigrant*. Londres: Murray & Co.

Smith, H. H. 1879a. *Brazil, the Amazons ans the coasts*. Nova York: Charles Scribner's.

_____. 1879b. The Mediterranean of America. *Scribner's Monthly, an illustrated magazine for the people* 18(2): 192 – 204.

Spix, J. B. von; Martius, C. F. P. von. 1971. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Vincent, F. 1897. *Around and About South America – Twenty Months of Quest and Query*. Nova York: D. Appleton & Co.

Wallace, A. R. 1889. *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro, with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the amazon valley*. Londres: Ward, Lock & Co.

_____. 2004. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Senado Federal.

Warren, J. E. 1851. *Pará or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon*. Nova York: G. P. Putnam.

Referências

- Alvez, D. T. 2011. Urbanismo e Civilização na América Portuguesa, in *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Editado por A. D. de Carvalho Júnior e N. M. de Noronha, pp. 145-175. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- Andrade, M. O. de. 2005. O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a história cultural brasileira. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: 1-8*.
- Antonacci, M. A. 2015. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ.
- Aragão, S. de e Sandeville Jr., E. 2010. Expressões de tropicalidade na pintura dos viajantes, na fotografia de paisagens e na literatura brasileira do século XIX– contrapondo olhares. *Anais do VI EHA*: 434-444, Campinas: UNICAMP.
- Araújo, A. L. 2015. *Brazil Through French Eyes: A Nineteenth-Century Artist in the Tropics*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Araújo, L. M. de & Sarraf-Pacheco, A. 2016. A Fauna Marajoara em narrativas de viajantes do século XIX. *Illuminuras* 17 (42): 248-269.
- _____. 2014. *Os Marajós em Relatos: narrativas museais de viajantes no século XIX*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará.
- _____. 2014. Marajós Sobre Relatos: economia, poder e patrimônio nos Marajós antes da Belle Époque. *Anais do XXV Seminário de Iniciação Científica da UFPA*.
- _____. 2013. Nas Margens da Belle Époque Amazônica: Patrimônio e Relações de Poder nos Marajós. *Anais do XXIV Seminário de Iniciação Científica da UFPA*.
- Augustin, G. 2009. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Albes, E. 1914. An Early American Explorer. *Buletin of the Pan American Union* 39(1) 1-13.
- Alves, J. J. de A. 2011. A natureza e a cultura no compasso de um naturalista do século XIX: Wallace e a Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 18 (3): 775-788.
- Avellar, J. C. 2007. *O chão da Palavra: cinema e literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Barbosa, M. M. Cartografia de uma “Multidão Colorida”: Indígenas e mestiçagens na viagem de Paul Marcoy pela Amazônia no século XIX. *Annais eletrônicos do V Reunião Equatorial de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste*. Maceió: Edufai: 1-20.
- Barreiro, J. C. 2002. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP.
- Barros, M. R. M. de. 2006. “*Germes de grandeza*”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823- 1850). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.

- Batista, L M. 2004. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c.1870*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bethune, C. J. S. 1909. William Henry Edwards. *The Canadian Entomologist*. 41(8): 215-248.
- Boas, F. 2010a. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 2010b. *A Mente do Ser Humano Primitivo*. Petrópolis: Vozes.
- Boivin, M. Rosato, A. Arribas, V. 2004. *Constructores de Otriedad: una introducción a la antropología social y cultural*. Buenos Aires: Antropofagia.
- Branner, J. C. 1890. Prof. Hartt in Brazil. *Cornell Magazine* (Ithaca, N.Y.), Ed. Fevereiro.
- Burke, P. 2005. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar.
- Calazans, M. O. 2016. *Os Sambaquis e a Arqueologia no Brasil do Século XIX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Carneiro, J. P. J. A. 2013. *O ultimo propagandista do Império, o “barão” de Santa-Anna Nery (1848 – 1901) e a divulgação do Brasil na Europa*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Castro, C. (Ed.). 2005. *Evolucionismo Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cauquelin, A. 2007. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins.
- Carolan, T. *The pillowbook of Dr. Jazz*. Victoria: Ekstasis Editions. 257p.
- C. B. B. 1917. Obituary—Charles Barrington Brown. *Geological Magazine* 4: 235-237.
- Chartier, R. 1990. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel Bertrand Brasil.
- Chaumeil, J-P. 1994. Una visión de la Amazonia a mediados del siglo XIX: el viajero Paul Marcoy. *Bulletin de l’Institut Français d’Études Andines*. 23(2) 269-295.
- Clifford, J. 2008. *A experiência etnográfica, antropologia e literatura no século XX*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Coelho, A. C. de A. 2007. *Santa-Anna Nery: um propagandista “Voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- _____. 2015. *Barão de marajó: um intelectual e político entre a amazônia e a europa (1855-1906)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Constantino, N. S. de (Eds.). 2012. *Relatos de viagem como fontes a história*. Porto Alegre: EdPUCRS.

Corde, M. L. 2013. A articulação entre objetividade e subjetividade nos textos antropológicos: contribuições da escrita literária para a construção de saberes antropológicos. *Revista de Ciências Sociais*, 4(2): 12-30.

Costa, C. B. 2014. Constar histórias: uma forma de reconhecimento do outro. *Revista de História e Estudos Culturais*. 11(2):1-12.

Corfield, J. 2014. *Historical Dictionary os Ho Chi Minh City*. Nova York: Anthem Press. 361p.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. *Orville Derby*. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/RedesInstitucionais/RededeBibliotecasRedeAmetista/Sobre/OrvilleAdelbertDerby528.html>

Clymer, K. J. 2004. *The United States and Camboja 1870 – 1969: from curiosity to confrontation*. Nova York: Houtledge Curzon. 224p.

Cuche, D. 1999. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc.

Cunha, O. M. G. 2004. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* 10(2):287-322

Daniel, J. M. P. & Cravo, V. Z. 2005. Valor social e cultural da alimentação, in *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Editado por A. M. Canesqui e R. W. D. Garcia, pp. 57-68. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

De Certeau, M. 1998. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.

Del Cont, V. 2008. *Francis Galton: eugenia e hereditariedade*. *Scientiae Studia*, 6(2), 201-218.

Descola, P. 1998. Estrutura ou Sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4(1) p. 23-45.

Dewulf, J. 2005. Pintar os Trópicos com Palavras, in *Olhares e Escritas. Ensaio sobre Palavra e Imagem*. Editado por R. C. Homem & M. de F. Lambert, pp. 235-246. Porto: FLUP e-DITA.

Dictionary Of Canadian Biography. s/d. Hartt, Charles Frederick. Vol X (1871 – 1880). Disponível em: http://www.biographi.ca/en/bio.php?id_nbr=5029 acessado em 23 maio 2017.

Domingues, A. 2001. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 8: 823-838.

Domingues, H. M. B. 1996. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, 135:41-60.

_____. 2009. O homem, as ciências naturais e o Brasil no século XIX. *Acervo* 22 (1): 167-178.

_____. 2014. O darwinismo no Brasil, nas ciências naturais e na sociedade. *Revista da UFMG* 21 (1): 114-137.

Duarte, D. P. 2010. *Bases para o espírito: Ferreira Penna, ciência e educação na Província do Grão-Pará (1866-1891)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação, Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará. Belém.

Eckardt, I. 2009. A perspectiva científica da literatura de viagem do século XIX: Auguste de Saint-Hilaire. *Estação Literária* 4: 72-85.

Ferreira, R. da S. 2004. Henry Walter Bates: um viajante naturalista na Amazônia e o processo de transferência da informação. *Ciência da Informação* 33 (2): 67-75.

Fiocruz. Casa de Oswaldo Cruz. *Derby, Orville Adelbert*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/derbyorv.htm> acessado em 22 abr. de 2017.

Florence Neto, H. 2008. *Um pouco de sua história*. Disponível em: <https://herculeflorence.blogspot.com.br/2008/03/um-pouco-de-sua-histria.html> acessado em: 22 de abr. 2017.

Fober, D. W. 1998. *Hawaiian National Bibliography, 1780-1900*. Honolulu: University of Hawai'i Press. 737p.

Franco, S. M. S. 2009. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental, in *Cadernos de Seminários de Pesquisa, Vol. II*. Editado por M. A. Junqueira & S. M. S. Franco, pp. 62-86. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas.

Freitas, M. V. 2002. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

Furtado, L. M. 2015. *Nas Pedras dos Caes: cidade, cotidiano e trabalho (1852 – 1912)*. Dissertação (Mestrado), História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

García Canclini, N. 2009. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Gombrich, E. H. 1986. *Arte e Ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes.

Gomes, F. dos S. 2005. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII – XIX)*. São Paulo: Editora Unesp: Editora Polis.

Gregório, V. M. 2009. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova Economia* 19: 185-212.

Guimarães, L. B. & Wortmann, M. L. C. 2010. Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver. *REP - Revista Espaço Pedagógico* 17 (2): 306-318.

Hall, S. 2003. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite, in *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Editado por Liv Sovik, pp. 101-128. Editora Humanitas.

_____. 2016a. O ocidente e o resto, discurso e poder. *Projeto História* 56: 314-361.

_____. 2016b. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Apicuri.

Herringshaw, T. W. 1914. *Herringshaw's National Library of American Biography*. Chicago: American Publishers' Association.

Hirsch, E. O'hanlon, Michael. 1996. *The Anthropology of Landscape*. London: Clarendon Press.

Hissa, C. E. V. 2008. *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Hobsbawm, E. J. 1997. *A era das revoluções*. Porto Alegre: Editora Paz e Terra.

Holanda, S. B. de. 1995. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Holland, W. J. 1919. Obituary Herbert Smith. *Annals of the Carnegie Museum* 12, Carnegie Institute.

Jiménez, J. L. 2006. *El diplomático norteamericano John Esaias Warren incluye Jerez y sus bodegas en su viaje por España en 1849*. Disponível em: http://www.lavozdigital.es/jerez/prensa/20061008/opinion_jer/diplomaticonorteamericanojohnesaias_20061008.html acessado em 26 abr. 2017.

Junqueira, M. A. 2009. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador, in *Cadernos de Seminários de Pesquisa, Vol. II*. Editado por M. A. Junqueira & S. M. S. Franco, pp. 44-61. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas.

Karel, D. 1992. *Dictionnaire des artistes de langue française en Amérique du Nord*. Québec: Les Presses de L'Université Laval.

Knight, D. M. 2001. 'Travels and science in Brazil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 3 809-822.

Kossy, B. 2006. *Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 412p.

Kunzler, J.; Ferndandes, A. C. S.; Fonseca, V. M. M. da & Jraige, S. 2011. Herbert Huntington Smith: um naturalista injustiçado? *Filosofia e História da Biologia*, 6 (1):49-67.

Kury, L. B. 2001. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. *Revista Brasileira de História* 41 (21): 157-172.

_____. 2001. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 8: 863-880.

Laborie, J-C. 2013. Estudo de mediações: o caso Ferdinand Denis. *Ponto-e-vírgula* 13: 66-77.

Lacerda, F. G & Vieira, E. R. C. 2015. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi: Revista de História* 16: 157-181.

Laplatine, F. 2003. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense.

- Laraia, R. 1986. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Leite, I. B. 1996. *Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Lima, C. O. de. 2014. *A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia oitocentista: viagem, ciência e interações*. Tese de Doutorado, Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz.
- Lima, T. S. 1999. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia Juruna. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14:45-52.
- Lisboa, K. M. 1997. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1995. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius. *Revista Brasileira de História* 29 (15): 73-91.
- Madeira, Y. L. 2010. *Paisagem: entre o sensível e o factual*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Malinowski, B. K. 1978. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marcondes, S. 2005. *Brasil, amor á primeira vista!* São Paulo: Petrópolis.
- Martin, D. M. & Mundell, P. S. 1999. *Handbook of Latin American Studies*: n. 56 Humanities. Austin: University of Texas Press.
- Martins, L. de L. 2001. *O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Marques, V. R. B. 2005. Robert Avé Lallemand: Viajantes e a Febre Amarela no Rio de Janeiro. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*:1-8.
- Maio, M. C. & Santos, R.V. (Eds.). 2010. *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Matos, O. N. de. 1981. Ceará visto por um viajante francês pouco conhecido. *Rev. do Inst. do Ceará* 95: 243 – 245.
- Medeiros, J. C. & Ferraro, M. R. 2016. A natureza goiana na obra do viajante lusitano Oscar Leal. *ANAIS - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – SEPE*: 1-4.
- Meirelles Filho, J. 2009. *Grandes Expedições á Amazônia Brasileira 1500-1930*. São Paulo: Meta Livros.
- Melatti, J. C. 1984. "A Antropologia no Brasil: Um roteiro". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* 17: 1-92.

Melo, J. M. & Sarraf-Pacheco, A. 2013. Sob o Signo de Aquário: o Patrimônio Marajoara em Tempos de Belle Époque. *Anais do XXIV Seminário de Iniciação Científica da UFPA*.

Michelena Y Rojas, F. 1843. *Viajes Científicos En Todo El Mundo*. Madrid: J. Boix.

Mignolo, Walter. 2003. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG.

Montero, P. 2006. *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: editora Globo.

Moraes, R. B. de. 2010. *Bibliographia Brasiliana: Livros Raros sobre o Brasil Publicados desde 1504 até 1900 e Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial*. São Paulo: Edusp.

Moreira Leite, M. 1984. *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec.

_____. 1997. *Livros de viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Moreira, B. A. G. 2009. Os relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil oitocentista: possibilidade historiográficas. *Ciclo de Estudos Históricos* 20: 1-8.

Moreira, I. de C. 2007. Saber Nativo. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigosrevista/sabernativo>. Acessado em 10 jan. 2017.

Moutinho, I. & Eleutério, S. *Correspondência de Machado de Assis*. tomo II, 1870-1889. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Letras. 560p.

Murray, E. 2006. William Scully (d. 1885), Irish Journalist and Businessman in Rio de Janeiro. *Irish Migration Studies in Latin America* 4 (3): 175-176.

Naxara, M. R. C. 2004. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Neide, G. 2007. *A invenção da Amazônia*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer.

Nery, F. J. S.N. 1901. *The Land of the Amazons*. Nova York: E. P. Dutton & Co. Londres: Sands & Co.

New York Times. 1896. Death of Col. Thomas W. Knox. *New York Times*. Nova York, 7 de janeiro, p. 16.

Noelli, F. S. & Ferreira, L. M. 2007. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 4 (14): 1239-1264.

Nuñez, E. 1989. *Viajeros hispanoamericanos: temas continentales*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

- O'byrne, W. R. 1849. *The Life and Services of Every Living Officer in Her Majesty's Navy, from the Rank of Admiral of the Fleet to that of Lieutenant*. Londres: John Murray.
- Oliveira Filho, J. P. de. 1979. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX, in *Encontros Com a Civilização Brasileira*. Organizado por E. Silveira, pp. 101-140. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Oliveira, N. M. & Castro, J. F. M. 2016. A análise da Paisagem das Mulheres Viajantes no Brasil Durante o Século XIX. *Caderno de Geografia* 26 (1): 155-168.
- Orlandi, E. P. 2008. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: 2. Ed. Editora da Unicamp.
- Otero, H. 2006. *Estadística y Nación: Uma historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna 1869-1914*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Palsky, G. 2006. Pierre Émile Levasseur (1828-1911): À l'interface des sciences sociales. *Revue Modula* 35: 73-81.
- Pantoja, A. R. L. 2014. *Terra de Revolta*. Belém: Imprensa Oficial do Estado.
- Paty, M. 1990. *L'analyse critiques des sciences ou le tétraèdre épistémologique*. Paris: L'Harmattan.
- Peirano, M. G. S. 1999. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In. *O que ler na ciência social brasileira*. Organizado por Sergio Miceli, pp. 225-266. São Paulo: Sumaré.
- _____. 2014. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*. 20 (42): 377 – 391.
- Pereira, Manoel Nunes. 1952. Negros escravos na Amazônia. In. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, pp. 153 – 185.
- Pereira, R. C. C. 2015. *Percepção Visual da Cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808-1908)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Philipon, C. & Huart, L. 1841. *Galerie de l'apresse, de la literature et des beaux-arts*. Paris: Chez Aubert, Editeur.
- Picanço, J. L. & Mesquita, M. J. 2016. Geólogos que Fazem História: Orville Derby, Avelino Oliveira, Othon Leonardos, Viktor Leinz e suas Monografias Sobre a Historia da Geologia no Brasil (1897 – 1955). *Anais Eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia: 1-13*.
- Pires, F. R. M. & Cabral, A. R. 2001. Estudos de Orville Derby sobre os depósitos Manganésíferos do Brasil - Edição comemorativa dos 150 anos de nascimento do cientista. *Rem: Rev. Esc. Minas* 54 (3) s/n.
- Pizarro, A. 2012. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Planck, J. 2013. William H. Edwards & the Amazon. *Greene County History* 37(2) s/n.

- Porro, A. 1993. *As crônicas do rio Amazonas*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2006. “Introdução” in: MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução, Introdução e Notas de Antônio Porro. 2a edição em português. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 301p.
- Pratt, M. L. 1999. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC.
- Radding, Cynthia. 2006. *Landscapes of Power and Identity: Comparative Histories in the Sonoran Desert and the Forests of Amazonia from Colony to Republic*. Estados Unidos: World.
- Reis, P. A. 2014. O Passado Servindo aos Anseios do Presente: Orville Derby e a historiografia bandeirante. *Epgrafe* 1(1) 53-72.
- Riedl, T. 1996. De índios, crânios e “seus colecionadores”. *Revista de Ciências Sociais* 27 (1): 115-124.
- Rubim, G. 2011. “Observadores observados” e a pesquisa avançada em literatura e antropologia. *Etnográfica* 15(2): 361-375.
- Said, E. W. 2011. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras,
- _____. 2007. *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sallas, A. L. F. 2013. *Ciência do Homem e Sentimento da Natureza: viajantes Alemães no Brasil do século XIX*. Editora da UFPR.
- Salles, V. 1971. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas serviço de publicações.
- Santos, B. de S. 2001. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez.
- Sarat, M. 2011. “Literatura de viagem”: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. *CEDAP* 7 (2): 33-54.
- Sarraf-Pacheco, A. 2016. Diásporas africanas e contatos afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Cadernos de História*, 17 (26):27-63.
- _____. & Silva, J. S. 2015, Representações e Interculturalidades em Patrimônios Marajoaras. *Museologia e Patrimônio*, 8:93-118.
- _____. 2012. Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Projeto História* 44: 197-226.
- _____. 2010. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos, in *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Editor por D. P. Schaan e C. P. Martins, pp. 33-7. Belém: GKNoronha.

_____. 2010. A Conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas, in *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Editorador por D. P. Schaan e C. P. Martins, pp. 13 - 32. Belém: GKNoronha.

_____. 2009. *En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. 2008. Oralidades e letras em encontros nos “Marajós”: ribeirinhos e religiosos urdindo identidades culturais. *Coletâneas do Nosso Tempo* 7 (8): 15-38.

_____. 2006. *À Margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-PA*. Belém: Paka-Tatu.

Sarges, Maria de Nazaré. 2010. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Paka-Tatu.

Sarges, M. de N. e Coêlho, A. C. de A. Do Rio Amazonas à Península Ibérica viajando com o Barão de Marajó. *Varia História* 30 (53): 487-505.

Sá-Silva, J. R; Almeida, C. D. de & Guindani, J. F. 2009. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* 1: 1-15.

Schaan, D. P. 2012. Entre a tradição e a pós-modernidade: a cerâmica marajoara como símbolo da identidade ‘paraense’, in *Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias*. Editado por H. R. Maués e M. E. Maciel, pp. 35-68. Belém: L & A Editora.

_____. 2010. Long-Term Human Induced Impacts on Marajó Island Landscapes, Amazon Estuary. *Diversity* 2:182-206

_____. 2006. Arqueologia, Público e Comodificação da Herança Cultural: o caso da cultura marajoara. *Revista Arqueologia Pública* 1:31-48.

Scwarcz, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1996. Usos e abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil. *Afro-Asia* 18: 77-61.

_____. 2005. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX, in *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Editado por B. G. Figueiredo e D. G. Vidal, pp. 113-136. Belo Horizonte: Argymentvm.

Silva, V. G. da. 2006. *O antropólogo e sua magia: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Simmel, Georg. 2009. *A filosofia da Paisagem*. Lisboa: LusoSofia Press.

Souza, A. G. de. 1996. O estrangeiro e a cidade: o Rio de Janeiro e o imaginário da viagem. *Projeto História* 13: 189-198.

Souza Filho, D. de. 2008. *Os relatos de Coudreau: Índios, Civilização e Miscigenação através das lestes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “Bom selvagem” (1884-1899)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.

Stoler, A. L. 1995. "Rethinking colonial categories: European communities and the boundaries of rules", in *Colonialism and culture*. Editado por A. L. Stoler. pp. 134-161. The University of Michigan Press.

Stonehouse, W. B. 1839. *The History and Topography of the Isle of Axholme: Being that Part of Lincolnshire Which is West of Trent*. Londres: Longman, Rees, Orme, & Co.; Simpkin, Marshall, & Co.; W. Pickering.

Süssekind, F. 1990. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Cia. das Letras.

Tavares, M. G. da C. 2008. A Formação Territorial Do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica* 2(3): 59-83.

Thomas, Keith. 2010. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras.

Thompson, E. P. 1998. *Costumes em comum, estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

Todorov, T. 2003. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes.

Tocantins, L. 1973. *O rio comanda a vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Trigger, B. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus,

Ugarte, A. S. 2003. Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI, in *Os senhores dos rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Editado por M. D. Priori e F. Gomes, pp. 3-32. Rio de Janeiro: Elsevie.

Vale, A. e Dazzi, C. (Ed.). 2010. *Oitocentos - Arte Brasileira do Império à República*. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte.

Vargas, J. C. 2006. Frank Vincent's In and Out of Central America: A Traveler's Vision of Costa Rica in the 1890s. *Filología y Lingüística*. 32 (1): 289-313.

Vassar, C. 2007. *James Orton*. Disponível em: <https://vcencyclopedia.vassar.edu/faculty/prominentfaculty/jameshorton.html> acessado em: 17 abr. 2017.

Velho, G. 2006. Patrimônio, Negociação e Conflito. *Mana* 12(1): 237 – 248.

Veríssimo, J. 1894. D. S. Ferreira Penna: notícia sobre sua vida e trabalhos. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia* 1(1): 57-74.

Warner, C. D. (Ed.). 2008. *A Library of World's Best Literature*. Vol. XLIII. New York: Cosimo Classics.

Weinstein, B. 1993. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850 – 1920*. São Paulo: Hucitec.

Williams, R. 2011. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1976. *Keywords*. Londres: Fontana.

Wilson, J. G & Fiske, J. 1888. *Appleton's Encyclopaedia of American Biography*. Vol. IV. New York: D. Appleton and Company.

Wilson, J. G. e Fisk, J. 1888. *Appletons' Cyclopaedia of Ameeican Biography*. Vol. 3. Appleton & Co.

_____. 1900. *Appletons' Encyclopaedia of American Biography*. Revised Edition, vol IV. Nova York: D. Appleton and Company.

Youmans W. J. (org). 1878. *The Popular Science Monthly*. XIII May – Oct 1878. Nova York: D. Appletons'

Zilberman, R. 2013. O Resumo de História Literária, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *VEREDAS* 19: 1 21-144. Santiago de Compostela.

Zurbaran, M. A. 1999. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul no século XIX. *Anos 90* 12: 17-33.